

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

**Programa de Pós Graduação em História**

MELISSA LUJAMBIO ALVES

**Nas Trilhas da Conservação:**

**Conflitos e Alianças no Parque Estadual Serra do Conduru,**

**Sul da Bahia, 1993-2006**

**Belo Horizonte**

**2023**

**Melissa Lujambio Alves**

**Nas Trilhas da Conservação:  
Conflitos e Alianças no Parque Estadual Serra do Conduru,  
Sul da Bahia, 1993-2006**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestra em História.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Horta Duarte

**Belo Horizonte**

**2023**

907.2 A474n 2023	<p>Alves, Melissa Lujambio.</p> <p>Nas trilhas da conservação [manuscrito] : conflitos e alianças no Parque Estadual Serra do Conduru, Sul da Bahia, 1993-2006 / Melissa Lujambio Alves. - 2023.</p> <p>207 f.</p> <p>Orientadora: Regina Horta Duarte.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.História – Teses. 2. Ambientalismo – História – Teses. 3.Parques - Teses. 4. Parque Estadual Serra do Conduri, (BA) – Teses. I. Horta Duarte, Regina, 1963-. II .Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
------------------------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

## FOLHA DE APROVAÇÃO

"Nas Trilhas da Conservação: Conflitos e Alianças no Parque Estadual Serra do Conduru, Sul da Bahia, 1993-2006"

**Melissa Lujambio Alves**

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Regina Duarte Horta - Orientadora  
UFMG

Prof. Dr. Diogo de Carvalho Cabral  
Trinity College Dublin - Ireland

Prof. Dr. Rogerio Ribeiro de oliveira  
Instituto Internacional para Sustentabilidade

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Horta Duarte, Servidora aposentada**, em 16/01/2024, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo de Carvalho Cabral, Usuário Externo**, em 16/01/2024, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Ribeiro de Oliveira, Usuário Externo**, em 09/08/2024, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2888382** e o código CRC **5CDCDF22**.

## AGRADECIMENTOS

Muitas vezes, ambientalistas e gestores ambientais com os quais conversei durante a pesquisa disseram que o Parque e a APA foram fruto de um “trabalho de formiguinhas” levado a cabo durante anos e anos. De um jeito diferente, sinto-me também aprendendo a ser formiga. Durante dois anos me dediquei a dar pequenos e inúmeros passos, trilhando um caminho impossível de percorrer sem os companheiros e companheiras. Seja em breves temporadas, seja na duração dos anos, todos e todas que encontrei atravessam comigo estas páginas. O trabalho acadêmico é, antes de tudo, uma experiência de vida na qual trabalhamos com muitos outros.

Agradeço, em primeiro lugar, a pessoa que me trouxe ao mundo e encheu meus olhos com o deslumbramento da vida: minha mãe, Cláudia, mulher de sonhos, de força e de inspiração cotidiana. Nascesse eu mil vezes, mil vezes te escolheria! Nosso amor e nosso aprendizado mútuo são minha maior riqueza, mainha!

Agradeço ao meu pai, Pablo, sempre vivendo em minha memória com significados tão múltiplos. Tenho certeza que seu olhar imprimiu em mim a bússola que me trouxe até aqui: o amor pelas plantas e pelos animais, o jeito de tocar uma folha e plantar uma muda, o gosto pela aventura do conhecimento, a curiosidade por cada detalhe do mundo. Ainda bem que um dia você fez o nosso lar no litoral sul da Bahia!

Agradeço às minhas irmãs, Camila e Paloma, belíssimas flores em suas diversas cores e formas. O que aprendo com vocês está além das palavras, só cabe no aperto de um abraço de urso! Tenho a infinita alegria de agradecer também à minha pequenina sobrinha, Aurora, luz dos nossos dias. Sua vinda à nossa família aumentou minha vontade de transformá-lo!

Agradeço ao meu tio, Rogério, com seu dom de criar, consertar, arrumar, sempre com o braço amigo para apoiar e a firmeza de uma rocha para sustentar nossos voos. Sua ajuda foi indispensável para que eu pudesse seguir em frente.

Agradeço aos amigos, os de perto e os de longe, com os quais dividi alegrias e angústias, sempre encontrando conforto, incentivo e trocas importantíssimas. Sou muito feliz de ter uma comunidade de pessoas lindas e inteligentes ao meu redor! Escolho não mencionar seus nomes aqui para não deixar ninguém de fora e não estender a lista que seria bastante longa. Ainda assim, quero dizer que vocês me ajudaram a ver poesia no cotidiano ao criarmos experiências de olhares compartilhados, alargando as margens da vida. Agradeço aos que me deram o inestimável apoio emocional e também aos que

ajudaram lendo meus textos, oferecendo feedbacks e debatendo ideias. Amo as famílias de corações e mentes que construímos com esses círculos de pessoas!

Agradeço àqueles e àquelas que aceitaram conversar comigo, contando pacientemente suas histórias de vida, resgatando memórias e costurando explicações para minhas perguntas. Como estou protegendo os nomes dos moradores do PESC, guerreiros na luta pelo território, fica aqui meu agradecimento a quem se sabe que é. Suas experiências de vida me inspiraram a buscar novos caminhos. Aos demais mencionados neste trabalho, agradeço pela participação e ajuda concedida em tantas etapas, além do trabalho incansável na proteção dos remanescentes de Mata Atlântica e suas comunidades na nossa região: Rui Rocha, Marcelo Barreto, Érika Campos e Oscar Artaza. Obrigada pelas conversas, ensinamentos, dicas e caronas!

Agradeço à minha orientadora, Regina Horta, pessoa de admirável capacidade para reunir sensibilidade e conhecimento, gentileza e tenacidade, incentivo e compromisso, sabedoria e humildade. Me sinto genuinamente honrada e desafiada por nossas trocas. As coisas que aprendi com você me acompanharão pela vida afora!

Agradeço também a todos os professores e professoras que encontrei ao longo da minha jornada escolar a acadêmica. O amor pelo conhecimento vem sendo estimulado em mim desde a tenra infância, inspirando o desejo do ser sentipensante, como dizia Galeano, graças aos afetos que tantas vezes encontrei na relação entre alunos e professores. São muitos os que marcaram minha vida e fazem manter acesa a fé no ensino e aprendizado.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais, especialmente a todos e todas que trabalham no Programa de Pós Graduação em História da FAFICH, e à CAPES, pelo apoio financeiro. Me esforcei bastante para fazer jus aos investimentos desta pesquisa e destaco a importância dessas instituições no fomento à educação e às ciências no nosso país.

O momento de agradecer a tantas pessoas é como fazer uma oração. O coração se expande para caber todas as conexões de uma longa trajetória. Por isso, quero concluir desejando que toda gratidão aqui expressa se transforme em sensibilidade, encontrando solo fértil para se multiplicar em outros corações. Que esse sentimento acompanhe a leitura das próximas páginas, sabendo que muitos são os participantes dessa história a tecerem cotidianamente as tramas de uma floresta cheia de vidas diversas. Finalizo com a prece de que, um dia, todos os seres possam viver em comunidade, com liberdade e felicidade!

*“A importância de uma coisa há que ser medida pelo  
encantamento que a coisa produza em nós”.*

(Manoel de Barros)

## RESUMO

Nesta dissertação estudamos o Parque Estadual Serra do Conduru (PESC) pelo viés da História Ambiental para compreender como os diversos atores agiram no sentido de superar conflitos, contradições e controvérsias que permearam o processo de criação e implementação do Parque, bem como as mudanças provocadas pela unidade de conservação no território, no período entre 1993 e 2006. O PESC fazia parte de um projeto mais amplo de gestão territorial, que buscou aplicar a noção de desenvolvimento sustentável através da criação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e do fomento ao turismo. O PESC e a APA Costa de Itacaré – Serra Grande emergiram como processos intimamente conectados, provocando interações entre diversos atores humanos e não humanos cujas vidas foram modificadas nas dinâmicas da conservação. Utilizamos como fontes os Jornais da APA publicados entre 1999 e 2004, Atas de reuniões dos Conselhos Gestores da APA e do PESC entre 1999 e 2006, Projeto de Criação do PESC e Implementação da APA, entrevistas com moradores, ambientalistas e gestores das duas UCs. Entre conflitos e alianças, o Parque provocou a reorganização de comunidades humanas no território e suas relações com outras formas de vida; promoveu a manutenção e regeneração de importantes remanescentes florestais e contribuiu para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica.

**Palavras-chave:** história ambiental; parques; conservação; agências animais; conflitos socioambientais.

## ABSTRACT

In this dissertation we studied the Serra do Conduru State Park (PESC) from the perspective of Environmental History to understand how the various actors acted to overcome conflicts, contradictions and controversies that permeated the process of creating and implementing the Park, as well as the changes caused by the conservation unit in the territory, in the period between 1993 and 2006. The PESC was part of a broader territorial management project, which sought to apply the notion of sustainable development through the creation of Environmental Protection Areas (APAs) and the promotion of tourism. The PESC and the APA Costa de Itacaré – Serra Grande emerged as closely connected processes, provoking interactions between various human and non-human actors whose lives were modified in conservation dynamics. We used as sources the APA Newspapers published between 1999 and 2004, Minutes of meetings of the APA and PESC Management Councils between 1999 and 2006, the PESC Creation Project and APA Implementation, interviews with residents, environmentalists and managers of the two UCs. Between conflicts and alliances, the Park provoked a reorganization of human communities in the territory and their relationships with other forms of life; promoted the maintenance and regeneration of important forest remnants and contributed to the conservation of biodiversity in the Atlantic Forest.

**Keywords:** environmental history; parks; conservation; animal agencies; socio-environmental conflicts.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do Parque Estadual da Serra do Conduru nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré.....	13
Figura 2 - Mapa de localização do PESC entre as APAs regionais e cobertura vegetal em 1997 e 2021.....	14
Figura 3 - Vista do Mirante 1 de Serra Grande às margens da rodovia BA 001, Ilhéus - Itacaré, km 34. Acervo pessoal, 2019 .....	24
Figura 4 – Foto de acervo do Instituto Arapyaú que mostra o cultivo de cacau em meio à Mata Atlântica .....	38
Figura 5 - Cacau com vassoura de bruxa.....	40
Figura 6 – Mapa da cobertura de Mata Atlântica no Sul da Bahia nos anos de 1945, 1960, 1974, 1990, da esquerda para direita, respectivamente.....	46
Figura 7 – Gráfico de cobertura e uso do solo por hectare de 1985 a 2021. Fonte: MapBiomias, coleção 8, 2023.....	166

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Áreas de Proteção Ambiental no estado da Bahia a partir dos decretos de criação disponibilizados pelo INEMA.....	51
Tabela 2 - Aves e mamíferos cinegético/xerimbabo no Plano de Manejo do PESC.....	151

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**APA** – Área de Proteção Ambiental

**BAHIATURSA** – Empresa de Turismo da Bahia S.A.

**BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento

**BM** – Banco Mundial

**BNB** – Banco do Nordeste

**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CCMA** – Corredor Central da Mata Atlântica

**CEPEC** – Centro de Pesquisas do Cacau

**CEPF** – Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos

**CEPLAC** – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

**CEPRAM** – Conselho Estadual do Meio Ambiente

**CG** – Conselho Gestor

**CI / IC** – Conservação Internacional / *International Conservancy*

**CNUMAD-92/ECO-92/RIO-92** - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992

**CODETUR** – Coordenação de Desenvolvimento do Turismo

**CONAMA** – Conselho Nacional de Meio Ambiente

**CRA** – Centro de Recursos Ambientais

**DDF** - Departamento de Desenvolvimento Florestal

**EIA/RIMA** - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

**EMBRATUR** – Empresa Brasileira de Turismo

**FBCN** – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

**FLONA** – Floresta Nacional

**FO** – Fundação OndAzul

**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBDF** - Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**IESB** – Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia

**IFV** – Instituto Floresta Viva

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INEMA** – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente  
**NYBG** – *New York Botanical Garden*  
**ONG** – Organização Não Governamental  
**PA** – Projeto de Assentamento  
**PARNA** – Parque Nacional  
**PCE** – Projeto Corredores Ecológicos  
**PEAE** – Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo  
**PEJ** – Parque Estadual do Jalapão  
**PEPB** – Parque Estadual da Pedra Branca  
**PERD** – Parque Estadual do Rio Doce  
**PESC** – Parque Estadual Serra do Conduru  
**PESCi** – Parque Estadual da Serra do Cipó  
**PNI** – Parque Nacional de Itatiaia  
**PNMA** – Política Nacional do Meio Ambiente  
**PNT** – Parque Nacional da Tijuca  
**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**PPG7** – Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais  
**PRODETUR** – Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo  
**RADAM/RADAMBRASIL** – Projeto Radar da Amazônia  
**REBIO** – Reserva Biológica  
**RFT** – *Rain Forest Trust* (Fundo Fiduciário para Proteção das Florestas Tropicais)  
**RPPN** – Reserva Particular do Patrimônio Natural  
**SCT** – Secretaria de Cultura e Turismo  
**SEMARH** – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia  
**SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
**UC** – Unidade de Conservação  
**UESC** – Universidade Estadual de Santa Cruz  
**UICN/IUCN** - União Internacional para a Conservação da Natureza/*International Union for Conservation of Nature*  
**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
**WWF** – *World Wide Fund for Nature*  
**ZEE** – Zoneamento Econômico Ecológico

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1: A MATA ATLÂNTICA NO SUL DA BAHIA E SUA CONSERVAÇÃO.....</b>	<b>27</b>
INTRODUÇÃO.....	27
1.1 - O BIOMA MATA ATLÂNTICA NO TERRITÓRIO SUL DA BAHIA.....	30
1.2 – POPULAÇÕES HUMANAS E CONSERVAÇÃO DAS MATAS NO SUL DA BAHIA .....	36
1.3 - PRODETUR: PROTEÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO .....	52
1.4 - MOVIMENTO AMBIENTALISTA, FORMAÇÃO DE GRUPOS E PROFISSIONALIZAÇÃO DE ONGs.....	58
1.5 – MOVIMENTO AMBIENTALISTA NA BAHIA .....	64
1.6 - O PRODETUR E A ESTRADA: CONFLITOS, ACORDOS E CONTRAPARTIDAS.....	70
CONCLUSÃO.....	76
<b>CAPÍTULO 2: CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA DO CONDURU E IMPLEMENTAÇÃO DA APA COSTA DE ITACARÉ SERRA GRANDE (1997-2002) .....</b>	<b>80</b>
INTRODUÇÃO.....	80
2.1 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS TERRITORIAIS .....	83
2.2 - O PROJETO DE CRIAÇÃO DO PESC .....	91
2.3 - A NOTÍCIA DO PARQUE CHEGA AOS MORADORES: INCERTEZAS, DÚVIDAS E CONFLITOS .....	96
2.4 - O JORNAL DA APA COMO PUBLICAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	105
2.5 - FORMAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA: GESTÃO PARTICIPATIVA E GOVERNANÇA .....	122
CONCLUSÃO.....	128
<b>CAPÍTULO 3: IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA DO CONDURU (2003-2006).....</b>	<b>131</b>
INTRODUÇÃO.....	131
3.1 - O PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS NA APA ITACARÉ-SERRA GRANDE .....	132
3.2 - O INÍCIO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PESC .....	139
3.3 - TRABALHOS PARA O PLANO DE MANEJO: O PARQUE COMO LABORATÓRIO .....	144
3.3.1 - ESPÉCIES NO PLANO DE MANEJO DO PESC E RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E ANIMAIS .....	147
3.3.2 - MAMÍFEROS E AVES NO LEVANTAMENTO DO PLANO DE MANEJO DO PESC .....	153
3.4 - RESPOSTAS DOS MORADORES: NEGOCIAÇÕES E RESISTÊNCIAS .....	161
CONCLUSÃO.....	172
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>175</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>180</b>

## INTRODUÇÃO

*Vi que não há Natureza,  
Que Natureza não existe,  
Que há montes, vales, planícies,  
Que há árvores, flores, ervas,  
Que há rios e pedras,  
Mas que não há um todo a que isso pertença,  
Que um conjunto real e verdadeiro  
É uma doença das nossas ideias.*  
(Alberto Caetano, XLVII – O Guardador de Rebanhos)<sup>1</sup>

A destruição das florestas tropicais é um dos maiores desafios ambientais enfrentados pelo planeta. Esses ecossistemas ricos em biodiversidade e fundamentais para o equilíbrio climático têm sido devastados ao longo dos séculos, principalmente devido à expansão agrícola, exploração madeireira, mineração e urbanização desenfreada. A remoção acelerada da vegetação nativa provoca a perda de habitats essenciais para inúmeras espécies, ameaçando-as de extinção, além de contribuir significativamente para o aquecimento global e as mudanças climáticas.

A Mata Atlântica, outrora extensa e exuberante, é um dos biomas mais devastados no Brasil desde o período colonial até os dias atuais. A colonização portuguesa deu início ao desmatamento maciço para a extração de madeira e para a expansão das atividades agrícolas visando exportação. Dos séculos XVI ao XX, a Mata Atlântica foi sendo progressivamente fragmentada e reduzida, resultando em uma perda significativa de biodiversidade, com grande aceleração desde meados do século XX. Ainda hoje, a exploração madeireira clandestina e a conversão de áreas para a agricultura e pecuária continuam a ameaçar a Mata Atlântica.

---

<sup>1</sup> PESSOA, Fernando. O Guardador de Rebanhos. In: Poemas Completos de Alberto Caetano. Fernando Pessoa. Martin Claret Ltda, 2006.

Muito tem sido estudado sobre a “destruição” da floresta costeira brasileira. Em *A Ferro e Fogo*<sup>2</sup>, Warren Dean destaca como a Mata Atlântica, antes um extenso e diversificado ecossistema, foi submetida a diferentes formas de devastação ao longo dos séculos. Dean aborda a expansão da agricultura, a exploração madeireira, a urbanização e a criação de grandes monoculturas como principais fatores que contribuíram para a redução drástica da cobertura florestal original do bioma. Essa obra pioneira se tornou referência para os estudos florestais na História Ambiental e estabeleceu, por algum tempo, que a “história florestal corretamente entendida é, em todo o planeta, uma história de exploração e destruição.”<sup>3</sup>

Ao longo do século XVIII, existiram diversos autores que se dedicaram a refletir sobre a destruição da “natureza” brasileira, ainda que suas preocupações estivessem mais ligadas à ideia de conservação de recursos naturais do que em atribuir valor intrínseco às plantas, animais, rios e montanhas, como demonstrou José Augusto Pádua em *Um Sopro de Destruição*<sup>4</sup>. Salvaguardados os riscos de um pensamento linear ou de uma “busca de origens”, talvez haja um fio capaz de conectar pensadores do século XVIII à crítica ambiental contemporânea. De fato, a historiografia ambiental dedicou-se fortemente a esse tema.

Contudo, a história das florestas brasileiras não é composta só de devastação. Diversos tipos de comunidades tradicionais, como caiçaras, quilombolas e indígenas, desenvolveram modos de vida e conhecimentos que permitiram e permitem, ainda hoje, a regeneração dos ecossistemas, manutenção da biodiversidade e garantia de recursos naturais essenciais para futuras gerações<sup>5</sup>. Ao longo do tempo, conhecimentos passados por via da oralidade e das práticas cotidianas de manejo geraram perspectivas próprias sobre o mundo<sup>6</sup>, propiciando relações, em geral, menos invasivas e destrutivas com o ambiente ou a natureza. Desse modo, garantir o direito histórico aos territórios desses grupos também significa promover conservação ambiental. Além da demarcação de

---

<sup>2</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. 1ª. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, 484 p.

<sup>3</sup> DEAN, *A ferro e fogo*, 2004.

<sup>4</sup> PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Zahar, Rio de Janeiro, 2002.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. *Mata Atlântica, Paleoterritórios e História Ambiental*. *Ambiente & Sociedade*, v. X, n. 2. Campinas, 2007, p. 11-23; DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1996.

<sup>6</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena*. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

territórios indígenas e quilombolas, a criação de Reservas Extrativistas vem cumprindo um papel importante nesse sentido<sup>7</sup>.

A criação de parques naturais e unidades de conservação no Brasil e no mundo foi impulsionada por preocupações crescentes sobre a importância da preservação dos ecossistemas e da biodiversidade. A percepção de que modelos produtivos e organizacionais humanos avançavam na destruição da “natureza”, enfatizada com o advento da Revolução Industrial, gerou movimentos ambientais que culminaram, ao longo do século XIX e XX, na concepção dos primeiros parques e áreas protegidas, tanto no Brasil como em outros países ao redor do globo. O Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872, foi o primeiro modelo a ser exportado para outros locais<sup>8</sup>, com maiores ou menores adaptações ao longo do tempo. Apesar do debate envolvendo críticas e limitações desse modelo<sup>9</sup>, áreas protegidas por parques desempenham um papel fundamental na preservação de ecossistemas e na promoção do turismo sustentável, representando mudanças e continuidades nas relações entre naturezas e sociedades.

O estudo da formação de parques “naturais” e unidades de conservação no Brasil é essencial para compreender a trajetória das políticas ambientais. Diferentes atores sociais e políticos vêm pautando a necessidade de criar áreas protegidas desde o final do século XIX, quando André Rebouças propôs a criação de dois parques nacionais. Na segunda metade do século XX, a preocupação com a proteção das áreas naturais brasileiras ganhou destaque no cenário nacional e internacional, impulsionada pela crescente urbanização, industrialização e preocupação com os impactos negativos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Movimentos ambientalistas ganharam força no início dos anos 1980 e se organizaram para encaminhar a pauta ambiental no cenário da redemocratização. Através dos fluxos conceitual e ativista circulantes no Brasil e no mundo, mesclados a movimentos político-econômicos, emergiram organizações não governamentais com profissionais de formação técnico-científica, preparados para atuar junto ao estado na criação de mecanismos de proteção aos ecossistemas e à biodiversidade.

---

<sup>7</sup> DIEGUES, O mito moderno da natureza intocada, 1996.

<sup>8</sup> DIEGUES, O mito moderno da natureza intocada, 1996.

<sup>9</sup> A crítica ao modelo de conservação baseado em unidades de proteção integral como os parques vem sendo alvo de críticas por diversos autores nas últimas décadas. Em especial, citamos o trabalho de Antônio Diegues, referência fundante no tema (DIEGUES, 1996), bem como outras pesquisas que se dedicaram às especificidades de casos particulares, importantes para localizar os conflitos no território, como SANTOS e SOARES, 2020; ANAYA e SOUZA, 2014; RODRIGUES e FREDRYCH, 2013; GUANAES, 2018.

No sul do atual estado da Bahia - local próximo a um dos maiores centros coloniais na América Portuguesa -, encontra-se uma área florestada que, por suas características naturais, contingências históricas e atores sociais, resistiu à exploração madeireira, agropecuária de grande escala e urbanização brasileira. Essa vegetação regional corresponde ao bioma Mata Atlântica, sendo composta por Floresta Ombrófila Densa e ecossistemas associados, como restingas e manguezais.

A década de 1990 foi emblemática para esse território e seus habitantes humanos e não humanos, florestais e urbanos. Os governos federal e estadual colocaram em marcha o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), movimentos ambientalistas engajaram-se nas lutas pela conservação, moradores foram reterritorializados e criou-se a APA Itacaré – Serra Grande. Como medida compensatória às obras na rodovia Ba001, através do PRODETUR, surgiu também o Parque Estadual Serra do Conduru (PESC).

O presente trabalho tem como objeto a criação do Parque, os principais marcos e desafios enfrentados nos primeiros anos de implementação, destacando a relevância dessa área para a conservação de ecossistemas florestais e biodiversidade. A criação do parque gerou conflitos ambientais territoriais entre moradores, ambientalistas e gestores representantes do governo, além de tensões com grupos de madeireiros atuantes na área. No processo de implementação, tornaram-se mais evidentes algumas das contradições que permeiam a noção de desenvolvimento sustentável em contextos de desigualdades socioambientais e de projetos desenvolvimentistas. Essas questões permeiam o modelo de conservação através de unidades de proteção integral e compõem controvérsias mais amplas, como a possibilidade de permanência de comunidades humanas em áreas de proteção e os limites do desenvolvimento sustentável no capitalismo.

Desse modo, temos por objetivo estudar a criação do parque, rastreando as ações dos atores, para responder à pergunta: como os diversos agentes envolvidos com o PESC buscaram concretizar seu projeto, dirimir os conflitos e superar as controvérsias que atravessaram a implementação dessa UC? Em decorrência, os percursos traçados pelos diferentes atores participantes da produção do Parque entre 1993 e 2006 integram nosso objeto de pesquisa. Nossa hipótese é que a criação do PESC foi fruto da convergência entre projetos diversos cuja articulação não ultrapassou interesses pontuais da política governamental, tendo angariado recursos limitados e esbarrado em controvérsias profundas ainda em aberto. Concluimos que alguns pontos puderam ser negociados, possibilitando a estabilização da UC no território, enquanto outros persistiram em uma

duração para além dos limites temporais desta pesquisa, podendo ser observados na atualidade.

As questões e objetivos da pesquisa situam-se no campo da História Ambiental, emergente a partir da década de 1970, junto à sensibilização ambiental crescente, à proliferação de unidades de conservação, conferências e acordos internacionais diante de um cenário preocupante. Prognósticos científicos emaranhados com política, economia e cultura, problematizaram as fronteiras entre naturezas e sociedades<sup>10</sup>. Mais especificamente, a História Ambiental conta com um nicho sobre a criação de UCs. Há trabalhos sobre os modelos de proteção, os conflitos socioambientais e os processos de criação de parques nacionais e estaduais, em particular<sup>11</sup>.

Com este trabalho, aportamos uma contribuição para o campo da História Ambiental sobre unidades de conservação, realizando um estudo de caso que situa a criação de um parque no seu contexto local. Esta pesquisa soma-se àquelas já realizadas sobre outras UCs no Brasil, alimentando com novos dados a construção de panoramas mais amplos sobre a temática. Acrescenta-se ainda a relevância desta pesquisa na historiografia regional, pois o parque é personagem ativo na criação do território sul da Bahia das últimas décadas, produzindo novas conexões entre o local e global, atraindo novos personagens e alterando a paisagem.

Além disso, este trabalho aportará elementos para o debate sobre agências múltiplas de humanos e não humanos na produção do território ao longo do tempo, ampliando as possibilidades de buscarmos diferentes formas de agências da “natureza” nas fontes historiográficas e incorporando esse exercício ao ofício de historiador. Em suma, algumas contribuições científicas deste trabalho seriam a ampliação da historiografia sobre o tema, sua inclusão na história regional e o desenvolvimento de metodologias que possibilitem incluir outros que humanos história.

Nosso trabalho, enquanto produção científica, contribui para a reconfiguração do mundo social, incorporando novos atores e alterando as associações entre eles, em maior ou menor grau. Desejamos produzir um relato explicativo das ações realizadas na criação de uma unidade de conservação, podendo gerar aperfeiçoamentos de instrumental para

---

<sup>10</sup> SÁVIO, Marco A. C. Contando histórias sobre a natureza: os princípios da simetria, a teoria do ator-rede e a história ambiental. *Cad. Pesq. Cdhis*, v. 24, n. 1. Uberlândia, 2011, p. 46.

<sup>11</sup> Nesta pesquisa, levantamos alguns trabalhos realizados no campo da História Ambiental sobre unidades de conservação brasileiras, tais como os de ANDRÉ, 2012; DRUMMOND et al, 2010; FERNANDEZ, 2011; FERNANDEZ et al, 2011; MACEDO, 2012; RODRIGUES e FREDRYCH, 2013; SÁ, 2017; SANTOS, 2014; SANTOS, 2015.

superar conflitos, contradições e controvérsias semelhantes neste e em outros casos, destacadamente nas políticas ambientais estaduais. Conhecer a realidade é um passo significativo para transformá-la no sentido almejado, neste caso, na longa busca por formarmos um coletivo além do humano com menos desigualdades.

Aliado a isso, contribuímos com o registro de vozes dissonantes entre si e das narrativas oficiais sobre a criação do PESC que mascaram os conflitos socioambientais. Isso produziu fontes para pesquisas futuras, mas também tem o valor social de potencializar atores sociais em suas lutas, e poderá contribuir para a visibilização de agentes historicamente excluídos de políticas ambientais, como famílias de moradores da região.

As redes da temática selecionada para este trabalho poderiam ser rastreadas em distintos recortes temporais se considerarmos o território, com seus elementos biogeofísicos, humanos ou não, como produto de associações históricas ou historicizáveis. Para tratar de uma unidade de conservação, é indispensável considerar a existência do conjunto de seres formadores do bioma Mata Atlântica na região sul da Bahia, estimulando-nos a retroceder milhares de anos para além do “tempo humano”. Muito antes dos humanos terem se imiscuído entre outros habitantes do lugar, animais, plantas e minerais agiam na transformação do mundo. Considerar múltiplas agências amplia as possibilidades das escalas temporais para a historiografia. Conforme pontuado por Dipesh Chakrabarty<sup>12</sup>, tornam-se inseparáveis o tempo humano e o tempo da “natureza” ou o “tempo terrestre”, sendo necessário trazer, para o estudo, elementos dessa história de longa duração. O mesmo foi pontuado por José Augusto Pádua, ao dizer que “pode-se fazer história ambiental de períodos relativamente curtos, mas sempre tendo em mente, ao menos como pano de fundo, a presença de grandes escalas na constituição dos fenômenos”<sup>13</sup>.

Na produção de uma unidade de conservação, são elementos centrais as plantas, os animais, o solo e o clima, além dos humanos que vivem no território ou que se colocam como porta-vozes. A presença humana é muito recente e o espaço da floresta é, antes de tudo, produzido por não humanos. Como poderíamos compreender a institucionalização

---

<sup>12</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. O Clima da História: quatro teses [publicado originalmente em *Critical Inquiry*, 35, 2009].

<sup>13</sup> PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. Dossiê teorias socioambientais. *Estud. av.* 24 (68). 2010, p. 89.

do parque sem considerar a atuação desses “outros” na produção pretérita e continuada do espaço?

Ainda na longa duração, consideramos a contribuição indígena para a formação territorial do litoral sul da Bahia, anterior à chegada do colonizador europeu no século XVI. Durante a colonização, selecionamos elementos históricos para compreendermos as principais características socioambientais da região, bem como a importância da lavoura cacaueteira na conjugação de fatores que explicam a permanência da floresta até o século XX no lugar onde hoje é o Parque.

Comunidades rurais dos municípios de Itacaré e Uruçuca na área do PESC formaram-se a partir da década de 1980<sup>14</sup>. As famílias migraram de regiões do entorno em busca de novas terras devido à perda de empregos nas áreas produtoras de cacau assoladas pela dispersão da “vassoura de bruxa” (*Moniliophthora perniciosa*). Algumas buscavam melhores condições de vida fora dos sistemas patronais e outras necessitavam de áreas maiores pelo aumento das famílias nas terras dos pais, já insuficientes para abrigar os numerosos membros com suas casas e roças.

Nosso recorte temático, a institucionalização do parque, é conduzido por uma escala temporal mais curta, viabilizando a procura por algumas associações diretamente ligadas à criação da UC. Para tanto, estabelecemos 1993 como marco inicial, ano de criação da APA Itacaré – Serra Grande. O Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) começou a avançar e notícias de jornais na cidade de Ilhéus começaram a anunciar o projeto de pavimentação da rodovia Ba 001. Naquele mesmo ano, um grupo de cientistas formado por pesquisadores da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)<sup>15</sup> e do *New York Botanical Garden* (NYBG) iniciaram estudos apontando uma diversidade de 458 espécies arbóreas em 1 hectare de mata localizado na Serra do Capitão. Pesquisamos as associações que se formaram ou se reformularam a partir de 1993, sem deixar de considerar aspectos e acontecimentos anteriores, quando necessário, para melhor compreensão.

---

<sup>14</sup> Essa informação consta no Projeto de Criação do PESC (1996), no Plano de Manejo (2005) e nas entrevistas realizadas para esta pesquisa.

<sup>15</sup> A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) é uma instituição federal criada em 1957, com superintendências e gerências distribuídas em diferentes regiões do país, sendo uma delas localizada em Ilhéus, Bahia.

<sup>15</sup> O corte raso é uma técnica florestal que elimina toda ou a maioria da vegetação de determinada área. (PLENAMATA. Glossário. Disponível em: <<https://plenamata.eco/verbete/corte-raso/>>. Acesso em 18/07/23).

O marco final estipulado para este estudo é o ano de 2006, logo após a formação do Conselho Gestor do Parque Estadual Serra do Conduru e do reassentamento de famílias de moradores dentro da poligonal<sup>16</sup> do parque pelo Projeto de Assentamento Nova Vida, no município de Itacaré (BA). A conquista das terras do assentamento por um grupo de moradores do território foi um momento emblemático para esses atores, pois foi, para alguns, a solução e, para outros, um aprofundamento dos conflitos em torno da criação do parque. Portanto, focalizaremos o período entre 1993 e 2006.

O Parque Estadual Serra do Conduru possui uma área de 9.275 km<sup>2</sup> de extensão abrangendo os municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, localizados na mesorregião sul da Bahia e microrregião Ilhéus-Itabuna, segundo mapeamento do IBGE<sup>17</sup>.

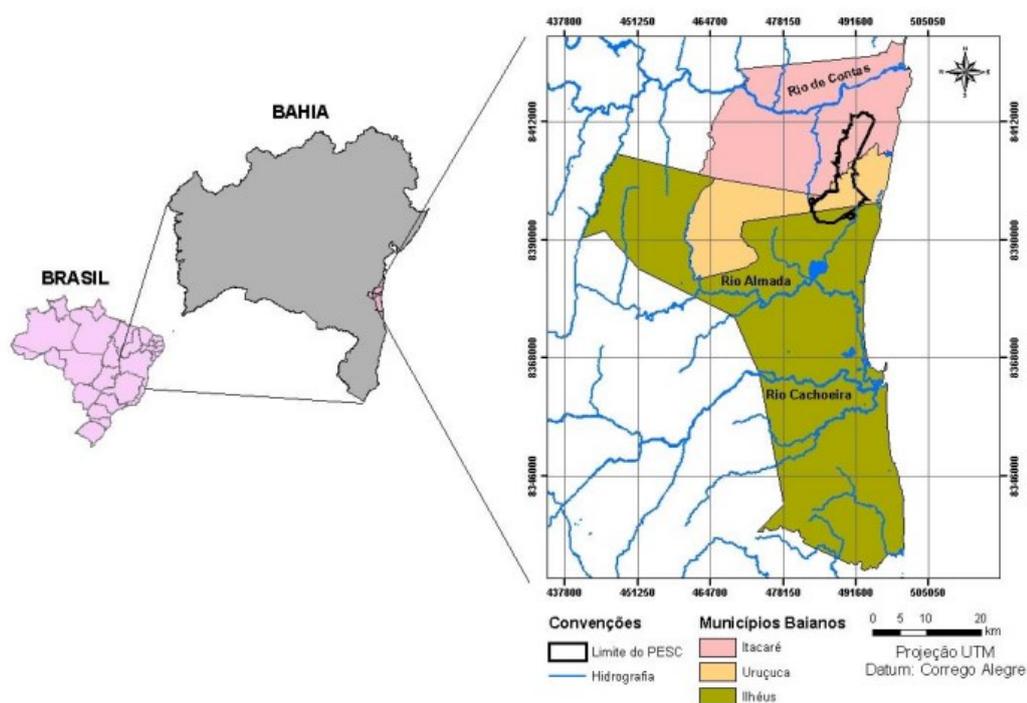


Figura 1 - Mapa de localização do Parque Estadual da Serra do Conduru nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré. Produzido pelo Laboratório de Geoprocessamento – IESB, 2004. (Fonte: Plano de Manejo do PESC, 2005).

<sup>16</sup> Poligonal é um termo bastante utilizado na definição das fronteiras de unidades de conservação por especialistas da área de gestão ambiental, topografia e geoprocessamento. “A poligonal topográfica é definida como a figura geométrica criada de forma a apoiar o levantamento topográfico, com o objetivo de controlar seu fechamento linear e angular, e a partir daí determinar os pontos cadastrados no levantamento de forma precisa”. (O que é poligonal? Disponível em: <<https://www.embratop.com.br/noticias/o-que-e-poligonal/>>. Acesso em 08/08/23). Os tipos de poligonal e técnicas de demarcação foram definidas pela NBR 13.133.

<sup>17</sup> Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017. Regiões Geográficas do Estado da Bahia. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/apps/regioes\\_geograficas/#/home/](https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home/)>. Acesso em 21/12/2022.

Quando criado, o PESC era simultaneamente adjacente e interseccionado com a APA Costa de Itacaré-Serra Grande. Esta foi ampliada em 2003 para cobrir uma área maior, ficando ao redor do parque e reforçando sua zona de amortecimento<sup>18</sup>. Por esse motivo, ambas são estratégias conservacionistas articuladas e será necessário, por vezes, incluir a área em direção à APA para compreender as associações entre as UCs, embora nosso foco esteja sobre o processo de criação e implementação do parque.

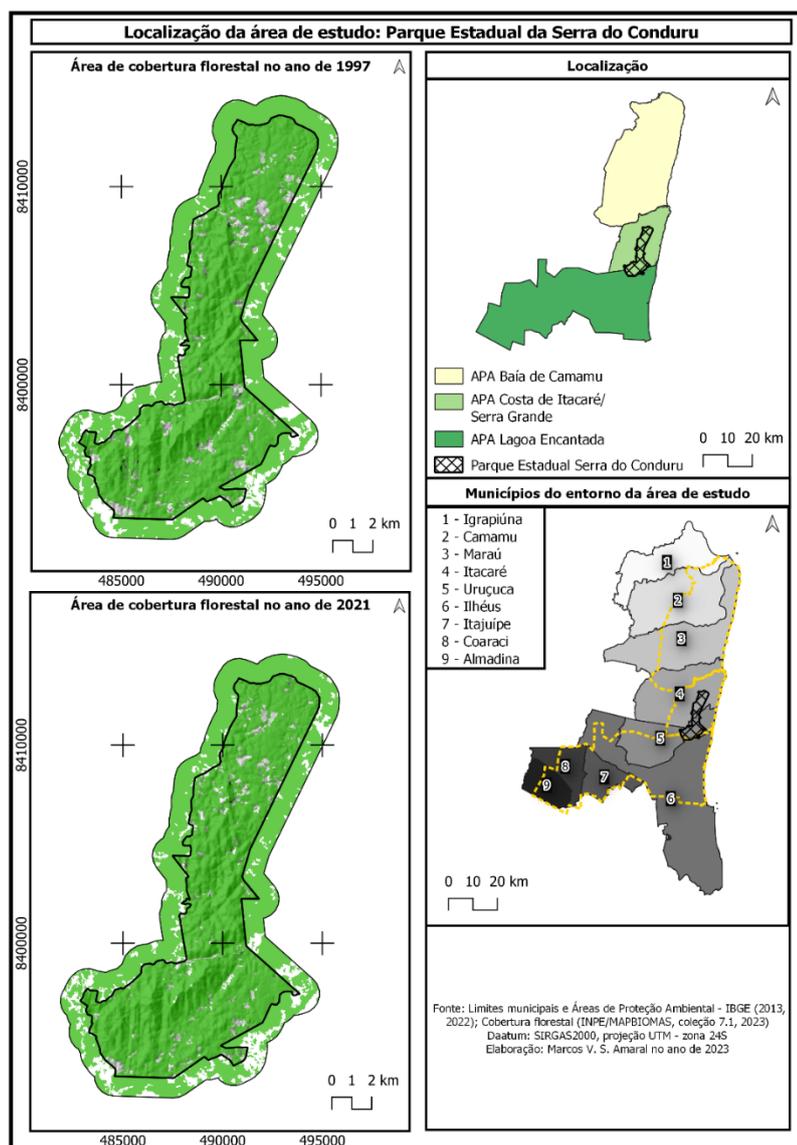


Figura 2 - Mapa de localização do PESC entre as APAs regionais e cobertura vegetal em 1997 e 2021.

<sup>18</sup> Segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, entende-se por zona de amortecimento "o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade". (BRASIL, Lei 9.985/2000, art. 2º, inciso XVIII).

Apesar do nome do parque referir-se apenas à Serra do Conduru, sua poligonal também incorpora a Serra do Capitão. A primeira está localizada na porção centro-sul, e a segunda na parte norte. As duas compartilham características de fauna, flora e relevo, compostas predominantemente por Floresta Ombrófila Densa submontana, com altos índices de pluviosidade, recordes de biodiversidade e elevadas taxas de endemismo botânico. A área conta com uma “abundante rede hidrográfica”, fruto dos altos índices pluviométricos e um relevo movimentado. Com o alinhamento norte-sul das cadeias de montanhas, os rios tendem a se organizar também nesse sentido.

As características hidrográficas e de relevo favoreceram a formação de propriedades agrícolas pequenas. No final da década de 1990, havia três comunidades rurais estabelecidas: Serra Azul, Tesouras e Águas Claras, esta última com maior quantidade de residentes. Segundo o Plano de Manejo<sup>19</sup>, havia cerca de 202 pessoas em 47 residências, contando as moradias nas comunidades mencionadas e em outras localidades dentro da poligonal da UC, como margens do Rio Capitão, Rio Tijuípe, Rio Tijuipinho e nascente do Rio Caldeiras.

Delineamos algumas das principais características da área do parque, cujos limites foram definidos pelos pesquisadores ligados aos propositores do projeto do PESC, com base na topografia e na cobertura vegetal, não nos limites político-administrativos e tampouco considerando as comunidades ali residentes. Nosso recorte espacial segue os contornos do parque, já que a definição de sua poligonal resultou das articulações entre os diversos atores no território.

Nossa intenção é evitar a definição de um espaço de estudo “apresentado previamente pelo historiador, como uma espécie de moldura onde os acontecimentos, práticas e processos sociais se desenrolavam”<sup>20</sup>. O recorte espacial definido com as fronteiras do PESC pode parecer, inicialmente, uma delimitação arbitrária e institucional. Mas se compreendermos o parque como um projeto de uso do solo, as fronteiras dessa UC podem ser “desnaturalizadas”, pois não estavam postas aprioristicamente. A poligonal do parque provocou conflitos e negociações, antes e após sua definição. Não se trata de um recorte espacial definido por características “naturais” ou “sociais”, mas sim de uma articulação entre essas, formando “sociedades-naturezas”. O parque

---

<sup>19</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005, p. 187.

<sup>20</sup> BARROS, José D'Assunção. História, Região e Espacialidade. Revista de História Regional, 10(1), Verão, 2005. p. 108.

institucionalizado propôs reconfigurações no território que, longe de serem ponto pacífico entre os diversos atores, geraram conflitos, negociações e articulações.

A pesquisa recorreu a fontes variadas: legislação estadual pertinente, Projeto de Criação do Parque Estadual Serra do Conduru (1996), atas de reuniões do Conselho Gestor da APA Costa de Itacaré-Serra Grande e do PESC, de 1999 a 2006, e edições do Jornal da APA, de 1999 a 2006. Percebemos a existência de uma grande variedade de conexões feitas pelos atores durante o processo de criação do parque, de modo relacional. O encadeamento de acontecimentos ligou diferentes localidades, modificando formas de pensar e agir, entre o local e o global.

Ao rastreamos os vínculos entre os vários agentes, foi imprescindível recorrer à metodologia da História Oral. Especialmente no caso dos moradores da área do parque, as entrevistas nos esclareceram sobre os modos como sentiram, interpretaram, agiram, reagiram e se organizaram frente ao novo projeto de territorialização imposto sobre suas vidas. Nesse sentido, a realização de entrevistas com base na História Oral é uma forma de produzir fontes que possibilitem aos atores atualizar seus relatos, trazendo explicações, contextos e acontecimentos, indicando desdobramentos de seus vínculos no período e temática do nosso estudo.

Esse recurso é de grande importância para a nossa abordagem em busca de vozes distintas daquelas constantes nos documentos escritos. Como defendido por Phillippe Joutard<sup>21</sup>, a História Oral se tornou especialmente útil para uma historiografia interessada em narrativas de grupos pouco registrados nas tradicionais fontes documentais escritas. Para as entrevistas, selecionamos atores sociais com atuações variadas, cotejando os diferentes modos de ação e mobilização de dispositivos. Além de moradores do parque, entrevistamos gestores, ambientalistas e empresários, pois cada indivíduo teve sua experiência singularizada, mas o pertencimento a um desses grupos aproxima suas narrativas. Os moradores, por exemplo, compartilharam pontos de vista e experiências semelhantes, assim como adotaram, por vezes, posicionamentos em comum, de aproximação ou afastamento dos ambientalistas, gestores e empresários. Ao selecionarmos membros de grupos variados, buscamos ampliar a quantidade de associações rastreadas entre esses atores e outros mencionados nas suas narrativas, relações institucionais e modos de pensar e agir diversos.

---

<sup>21</sup> JOUTARD, 1996 *apud* JULIA, Silveira Matos; SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como Fonte: problemas e métodos. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (1), 2011, p. 95-108.

O modelo utilizado para selecionar entrevistados e entrevistadas foi o “bola de neve” ou *snowball sampling*, técnica que utiliza cadeias de referências sugeridas pelos próprios interlocutores, valendo-se das relações entre as pessoas no perfil ou grupo com os quais se deseja desenvolver um estudo. As cadeias de referências surgem justamente desse processo de “recrutamento” de um indivíduo por outro seu conhecido, configurando “redes sociais”<sup>22</sup>. A partir do contato com o gestor do PESC e das visitas ao parque, criamos uma rede de contatos com pessoas que aceitaram o convite para conceder entrevistas, além de conversas informais, enriquecendo as informações coletadas durante a pesquisa em suas diferentes fases. A escolha das pessoas para entrevista, dentro da rede de possibilidades, foi realizada através da diversidade de histórias de vida entre os moradores, da acessibilidade entre os gestores e da menção em fontes escritas para ambientalistas e empresários. Depois, realizamos uma complementação e comparação com informações de entrevistas já realizadas em outros trabalhos<sup>23</sup>.

Realizamos 14 entrevistas seguindo um roteiro semiestruturado, dividido em 3 blocos temáticos com poucas variações de perguntas entre os diferentes grupos de atores. Partimos de questões sobre a história de vida e depois passamos por um estímulo para lembrar as primeiras notícias sobre o parque, atividades diárias, momentos marcantes e mudanças nos modos de vida. A maioria foi realizada presencialmente, em local escolhido pelo entrevistado, mas algumas ocorreram através de vídeo chamada, mediante solicitação do entrevistado e autorização de gravação. Antes de cada entrevista, esclarecemos o interlocutor sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, proporcionando confiança e tranquilidade na conversa. Os participantes receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para assinarem e, após realizadas as transcrições, estas foram enviadas a cada um para que pudessem rever seus relatos e reafirmar as informações, bem como os detalhes acerca da utilização das mesmas nesta pesquisa e em possíveis publicações posteriores. Os nomes dos moradores foram preservados, constando nesta dissertação com nomes fictícios, e dos demais participantes foram mantidos, devido ao desenvolvimento público de suas atividades e por que não manifestaram desejo de troca ou omissão dessa informação.

---

<sup>22</sup> ALBUQUERQUE, Elizabeth Maciel de. Avaliação da Técnica de Amostragem “Respondent-Driven Sampling” na Estimação de Prevalências de Doenças Transmissíveis em Populações Organizadas em Redes Complexas. Dissertação (Mestrado em Ciências na Área de Saúde Pública), Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009, 99 p.

<sup>23</sup> Guanaes (2018) entrevistou moradores do Assentamento Nova Vida e Silveira (2020) entrevistou o ambientalista e professor Rui Rocha.

Analizamos as fontes documentais escritas através de tabulação das informações constantes na Atas dos Conselhos Gestores do PESC e da APA e fichamentos dos textos. Isso possibilitou conhecer os atores, suas perspectivas e a formação de discursos, analisando-os de forma articulada entre as fontes, a fim de compreendermos o desenvolvimento e mudanças de pontos de vista. Analizamos também o Plano de Manejo do PESC, com especial atenção aos encartes abordando os estudos com os animais da UC.

Os capítulos desta dissertação foram divididos por etapas cronológicas do processo de criação e implementação do Parque, incluindo seções nas quais desenvolvemos discussões contextuais mais amplas, conforme necessário para compreensão de cada aspecto. Assim, no primeiro capítulo, abordamos aspectos prévios à criação do PESC e os primeiros anos (1993 a 1996). Iniciamos com uma caracterização socioambiental do sul da Bahia, considerando a formação da Mata Atlântica regional e experiências coloniais, explicando como a floresta reagiu a diversos tipos de ocupação humana e em quais condições isso ocorreu. Grupos indígenas e cacauzeiros eram, então, importantes protagonistas. No final do século XX, os remanescentes florestais locais se tornam foco de preocupação de movimentos ambientalistas e de ações governamentais de desenvolvimento sustentável, conduzindo à criação da APA Itacaré – Serra Grande e ao Projeto de Criação do Parque Estadual Serra do Conduru, em 1993 e 1996, respectivamente.

O segundo capítulo aborda o PESC no período de 1997 a 2002. Na primeira seção, apresentamos outros casos de Parques no Brasil, de modo a comparar algumas características em comum, balizando aproximações e diferenças. No PESC, esses foram os anos das primeiras interações com as comunidades habitantes do território. A implementação efetiva da UC ainda estava pendente, tiveram início os conflitos com moradores que aguardavam indenizações, os recursos eram escassos e as ações de madeiras dentro do parque foram recrudescidas. Por outro lado, muitas ações importantes foram realizadas na APA Itacaré – Serra Grande a partir de 1999. O Conselho Gestor da APA e o Jornal da APA, circularam ideias, promoveram o diálogo com as comunidades do entorno e estimularam a formação de um grupo engajado com o Parque, o que contribuiu com sua posterior implementação.

Por fim, no terceiro capítulo, focalizamos o período de 2003 a 2006. A primeira seção apresenta um panorama geral do período, especialmente do Projeto Corredores Ecológicos, provedor dos recursos e diretrizes de implementação do PESC, cujas ações

iniciaram-se, no local, em 2003. A fiscalização foi intensificada e o Conselho Gestor do Parque foi criado, com a contratação de funcionários. Houve a elaboração do Plano de Manejo da UC, envolvendo uma série de pesquisas. Abordaremos ainda os conflitos ambientais territoriais e, finalmente, as estratégias de enfrentamento e encaminhamento de soluções criadas pelos moradores em articulação com membros de grupos ambientalistas e representantes de órgãos governamentais. O resultado foi um arranjo temporário de reterritorialização e transformação da paisagem. Isso conferiu estabilidade à implementação do Parque, assegurando sua continuidade.

Vale ainda uma reflexão de início. O uso do termo “natureza” solidificou-se como um artifício do pensamento que utiliza-se de categorizações dualistas para auxiliar na compreensão do emaranhado de relações porosas entre atores de diversas ontologias na composição do mundo compartilhado. São animais, plantas, insetos, fungos, solos, rios, oceanos, pedras, chuvas, nuvens e, junto a eles, os humanos. Pensar em uma única Natureza como oposição à Sociedade é algo que não se sustenta na experimentação da realidade. Como já cantava Alberto Caeiro<sup>24</sup>, esse é um entrave do pensamento moderno que precisamos superar para encontrar os caminhos da vida em comum. Apesar disso, é em termos de conservação da “natureza” que muitas vezes nossas fontes se expressaram. Mantivemos o termo, que também facilita a compreensão, mas buscamos, através deste texto, evidenciar os encontros e as produções de naturezas e sociedades diversas, compostas por humanos e não humanos no território parque.

---

<sup>24</sup> PESSOA, O Guardador de Rebanhos, 2006.

## CAPÍTULO 1: A MATA ATLÂNTICA NO SUL DA BAHIA E SUA CONSERVAÇÃO

“Meia légua ao norte de ponta do Ramos, estende-se uma montanha de uns 600 pés de altura, até dentro do mar, na qual as ondas se quebram com fragor; chamam-na Serra Grande os habitantes. Não foi sem esforço que galgamos a abrupta encosta de granito, ensombrada por uma floresta densa, repleta de flores e perfumes.”

(J. B. Spix e C. F. P. von Martius)<sup>25</sup>

### Introdução

Entre 1980 e 1990, o sul da Bahia vivenciou uma fase de mudanças. A chamada “crise do cacau” causada pela difusão do fungo “vassoura de bruxa” (*Moniliophthora perniciosa*), atingiu a região onde a produção de cacau para exportação consistia em uma das principais fontes de receitas<sup>26</sup>. Alternativas econômicas e agrícolas ganharam maiores proporções diante da necessidade de produção de alimentos e renda. Em busca de novas áreas para viver, plantar e criar os filhos, muitas famílias de agricultores saíram dos municípios de origem e estabeleceram posses de terra na área onde hoje é o PESC<sup>27</sup>.

Em paralelo ao processo migratório, na década de 1990, o governo baiano começava a gestar projetos para a criação de um circuito turístico pela costa do estado que fosse capaz de atrair investimentos privados na hotelaria, turismo e ramos associados. O Governo esperava agregar também a geração de emprego e renda para a população regional. O turismo - e depois o ecoturismo - era visto como a “vocaçãõ” da paisagem natural, cenário perfeito para férias e passeios, já que a “natureza” tinha ali a combinação ideal entre matas e praias “intocadas”. Como primeiros passos nessa direção, a Secretaria

---

<sup>25</sup> SPIX & MARTIUS. Viagem pelo Brasil (1817-1820) / Spix e Martius. v. 2 ; tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. Brasília, 2017, p. 264.

<sup>26</sup> SETENTA, Wallace; LOBÃO, Dan Érico. Conservação Produtiva: cacau por mais 250 anos. Itabuna, BA. 2012, 190 p.

<sup>27</sup> Essa trajetória foi verificada através das histórias de vida dos entrevistados para esta pesquisa.

de Cultura da Bahia criou o destino “Costa do Cacau” e a APA Costa de Itacaré – Serra Grande<sup>28</sup>. O projeto demandava investimentos em infraestrutura turística, como portos, aeroportos, estradas, saneamento básico e aterros sanitários.

Em fins dos anos 1980, emergiu em Itacaré um movimento ambientalista chamado de Boto Negro, formado tanto por pessoas nativas do município, quanto por pessoas vindas de outras localidades. Forasteiros chegavam em busca de qualidade de vida na proximidade com as praias, as matas e o clima pacato de uma antiga cidade colonial. O grupo do Boto Negro empreendia pequenas ações de educação ambiental, na tentativa de “conscientizar” a população local e os turistas sobre a importância da conservação<sup>29</sup>.

Outro grupo de ambientalistas, de formação universitária e vindos de lugares variados, começava a se formar, com conhecimentos técnicos e profissionais em medidas de conservação a partir da agronomia, geografia e biologia, de um modo geral. O grupo originou o IESB – Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia, importante personagem na criação de diversas unidades de conservação na região, inclusive a implementação da APA e do PESC<sup>30</sup>.

Esses grupos ambientalistas já estavam atuantes quando, na segunda metade da década de 1990, o PRODETUR anunciou outro projeto para a região: a construção de uma estrada pavimentada para ligar os municípios de Ilhéus e Itacaré, passando pela Vila de Serra Grande, atravessando a APA no sentido longitudinal, de norte a sul. Isso despertou grande preocupação entre ambientalistas, tanto aqueles com atuação profissional quanto os participantes de movimentos populares, e todos se posicionaram contra as obras. Grande parte da população, especialmente da pequena vila de Serra Grande e de Itacaré, era favorável à estrada, pois facilitaria muitos aspectos da vida nesses locais, como acesso a hospitais, bancos e mercados. Como alternativa, os ambientalistas propuseram a criação de uma unidade de proteção integral, medida compensatória aos impactos negativos que a pavimentação da estrada geraria à APA. Essa proposta foi incluída no EIA/RIMA<sup>31</sup> da obra, forçando o Banco Interamericano de Desenvolvimento, financiador do projeto, e o governo estadual a seguirem a recomendação.

---

<sup>28</sup> TORRES, Leila Muricy. Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental - o caso das APAs da Bahia. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UESC: Ilhéus, 2007, 196 p.

<sup>29</sup> PALMER, Christian. Piratas, Jesuítas, Quilombolas, Coronéis, Pescadores e Surfistas: Uma pequena história ambiental de Itacaré. Santo André, São Paulo: Alfa Editora, 2021. p. 26.

<sup>30</sup> ROCHA, Rui. Entrevista com a autora, 02 de maio de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>31</sup> O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu correspondente Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) foram instituídos em 1986 pela resolução 01/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama),

A floresta da região tinha uma história de longuíssima duração, muito anterior à chegada dos primeiros humanos nessa área do continente americano. O processo de especiação da flora e da fauna levou milhões de anos na evolução dos seres vivos, resultando na grande biodiversidade existente no território. Isso ocorreu na relação desses seres com condições climáticas, intemperismos modeladores do relevo e movimentos terrestres, levando a novos processos de expansão ou retração da Mata Atlântica.

Como mostra a epígrafe deste capítulo, Spix e Martius registraram algumas observações sobre o local chamado Serra Grande. Ao subirem a “montanha”, observaram a floresta densa e as rochas graníticas avançando sobre o mar, mesma conjugação de elementos que ainda hoje deslumbra os visitantes e se tornou o mote dos discursos sobre a “vocação natural” para o turismo. Por esse mesmo local, hoje existe a rodovia Ba001, um dos projetos do PRODETUR, acompanhando a trilha percorrida por aqueles viajantes do século XIX. A estrada conta com um mirante, cuja vista avança pela mesma faixa de areia relatada pelos viajantes. Fotografias dessa paisagem se tornaram cartões postais nas propagandas turísticas regionais.



*Figura 3 - Vista do Mirante 1 de Serra Grande às margens da rodovia BA 001, Ilhéus - Itacaré, km 34. Acervo pessoal, 2019.*

## 1.1 - O bioma Mata Atlântica no território sul da Bahia

Ao transitar pelo sul da Bahia, podemos perceber que a paisagem é formada por matas mais ou menos densas, com árvores de grande porte das quais pendem lianas e bromélias, além de outras fisionomias vegetais, como restingas e manguezais. Essa região é classificada como parte do bioma Mata Atlântica, conceito sistematizado nas últimas décadas do século XX. Na sua elaboração, participaram não só cientistas, mas também movimentos sociais, culturais e políticos, num período de fortalecimento de mobilizações ambientalistas no Brasil e no mundo. Pádua<sup>32</sup> aponta a criação da Fundação SOS Mata Atlântica (1986) e o Decreto da Mata Atlântica (1993) como momentos importantes para consagrar o conceito, consolidado no Mapa dos Biomas do Brasil, publicado pelo IBGE (2004).

Mesmo que o estabelecimento definitivo do termo seja relativamente recente, vale lembrar que a referência ao adjacente oceano Atlântico aparece nos relatos de viajantes e naturalistas já no século XIX, a exemplo de Wappäus (1884):

Ao S. da grande curva do litoral, na barra do S. Francisco, começa a zona das florestas virgens do Atlântico, que se estende até perto da fronteira meridional, e ainda além do trópico do Capricórnio, aos 30° S., conserva o *typo tropical brasileiro*.<sup>33</sup>

A matta virgem da costa do Atlântico assemelha-se ao caaété das selvas do Amazonas, excedendo-o, porém, ainda em variedade e beleza, porque a formação do solo é mais acidentada.<sup>34</sup>

A construção da nomenclatura da Mata Atlântica delineou uma identidade em comum para diferentes formações vegetais, durante as décadas de 1980 e 1990. O intuito era promover a proteção legal das florestas costeiras em um campo de disputas por visibilidade e recursos destinados a regiões do Brasil cuja biodiversidade encolhia a cada

---

<sup>32</sup> PÁDUA, José Augusto. Apresentação: uma floresta, um país e um saber em construção. Da província ao bioma: representações da Mata Atlântica. In: *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. CABRAL e BUSTAMANTE (orgs.). Editora Prismas: Curitiba, 2015, p. 54-82.

<sup>33</sup> Wappäus, J.E. (1884). *A geographia physica do Brasil refundida. (Edição condensada)*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, p. 217 e 218. Disponível em <<https://archive.org/details/obrasilgeograph00wappgoog/page/n25/mode/2up?q=atlantico>>. Acesso em 14/04/2023.

<sup>34</sup> Wappäus, J.E. (1884). *A geographia physica do Brasil refundida. (Edição condensada)*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, p. 218. Disponível em <<https://archive.org/details/obrasilgeograph00wappgoog/page/n25/mode/2up?q=atlantico>>. Acesso em 14/04/2023.

ano. O alargamento ou a restrição do conceito foi negociado pela ciência e política, de modo que a “tradição de pensar o litoral como eixo geopolítico da formação histórica do Brasil, por exemplo, entre outros motivos, influenciou a vitória de um sentido lato, mas não latíssimo, da Mata Atlântica”<sup>35</sup>. Por isso, o termo inclui formações florestais com diferentes fitofisionomias ao longo do litoral e do interior mais próximo, mas exclui outras formações mais ao interior do Brasil.

O conceito Mata Atlântica, tal como compreendido hoje, engloba três tipos de formações florestais: Floresta Ombrófila Mista (que combina espécies latifoliadas com *Araucaria Angustifolia*), Floresta Ombrófila Densa nas cordilheiras litorâneas e Floresta Estacional (decidual e semidecidual) nos planaltos. Essa compreensão abrangente foi social, técnica e cientificamente negociada em uma corrente interpretativa que remonta aos estudos de C. F. P. Von Martius ainda no século XIX, na sua obra *Flora Brasiliensis*<sup>36</sup>. O botânico alemão apresentou a vegetação do território imperial brasileiro a partir da divisão em cinco grandes províncias vegetais, atentando especialmente para a fitofisionomia das áreas.

Em 1938, Alberto Sampaio<sup>37</sup>, botânico brasileiro do Museu Nacional, ao mapear as zonas florestais, seguiu a concepção geral da divisão proposta por Martius, com algumas alterações e acréscimos<sup>38</sup>. Sob o Estado Novo varguista, o Conselho Nacional de Geografia publicou diversos atlas seguindo essas mesmas divisões, influenciando, por sua vez, outros autores e pesquisadores. Uma tradição geoecológica se reafirmou desde então, o que pode ter contribuído para a recepção, décadas mais tarde, do conceito de “bioma” adotado por diversas organizações ambientalistas<sup>39</sup>.

A conceituação dos biomas não foi uma história apenas de continuidades. A noção de grandes “regiões naturais” no Brasil foi substituída, durante algum tempo, na ditadura militar, por um sistema construído em uma chave classificatória universal, “elaborada

---

<sup>35</sup> PÁDUA, José Augusto. Apresentação: uma floresta, um país e um saber em construção, 2015, p. 7.

<sup>36</sup> MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. A viagem de von Martius. *Flora Brasiliensis*. Tradução de Carlos Bento Matheus, Lívia Lindoia Paes Barreto, Miguel Barbosa do Rosário. Rio de Janeiro: Index, 1996.

<sup>37</sup> SAMPAIO, 1938 *apud* CASTRO, Leonardo. Da província ao bioma: representações da Mata Atlântica. In: *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. CABRAL e BUSTAMANTE (orgs.). Editora Prismas: Curitiba, 2015, p. 54-82.

<sup>38</sup> CASTRO, Da província ao bioma: representações da Mata Atlântica, 2015, p. 58-59.

<sup>39</sup> O termo “bioma” vem sendo produzido desde a segunda metade do século XX por pesquisadores ligados à botânica e ecologia. Introduzido pelo botânico estadunidense Clements (1949), sua novidade inicial foi a inclusão da fauna às formações florísticas de uma unidade clímax fitofisionômica. Em sua conceituação, o “bioma” passou por debates, revisões, acréscimos e ajustes, de modo que, atualmente, engloba aspectos de fisionomia, estrutura, ambiente, clima, solo e ecossistemas. (COUTINHO, Leopoldo Magno. O conceito de bioma. *Acta Botânica Brasileira*, v. 20, n. 1, 2006, p. 13-23)

com base em um esboço apresentado à UNESCO por Ellenberg e Mueller-Dombois, em meados da década de 1960”<sup>40</sup>. Esse sistema fundamenta-se em dados sobre flora, fitofisionomia, geomorfologia, climatologia e pedologia, “obtidos através de instrumentos diversos, desde a utilização de imagens de radar até inspeção de campo”<sup>41</sup>. Informados por dados levantados pelo RADAM/RADAMBRASIL, pesquisadores do IBGE buscaram reconstruir a cobertura vegetal pré-colonial do território nacional. Ao adotarem a classificação universalista, utilizaram terminologias “neutras”, “referidas exclusivamente a características estruturais das formações vegetais”<sup>42</sup>, como floresta ombrófila densa, floresta estacional (decidual e semidecidual), floresta aberta, floresta mista, manguezais, restingas, estepes, savana, campina, etc. Aliando essas terminologias com uma suposta fisionomia vegetal “original”, excluía-se nomenclaturas de uso regional historicamente constituídas e evidenciava-se a heterogeneidade de cada região. Essa opção dificultava a utilização do sistema para fins legislativos de proteção ambiental.

A classificação por biomas foi um ponto estratégico para a definição da Mata Atlântica e essa foi, por isso mesmo, elemento de disputas nas últimas décadas do século XX e início do XXI. Longe de ser uma nomenclatura isoladamente “natural”, ela passou por debates e lutas de classificação, pois quanto maior fosse a abrangência do bioma, maior seria a área protegida pela legislação ambiental em construção naquele período. De um lado, estavam os ambientalistas defendendo a abrangência dos conceitos. Em oposição, havia grupos ligados à indústria madeireira e moveleira, à mineração e à agroindústria, cujo acesso a recursos naturais seria restringido pela concepção abrangente. A área mais controversa para inclusão na Mata Atlântica foram as Florestas Ombrófilas Mistas, pois as araucárias que fazem parte dessa vegetação eram árvores de grande interesse no mercado madeireiro.

Em 1990, o conceito de Mata Atlântica foi fundamentado de modo abrangente por Ibsen de Gusmão Câmara<sup>43</sup>, no “Plano de Ação para a Mata Atlântica”, resultado do Workshop da Mata Atlântica<sup>44</sup>, publicado pela Fundação SOS Mata Atlântica com apoio

---

<sup>40</sup> CASTRO, Da província ao bioma: representações da Mata Atlântica, 2015, p. 58-59.

<sup>41</sup> CASTRO, Da província ao bioma: representações da Mata Atlântica, 2015, p. 58-59.

<sup>42</sup> CASTRO, Da província ao bioma: representações da Mata Atlântica, 2015, p. 58-59.

<sup>43</sup> Ibsen de Gusmão Câmara (1924-2014) foi um almirante e ambientalista brasileiro, bastante atuante em diversas frentes, como no incentivo à criação de ONGs, no combate à caça de baleias, na formação de unidades de conservação no Brasil, membro da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza, conselheiro do Conama, além de estudioso e pesquisador da ecologia. (ORTIZ, Fabíola. Almirante Ibsen: uma vida dedicada ao Meio Ambiente. O Eco. Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/27829-almirante-ibsen-uma-vida-dedicada-ao-meio-ambiente/>>. Acesso em 13/07/2023).

<sup>44</sup> O evento que ficou conhecido como Workshop da Mata Atlântica era oficialmente nomeado de Reunião Nacional sobre a Proteção dos Ecossistemas Naturais da Mata Atlântica. Foi realizado pela Fundação SOS

da World Wide Fund for Nature (WWF)<sup>45</sup>. A partir desse documento, o governo federal publicou o Decreto 750/1993, dispondo “sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica”<sup>46</sup>.

Apesar desses usos anteriores, somente em 2006, com a promulgação da Lei da Mata Atlântica (lei 11.428/2006), o bioma foi efetivamente reconhecido e regulamentado como patrimônio nacional. O uso do conceito de “biomas” e de Mata Atlântica englobando formações vegetais variadas foi se estabelecendo aos poucos por meio da luta pela conservação ambiental. Portanto, são categorias complexas, agregando técnica, política e ciência, construídas por um longo processo nos quais se articularam materialidades, imaginários sobre o território nacional, culturas científicas e políticas. Desse modo, dados oficiais contemporâneos sobre o bioma Mata Atlântica devem ser compreendidos como “fatos” produzidos em processos temporais e espaciais históricos diacrônicos.

As diferentes fitofisionomias que cobriam de verde áreas próximas ao litoral brasileiro tem uma trajetória de vida antecedente em milhares de anos a chegada dos seres humanos à América. Atualmente, sabe-se que a floresta chegou a ocupar de forma quase contígua uma faixa costeira do Nordeste ao Sul do Brasil, delimitada em seu interior por barreiras montanhosas da Serra Geral à Chapada Diamantina<sup>47</sup>, dominando o litoral leste da América Portuguesa.

Essas formações florestais conheceram momentos de expansão e retração, tendo se espalhado de acordo com as mudanças biogeofísicas experimentadas pelo planeta ao longo do Holoceno<sup>48</sup>. Recentemente, sofreu uma retração mais abrupta com a rápida e fulminante ação humana. As florestas não são unidades estáticas, pois se expandem e retraem, movimentando-se no território “ao compasso das placas tectônicas, das

---

Mata Atlântica no dia 1º de abril de 1990 em Atibaia, São Paulo, com patrocínio da *Conservation International*, *WWF* e *The Nature Conservancy*. (Anais da Reunião Nacional sobre a Proteção dos Ecossistemas Naturais da Mata Atlântica - WORKSHOP MATA ATLÂNTICA: Problemas, Diretrizes e Estratégias de Conservação [1990: Atibaia, SP]).

<sup>45</sup> CASTRO, Da província ao bioma: representações da Mata Atlântica, 2015.

<sup>46</sup> BRASIL, 1993. Decreto nº 750, de 10 de Fevereiro de 1993. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1993/decreto-750-10-fevereiro-1993-449133-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 13/07/2023.

<sup>47</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial. Garamond/FAPERJ, Rio de Janeiro, 2014, p. 25.

<sup>48</sup> O Holoceno é a fase mais recente da história da Terra e faz parte do Quaternário. Há controvérsias sobre quando teria se iniciado, mas, em geral, assume-se que ocorreu há cerca de 12 mil anos, com o fim da última glaciação. O fim do Holoceno é atualmente discutido pela estratigrafia para possível determinação de entrada na Era do Antropoceno. (SILVA, Carolina Nunes da. Holoceno. *Jovem Explorador*, 30 nov. 2021. Disponível em: <<http://jovemexplorador.iag.usp.br/?p=holoceno>> Acesso em: 14/07/2023).

mudanças do clima e dos outros conjuntos de vegetação – os campos, as savanas, os desertos”<sup>49</sup>, ao que poderíamos acrescentar as ações de destruição e conservação antropogênicas mais recentes na história desse aglomerado vegetal.

A grande diversidade de fauna e flora da floresta surgiu em lentos processos de adaptação e evolução mútua, assim como por variações de clima e topografia ao longo da costa brasileira. A região litorânea do sul da Bahia, onde se localiza o PESC, possui um relevo mais baixo, com ondulações menores (apesar da nomenclatura corrente de serras), e, por conseguinte, menores amplitudes climáticas na temporalidade geológica. Como explicam pesquisadores do tema, “em geral, padrões de variação menos intensa podem ser encontrados nas terras baixas, enquanto que alterações de vegetação refletidas pelas mudanças climáticas podem variar muito nas serras em função da localização geográfica e de altitude.”<sup>50</sup>

As espécies vegetais da Mata Atlântica resultam de processos de especiação em curso há aproximadamente 65 milhões de anos, acompanhando as mudanças no planeta ao longo desse tempo. Durante o Quaternário, houve diversas glaciações, gerando resfriamento e diminuição das chuvas, e acarretando um encolhimento das florestas para os fundos dos vales de regiões mais amenas. Nesses locais chamados de “*refugia*”, as espécies ficavam isoladas geograficamente, o que pode ter contribuído para a formação de endemismos.

Centros atuais de endemismo na Mata Atlântica, na região da cidade do Rio de Janeiro, no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, e em Pernambuco, marcam, conforme tem sido hipoteticamente suposto, os limites dos *refugia* florestais durante a última época glacial e provavelmente a anterior.<sup>51</sup>

Quando o clima aquecia, a Mata Atlântica retomava sua expansão. Essa história climática pode ser a explicação para a biodiversidade tão elevada nas florestas tropicais brasileiras com nichos ecológicos de extrema complexidade. Após o fim da Última Era Glacial, cerca de 10 a 12 mil anos atrás<sup>52</sup>, a floresta passou por um período de expansão territorial devido ao aumento das temperaturas e da pluviosidade durante o Holoceno.

---

<sup>49</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Ana Goulart. Introdução. In: *Metamorfozes florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. CABRAL e BUSTAMANTE (orgs.). Editora Prismas: Curitiba, 2015, p. 17.

<sup>50</sup> JESKE-PIERUSCHKA, Vivian; LEDRU, Marie-Pierre. A Mata Atlântica no final do Quaternário: Dinâmicas climatobotânicas e antropogênicas desde o Último Máximo Glacial. In: *Metamorfozes florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. CABRAL e BUSTAMANTE (orgs.). Editora Prismas: Curitiba, 2015, p. 38.

<sup>51</sup> DEAN, A ferro e fogo, 2004, p. 33.

<sup>52</sup> CABRAL, Na Presença da Floresta, 2014, p. 36.

Isso resultou na disseminação da mancha verde da Mata Atlântica em novas áreas ao longo da costa brasileira. Embora as florestas hoje compondo o bioma Mata Atlântica tenham existido em vários pontos da costa brasileira há milhões de anos, elas foram ocupando novos espaços na proporção do aquecimento terrestre. Segundo Dean, há pelo menos 12 mil anos as geleiras sul-americanas recuaram para o topo da Cordilheira dos Andes. Só então a Mata Atlântica se expandiu vigorosamente “para ocupar um vasto império, 3.500 quilômetros ao longo da costa sul-americana, e acima e por sobre a escarpa costeira na medida em que as chuvas o permitiam”<sup>53</sup>.

Dentro do bioma, diferentes formações vegetais podem ter "idades" distintas, dependendo do período em que determinada área começou a ser predominantemente ocupada pela diversidade de espécies da Mata Atlântica. O auge de sua abundância parece ter ocorrido há cerca de 5 mil anos<sup>54</sup>, quando a floresta invadiu outras formações vegetais, avançou em direção às serras próximas à costa e se expandiu mais ao sul, em áreas anteriormente ocupadas por campos ou onde predominavam as araucárias.

Enquanto o aumento geral das temperaturas e da pluviosidade contribuíam para o crescimento da floresta em áreas mais frias, altas e meridionais, parece ter havido núcleos florestais que se mantiveram estáveis na região Nordeste do Brasil, onde o clima apresentou variações menores. Esses núcleos estão localizados em uma pequena porção do estado de Pernambuco e ao longo da faixa litorânea entre a foz do Rio São Francisco e a foz do Rio Doce, sendo mais ampla na região do rio Una<sup>55</sup>, no sul do estado da Bahia. Como relatado por Cabral<sup>56</sup>, estudos baseados em modelos matemáticos recriadores de condições do passado sugerem que essas localidades possuem uma vegetação sobrevivente há cerca de 20 mil anos, com maior ou menor interferência humana. Essa longevidade certamente contribuiu para a alta biodiversidade e a ocorrência de espécies endêmicas, como indicado pelos estudos identificando mais de 450 espécies arbóreas na Serra do Capitão, no município de Itacaré, e na Reserva Biológica de Una.

O sul da Bahia conservou uma floresta cuja história de existência precede em milhares de anos a Mata Atlântica de outras regiões. Isso pode explicar os altos índices de endemismo e biodiversidade atualmente identificados na área, mesmo após séculos de

---

<sup>53</sup> DEAN, A ferro e fogo, 2004, p. 37.

<sup>54</sup> DEAN, A ferro e fogo, 2004, p. 37.

<sup>55</sup> O rio Una localiza-se no município homônimo e conta com expressiva área de Mata Atlântica. A região foi alvo de medidas preservacionistas do governo federal, com a criação da REBIO de Una. ONGs atuantes no sul da Bahia, na APA Costa de Itacaré-Serra Grande e Parque Estadual Serra do Conduru, também incluíram a região de Una nas suas atividades.

<sup>56</sup> CABRAL, Na Presença da Floresta, 2014.

colonização e ocupação humana. Historicamente, os processos colonizatórios estão associados à destruição das florestas na América Portuguesa. Com a formação do Brasil, a devastação das matas avançou espacial e temporalmente até meados do século XX, potencializada pela industrialização e urbanização no país. É interessante observar que, contrariando as expectativas geradas pela compreensão do impacto destrutivo da colonização e do desenvolvimento nacional, a área em análise conseguiu manter uma floresta densa composta por uma incrível variedade de espécies, mesmo fazendo parte do "primeiro bioma sul-americano a ser ocupado pelos portugueses, no século XVI"<sup>57</sup>.

## 1.2 – Populações humanas e conservação das matas no sul da Bahia

A região sul da Bahia foi abarcada pela antiga Capitania e Comarca de São Jorge dos Ilhéus, experimentando processos difusos e variados de ocupação fundiária ao longo do período colonial, imperial e republicano. Em 1562, uma grande sesmaria foi doada aos jesuítas do Colégio da Bahia pelo governador geral Mem de Sá. A área recebida iria de Boipeba até 4 léguas ao sul da foz do Rio de Contas (atual Itacaré), sendo a residência dos religiosos fixada em Camamu<sup>58</sup>. Ao longo dos primeiros séculos de colonização nessa grande faixa de terras administrada pelos jesuítas, algumas povoações foram se estabelecendo, através de arrendamentos que se faziam aos agricultores foreiros e de aldeamentos indígenas. Essas povoações produtoras de alimentos contavam também com uma população escravizada e liberta de origem africana. Conforme aponta Marcelo Dias, no início do século XVIII:

[...] existia no local [foz do Rio de Contas] uma aldeia de índios mansos e alguns portugueses foreiros dos jesuítas. Encontramos, nos livros de notas de Ilhéus, algumas cartas de alforria concedidas na freguesia de Barra do Rio de Contas a partir de 1711, o que demonstra que a lavoura escravista já estava consolidada a esta época. Os moradores concluíram a igreja matriz em 1722, dando fundamento à ereção da Vila Nova de São José da Palma do Rio de Contas.<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> CABRAL; BUSTAMANTE, *Metamorfoses Florestais*, 2015, p. 24.

<sup>58</sup> DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da Capitania de Ilhéus*. Editus : Ilhéus (Bahia), 2019, p. 164.

<sup>59</sup> DIAS, *Economia, sociedade e paisagens da Capitania de Ilhéus*, 2019, p. 172.

Desse modo, as vilas jesuítas nesse litoral cresceram e se tornaram importantes produtores de farinha de mandioca e outros gêneros alimentícios, exportados para a capital, Salvador. Em Itacaré, além da produção de alimentos, existiram engenhos jesuítas e familiares, construídos no século XVII, que colocavam a localidade como produtora e exportadora de açúcar. À diferença de engenhos em outras regiões do país, esses não contavam com a unidade produtiva na mesma área das estruturas religiosas e habitacionais, propondo uma especificidade no modelo conceitual de “engenhos”. É o caso do Engenho Rio de Contas ou Conceição, um engenho real à margem esquerda do Rio de Contas, com localização privilegiada, tanto pela abundância de madeiras para alimentação das fornalhas, quanto pela proximidade da desembocadura do rio, a apenas 200 metros, facilitando o escoamento da produção. Conforme estudos arqueológicos realizados nesse local, a produção parece ter crescido no início do século XIX e decaído rapidamente em meados desse mesmo século, levando os donos a substituírem a produção de açúcar e aguardente por farinha e depois cacau, principal cultivo praticado no local atualmente<sup>60</sup>.

Além dos jesuítas, os capuchinhos foram outra ordem religiosa dedicada a estabelecer aldeias no sul da Bahia. A frente norte de ocupação da vila de Ilhéus seguia pelo rio Itaípe (atual rio Almada<sup>61</sup>), marcada pela disputa territorial com os Guerém. Nessa área, a “primeira tentativa bem sucedida de estabelecimento de um aldeamento com índios desse grupo ocorreu entre 1694-1695”, mas o grupo se dispersou poucos anos depois. Os missionários conseguiram reerguer o aldeamento por meio de um acordo feito com Manoel, escravizado fugitivo do Engenho de Santana que vivia entre os Guerém<sup>62</sup>. Em 1814<sup>63</sup>, indígenas do Almada foram transferidos para outra frente de ocupação, à oeste da vila de Ilhéus, onde fundaram a aldeia de São Pedro de Alcântara na localidade de

---

<sup>60</sup> COMERLATO, Fabiana; COSTA, Carlo Alberto S.; CUNHA, Cinthia da Silva. Arqueologia do Baixo Sul da Bahia: engenho Rio de Contas, Itacaré, Bahia, Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, 2018, p. 256-281.

<sup>61</sup> A bacia do Rio Almada alimenta a Lagoa Encantada. Ambas formações são protegidas pela Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encanta e Bacia do Rio Almada, confrontante com o PESC na sua fronteira sul.

<sup>62</sup> DIAS, Marcelo Henrique. Sesmarias, posses e terras indígenas na vila de Ilhéus (Bahia, 1758-1822). *Revista Especiarias - Cadernos de Ciências Humanas*, v. 14, n. 25, jul./dez. 2013, p. 58.

<sup>63</sup> SILVA, Ayalla Oliveira. Ordem imperial e aldeamento indígena: Camacãs, Gueréns e Pataxós do Sul da Bahia. *Editus* : UESC, Ilhéus, 2018, p. 30.

Ferradas (hoje município de Itabuna), a fim de criarem uma barreira contra indígenas Camacãs<sup>64</sup>, avançando na expansão da fronteira colonial<sup>65</sup>.

Após a transferência dos Guerem das margens do Itaípe/Almada, a Coroa concedeu as terras em sesmaria para o suíço-alemão Borrel. Ele estabeleceu uma fazenda denominada Castelo Novo, mencionada por Spix e Martius quando estiveram em Ilhéus por volta de 1820<sup>66</sup>. Martius registrou os esforços empreendidos pelos primeiros colonos no local para o estabelecimento de roças e construções. Mas outras fontes informam que a região era ocupada por indígenas em aldeias jesuíticas<sup>67</sup>, onde atividades agrícolas eram realizadas há mais de cem anos.

Existiu ainda um aldeamento a “duas léguas acima da barra pelo rio de Contas”<sup>68</sup>. Na localidade próxima a Itacaré, frades capuchinhos estabeleceram, em 1728, o aldeamento de Nossa Senhora dos Remédios dos Índios Gueréns. Os aldeamentos religiosos cumpriram um papel decisivo na colonização da Capitania e Comarca de Ilhéus. Em 1855, havia ao menos sete aldeamentos indígenas nas comarcas de Camamu e Ilhéus<sup>69</sup>. Os mais próximos do entorno do PESC estavam na Vila de São Miguel (Itacaré), no Rio Itaípe/Almada (Ilhéus) e no interior do Rio de Contas.

A presença indígena foi ainda registrada por Martius, quando saiu da barra do rio Itaípe caminhando pela praia na direção norte, sentido a Camamu, com o objetivo de embarcar de volta para Salvador. Nesse percurso, ele afirmou ter passado pelas vilas litorâneas de Memoã (atual Mamoan) e Ponta do Ramo, colônias de “descendentes de índios e brancos” pescadores e indígenas peritos “no fabrico de excelentes redes para a pescaria com as fibras da palmeira tucum e de um ananás, e que são muito apreciadas em todo o país”<sup>70</sup>. Portanto, havia populações indígenas nessa região, habitando o território de maneiras variadas, seja no interior ou no litoral, em aldeamentos religiosos,

---

<sup>64</sup> Documentação do século XVIII e XIX trata grupos indígenas da localidade de Ferradas com o termo genérico de “botocudos”. Mas, como salienta Ayalla Silva, esse termo “traz em si o sentido pejorativo, que traduz a visão de animalidade e ferocidade que os colonizadores estabeleceram para tratar as populações resistentes ao processo da expansão territorial”. Apesar da dificuldade de identificar os diferentes grupos étnicos que compunham o termo genérico “botocudos”, entende-se que a aldeia de São Pedro de Alcântara foi composta por Gueréns com intuito de resistir e incorporar Camacãs e Pataxós. (SILVA, Ordem imperial e aldeamento indígena, 2018, p. 89).

<sup>65</sup> SILVA, Ordem imperial e aldeamento indígena, 2018, p. 88-89.

<sup>66</sup> SPIX e MARTIUS, Viagem pelo Brasil, 2017, p. 249.

<sup>67</sup> DIAS, Sesmarias, posses e terras indígenas, 2013.

<sup>68</sup> CAMPOS *apud* DIAS, Economia, sociedade e paisagens da Capitania de Ilhéus, 2019, p. 172.

<sup>69</sup> SILVA, Ordem imperial e aldeamento indígena, 2018, p. 303.

<sup>70</sup> SPIX e MARTIUS, Viagem pelo Brasil, 2017, p. 267.

comunidades mistas de pescadores ou em grupos que rejeitavam o contato com os colonizadores.

Por um lado, o avanço da fronteira colonial foi impedido por grupos indígenas “hostis” ao colonizador. Por outro, a expansão da colonização no sul da Bahia contou com indígenas aldeados<sup>71</sup>. Esses também foram empregados pelos novos moradores para a “derrubada das matas para implantação de lavouras e na extração de madeiras”, provavelmente junto à mão de obra escravizada de origem africana. Essa aparente “pacificação” entre grupos indígenas do final do século XVIII e início do XIX, somada à emancipação política do Brasil em 1822 (que encerrou as doações de sesmarias e terras indígenas), atraiu novos proprietários e ampliou o empenho de autoridades governamentais na ocupação produtiva dos terrenos da freguesia de Ilhéus, intensificando a dinâmica fundiária.

Passados os primeiros três séculos de colonização oscilante e relativamente rarefeita, a intensificação da ocupação e o aumento populacional de não indígenas na região ocorreu com maior relevância ao longo do século XIX. Em meados desse século, a cacauicultura se estabeleceu como principal atividade produtiva, superando a produção de farinha, a extração madeireira e o cultivo de qualquer outra espécie, atraindo novos moradores migrantes de outras regiões para o sul da Bahia.

\*\*\*

Concomitante ao processo de expansão colonial entre portugueses e indígenas, no século XVIII<sup>72</sup>, as matas adjacentes a Ilhéus foram tema de grande preocupação e debates por funcionários reais e intelectuais da época. As matas passaram a receber maior atenção da Coroa portuguesa quando as madeiras para construção de embarcações começaram a se tornar mais escassas nos arredores de Salvador, capital da colônia. Nesse período, em que medidas intervencionistas eram adotadas na esteira das reformas pombalinas, a administração das florestas da região, vistas como reservatórios de madeiras, se tornou assunto de grande relevância, especialmente quando a frota naval portuguesa precisou ser reconstruída após os conflitos da União Ibérica e sua separação<sup>73</sup>.

---

<sup>71</sup> DIAS, Sesmarias, posses e terras indígenas, 2013.

<sup>72</sup> PÁDUA, Um Sopro de Destruição, 2002.

<sup>73</sup> CABRAL, Na Presença da Floresta, 2014.

Por outro lado, na administração territorial, enquanto a região do Recôncavo era destinada à produção açucareira, o sul da Bahia era destinado à farinha de mandioca, principal alimento a ser exportado para a capital, profundamente dependente dessa produção. Mas a agricultura praticada demandava o corte e queima da vegetação nativa, provocando o desmatamento das florestas. Por isso, madeira e farinha representavam dois polos de interesses antagônicos: conservar as matas de lei para uso exclusivo das madeiras por parte da Coroa, defendido por intelectuais e funcionários reais, a exemplo do ouvidor Baltasar da Silva Lisboa, no final do século XVIII; ou estimular a produção de farinha para assegurar a alimentação da população da capital e seus engenhos produtores de açúcar, tão importantes para composição do tesouro régio.

Por mais que alguns personagens tenham defendido arduamente a conservação das matas, isso não significava a proteção da natureza em si, mas sim a exclusividade de uso dos recursos madeireiros para a Coroa. Mesmo assim, essas medidas foram pouco efetivas e muito impopulares, além de difícil fiscalização. No princípio do século XIX, a “destruição” das matas prosseguia, especialmente para a produção agrícola. Como argumenta Cabral,

[...] parece seguro afirmar que, no que concerne à geração de renda de exportação, a riqueza florestal brasileira foi utilizada mais como nutriente agrícola do que como biomassa integral (madeira). Essa forma de uso das matas foi determinada por um certo número de fatores e processos sionaturais. Um deles, talvez o mais importante, é o alto custo do transporte.<sup>74</sup>

A dificuldade no transporte das madeiras se devia, sobretudo, às características das árvores angiospermas<sup>75</sup>, muito comuns em florestas tropicais, com maior densidade e peso em comparação a árvores de outros grupos botânicos. Por isso, o corte para exportação no Brasil colonial foi menor do que o realizado nas florestas temperadas da América do Norte. A título de comparação, o Ipê (*Tabebuia spp.*), é uma árvore angiosperma típica da Mata Atlântica muito valorizada no mercado madeireiro e conhecida por sua alta densidade, durabilidade, resistência e peso elevados<sup>76</sup>. Já o pinus

<sup>74</sup> CABRAL, Na Presença da Floresta, 2014, p. 477.

<sup>75</sup> “ANGIOSPERMA – divisão do reino vegetal que compreende uma planta ou um grupo de plantas, cujas sementes ficam encerradas no interior de um ovário transformado em fruto, como as de *Eucalyptus*. Como grupo opõe-se ao das Gimnospermas”. (BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Glossário Ilustrado de Morfologia. 2009. P. 29.)

<sup>76</sup> A densidade do Ipê é em torno de 1.010 kg/m<sup>3</sup> e do Pinus é de cerca de 480 kg/m<sup>3</sup>. (Informações sobre madeiras. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Disponível em: <[http://www.ipt.br/informacoes\\_madeiras/38-ipe.htm#:~:text=Caracter%C3%AADsticas%20sensoriais%3A%20cerne%20e%20alburno,irregular%20a%20reversa%3B%20textura%20fina.](http://www.ipt.br/informacoes_madeiras/38-ipe.htm#:~:text=Caracter%C3%AADsticas%20sensoriais%3A%20cerne%20e%20alburno,irregular%20a%20reversa%3B%20textura%20fina.)> Acesso em 17/07/23).

(*Pinus elliottii*), tipo de árvore gimnosperma de origem norte-americana, fornece uma madeira leve e branda, fácil de manusear e de transportar, devido à baixa densidade e peso. O transporte de troncos pesados, aliada às dificuldades inerentes da travessia atlântica entre os continentes sul americano e europeu e à concorrência com madeiras da América do Norte desfavoreciam o comércio transatlântico de madeiras tropicais a partir da América Portuguesa.

A Mata Atlântica entrou no comércio colonial mais como biomassa transformada em energia e exportada sob a forma de produtos agrícolas do que como madeira<sup>77</sup>. No mercado interno, aliada à produção agrícola para alimentação, a prática do corte e queima teria sido a forma mais eficaz, diante das técnicas disponíveis aos colonos, para propiciar seus modos de vida. Mesmo com o arroteamento de novas áreas para roças de mandioca, a devastação das florestas pelos colonos entre os séculos XVI e XVIII parece ter sido relativamente modesta, ou intermitente, sob condicionantes históricas prejudiciais ao crescimento demográfico e econômico no entorno da Vila de São Jorge dos Ilhéus, à diferença de outras regiões da Capitania e Comarca<sup>78</sup>. Apesar disso, como apontado por Baltasar da Silva Lisboa, outros gêneros agrícolas, além da farinha, também eram produzidos na região, como árvores frutíferas e especiarias, a exemplo do dendê, canela, café, pimenta e cacau<sup>79</sup>.

O cacau se tornou um dos principais produtos regionais ao longo do século XIX. Sua origem no sul da Bahia é controversa, mas é possível que a tenha se iniciado ainda no século XVIII, em Camamu, porção norte da Capitania de Ilhéus. Baltasar da Silva Lisboa, por exemplo, contou ter presenteado uma comunidade indígena com pés de cacau, mas eles os teriam destruído, pois “de nada lhes serviam aquelas árvores”<sup>80</sup>. Naquela época o cacau começava a ser visto como um produto de grande potencial econômico, como pontuado por Pádua<sup>81</sup>, referindo-se ao relato de outro teórico e proprietário de terras da região:

Para visualizar o potencial de apenas uma dessas culturas, o cacau, Ferreira da Câmara recorreu ao “filósofo a quem tem merecido mais contemplação a América” — referindo-se por certo a Humboldt —, que em uma das suas obras

<sup>77</sup> CABRAL, Na Presença da Floresta, 2014.

<sup>78</sup> A capitania de São Jorge dos Ilhéus foi incorporada pela Coroa em 1761, passando a fazer parte da capitania da Bahia. Com a emancipação política do Brasil, o território da antiga capitania passou a conformar os limites administrativos da Comarca de Ilhéus. (DIAS, Economia, sociedade e paisagens, 2019).

<sup>79</sup> DIAS, Economia, sociedade e paisagens, 2019, p. 214.

<sup>80</sup> LISBOA apud PÁDUA, Um Sopro de Destruição, 2002, p. 132.

<sup>81</sup> PÁDUA, Um Sopro de Destruição, 2002.

demonstrou que o México estava recebendo uma soma maior pela exportação daquele produto do que toda a renda gerada com a exportação do ouro das minas do Brasil.<sup>82</sup>

Ao longo do tempo, o cultivo do cacau foi se expandindo para outras localidades da região, especialmente ao sul de Camamu. No século XIX, essa planta se estabeleceu como um dos principais produtos de exportação e fonte de renda no sul da Bahia.

O cultivo de cacau no sul da Bahia marcou profundamente a memória coletiva regional. Além dos mitos de origem associados à cultura do cacau, em 1679, uma Carta Régia de Portugal autorizou colonizadores a plantarem as sementes nas terras conquistadas. Com a preocupação de conservar as matas para exploração das madeiras “de lei” para a Coroa, foi instruído o plantio de essências arbóreas nas clareiras abertas na floresta, incluindo mudas de cacau<sup>83</sup>. “Somente a partir de 1746, às margens do rio Pardo, na fazenda Cubículo, Comarca de Canavieiras, é que foi estabelecido comercialmente como lavoura; e já em 1783 era importante na economia regional”<sup>84</sup>. Os cacauzeiros eram plantados, nessa época, nas mesmas fazendas onde se cultivavam cana-de-açúcar, mandioca e outros produtos de consumo interno, como indicam estudos sobre o Engenho Conceição no Rio de Contas<sup>85</sup>.

Durante um longo período, o cacau foi sendo introduzido em mais e mais propriedades, aclimatado e experimentado como produção, enquanto a cana-de-açúcar e a mandioca ainda eram predominantes. No fim do século XIX<sup>86</sup>, com a perda de mercado e queda nos preços do açúcar brasileiro, o cacau começou a ganhar espaço, tornando-se importante referência cultural, social, econômica e ambiental da identidade regional, também associado ao fenômeno sócio político do coronelismo no sul da Bahia.

A partir de observações na forma de crescimento do cacauzeiro, os produtores rurais no sul da Bahia foram desenvolvendo um sistema de cultivo próprio, combinando espécies arbóreas da mata nativa com o plantio de cacau sob sua sombra, pois sombreamento e umidade são essenciais para o cacauzeiro. Desse modo, foi criado o sistema cacau-cabruca, sendo o termo “cabruca” uma referência ao ato de “brocar” ou “cabrocar”, isto é, roçar a mata, removendo do sub-bosque os arbustos e plantas baixas

---

<sup>82</sup> PÁDUA, Um Sopro de Destruição, 2002, p. 119.

<sup>83</sup> CAMPOS, 1981 *apud* LOBÃO, Dan Érico Vieira Petit. Agroecossistema Cacauzeiro da Bahia: Cacau Cabruca e Fragmentos Florestais na Conservação de Espécies Arbóreas. Tese. Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal). UNESP Jaboticabal, SP. set./2007, 98 p.; CABRAL, Na Presença da Floresta, 2014.

<sup>84</sup> SETENTA; LOBÃO, Conservação Produtiva, 2012, p. 48.

<sup>85</sup> COMERLATO *et al*, Arqueologia do Baixo Sul da Bahia, 2018.

<sup>86</sup> DIAS, Sesmarias, posses e terras indígenas, 2013.

para plantar o cacau, deixando as árvores maiores, de modo descontínuo e circundado por vegetação “natural”, conforme exemplo da Figura 2 abaixo representada. A prática desse sistema foi aperfeiçoada e avançou sobre a região sul da Bahia, “a ponto de se tornar um sistema agrossilvicultural de produção que apresenta vantagens agroambientais sustentáveis quando comparado a outros sistemas agrícolas de produção”<sup>87</sup>.



Figura 4 – Foto de acervo do Instituto Arapyauú que mostra o cultivo de cacau em meio à Mata Atlântica. (ARAPYAUÚ. Instituto Arapyauú apoia iniciativa que busca soluções tecnológicas para inventário de manejo sustentável da cabruca. Disponível em: <<https://arapyau.org.br/instituto-arapyau-apoia-iniciativa-que-busca-solucoes-tecnologicas-para-inventario-de-manejo-sustentavel-da-cabruca/>>. Acesso em 10-08-23).

Contudo, a prática do cacau-cabruca não foi a única difundida na região. A CEPLAC, em meados da década de 1970, com a expectativa de ampliar a produtividade do fruto por meio do aumento da luminosidade sobre a copa do cacauzeiro, passou a recomendar a simplificação do ecossistema com as propostas de: a) diminuir a densidade e a riqueza de espécies no sombreamento e; b) transformar em monocultura com o corte raso<sup>88</sup> e plantio de apenas uma espécie (*Erythrina fusca*), em baixa densidade, para proteção do cacau<sup>89</sup>. Essa opção pelo corte raso é desvantajosa em termos de sustentabilidade e proteção ambiental, pois diminui a densidade florestal e a variedade de espécies da vegetação da Mata Atlântica. Mas ambos os sistemas de plantio passaram a ser amplamente utilizados a partir da década de 1970 e é possível observar a combinação dos dois na paisagem regional. Mesmo assim, o sistema cabruca é hoje avaliado como

<sup>87</sup> LOBÃO, Agroecossistema Cacaueiro da Bahia, 2007, p. 17.

<sup>88</sup> O corte raso é uma técnica florestal que elimina toda ou a maioria da vegetação de determinada área. (PLENAMATA. Glossário. Disponível em: <<https://plenamata.eco/verbete/corte-raso/>>. Acesso em 18/07/23.)

<sup>89</sup> LOBÃO, Agroecossistema Cacaueiro da Bahia, 2007, p. 60.

um aspecto importante para a manutenção de fragmentos significativos de Mata Atlântica, alguns em estágio mais avançado de regeneração e outros menos, produzindo um território com mosaicos de variadas densidades florestais.

Condições históricas do sul da Bahia contribuíram para a formação de um território regional que chegou ao final do século XX com uma significativa Floresta Ombrófila Densa, quando comparada a outras regiões do Brasil onde a Mata Atlântica já tinha sido amplamente substituída. Entre esses fatores destacam-se a presença indígena (inibitória do avanço da fronteira colonial nos primeiros séculos após a chegada dos europeus), as restrições régias para o estabelecimento da monocultura de exportação açucareira diante da necessidade de alimentos para o mercado interno, as medidas de conservação das matas para Cortes Reais e, posteriormente, a difusão do sistema agroflorestal de cacau-cabruca. Por isso, a “crise do cacau” nas últimas décadas causou grande impacto, ao desorganizar as comunidades locais desenvolvidas com base - não só, mas especialmente -, na cacauicultura.

Na década de 1980, o Brasil chegou à posição de 2º maior exportador de cacau, sendo a Bahia o estado com maior produção<sup>90</sup>. Não obstante, a lavoura cacauera enfrentou crises sucessivas, acentuadas no final da década de 1980 devido a conjugação de fatores adversos à produção do fruto no sul da Bahia. Primeiramente, sendo uma *commodity*, os preços da arroba de cacau eram negociados em dólares no mercado internacional nas bolsas de valores. Após o aumento dos preços do cacau no mercado, outros locais, como a Costa do Marfim, Malásia e a Amazônia brasileira expandiram sua produção, passando a competir com o cacau baiano. Esses estoques crescentes fizeram os preços pagos aos produtores baianos seguirem uma tendência declinante desde a safra de 1976/1977, embora a produção ainda fosse elevada<sup>91</sup>.

Ao mesmo tempo, começou a se espalhar pelas plantações uma doença que ataca os pés de cacau, deteriorando os frutos desde o início do crescimento. Essa doença, popularmente conhecida como “vassoura-de-bruxa”, pode afetar diversos tipos de plantas, sendo mais conhecida no cacauero. Causada pelo fungo basidiomiceto<sup>92</sup>

<sup>90</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Programa de Recuperação da Lavoura Cacauera – 3ª e 4ª Etapas, 2009, p. 1.

<sup>91</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Programa de Recuperação da Lavoura Cacauera – 3ª e 4ª Etapas, 2009, p. 6.

<sup>92</sup> Os basidiomicetos são fungos de variadas formas, tamanhos e cores cuja principal característica é a formação de célula especializada na produção de esporos sexuais (basidiósporos). Fonte: Aula Teórica Basidio – Basidiomycota. Disponível em:

*Moniliophthora perniciosa*, a doença afeta os tecidos da planta nos quais ocorre o crescimento. Quando atinge um cacaueteiro adulto, o fungo deteriora os ramos, folhas, flores e frutos, ficando esses apodrecidos por dentro, apresentando coloração inicialmente esverdeada e depois marrom, ocasionando forte queda na produção com um desenvolvimento anormal da planta e posterior morte das partes infectadas.



Figura 5 - Cacau com vassoura de bruxa. “[...] Doença derrubou produção de cacau no Brasil (divulgação).” (TOLEDO, Karina. Pesquisa desvenda ponto fraco da vassoura-de-bruxa, FAPESP. Disponível em: <<https://agencia.fapesp.br/pesquisa-desvenda-ponto-fraco-da-vassoura-de-bruxa/15623/>> Acesso em 10-08-23)

A lavoura cacaueteira ocupava cerca de 600 mil hectares com árvores de base genética de baixa resistência à enfermidade<sup>93</sup>. Isto é, poucas árvores de cacau cultivadas no sul da Bahia possuíam elementos genéticos suficientes para resistir à doença causada pelo *M. perniciosa*, diferentemente de outras regiões do Brasil e do mundo onde havia cultivo de cacau. As características genéticas dos cultivares regionais, aliados a outros fatores bióticos e abióticos, favoreceram o desenvolvimento da epidemia de vassoura de bruxa com perdas de até 100% da produção em algumas propriedades.<sup>94</sup>

Conforme analisado por Dean, os processos coevolutivos das espécies de florestas tropicais propiciaram sua grande diversidade e também a dispersão dos indivíduos arbóreos. Isto é, no espaço florestal, as árvores tendem a se espalharem, de modo que a concentração em áreas menores promovida pelos cultivos humanos de certas espécies as tornam mais vulneráveis na complexa rede de relações locais. “Os ataques implacáveis

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5308506/mod\\_resource/content/1/2020\\_Aula%20teorica%20Basidio%20%28VC%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5308506/mod_resource/content/1/2020_Aula%20teorica%20Basidio%20%28VC%29.pdf)>. Acesso em 26/09/2023.

<sup>93</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueteira – 3ª e 4ª Etapas, 2009, p. 8.

<sup>94</sup> NETO, Alfredo Dantas; CORRÊA, Ronan; MONTEIRO, Wilson R.; LUZ, Edna D. M. N.; GRAMACHO, Karina P.; LOPES, Uilson V. Caracterização de uma população de cacaueteiro para mapeamento de genes de resistência à vassoura-de-bruxa e podridão-parda. Fitopatol. bras. 30 (4). Ago/2005, p. 381.

de fungos e insetos que se alimentam de um único gênero ou espécie de planta eram particularmente fatais para espécimes agrupados; daí a dispersão reinante das espécies arbóreas”<sup>95</sup>. Ao aumentarem a concentração espacial de pés de cacau, os agricultores acabaram, inadvertidamente, facilitando a dispersão do fungo causador da vassoura de bruxa.

Esses fatores juntos levaram a efeitos cascata de desemprego em massa de cerca de 250 mil trabalhadores rurais<sup>96</sup>, descapitalização dos produtores, enfraquecimento de empresas nacionais do setor agroindustrial e de exportação de cacau. Como consequência, diversas ações começaram a ser gestadas e colocadas em marcha pelos atores sociais na tentativa de reerguer a economia regional. Algumas dessas ações foram planos de crédito e recuperação econômica de produtores, pesquisas em melhoramento genético com indivíduos resistentes e clonados, além de técnicas eficientes de manejo. Algum sucesso foi alcançado no médio prazo, mas a “vassoura-de-bruxa” parecia se adaptar junto com as tentativas de manejo genético dos novos cacauzeiros, de modo que um conjunto de medidas precisou ser planejado para os anos seguintes, envolvendo não só a conjuntura epidêmica da vassoura-de-bruxa, mas também a reorganização da comercialização do produto<sup>97</sup>.

Entre os municípios onde houve expansão da lavoura cacauzeira, estavam Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, onde foi instalado o PESC em 1997. Nessa época, muitas pessoas já ocupavam a área destinada ao parque, formando comunidades de agricultores. Além das pequenas áreas de cultivo familiar, também havia fazendas grandes empregando parte dessa população. As roças e residências das comunidades de Tesouras, Águas Claras e Serra Azul localizavam-se geralmente próximas aos abundantes rios, riachos e nascentes, com práticas de agricultura para subsistência e sistemas agroflorestais com cultivos diversos, como cacau, seringueira, coqueiros e outras frutíferas. A grande maioria desses habitantes era composta por posseiros residentes no local, embora alguns fazendeiros com propriedades maiores mantivessem residência nas cidades próximas ou até em Salvador, deixando a produção a cargo de funcionários<sup>98</sup>.

---

<sup>95</sup> DEAN, A Ferro e Fogo, 2004, p. 33.

<sup>96</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Programa de Recuperação da Lavoura Cacauzeira – 3ª e 4ª Etapas, 2009, p. 8.

<sup>97</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Programa de Recuperação da Lavoura Cacauzeira – 3ª e 4ª Etapas, 2009.

<sup>98</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005.

Segundo dados do Plano de Manejo, foram localizadas 135 propriedades ou posses na área do parque entre os anos de 2003 e 2004, mas apenas 202 pessoas foram encontradas durante as visitas de campo<sup>99</sup>. Esse mesmo documento afirma que alguns dos agricultores informaram viverem no local há cerca de 50 ou 40 anos<sup>100</sup> em terras deixadas por pais ou avôs. Quando realizamos as entrevistas para esta pesquisa, informações semelhantes foram dadas, mas com um período de tempo um pouco mais curto, tendo a maioria informado viver nessas áreas desde aproximadamente a década de 1980, como no relato de Pedro, 41 anos, atual vigilante do parque:

Eu vim com 5 anos, hoje eu tô com 40, né. Então... meus pais, meu avôs, foram proprietários de uma grande quantidade de terra, inclusive é pertinho do Parque Conduru, tá dentro da medição do parque. Aí essas terras ficaram pra meus pais, meu pai faleceu e ficamos nós nessa propriedade.<sup>101</sup>

Apesar de o entrevistado mencionar uma grande propriedade, sua família deteve a posse de uma área com cerca de 80 hectares. Com base em parâmetros regionais, isso conformaria em torno de 4 módulos fiscais<sup>102</sup>, isto é, uma pequena propriedade<sup>103</sup>. Em outro trecho da mesma entrevista, o interlocutor menciona que “era uma área completa, que já tinha muita gente na região, muita gente” e que

Eram vários vizinhos, todas pessoa ali, é tipo um povoado. Águas Claras hoje tá diferente, mas na época era um pouco movimentado, assim... tinha uma grande quantidade de pessoas e a gente conhecia todo mundo desde a infância, né.<sup>104</sup>

Essa avaliação sobre a quantidade de pessoas vivendo na área do parque deve ser ponderada. Pode ser uma constatação a partir das observações do interlocutor nas comunidades rurais existentes e não em toda a extensão da UC, além de ser fruto da comparação da comunidade do passado com a atual, depois do processo de regularização fundiária e abandono das terras.

<sup>99</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005, p. 182-183.

<sup>100</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005, p. 183-184.

<sup>101</sup> PEDRO. Entrevista com a autora, 16 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>102</sup> O cálculo para determinar os hectares correspondentes aos módulos fiscais varia de acordo com a região. Em Itacaré, Uruçuca e Ilhéus, cada módulo fiscal corresponde a 20 hectares. (Sistema Nacional de Cadastro Rural, Índices Básicos de 2013. Disponível em: <[https://www.gov.br/incra/pt-br/acao-a-informacao/indices\\_basicos\\_2013\\_por\\_municipio.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/acao-a-informacao/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf)>. Acesso em 18/07/2023).

<sup>103</sup> Em relação ao tamanho de área, as pequenas propriedades tem até 4 módulos fiscais. (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Módulo Fiscal. Disponível em <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>>. Acesso em 18/07/2023)

<sup>104</sup> PEDRO. Entrevista com a autora, 16 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

Em outra entrevista, Ana, de 44 anos, menciona ter nascido em Itajuípe<sup>105</sup> e mudou-se, no ano de 1993, com a família, para uma propriedade da sua tia, emprestada ao pai, trabalhador de fazenda de cacau naquele município. Após o pai ficar desempregado, a família precisou se mudar em busca de melhores condições de vida no contexto da crise do cacau. Segundo relato de Márcia, 46 anos, ex-moradora da área do parque:

Trabalhava todo mundo na roça, na roça de cacau, corouva cacau, adubava, carregava, como é que se fala, como é o nome? É... colhia cacau! A gente colhia o cacau, colocava no cesto e colocava nas costas pra trazer, pra quebrar o cacau, tudo a gente já fez, já fazia. [...] Depois veio a vassoura de bruxa, acabou com o cacau, acabou com os fazendeiro, os fazendeiro ficou tudo pobre né, que a riqueza era o cacau. A vassoura de bruxa veio, acabou o cacau. Aí os fazendeiro num tinha como manter os funcionários, né, na roça, os trabalhador; aí muita gente foi, né... muita gente ficou... saiu, outros abandonou suas terrinha, outros passou muita fome, muita fome, né.<sup>106</sup>

Tanto como informado pelo Plano de Manejo quanto nas nossas entrevistas, os moradores ou ex-moradores relataram o desejo de negociar as posses e/ou propriedades com o Governo do estado, quando da criação do parque, mas com a condição de estabelecer um preço de mercado para as terras. Eles não aceitavam valores de indenização apenas pelas benfeitorias, como ordenado na legislação para casos de posses. Vale ressaltar que, na porção norte do parque, próximo à comunidade de Tesouras, haveria

em meio a grandes fazendas [...] um bolsão de doze famílias de pequenos posseiros que mal cultivam mandioca, milho, feijão e fruteiras para a sobrevivência ou vivem de trabalho eventual que fazem em fazendas vizinhas. [...] existem relações de parentesco de primeira e segunda geração entre eles. [...] Utilizam a terra de forma coletiva.<sup>107</sup>

Essas características são comuns em comunidades tradicionais rurais, embora nenhuma das comunidades do território do parque tenha sido estudada e avaliada por esse viés antes da criação da UC. A falta de estudos nesse sentido pode ter enfraquecido as possibilidades de resistência dos moradores frente às ações de remoção do governo. A caracterização como “tradicional” poderia corroborar com o empoderamento da comunidade e sensibilização do estado e da mídia, haja vista o compromisso constitucional de proteger “manifestações culturais populares”<sup>108</sup>.

<sup>105</sup> Cidade que faz parte da microrregião de Ilhéus-Itabuna.

<sup>106</sup> MÁRCIA. Entrevista com a autora, 23 de setembro de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>107</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005, p. 198.

<sup>108</sup> Apesar do artigo Art. 215, CF/88 determinar que o Estado proteja “manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras”, a legislação brasileira só começou a tratar diretamente os direitos de povos e

Aliado a isso, as casas desses moradores eram feitas de taipa ou de madeira, assim como a maioria das casas mencionadas pelos moradores entrevistados, sendo as construções de alvenaria uma introdução posterior. O material das construções acabou contribuindo para o estabelecimento de baixas indenizações oferecidas quando da implementação do PESC.

Embora a densidade populacional da área possa ser vista como baixa, as famílias estavam geralmente concentradas nas comunidades rurais, onde mantinham relações de vizinhança e parentesco, compartilhavam identidades em comum e forjadas em íntima relação com a paisagem de um ambiente rural entremeado por florestas. De acordo com um mapa publicado no Plano de Manejo<sup>109</sup>, a área do PESC já era, em 2003, a maior parte “alterada” ou “em regeneração”, sendo menos de 20% de “áreas naturais” (compreendidas “naturais” como sem nenhum tipo de alteração antrópica), apesar de espécies nativas cobrirem a maior parte do solo. Esses dados indicam uma região bastante antropizada, provavelmente em uma escala de tempo ampla, com a possibilidade de ter sido ocupada tanto por grupos humanos fixos quanto por outros de passagem. A existência de espécies vegetais frutíferas exóticas em áreas de mata nativa, como a palmeira de dendê, a jaqueira e a seringueira podem ser indicativas dessa hipótese.

Para as pessoas que vivem ou viveram na área do parque, o espaço se constitui como um lugar, uma combinação específica “de elementos da natureza e da sociedade”<sup>110</sup>, fruto das interações profundas entre humanos, outros seres vivos e coisas componentes do território, tecendo significados para os atores e suas relações. Ao manejar plantas de seu interesse, os agricultores estavam promovendo, junto às espécies selecionadas, uma modificação do ambiente, partindo da avaliação do já existente e daquilo imaginado como possibilidade futura<sup>111</sup>. Além dessa construção do lugar estar referenciada no valor econômico da produção de alimentos e outros produtos para comercialização, havia também um processo de construção de referências culturais, como os espaços de lazer e os lugares de memória da infância na área abarcada pelo parque. Alguns depoimentos mostraram que:

---

comunidades tradicionais no início dos anos 2000, isto é, depois da criação do PESC, motivo que pode ter contribuído para invisibilizar a população local. (NETO, Joaquim Shiraishi (org.). *Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil: Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional*. UFAM/Fundação Ford. 2007. 232 p.).

<sup>109</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005, p. 185.

<sup>110</sup> SACKS, 1997, 2011 *apud* CABRAL, Diogo de Carvalho. Lugar, tempo e natureza: Esboço da história ambiental da Reserva Ecológica do IBGE. In: IBGE. Reserva Ecológica do IBGE: Parcerias científicas para a sustentabilidade do Cerrado. Organizador: RIBEIRO, M. C. L. B. Rio de Janeiro: IBGE, no prelo.

<sup>111</sup> SACKS, 1997, 2011 *apud* CABRAL, Lugar, tempo e natureza, no prelo.

Tinha uma represa que a gente gostava de ficar brincando quando tinha tempo, era o dia todo e só saía quando a água tava da cor dessa estrada de chão toda vermelha!<sup>112</sup>

Era muito bom, muito, muito, muito bom! E era esse lugar... [...] na semana a gente dormia cedo, sábado e domingo só tinha essa cachoeira pra gente curtir. Era, final de semana ia na cachoeira e mais nada.<sup>113</sup>

Esse [a represa] era meu lugar favorito! Toda vez que eu sentia calor então eu ia pra lá e pra mim sair daí de dentro dava trabalho, porque necessitava ajuda de minha mãe pra poder sair de lá, mas era muito gostoso ficar dentro dessa [água].<sup>114</sup>

Portanto, temos neste ponto elementos de compreensão sobre como a floresta se manteve relativamente bem preservada até o ano de 1997, no ano e local onde veio a ser implementado o PESC. Contribuíram para a conservação das matas fatores históricos regionais na colonização, no modelo de agronegócio do cacau cabruca e na presença indígena. Junto à vegetação em diversos estágios de regeneração e maturidade, viviam famílias de agricultores que, vindos da região em torno do PESC, estabeleceram suas posses na segunda metade do século XX, experimentando as possibilidades, dificuldades e contradições da localidade.

Atualmente, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, esse bioma ocupa 15% do território brasileiro em 17 estados e é onde vive cerca de 72% da população do país. Apesar disso, atualmente restam 24% da sua cobertura vegetal “original”, sendo apenas metade dessa cobertura composta por “florestas maduras”<sup>115</sup>. A Mata Atlântica é considerada uma das áreas do planeta com maiores índices de biodiversidade, com maior quantidade de espécies endêmicas e também uma das mais ameaçadas. Metade dos brasileiros dependem dos recursos e serviços prestados pela floresta mas, ao mesmo tempo, parecem competir com o espaço por ela ocupado, gerando uma situação bastante delicada para humanos e não humanos. O mapa a seguir representa o encolhimento da

---

<sup>112</sup> MIGUEL. Entrevista com a autora, 10 de outubro de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>113</sup> ANA. Entrevista com a autora, 25 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>114</sup> MARIA. Entrevista com a autora, 10 de outubro de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>115</sup> Esses dados podem variar alguns pontos percentuais entre diferentes fontes, devido às variações metodológicas de medir a cobertura atual, a consideração ou não de pequenas áreas de remanescentes e avaliação do grau de sucessão vegetal. Os dados coletados neste trabalho são fornecidos pela Fundação SOS Mata Atlântica. (A Mata Atlântica é a floresta mais devastada do Brasil. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/causas/mata-atlantica/>>. Acesso em 14/04/2023). Os dados são semelhantes aos apresentados pelo IBGE, com variação de 1 a 0,5% para mais ou para menos. (BIOMAS CONTINENTAIS DO BRASIL. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/informacoes-ambientais/15842-biomas.html?=&t=downloads>>. Acesso em 14/04/2023).

Mata Atlântica no sul da Bahia desde 1945, evidenciando que a segunda metade do século XX foi um período de supressão acelerada da vegetação, em paralelo à intensificação desenvolvimentista. As manchas verdes no canto superior direito correspondem à região entre Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, onde foram implementados a APA e o PESC.

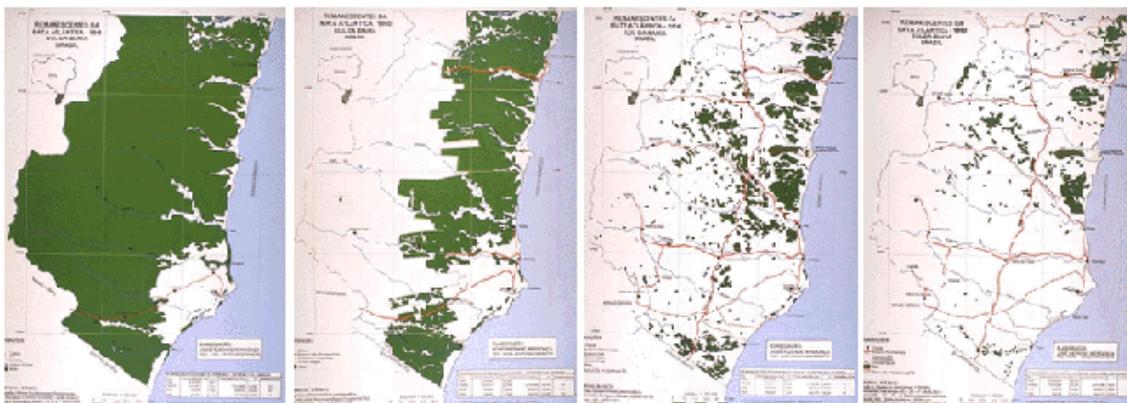


Figura 6 – Mapa da cobertura de Mata Atlântica no Sul da Bahia nos anos de 1945, 1960, 1974, 1990, da esquerda para direita, respectivamente. (Deforestation in southern Bahia over time: 1945, 1960, 1974, 1990. Disponível: <<https://www.nybg.org/bsci/res/bahia/Defor.html>>. Acesso em 07/08/2023).

O estado da Bahia tem cerca de 8% do seu território ocupado por Mata Atlântica, conforme dados atuais do Ministério do Meio Ambiente. Embora aproximadamente 5,8% da superfície esteja protegido por alguma unidade de conservação<sup>116</sup>, elas estão distribuídas entre os diversos biomas abrigados pelo estado: caatinga, cerrado e mata atlântica, totalizando 36 UC's estaduais, 4 na categoria parques (Canudos, Serra do Conduru, Morro do Chapéu e Sete Passagens). Na esfera federal, a Bahia abriga outros 3 parques: Chapada Diamantina, Abrolhos e Descobrimento. Especialistas<sup>117</sup> apontam que a área total protegida ainda é muito restrita e precisaria ser ampliada, não só em termos de quantidade, mas também de qualidade. Seriam necessárias mais unidades de proteção integral plenamente implementadas, com fiscalização adequada, além de outras estratégias de conservação da biodiversidade.

O Parque Estadual Serra do Conduru está localizado entre os atuais municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, na mesorregião sul da Bahia e microrregião Ilhéus-Itabuna, segundo mapeamento do IBGE. Esses dados ajudam a compreender onde o Parque Estadual Serra do Conduru está inserido, em um contexto mais amplo. O Parque

<sup>116</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005, p. 9.

<sup>117</sup> OLMOS, Fábio. Aves ameaçadas, prioridades e políticas de conservação no Brasil. Revista Natureza e Conservação, v. 3, n. 1, abril/2005, p. 21-42; DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; OLIVEIRA, Daniela de. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas / Roseli Senna Ganem (org.). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 2010. p. 341-385.

participou do processo de construção desse contexto, no qual diversos atores humanos e não humanos produziram dados e panoramas apontando a importância dos remanescentes de Mata Atlântica na Bahia.

### **1.3 - PRODETUR: proteção ambiental e desenvolvimento turístico**

A criação de Áreas de Proteção Ambiental na Bahia teve uma fase bastante pronunciada no início da década de 1990, quando diversas unidades de conservação foram criadas, especialmente nas regiões litorâneas. A APA Costa de Itacaré – Serra Grande foi a 10ª unidade desse tipo em todo o estado. Assim como outras antes e depois, teve sua criação vinculada a projetos de expansão turística no estado e à atuação de movimentos ambientalistas. Entre 1992 e 1994, 13 APAs foram criadas na Bahia, indicando um possível período de preparação do território para as políticas públicas que viriam a seguir.

Em 1994, tiveram início as negociações para implementação do PRODETUR/NE I, programa de desenvolvimento do turismo coordenado pelo governo federal e desenvolvido pelos estados da área de abrangência da SUDENE<sup>118</sup>. Num primeiro momento, os estados do nordeste seriam contemplados com recursos concedidos em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), executado pelo Banco do Nordeste (BNB) e com contrapartidas de investimentos por parte dos governos de cada estado. Em 1996, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entrou no programa como agente de viabilização das contrapartidas governamentais.

O turismo era apresentado nas políticas governamentais como uma indústria limpa, de baixo impacto ambiental e para a qual o Brasil, em especial a região Nordeste, teria um grande potencial ainda pouco explorado. Argumentava-se sobre a necessidade de investir para ampliar as vagas de emprego no setor, que já somavam 6 milhões de postos de trabalho à época, e dinamizar a economia regional. Segundo material de

---

<sup>118</sup> A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi inicialmente criada em 1959 pelo então presidente Juscelino Kubitschek e extinta em 1999 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2001 é recriada pelo presidente Lula como autarquia que “por finalidade promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.” Desde então, a área de atuação da SUDENE engloba a região Nordeste e também partes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. (LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 3 DE JANEIRO DE 2007 <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp125.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp125.html)> Acesso em 21/04/23.)

divulgação do PRODETUR produzido pela equipe técnica do BNDES<sup>119</sup>, em 1999 foram investidos 800 milhões de dólares com o PRODETUR, sendo 50% desse valor financiado pelo BID através do BNB e a outra metade sendo composto com recursos do governo através do BNDES. Para ter acesso aos recursos, os projetos urbanístico-turísticos deveriam ser fundamentados na análise de áreas selecionadas com “vocação turística”.

Os recursos advindos do PRODETUR seriam aplicados em infraestrutura urbana, como saneamento básico, estradas, portos e aeroportos, entendidos como propulsores da atratividade turística e atrativo de investidores privados para a região. Cada estado selecionaria seus focos dos investimentos, apresentaria projetos lastreados em planos diretores e, como expressão da época, na no o de desenvolvimento sustentável. Na Bahia, o tripé economia, sociedade e ambiente, característico dessa no o, seria complementado e contemplado pelo PRODETUR através da cria o das APAs. Com essas, esperava-se administrar “racionalmente” o território e oferecer aos investidores segurança ambiental e paisagística, garantindo a atra o desses capitais, uma vez que a composi o da paisagem “natural” era vista como central para esses projetos.<sup>120</sup>

O PRODETUR/NE I tinha como horizonte a cria o de um circuito seguindo modelos inspirados em experiências internacionais de urbaniza o turística do litoral - a exemplo da Costa Rica - e implanta o de equipamentos hoteleiros capazes de atrair grandes investimentos de capital, em especial o estrangeiro. Desse modo, o programa estava fortemente associado   política nacional de neoliberaliza o econômica dos anos 1990<sup>121</sup>, urbano e globalizante. As agências internacionais de fomento ao desenvolvimento em países do sul global previam uma agenda incluindo aspectos da sustentabilidade, impulsionados por grandes eventos ambientais.

A trajetória do PRODETUR/NE como política pública federal e estadual buscando integrar turismo e desenvolvimento sustentável torna-se evidente quando observada a partir de a oes e eventos marcantes do seu tempo. No início da década de 1990, a Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) assumiu a Política Nacional de Turismo, “descentraliza sua gestão” e passa a ter como “principal fun o elaborar

---

<sup>119</sup> AYRES, Mary Lessa Alvim; DAEMON, Ilka Gonçalves; FERNANDES, Paulo Cesar Siruffo; OLIVEIRA, Roberta Junqueira de A. PRODETUR: infra-estrutura e seus reflexos no turismo. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro, 1999. 6 p. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/16062>>. Acesso em 21/04/2023.

<sup>120</sup> AYRES *et alii*. PRODETUR: infra-estrutura e seus reflexos no turismo, 1999.

<sup>121</sup> Segundo Brandão, “a década de 1990 foi o período de consolida o das experiências de orienta o neoliberal no âmbito do turismo, como de todo o resto”. (BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Políticas públicas e urbaniza o turística: o Prodetur-NE e as experiências em balneários litorâneos do Nordeste Brasileiro. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 23, n. 4, out./dez. 2013, p. 749).

políticas públicas de turismo para serem executadas pelas esferas estaduais e municipais”, cabendo ao governo federal estabelecer contatos, normas e suporte de base. Em 1992, a Embratur lançou o Plano Nacional de Turismo para “promover o desenvolvimento regional com a formação de polos de turismo integrados”, um plano “consistente, mas que pouco saiu do papel, tendo uma única ação concreta implementada”, o PRODETUR/NE<sup>122</sup>. No mesmo ano, ocorreu a Eco-92, sediada no Rio de Janeiro, com grande repercussão no ambiente político global.

Como desdobramento desse evento e em preparação para atender ao programa turístico, o governo estadual criou diversas APAs no período de 1992 até 1994 na Bahia, conforme mencionado. Já em 1995, é criada a Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia e oficialmente lançado o PRODETUR/NE, inter-relacionado pelo estado às suas políticas urbanas. Também foi construído um plano estadual, baseado no federal, resgatando estratégias do programa de base turística “Caminhos da Bahia” aplicado em 1979. O território baiano foi dividido em 10 Zonas Turísticas, desenhando “uma nova geografia turística, definindo um planejamento de marketing, de recursos humanos e de captação de recursos para investimentos em infraestrutura nas área turísticas”<sup>123</sup>.

Em suma, os elementos formadores do PRODETUR advinham de diferentes experiências com eventos e iniciativas públicas, compondo um contexto de possibilidades disponíveis em termos de conceitos, articulações entre grupos e percepção de necessidades. No âmbito federal, houve a descentralização de políticas públicas e criação de polos turísticos regionais, pautas da Embratur à época, bem como a acentuação nas questões ambientais. Na esfera estadual, foi criada a Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia e resgatadas experiências de gestão territorial baseada no turismo.

Entre estados do Nordeste, os aspectos principais dos “planos urbanístico-turísticos” apresentados para o PRODETUR tinham algumas características em comum: a) rodovias litorâneas como eixos aglutinadores das zonas turísticas; b) governos como “empreendedores e patrocinadores” através de incentivos fiscais e financeiros; c) ampliação de infraestrutura hoteleira e; d) criação de zonas de preservação ambiental para respaldo político e reconhecimento comunitário<sup>124</sup>. Esses aspectos podem ser

---

<sup>122</sup> SOUZA, Aline Conceição; NOIA, Angye Cássia; PINHEIRO, Lessi Inês Farias. Evolução das Políticas Públicas de Turismo no Estado da Bahia. Anais do Seminário da ANPTUR, 2016, p. 5.

<sup>123</sup> GAUDENZI, 2001 *apud* SOUZA, NOIA e PINHEIRO, Evolução das Políticas Públicas de Turismo no Estado da Bahia, 2016, p. 8.

<sup>124</sup> PAIVA, Maria das Graças de Menezes Venâncio. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. Revista de Administração Pública, 44 (2). Rio de Janeiro, mar/abr 2010, p. 203.

relacionados com a experiência no sul da Bahia, onde o governo estadual promoveu a criação da APA Costa de Itacaré-Serra Grande e, no âmbito municipal, da APA Lagoa Encantada, como alguns dos primeiros passos. A seguir, veio o projeto de pavimentação da estrada Ilhéus – Itacaré<sup>125</sup>, acompanhando a linha da costa, com o intuito de facilitar o acesso turístico a Itacaré e às praias do norte de Ilhéus. Além disso, alguns complexos turísticos hoteleiros foram implementados na Costa do Sauípe<sup>126</sup>, região do Recôncavo baiano. Como relembra Érika Campos, atual gestora da APA Itacaré – Serra Grande,

[...] o PRODETUR ia investir em estradas, melhoria de estradas, melhoria de *piers*, investimento pra captação de grandes *resorts*. Foi quando surgiu os *resorts*, por exemplo do litoral norte do estado da Bahia, naquela região de Imbassai, naquela região da Praia do Forte, Diogo, Santo Antônio, Sauípe. Sauípe, especificamente, foi o primeiro.<sup>127</sup>

Embora o PRODETUR/NE I tenha sido um programa idealmente ancorado na noção de desenvolvimento sustentável, os investimentos em aeroportos e saneamento superaram grandemente aqueles em unidades de conservação. Ações voltadas diretamente para as UCs contaram com apenas 3% do total de valores investidos. Contraditoriamente, o apelo turístico da região era atribuído à preservação da paisagem “natural”, evidenciando que a pauta ambiental funcionava apenas de forma superficial nas ações do governo, aspecto reforçado posteriormente com o modo de implementação do PESC. Outro problema do programa foi a descentralização entre estados e municípios ainda despreparados em termos de estrutura administrativa e profissional para o acompanhamento dos projetos nas localidades. Muitos projetos iniciados na ocasião foram insatisfatoriamente concluídos e as obras de infraestrutura essenciais para melhorar o turismo no Nordeste foram insuficientes.

Mesmo com esses problemas, o PRODETUR/NE I aplicado no final da década de 1990 foi considerado um programa bem sucedido. Por isso, no início dos anos 2000, foi dado início ao PRODETUR/NE II, complementando o primeiro em termos de recursos e de capacitação profissionalizante dos estados e municípios. Esperava-se propiciar a administração do território com base nos planos sustentáveis a partir da governança local.

---

<sup>125</sup> Originando a Ba001, posteriormente ampliada pelo PRODETUR II.

<sup>126</sup> ANDRADE, J. C. S.; RIBEIRO, M. T. F.; GÓES, M. de F. B.; VARGENS, E. da C. Conflitos e riscos socioambientais: análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais. *Revista De Administração Pública*, 37(2), 2003. p. 459-476.

<sup>127</sup> CAMPOS, Érika Valeska. Entrevista com a autora, 16 de março de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

O foco nessa segunda fase estaria na qualidade de vida da população dos polos turísticos, atendendo à esfera social da noção de desenvolvimento sustentável.

O PRODETUR previa a criação de complexos turísticos integrados ao longo do litoral da Bahia, simultaneamente à ordenação de uso do solo e o planejamento do desenvolvimento em bases sustentáveis. Para atingir esse objetivo no sul do estado, uma das primeiras ações foi a criação da APA Costa de Itacaré – Serra Grande, unidade de conservação de uso sustentável criada pelo decreto nº 2.186 de 07 de junho de 1993. Abarcando uma área de aproximadamente 150 km<sup>2</sup>, está localizada na parte norte da zona turística denominada Costa do Cacau, em referência ao fruto de maior proeminência econômica na região. Essa APA percorre a costa em uma faixa de 6 km de extensão da praia ao interior (leste-oeste), desde a margem direita do Rio de Contas, em Itacaré, até a foz do Rio Sargi, extremo norte de Ilhéus, passando pela Vila de Serra Grande, distrito de Uruçuca.

Além do objetivo de regulamentar o uso do solo com fins de preservação da paisagem, o projeto de implantação da APA apontava também a relevância da biodiversidade de espécies vegetais na região e a necessidade de proteção de recursos naturais, com especial atenção para os recursos hídricos. Tendo em vista a criação de complexos turísticos, a água se tornava ainda mais relevante para garantir o abastecimento de longo prazo a uma população com tendência ao crescimento nos anos seguintes. Esperava-se, ainda, assegurar o acesso aos recursos hídricos para agricultores de Uruçuca e Itacaré, já que a agricultura de pequena escala era a principal atividade da população local. Atividades turísticas apenas começavam a serem exploradas, conjugadas com agricultura, pesca e extração de madeira.

Na mesma ocasião de criação da APA Costa de Itacaré - Serra Grande, foram decretadas outras unidades de conservação de uso sustentável, categoria na qual se mantém o direito à propriedade privada. No total, outras oito APAs foram criadas no ano de 1993 pelo governo baiano, totalizando nove UCs de uso sustentável no estado, sendo a maioria delas localizadas em áreas litorâneas ou adjacentes ao litoral, visando estabelecer as condições de infraestrutura para o desenvolvimento do turismo. A administração das APAs ficou a cargo da Embratur/BAHIATURSA<sup>128</sup> e Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), especificamente da Coordenação de Desenvolvimento do

---

<sup>128</sup> Embratur e Bahiatursa são empresas públicas de turismo para aplicar políticas de estímulo ao setor no âmbito federal e estadual, respectivamente. Atualmente possuem nomenclaturas e funções ligeiramente diferentes das mencionadas neste trabalho.

Turismo (CODETUR). Na Tabela 1 é possível observar a data de criação e ampliação, quando houve, de todas as APAs do estado da Bahia, com grande proliferação desse tipo de UC ao longo da década de 1990. Esse processo de criação das APAs estava intrinsecamente relacionado ao contexto das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento adotadas pelo governo estadual.

*Tabela 1 - Áreas de Proteção Ambiental no estado da Bahia a partir dos decretos de criação disponibilizados pelo INEMA.<sup>129</sup>*

Nº	Nome da APA	Decreto Estadual de criação	Decreto Estadual de ampliação
1	Lagoas e Dunas do Abaeté	nº 351 de 22 de setembro de 1987	nº 2.540 de 18/10/1993
2	Gruta dos Brejões / Vereda do Romão Gramacho	nº 32.487 de 13 de novembro de 1985	
3	Lagoas de Guarajuba	Resolução CEPRAM nº 387 de 27 de fevereiro de 1991	
4	Mangue Seco	nº 605 de novembro de 1991	
5	Litoral Norte do Estado da Bahia	nº 1.046/92 de 17 de março de 1992	
6	Guaibim	nº 1.164 de 11 de maio de 1992	
7	Ilhas do Tinharé e Boipeba	nº 1.240 de 05 de junho de 1992	
8	Serra do Barbado	nº 2.183 de 07 de junho 1993	
9	Coroa Vermelha	nº 2.184 em 07 de junho de 1993	
10	Costa de Itacaré / Serra Grande	nº 2.186 de 07 de junho de 1993	nº 8.649 de 22/09/2003
11	Caraíva Trancoso	nº 2.215 de 14 de junho de 1993	
12	Marimbus / Iraquara	nº 2.216 de 14 de junho de 1993	
13	Lagoa Encantada e Rio Almada	nº 2.217/93 de 14 de junho de 1993	
14	Ponta da Baleia / Abrolhos	nº 2.218 de 14 de junho de 1993	
15	Rio Capivara	nº 2.219 de 14 de junho de 1993	
16	Bacia do Rio de Janeiro	nº 2.185 de 07 de junho de 1993	
17	Santo Antônio	nº 3.413 de 31 de agosto de 1994	
18	Lagoa Itaparica	nº 6.546, de 18 de julho de 1997	
19	Dunas e Veredas do Baixo-Médio São Francisco	nº 6.547 de 18 de julho de 1997	
20	Lago de Pedra do Cavalo	nº 6548 de 18 de julho de 1997	
21	Pratigi	nº 7.272 de 02 de abril de 1998	nº 8.036 de 20/09/2001
22	Baía de Todos os Santos	nº 7.595 de 5 de junho de 1999	
23	Joanes – Ipitanga	nº 7.596 de 5 de junho de 1999	
24	Bacia do Cobre / São Bartolomeu	nº 7.970 de 5 de junho de 2001	nº 7.971 de 05/06/2001
25	Serra Branca / Raso da Catarina	Nº 7.972 de 05 de junho de 2001.	
26	Baía de Camamu	nº 8.175 de 27 de fevereiro de 2002	
27	Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	nº 8552 de 5 de junho de 2003	
28	Plataforma Continental do Litoral Norte	nº 8.553 de 5 de junho de 2003	
29	Lago do Sobradinho	Nº 9957 de 30 de março de 2006	
30	Rio Preto	Nº 10.019 de 05 de junho de 2006	

<sup>129</sup> Dados coletados em: INEMA – APA. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/>> Acesso em 18/04/2023.

31	São Desidério	Nº 10.020 de 05 de junho de 2006	
32	Serra do Ouro	Nº 10.194 de 27 de dezembro de 2006	

A eficácia desse tipo de UC era considerada baixa no final da década de 1990 pelos responsáveis do projeto de implantação das APAs. Os técnicos informavam as “grandes dificuldades em assegurar a integridade e permanência (sustentabilidade) dos recursos hídricos e paisagísticos, mesmo em áreas legalmente protegidas, onde coexistem interesses políticos e econômicos dos mais diversos.”<sup>130</sup>. Essa era a avaliação manifestada pelos ambientalistas e funcionários de instituições responsáveis pelas UCs da região acompanhando a APA desde sua criação, há pelo menos três anos. Salientava-se o caráter desafiador imposto à ação pública por esse modelo de conservação, pois a extensão da área, as zonas de floresta e o direito à propriedade representavam uma combinação difícil de fiscalizar. Isso demandaria ações de longo prazo, como educação ambiental junto à população e aos proprietários de terras, a fim de “conscientizá-los” sobre os benefícios da proteção do “meio biofísico” para aderirem às normas de manejo e zoneamento e se tornarem agentes garantidores dos objetivos da APA.

A criação de unidades de conservação no estado da Bahia seguiu uma tendência verificável nos demais estados brasileiros. Antes mesmo da promulgação do SNUC, em 2000, a categoria Área de Proteção Ambiental já existia na legislação brasileira e foi contemplada pelo novo sistema. As APAs eram, desde o final da década de 1990, o modelo mais difundido entre as UCs estaduais, pois “não exigem desapropriações e podem se constituir em boas ferramentas de planejamento local integrado”<sup>131</sup>. Esse era exatamente o objetivo do governo baiano na ocasião de criação da APA Costa de Itacaré-Serra Grande com a finalidade de atender os requisitos do PRODETUR e promover a conservação da paisagem para exploração turística.

#### **1.4 - Movimento ambientalista, formação de grupos e profissionalização de ONGs**

<sup>130</sup> BAHIA. Projeto de Implantação das Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande e Lagoa Encantada e Criação do Parque Estadual Serra do Conduru, 1997, p. 7.

<sup>131</sup> DRUMMOND *et al*, Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil, 2010, p. 35.

O final da década de 1980 e início de 1990 foram importantes para a Mata Atlântica, com uma maior politização de questões ambientais. Se desde o século XVIII havia intelectuais preocupados com questões ambientais no Brasil<sup>132</sup>, no período da redemocratização, com a Constituição Federal de 1988, a proteção das florestas entrou na pauta do dia para o governo federal com maior evidência. Contribuíram para isso organizações sociais não governamentais, panoramas globais elaborados em eventos reunindo cientistas, políticos, grandes empresas e canais midiáticos, além de compromissos assumidos pelos governos em acordos internacionais.

Desde o início do século XX, houve diversas organizações dedicadas a temas ligados à “proteção da natureza”. As primeiras duas gerações de agentes engajados nesse sentido, entre 1920 e 1980, se preocuparam muito com a formação da identidade nacional e com o desenvolvimento econômico dependente dos recursos naturais. Por isso, o foco recaía sobre a criação de códigos e leis para regulamentar a extração madeireira, o reflorestamento voltado para a indústria, a pesca e caça, por exemplo. Nessas décadas, foram criados os Código Florestal de 1934 e de 1965, cada qual com suas particularidades e atendendo às demandas de um contexto específico, mas compartilhando noções importantes, como a reserva de recursos para o desenvolvimento nacional<sup>133</sup>. A principal inovação trazida pelo Código de 1934, continuada na legislação subsequente, estava na definição dos territórios a serem protegidos. Em épocas anteriores, isto é, desde o período colonial, eram protegidos os recursos espalhados pelas terras da Coroa ou do Império e não um território definido. A criação de áreas reservadas conectou o Brasil à uma tradição de proteção para a qual a floresta era um recurso econômico e territorial a ser controlado e supervisionado pelo Estado<sup>134</sup>.

O grupo da geração de 1920 a 1940, aproximadamente, era constituído por grupos de ativistas ligados ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, influenciados por personagens como Euclides da Cunha e Alberto Torres e por experiências como a Expedição Rondon. Em suas atividades, esses ativistas, concentrados nas figuras de José Sampaio, Roquette-Pinto e Mello Leitão, buscavam conciliar diversas frentes, tais como a defesa da “natureza” brasileira, da saúde pública e da educação por meio de um governo

---

<sup>132</sup> PÁDUA, Um Sopro de Destruição, 2002.

<sup>133</sup> CARVALHO, Ely Bergo de; ROSA, Isabela Cristina. Precisa-se de um novo código Florestal: projetos nacionais da legislação florestal brasileira entre 1934 e 1965. Revista Diálogos, v. 23, n. 3, 2019, p. 216-240.

<sup>134</sup> MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. Ambiente & Sociedade, v. IX, nº 1, jan./jun. 2005, p. 41-64.

centralizador, guiando a nação rumo ao seu aperfeiçoamento. “Eles misturavam a produção de conhecimento com o nacionalismo e pressionavam autoridades por medidas para preservar a natureza, bem como impulsionar projetos educativos e de ciências”<sup>135</sup>. Aliado à sua atuação política, buscavam também promover o projeto científico da nascente biologia, integrando ciência e política nas suas ações e pensamentos. Com essa geração de 1920 a 1940, muitas ações pioneiras no Brasil foram adotadas em consonância com a leitura de contexto feita por esses atores. Foi quando surgiram a Sociedade dos Amigos das Árvores, a Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, os primeiros parques nacionais de Itatiaia (RJ), Iguaçu (PR) e Serra do Órgãos (RJ) e também os primeiros Códigos Florestal e de Caça e Pesca<sup>136</sup>.

Já na década de 1950, surgem outras associações de pessoas preocupadas com as questões ambientais, geralmente sediadas na região sudeste, no eixo Rio-São Paulo. É o caso, por exemplo, da Sociedade dos Amigos da Flora Brasileira e da Associação em Defesa da Flora e Fauna. Porém, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), criada em 1958, por um grupo de agrônomos, biólogos e jornalistas foi a mais longeva protagonista da mobilização ambiental no país no século XX<sup>137</sup>.

Durante o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, a FBCN buscou organizar ações para enfrentar esses projetos e “impedir a devastação do patrimônio natural brasileiro”<sup>138</sup>. A Fundação trabalhou durante seus primeiros anos no sentido de tecer articulações com os quadros governamentais em posições estratégicas para a conservação/proteção ambiental, exercendo influência em instituições estatais. Essa aliança já era, de certa forma, pleiteada pelos membros do Museu Nacional desde a década de 1920. Ela resultou na colaboração entre a FBCN e o IBDF, a partir do Simpósio sobre Conservação da Natureza e Restauração do Ambiente Natural, realizado em 1968 no Rio de Janeiro.

Com isso, foram injetados recursos estatais em projetos conservacionistas e preservacionistas, numa tentativa de reunir essas duas pontas que englobavam as preocupações com a natureza. Essa estratégia de “ligar pontas” era também adotada pela *Internacional Union for the Conservation of Nature*, criada em 1948, com a qual a FBCN

---

<sup>135</sup> DUARTE, 2019, p. 4.

<sup>136</sup> CARVALHO e ROSA, 2019; DUARTE, 2010.

<sup>137</sup> DUARTE, Regina Horta. *Environmental Change and Mobilization in Brazil*. *Oxford Research Encyclopedia, Latin American History*. Dec. 2019, p. 5.

<sup>138</sup> FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1993. *Textos de História*, vol. 17, n. 1, 2009, p. 63.

colaborava. A “FBCN se estruturou na base da ocupação simultânea de espaços governamentais e não-governamentais, articulando referenciais internos e externos, atuando pela conservação da natureza nos âmbitos nacional e internacional”<sup>139</sup>. Sua concepção mais assertiva estava fundamentada na criação de espaços protegidos, afastados da exploração humana direta e destinados à pesquisa científica e fruição estética<sup>140</sup>.

Entre as décadas de 1980 e 1990, a FBCN experimentou a divisão de espaço com outras perspectivas sobre conservação. Emergia uma “nova onda de ambientalismo, forjada em meio aos movimentos sociais de oposição à ditadura civil-militar”<sup>141</sup>, cuja discordância principal era a permanência ou retirada dos residentes das áreas destinadas à conservação ambiental. A partir de então, esse novo grupo foi assumindo a qualificação de “socioambientalismo” e acusou os membros da FBCN de “naturalistas” com tendência “filantrópica” na “pré-história do ecologismo brasileiro”<sup>142</sup>. Por oposição, o novo grupo defendia a associação entre questões sociais e ambientais e a incorporação de comunidades de residentes em áreas de conservação, na esteira dos movimentos indígenas e de seringueiros na Amazônia. Com as portas abertas pelo fim da ditadura civil-militar, a arena ambiental foi ampliada, alguns movimentos se fundiram, outros se constituíram no amálgama entre ambientes e sociedades, e novas organizações foram criadas.

De fato, na década de 1980 ocorreu uma efervescência de ações na pauta ambiental, desde a inclusão do patrimônio natural no corpo da Constituição de 1988, a criação da Política e do Conselho Nacional de Meio Ambiente, em 1981, até a fundação do IBAMA, em 1989, além da demarcação de reserva extrativista, parques e territórios indígenas. Concomitantemente, houve a profissionalização do ambientalismo através do surgimento de importantes organizações, como a SOS Mata Atlântica, em 1986, e Fundação Biodiversitas, em 1989, atenuando o marcante caráter de protesto dos movimentos anteriores e fortalecendo a colaboração institucional. Há uma divisão entre dois momentos do ambientalismo no século XX, a princípio mais voltado para ações de denúncia e sensibilização e, depois, mais institucionalizado e profissional nas últimas décadas. Mas vale ressaltar que a denúncia e engajamento popular continuam sendo

---

<sup>139</sup> FRANCO e DRUMMOND, O cuidado da natureza, 2009, p. 65.

<sup>140</sup> FRANCO e DRUMMOND, O cuidado da natureza, 2009, p. 65.

<sup>141</sup> DUARTE, Mudanças Ambientais e Mobilização no Brasil, 2019, p. 6.

<sup>142</sup> DUARTE, Mudanças Ambientais e Mobilização no Brasil, 2019, p. 6.

trabalhadas, bem como a ocupação de cargos e projetos ligados ao estado já eram objetivos de grupos anteriores.

Por vezes, o ambientalismo brasileiro é lido como uma novidade ou como uma ressurgência da década de 1990<sup>143</sup>, mas é possível observar as preocupações ambientais experimentando continuidades e rupturas nos modos de atuação ao longo do século XX. Assim, mobilizações e pensamentos ambientais, em sentido amplo, chegam à década de 1990 com a consolidação de políticas públicas, articulados em organizações de cobertura nacional e aliados a redes internacionais, por meio de longos processos de criação e reformulação, acompanhando mudanças contextuais e leituras de mundo de seus agentes.

A reflexão sobre a destruição da “natureza” brasileira, embora acontecesse desde o século XVIII<sup>144</sup>, configurou-se de maneira muito particular em meados do século XX. Pesquisas científicas e mobilização social se associaram na definição de novos desafios políticos para a humanidade. O ambientalismo da década de 1990 é heterogêneo, complexo e multifacetado, dada a proliferação de organizações não governamentais, associações, fundações e institutos com atuação local ou internacional. Isso colocou desafios definidos na articulação entre o local e o global através de diagnósticos, recomendações, apoio e financiamento.

Ademais, na década de 1990, o movimento ambientalista ganhou força em um momento no qual

ideias de preservação e conservação já não mais privilegiavam a questão da identidade nacional. O grande foco era [...] mobilizar os diversos conhecimentos científicos para uma melhor compreensão das capacidades-limite dos ecossistemas e, conseqüentemente, uma forte crítica ao crescimento econômico que traz consigo inúmeros impactos ao ambiente<sup>145</sup>.

Na verdade, na legislação anterior à Constituição de 1988, a natureza foi incluída e valorizada enquanto patrimônio nacional pela via do desenvolvimentismo, destacando a importância dos recursos naturais como esteio fundamental da nação<sup>146</sup>. À diferença das gerações anteriores, o movimento ambientalista de 1990 pautava um modelo de desenvolvimento sustentável aparentemente promissor no desafio de articular desenvolvimento socioeconômico e qualidade ambiental, especialmente para os então chamados “países de terceiro mundo”.

---

<sup>143</sup> FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. *Revista Ambiente & Sociedade*, ano II, n. 5, 1999.

<sup>144</sup> PÁDUA, Um Sopro de Destruição, 2002.

<sup>145</sup> FRANCO e DRUMMOND *apud* CARVALHO e ROSA, Precisa-se de um novo código Florestal, 2019, p. 221-222.

<sup>146</sup> CARVALHO e ROSA, Precisa-se de um novo código Florestal, 2019.

A Rio-92 foi um marco importante nessa trajetória, influenciando tanto a formulação de políticas públicas e instituições estatais para o meio ambiente, quanto a performance de ONGs e outras formas de organização da sociedade civil. O evento teve um grande papel na incorporação do Brasil nos debates internacionais sobre o meio ambiente e, internamente, gerou uma forte repercussão das temáticas ambientais entre a população, além de aproximar diversas tendências internas do movimento<sup>147</sup>. Se antes de 1992 a pauta ambiental ficava mais restrita a grupos específicos de pesquisadores e cidadãos<sup>148</sup>, a partir daí aumenta o interesse e a participação em geral<sup>149</sup>.

Durante a Rio-92, foram definidos 36 tratados ou “compromissos de ação da sociedade civil planetária”, dentre os quais destacamos a Agenda/21, a Convenção de Mudanças Climáticas (incluindo a criação de um fundo administrado pelo Banco Mundial), a Convenção da Biodiversidade e a Declaração pelo Desenvolvimento Sustentável. Esta última contou com maior número de adesões dos países participantes e estava fundamentada no Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), de 1987, fruto da Conferência de Estocolmo de 1972. Essa conexão sugere uma expectativa de aprofundamento do debate em torno da articulação entre desenvolvimento ou crescimento econômico e sustentabilidade socioambiental.

Ainda como desdobramento do evento, houve a criação do Ministério do Meio Ambiente na esfera do governo federal, no mesmo ano de 1992, e uma acentuação na aplicação da política ambiental brasileira<sup>150</sup>. Com isso, mais espaço foi sendo ocupado pelas ONGs ambientalistas no ambiente governamental e uma rede de relações mais densa tecida entre os grupos nacionais e internacionais engajados com movimentos socioambientais. Essa densidade de relações parecia fortalecer a tendência para formação de uma “comunidade global”, somando esforços de ONGs locais e transnacionais para a proteção do meio ambiente e implementação de medidas para o desenvolvimento sustentável<sup>151</sup>. Caberia às ONGs locais atuar em projetos específicos, instrumentais para promover mudanças práticas e imediatas<sup>152</sup>, enquanto as ONGs maiores cuidavam das

---

<sup>147</sup> FERREIRA, Conflitos sociais contemporâneos, 1999, p. 48.

<sup>148</sup> FERREIRA, Conflitos sociais contemporâneos, 1999.

<sup>149</sup> SILVA, Ana Carolina Aguerri Borges da. Reflexões acerca do ambientalismo: as Conferências Oficiais da ONU no Brasil. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; PEREIRA, Celso S.; ACCIOLY, Inny Bello; COSTA, Rafael N. Costa (orgs.). Pensamento Ambientalista numa sociedade em crise. NUPEM/UFRJ. Macaé, 2015, p. 19-36.

<sup>150</sup> SILVA, Reflexões acerca do ambientalismo, 2015, p. 28.

<sup>151</sup> FERREIRA, Conflitos sociais contemporâneos, 1999, p. 44.

<sup>152</sup> FERREIRA, Conflitos sociais contemporâneos, 1999, p. 49.

articulações entre diversos locais com base nos fundamentos definidos nas convenções oficiais, nos acordos internacionais e nos interesses financeiros<sup>153</sup>.

### 1.5 – Movimento ambientalista na Bahia

No estado da Bahia, a mobilização ambientalista emergiu com mais força no início da década de 1980 com a formação de dois grupos que começam a se reunir na cidade de Salvador: o Gérmen – Grupo de Defesa e Promoção Socioambiental, e o Gambá - Grupo Ambientalista da Bahia, ambos fundados<sup>154</sup> em 1981 por estudantes universitários. O intuito dos grupos era, inicialmente, discutir e promover ações de denúncia sobre acontecimentos vistos como degradantes do meio ambiente. O início dos encontros aconteceu em um período no qual havia uma expectativa pela mudança do regime político, passando da ditadura militar para a retomada da democracia, estimulando a organização da sociedade civil no país. Nessa época, os movimentos sociais passaram a ocupar um espaço mais explícito e houve um processo de construção aberta de identidade do movimento ambientalista<sup>155</sup>. Esse início é relatado pela própria ONG Gambá na sua página institucional:

O Gambá surgiu do bate-papo apaixonado de alguns sonhadores que desejavam rever as relações entre os seres humanos e a natureza. Era começo dos anos 80 e chegava ao fim a fase da ditadura militar, marcada pela repressão às liberdades políticas, quando as pessoas eram proibidas de se organizar em associações e sindicatos. Muita gente que tinha sido duramente reprimida por ser contra o regime militar encontrou na militância pela preservação do meio ambiente um novo ânimo e uma nova disposição de luta por mudanças na sociedade.<sup>156</sup>

O Gambá é uma ONG com foco local na cidade de Salvador e seu entorno, apesar de já ter realizado projetos e ações em outras localidades da Bahia. Sua institucionalização ocorreu em abril de 1982, de modo que o grupo participou da abertura do CEPRAM (Conselho Estadual do Meio Ambiente). A nova Constituição do Estado da Bahia, de

---

<sup>153</sup> DIEGUES, O Mito Moderno da Natureza Intocada, 1996.

<sup>154</sup> THOMAS, Elizabete Maria Barros. A Natureza das Relações Entre ONGs Ambientalistas Baianas e o Poder Público Estatal: o caso do Grupo Ambientalista da Bahia e Fundação OndAzul. Dissertação (Mestrado em Administração). UFBA, Salvador. 2006, p. 65.

<sup>155</sup> FERREIRA, Conflitos sociais contemporâneos, 1999.

<sup>156</sup> Gambá – Histórico. Disponível em: <<https://www.gamba.org.br/instituicao/historico>> Acesso em 28/04/23.

1989, propiciou maior participação social no órgão ao estabelecer uma configuração tripartite e paritária<sup>157</sup>. A ONG passou a ocupar uma cadeira no Conselho mantida ao longo dos anos.

A trajetória do Gambá parece ter sido bastante similar à de muitas ONGs ambientalistas no Brasil, apesar das especificidades de cada caso. Desde sua criação, as atividades eram realizadas por militantes voluntários, com e sem formação profissional e/ou educação superior. Com a “crescente incorporação da temática ambiental por governos e empresas, surgiu a necessidade de dar mais consistência e dinâmica aos trabalhos realizados”<sup>158</sup>. Esse dinamismo nas atividades levou também à busca por mais recursos e conhecimento técnico nas diversas áreas de atuação, desde educação ambiental, à poluição industrial e áreas de conservação.

Durante os preparativos para a Rio-92, o Gambá sentiu necessidade de maior profissionalização<sup>159</sup>. Assim, a partir da década de 1990, o grupo teria iniciado um encaminhamento para a profissionalização, concretizado em 1995, quando os coordenadores passaram a se dedicar integralmente às atividades da ONG. Como argumentam seus membros, isso gerou divisões internas de apoio ou crítica ao processo. Enquanto alguns apontam a irreversibilidade da profissionalização, outros se posicionavam contra, avaliando como prejudiciais à autonomia do grupo esse distanciamento da militância e o alinhamento com órgãos governamentais ou com financiamentos empresariais<sup>160</sup>. De todo modo, o Gambá, assim como o Gérmen, agregou militantes e voluntários com preocupações ambientais. Eles participaram, no período da redemocratização, da construção do movimento ambientalista com *locus* de atuação na Bahia e no Brasil. Posteriormente, seus membros passaram a compor quadros governamentais, bem como a atuar em projetos com financiamento privado.

Depois desses grupos iniciais, vários outros foram sendo criados no estado da Bahia. A Fundação OndAzul, por exemplo, nasceu como Movimento OndAzul, por iniciativa do então vereador da cidade de Salvador, Gilberto Gil, a fim de chamar a

---

<sup>157</sup> ASSUNÇÃO, Francisca Neta Andrade. A Participação Social no Licenciamento Ambiental na Bahia: Sujeitos e Práticas Sociais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). UNB: Brasília, jul. 2006, p. 235.

<sup>158</sup> THOMAS, A Natureza das Relações Entre ONGs Ambientalistas Baianas e o Poder Público Estatal, 2006, p. 68.

<sup>159</sup> A profissionalização das ONGs ocorre quando seus membros desenvolvem atuação e conhecimento técnicos, sendo, muitas vezes, remunerados pela prestação de serviços, tornando-se profissionais do terceiro setor. (CRESPO, 1995; DRUMMOND e FRANCO, 2009; ZHOURI, 2006).

<sup>160</sup> THOMAS, A Natureza das Relações Entre ONGs Ambientalistas Baianas e o Poder Público Estatal, 2006, p. 71-72.

atenção para a preservação das praias e zonas costeiras municipais, no sentido de complementar a “onda verde” no movimento ambientalista, concentrado nas florestas. O OndAzul tem início com foco na realização de campanhas de conscientização ambiental, defendendo questões ambientais como essencialmente culturais. Mas, a partir de 1998, após alguns anos de paralisação, o movimento foi reestruturado na Fundação OndAzul (FO), passou a operar com outras questões além das águas e com ampliação das atividades para o território nacional. Contando com um quadro estritamente profissional, esta nova fase da FO emerge com o foco no “trabalho de articulação política”, mais do que para “resolver problemas pontuais”<sup>161</sup>. Ou seja, assume um caráter técnico com o objetivo de produzir conciliação de interesses e não o enfrentamento denunciatório.

A partir de dissidências dos primeiros grupos, Gérmen e Gambá, teria surgido a ONG Papamel no interior da Bahia, também assumindo um assento no CEPRAM. Por sua vez, um membro dissidente do Papamel, liderou o Movimento de Resistência Ecológica Boto Negro na cidade de Itacaré, já no ano de 1987. O nome atribuído ao movimento faz referência a um encalhe de botos ocorrido na praia de Piracanga, cerca de 7 km ao norte da foz do Rio de Contas. Como avaliado por um dos fundadores, Adroaldo,

Era tudo sobre isto, a beleza de Itacaré, as ondas de Itacaré, o windsurfê na boca da barra, entendeu, uns ventos bons. A gente não podia estar só olhando aquilo sem fazer nada. Além do movimento da questão agrária da terra, tinha outras coisas de Itacaré que era para ser resolvido ontem, isto tudo sem que a gente quisesse mesmo. Pela qualidade de vida que a gente queria em Itacaré, a gente não podia ficar de braços cruzados.<sup>162</sup>

A formação do grupo foi devida, em grande parte, aos surfistas procurando Itacaré para a prática do esporte e um estilo de vida em relação com a “natureza”. Ao buscar o afastamento do ambiente urbano, os surfistas, muitos vindos de grandes cidades próximas ou distantes, acabaram levando consigo a sensibilização para questões ambientais típicas da classe média urbana no final do século XX. Ao longo dos anos, além dos surfistas, outros membros com trajetórias diferentes se somaram ao Boto Negro<sup>163</sup>.

Alguns eram profissionais ligados às ciências naturais, como Érika Campos, oceanóloga formada na FURG (Universidade Federal do Rio Grande) e atual gestora da APA Itacaré Serra Grande. Durante a graduação, ela já tinha se envolvido com um movimento ambientalista, o NEMA (Núcleo de Formação e Monitoramento Ambiental),

<sup>161</sup> THOMAS, A Natureza das Relações Entre ONGs Ambientalistas Baianas e o Poder Público Estatal, 2006, p. 77.

<sup>162</sup> ADROALDO, entrevista, julho de 2012 *apud* PALMER, 2021, p. 118.

<sup>163</sup> PALMER, Piratas, Jesuítas, Quilombolas, Coronéis, Pescadores e Surfistas, 2021.

fundado em 1985 por estudantes do curso de oceanologia, “uma proposta pioneira de conexão entre o conhecimento científico e a vivência da comunidade”<sup>164</sup>. Podemos identificar aí a bagagem trazida por ela para sua experiência em Itacaré, onde veio para realizar as pesquisas de campo do seu mestrado em geologia costeira, a serem realizadas na foz do Rio de Contas. Após as conclusões dessa etapa da pesquisa, ela se retirou da região, para onde retornou anos mais tarde ao assumir o cargo de gestora da APA.

Conforme o relato de Érika Campos, o Boto Negro foi um movimento popular, do qual participavam como voluntários tanto membros nativos da comunidade de Itacaré quanto moradores recém chegados ou mesmo temporários. Ela conta que, na década de 1990, quando morou na cidade, participou como ativista no Boto Negro e ajudou a “construir a pauta da APA Costa de Itacaré-Serra Grande” junto ao governo estadual por meio do PRODETUR. As atividades desenvolvidas no período do seu envolvimento com o Boto Negro foram especialmente três: a proposta do Horto Municipal de Itacaré, trabalhos de educação ambiental com crianças e a proposta de criação de uma Reserva Extrativista Marinha na localidade.

As ações de educação ambiental consistiam em passeios à praça da cidade com as crianças e não contemplavam um currículo específico ou cronograma de atividades. O propósito era promover uma aproximação entre o movimento e as famílias locais, além de sensibilizar, desde a infância, para uma consciência ambiental experimentada através do contato com o entorno, de forma ampla e pouco sistematizada. Já a proposta da Resex marinha de Itacaré, teria surgido a partir de demandas dos pescadores locais, capitaneada pela sociedade civil mobilizada com o apoio de pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Essa proposta não vingou por que a marinha via a área da foz do Rio de Contas como local estratégico, impedindo a criação da Resex<sup>165</sup>. A proposta surgiu após a criação da APA Costa de Itacaré – Serra Grande e continuou sendo pautada em diversos momentos ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000. A inspiração, além da mencionada demanda dos pescadores locais, veio a partir da experiência na região amazônica, onde UCs desse tipo foram criadas na década de 1990. Também contribuiu o exemplo da primeira Resex marinha brasileira, de Pirajubaé, em Florianópolis, decretada no ano de 1992. À diferença da APA, iniciativa do estado da

---

<sup>164</sup> NEMA, Quem Somos – História. Disponível em: <<https://www.nema-rs.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 28/04/2023.

<sup>165</sup> CAMPOS, Érika Valeska. Entrevista com a autora, 16 de março de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

Bahia, a Resex em Itacaré era considerada uma demanda popular e não foi articulada aos interesses estatais para a região, frustrando sua concretização.

Nessa época, o Boto Negro “eram poucas pessoas, a gente tá falando de cinco, seis pessoas, né, e que foram respeitadas e consultadas desde o começo pelo governo pra estabelecimento dessa unidade de conservação, a APA, do projeto da estrada parque”<sup>166</sup>. Esse período do movimento, antes da sua institucionalização, durou até o início dos projetos de implementação da APA em 1998. A partir daí, o Boto Negro se tornou Instituto, mas seguia baseado em trabalho voluntário. A dificuldade de angariar recursos e construir consensos internos levou os membros do Boto Negro a buscarem outras alternativas de renda, dissolvendo o Instituto por volta do ano 2000.

Outra ONG emergente na Bahia na década de 1990 e participante da implementação da APA e criação do PESC foi o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB). Se o Boto Negro nasceu na década de 1980 como um movimento de voluntários, o IESB surge em 1994 com um corpo de formação técnico-científica a partir de um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). O período e o *locus* de formação do IESB já apontam características e modos de ação diferenciados em relação ao primeiro. Na verdade, o IESB e alguns programas de pós-graduação da UESC em ecologia da conservação e desenvolvimento regional e meio ambiente surgiram nesse imbricamento entre as instituições, com contribuições mútuas. Como colocado por Rui Rocha<sup>167</sup>:

Então, tem esses dois lados, né. Esse programa começou como curso de especialização, formou pessoas que fundaram o IESB e o IESB alimentou, ajudou a agenda desse programa de pós-graduação, chegando ao doutorado. Mas, claro, a universidade tem quase todo o mérito disso, mas assim, houve muita troca e muito da agenda do IESB também deu plataforma pra novos estudos.<sup>168</sup>

Muitos profissionais e pesquisadores do IESB foram formados por cursos de graduação e pós-graduação na UESC e, por outro lado, os projetos desenvolvidos pelo IESB e sua plataforma de atuação provocaram a ampliação na oferta e adequação temática de cursos de pós-graduação nessa universidade. Já Rui Rocha, nascido em Valença (BA),

<sup>166</sup> CAMPOS, Érika Valeska. Entrevista com a autora, 16 de março de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>167</sup> Rui Rocha tem graduação em Engenharia Agrônômica e mestrado em Sustentabilidade de Agricultura Familiar da Amazônia. Foi membro do IESB, fundador do Instituto Floresta Viva e professor do curso de Geografia na Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus-BA).

<sup>168</sup> ROCHA, Rui. Entrevista com a autora, 02 de maio de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

engenheiro agrônomo membro do IESB entre 1996 e 2003, apesar de não ter se formado na UESC, relata que, desde 1993, conversava com pessoas da região, pesquisadores da universidade e da CEPLAC, preocupadas com o desmatamento e a perda da agrofloresta do cacau. Depois de ter trabalhado com o Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), em 1994, e concluído seu mestrado, mudou-se para Ilhéus e passou a atuar no IESB. Em 2004, tornou-se professor da UESC no curso de Geografia.

A principal área de atuação do IESB eram as unidades de conservação na região sul da Bahia, chegando a englobar projetos no norte do Espírito Santo, por ocasião do programa Corredor Central da Mata Atlântica no início dos anos 2000. Rui Rocha entrou no Instituto em 1996 e ficou responsável por desenvolver uma agenda de atenção às políticas públicas voltadas para a questão ambiental:

A questão ambiental era um recorte claro do nosso trabalho, né, a gente tava vendo que o lado ambiental tava extremamente frágil. Claro, a área econômica também, a área social também, mas na área ambiental era uma área muito frágil e nos cabia trazer a agenda ambiental pra política pública (...).<sup>169</sup>

Tendo em vista a composição de políticas públicas, o IESB se dedicou a duas frentes desde o início das suas atividades, ambas ocorrendo simultaneamente. A primeira foi diagnosticar o estado da cobertura florestal no sul da Bahia, realizando diversos estudos de ordem socioeconômica e ambiental. Concluíram que a crise econômica entre os trabalhadores do cacau e pequenos proprietários estava sendo aliviada por serrarias comprando as madeiras da Mata Atlântica a preços muito baixos. Isso formava uma nova atividade econômica geradora de grande desmatamento, em proporções inéditas na região, seguida da utilização do solo desmatado para a implantação de sistemas de pecuária. Serrarias e pecuaristas atuavam em conjunto nessa nova configuração produtiva no sul da Bahia, em decorrência da crise na cacauicultura. Esse diagnóstico informava um quadro ambiental no qual era necessário adotar medidas emergenciais para combater o desmatamento, em primeiro plano, coibindo o corte ilegal de árvores.

A segunda frente de ações do IESB foi promover a criação de unidades de conservação. A APA Costa de Itacaré-Serra Grande e o PESC foram duas dentre as UCs com as quais o IESB se envolveu, já em 1996, quando surgiu o projeto de asfaltamento da estrada Ilhéus-Itacaré pelo PRODETUR/NE I. A ONG também participou da criação do Parque Nacional do Descobrimento, do Parque Nacional do Pau Brasil, ambos em

---

<sup>169</sup> ROCHA, Rui. Entrevista com a autora, 02 de maio de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora)..

1999, e do Corredor Central da Mata Atlântica, a partir dos anos 2000. Junto a esses processos articulados com órgãos do governo estadual e federal, o IESB também criou uma RPPN própria no ano de 1999: o Ecoparque de Una<sup>170</sup>, localizado no município homônimo e ao lado da REBIO de Una<sup>171</sup>. No Ecoparque, foram feitos investimentos significativos para construção de pontes elevadas com mais de 100m de comprimento ligando copas de árvores. O objetivo era promover ações educacionais com crianças e adolescentes em fase escolar, além de oferecer um atrativo voltado para o ecoturismo na região.

Embora as atividades de pesquisa e a defesa pela criação de UCs no sul da Bahia tenham ocorrido sempre juntas, nos primeiros dois anos de fundação da ONG, entre 1994 e 1996, o IESB se dedicou a fazer o levantamento regional da situação da cobertura vegetal e os níveis de conservação contemporâneos. A partir de 1996, começa a pautar a criação do PESC e a implementação da APA Itacaré-Serra Grande e, nos anos seguintes, a criação de outras UCs. Esse trabalho esteve aliado à pressão para modificar o padrão de licenciamento das serrarias atuantes na região, forçando o fechamento da maioria pela falta de “competência técnica” para adequar a extração ou compra de madeira aos novos padrões de manejo florestal e fiscalização.

Como dito por Rui Rocha, “nós tivemos uma agenda muito forte de unidades de conservação a partir do trabalho do IESB”.<sup>172</sup> Por isso, o IESB conquistou em poucos anos um amplo espectro de atuação ambiental no sul da Bahia, com equipe de profissionais técnicos e pesquisadores, e passou a influenciar fortemente as diretrizes de conservação e uso do solo no território.

## 1.6 - O PRODETUR e a estrada: conflitos, acordos e contrapartidas

Enquanto os ambientalistas do Boto Negro, em Itacaré, lidavam com questões locais de educação ambiental e preservação das matas, o IESB trabalhava pelo

---

<sup>170</sup> RPPN ECOPARQUE DE UNA. Disponível em: <<https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/232/>>. Acesso em 15/05/2023.

<sup>171</sup> A Rebio de Una foi criada em 1980. (RESERVA BIOLÓGICA DE UNA. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1006>> Acesso em 15/05/2023).

<sup>172</sup> ROCHA, Rui. Entrevista com a autora, 02 de maio de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

fechamento das serrarias e criação de unidades de conservação na região sul da Bahia. Por sua vez, o governo estadual preparava articulações políticas e iniciativas para deslançar o PRODETUR no estado. O ponto de encontro entre os três ocorreu em 1996, quando anunciou-se, oficialmente, o projeto de pavimentação da rodovia BA 001 ligando os municípios de Ilhéus e Itacaré.

Embora tenha surgido antes, o Boto Negro se tornou mais atuante no final da década de 1990 com as ações de implementação da APA Costa de Itacaré-Serra Grande que ocorreram em paralelo com a criação do PESC. Por sua vez, o IESB surgiu quando a APA já havia sido decretada nos preparativos do PRODETUR, sequência sugestiva de um desenvolvimento amalgamado entre a ONG e o Programa. Isto é, o IESB e o PRODETUR surgem a partir de um mesmo contexto, fortalecendo-se mutuamente com o advento da estrada. Para apresentar o projeto de construção da estrada, o governo convocou audiências públicas nos municípios de Itacaré e Ilhéus, conforme indicado por Silveira (2020):

Em meados de 1996 aconteceu, então, uma grande audiência pública em Itacaré: o marco divisor desse período, configurando o “antes” e “depois”. Tratava-se da avaliação da viabilidade da construção da estrada Ilhéus-Itacaré, a BA-001. Oficialmente era uma reunião do Conselho Regional Ambiental (CRA), atual INEMA, para viabilizar a construção da estrada.<sup>173</sup>

O intuito oficial da audiência era deliberar sobre o projeto e ouvir a população sobre as condicionantes. Na verdade, o projeto já vinha sendo gestado desde 1993, quando foram planejadas as zonas turísticas do estado da Bahia e criadas as APAs correspondentes. Salvador e Porto Seguro foram as áreas prioritárias, mas a região sul (ou sudeste) da Bahia entrou para o PRODETUR tendo como principais ações a urbanização da orla norte de Ilhéus e a pavimentação da rodovia ligando esse município a Itacaré para criar um novo circuito turístico. O projeto foi apresentado como grande solução para as dificuldades econômicas da população num momento de crise aguda, com o vislumbre do promissor futuro em torno do turismo. A estrada também significava um elemento de facilitação do transporte para os moradores de Itacaré e seu entorno rural, pois, nas localidades, era difícil acessar serviços urbanos básicos, como hospital, educação e comércio. A pavimentação da rodovia angariou o apoio popular.

Por sua vez, os ambientalistas na região viam esse projeto com desconfiança. Dado o panorama da conservação ambiental, temiam o incremento de um turismo

---

<sup>173</sup> SILVEIRA, Iacy Pissolato. (Eco)logias do cuidado: saúde, natureza e socialidade em Serra Grande, Uruçuca - BA. Tese (Doutorado em Antropologia), UFBA, Salvador, 2020, p. 38.

predatório. Ademais, a estrada serviria como via de escoamento de madeiras ilegalmente extraídas das florestas, por facilitar o trânsito de grandes veículos como caminhões e tratores. Havia também a importante questão de atravessar a APA Costa de Itacaré - Serra Grande de norte a sul, destruindo uma área bastante grande da cobertura vegetal, alterando o terreno e interferindo no habitat dos animais silvestres que precisariam cruzar a estrada em meio aos veículos, correndo riscos de vida. Mesmo a APA e a estrada nascendo juntas nos planos do governo, a devastação provocada por essa obra não havia sido prevista.

De pronto, os ambientalistas se colocaram contra a estrada, na tentativa de forçar um contraponto diante do projeto, acabando por colocar o grupo como os “contra progresso” na visão da população local. Liderados pelo IESB, se prepararam para enfrentar a audiência pública e, com esse fim, debruçaram-se sobre os estudos de impacto ambiental da estrada e outras pesquisas sobre a flora e fauna regional. Para isso, foi de grande importância o estudo realizado pelo Jardim Botânico de Nova Iorque em parceria com a CEPLAC, aspecto emblemático na trajetória do parque. Desde 1990, botânicos desses duas instituições iniciaram a coleta de amostras de espécies lenhosas em uma área localizada entre a Serra do Conduru e a Serra do Capitão, parte da Fazenda Catitu<sup>174</sup>.

Esse local é uma área de cerca de 300 hectares de floresta privada a 7,3 km do distrito de Serra Grande, município de Uruçuca, Bahia<sup>175</sup>. Os resultados preliminares dessa pesquisa foram apresentados por Thomas e Carvalho no XLIV Congresso Nacional de Botânica, realizado em 1993 na Universidade Federal do Maranhão e um resumo da apresentação parece ter sido publicado nos Anais do evento, como pudemos depreender das referências nos artigos posteriores desses autores, bem como em outras fontes. Menções posteriores afirmam a análise de exemplares arbóreos da área apontada, chegando a identificar 458 espécies em 1 único hectare. Esse resultado colocava a região como uma das mais biodiversas do mundo e os resultados do estudo se mostraram promissores.

Se compararmos os dados dessa pesquisa com os índices apresentados para outras regiões, é possível vislumbrar a representatividade desses números. A maior parte dos remanescentes de Mata Atlântica são constituídos por florestas secundárias em

---

<sup>174</sup> O nome da fazenda é mencionado em: *Northeastern Atlantic Coastal Forest Project*. Disponível em: <<https://www.nybg.org/bsci/res/bahia/Study-si.html>>. Acesso em 15/05/2023.

<sup>175</sup> THOMAS, Wm. Wayt; CARVALHO, André M. V.; AMORIM, André M. A.; GARRISON, Judith; ARBALÁEZ, Alba L. *Plant endemism in two forests in southern Bahia, Brazil. Biodiversity and Conservation*, 7, 1998, p. 314.

paleoterritórios<sup>176</sup> com diversos tipos de uso humanos pretéritos, às vezes aumentando e outras vezes diminuindo a variedade de espécies habitantes do território. Por isso, “na maioria das vezes essas formações apresentam baixa diversidade florística (entre 40 e 100 espécies arbóreas, para florestas de 50 anos), quando comparadas a florestas climáticas que tem de 130 a 190 espécies.”<sup>177</sup> Se florestas com mínimo de 130 espécies já são consideradas maduras ou em avançado estágio de regeneração, aquelas com mais de 450 espécies arbóreas por hectare podem ser consideradas extremamente ricas em biodiversidade e muito antigas em termos de sucessão, daí o ganho em importância para o cenário da conservação.

Talvez por isso as pesquisas sobre espécies arbóreas na região continuaram sendo realizadas, tendo esse mesmo *locus* de observação. À pesquisa sobre a área de Serra Grande foi adicionada uma outra localidade, na Reserva Biológica de Una, cujas coletas foram iniciadas em 1993<sup>178</sup>. Com os resultados da REBIO de Una, pudemos conhecer os métodos utilizados no levantamento e as discussões a partir dos resultados. Como método para identificação, foi feita a comparação das espécies coletadas na área de Serra Grande<sup>179</sup> com aquelas disponíveis nos herbários do Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC/CEPLAC), em Ilhéus, e do NYBG, em Nova Iorque. “Sempre que possível, material duplicado era enviado a especialistas para obter a identificação mais precisa possível”<sup>180</sup>. Depois de identificadas as espécies coletadas, o grupo procedeu à determinação da distribuição geográfica de cada uma, a partir de monografias de outros pesquisadores e do mapeamento da distribuição geográfica a partir das espécies dos herbários do NYBG, do CEPEC e, desta vez, também do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde muitas espécies da Mata Atlântica estavam catalogadas.

Esse estudo minucioso era extremamente importante para os pesquisadores envolvidos com um contingente tão grande de exemplares diversos, por vezes muito parecidos entre si nas suas características visíveis. Havia grande dificuldade na identificação de cada espécie coletada, por isso eles recorreram a uma série de outros

---

<sup>176</sup> Paleoterritórios são “uma parte do processo sucessional e definido como a espacialização das resultantes ecológicas decorrentes do uso dos ecossistemas por populações passadas (ou de uma atividade econômica) na busca de suas condições de existência”, portanto, é a “etapa antrópica dos processos bióticos e abióticos que condicionam o processo da regeneração das florestas”. (OLIVEIRA, Mata Atlântica, Paleoterritórios e História Ambiental, 2007, p. 13).

<sup>177</sup> OLIVEIRA, Mata Atlântica, Paleoterritórios e História Ambiental, 2007, p. 16.

<sup>178</sup> THOMAS et alii, Plant endemism in two forests in southern Bahia, 1998.

<sup>179</sup> Embora a coleta tenha sido realizada também na Rebio Una a partir de 1993, vamos nos ater aos resultados produzidos para a área de Serra Grande, a fim de simplificar a análise no foco deste trabalho.

<sup>180</sup> THOMAS et alii, Plant endemism in two forests in southern Bahia, 1998, p. 315.

pesquisadores e instituições para ajudar a validar suas hipóteses. Isso fortaleceu a rede gerada em torno da pesquisa, contribuindo para a produção de resultados verificáveis pelos pares.

Para analisar os resultados do processo de identificação e distribuição, os pesquisadores da CEPLAC e do Jardim Botânico de Nova Iorque determinaram três áreas de endemismos de florestas costeiras no Brasil, entre os estados de a) Pernambuco e Alagoas; b) Bahia e Espírito Santo e; c) São Paulo e Rio de Janeiro. Isso possibilitou comparar as espécies distribuídas entre as áreas com base em seis padrões de distribuição, a saber: i) difusa, quando a espécie ocorre em outras formações florestais além da costeira; ii) separado (“disjunct”), quando a espécie ocorre apenas nas florestas costeiras e na bacia Amazônica, indicando provável conexão pretérita entre ambas; iii) Mata Atlântica, quando a espécie foi registrada apenas nesse bioma, nas três áreas de endemismos indicadas acima; iv) BA-ES e SP-RJ, quando ocorre apenas na área estudada e ao sul; v) BA-ES e PE-AL, quando a espécie foi encontrada na área estudada e ao norte e; vi) endêmica à BA-ES<sup>181</sup>. A partir dessas categorizações, o estudo apontou, em Serra Grande, 41,6% das espécies coletadas como endêmicas da floresta costeira, Mata Atlântica, conforme o padrão de distribuição (iii) e 26,5% são endêmicas apenas à região BA-ES, enquadradas no padrão (vi).

Os dados produzidos caracterizaram a região como de elevado índice de endemismo, tanto com relação às espécies do bioma Mata Atlântica em geral, quanto às existentes apenas na área entre os estados da Bahia e Espírito Santo. As características reunidas pela região sul da Bahia seriam similares àquelas encontradas nas florestas tropicais submontanas das encostas do Pacífico (Equador e Colômbia), tanto pelo tipo de vegetação florestal, quanto pelos tamanhos dos remanescentes e níveis de endemismo. A alta biodiversidade e endemismo, associadas às ameaças do desflorestamento crescente<sup>182</sup>, chamaram a atenção de pesquisadores e instituições, reforçando designações da região como de alta prioridade para conservação da biodiversidade em planos e projetos internacionais.

Contudo, alguns fatores foram ressaltados pelos pesquisadores no artigo publicado, revelando uma teia composta pelos dados como fruto da rede de conexões entre pesquisadores. O sucesso da pesquisa foi potencializado com a utilização de seus resultados em outros meios e por outros atores. Ademais, os autores alertam que alguns

---

<sup>181</sup> THOMAS et ali, Plant endemism in two forests in southern Bahia, p. 315.

<sup>182</sup> THOMAS et ali, Plant endemism in two forests in southern Bahia, p. 319.

erros nos dados podem ter sido produzidos a partir da identificação errônea de espécies coletadas em campo ou nas espécies de referência dos herbários consultados<sup>183</sup>. Futuramente, caso fossem realizadas coletas e identificações mais minuciosas, os resultados poderiam revelar mais espécies endêmicas em cada área ou mais espécies difusas/diśjuntas, encontradas em novos lugares, reduzindo os endemismos apontados para BA-ES e outras áreas. Ainda assim, os dados mais robustos disponíveis seriam os apresentados nesse trabalho, confirmados por estudos realizados em outros pontos da costa brasileira.

Retomando as ações dos ambientalistas, preocupados com a questão da estrada, após levantados os argumentos em defesa da conservação florestal, fortalecidos pelos resultados da pesquisa do NYBG e CEPLAC, eles passaram a mobilizar redes de contatos, até chegarem ao então presidente do BID em Washington (EUA). Silveira (2020) traz um trecho de entrevista realizada com Rui Rocha relatando essas conexões:

Quando a gente entrou naquela audiência já tínhamos estudado, traçado um plano, já tínhamos conversado com o presidente do Banco Interamericano lá em Washington, e ele já sabia que no Sul da Bahia tinha uma área de Mata Atlântica que estava sendo ameaçada pela construção de uma estrada turística. E a gente colocou isso no colo do BID, a gente falou: - Olha, vocês vão ser responsáveis pelo desmatamento numa área em que o Jardim Botânico encontrou a maior biodiversidade de Floresta do Mundo? E o estudo de impacto ambiental apresentado pelo núcleo responsável de construção da estrada nem citava esse estudo.<sup>184</sup>

Depois disso, ocorreu uma inflexão no posicionamento dos ambientalistas. Para Oscar Artaza<sup>185</sup>, membro do Boto Negro na época,

[...] [a estrada] foi vendida muito bem! Foi vendida muito bem por uma parcela de políticos lá, de que nós éramos contra e de que queríamos impedir o progresso deles [dos moradores], então, a gente percebeu que um momento nós... sabe? Estávamos perdendo a batalha mesmo, e pra não perdê-la resolvemos entregar um olho só. Então falamos assim: “beleza, vamos ser a favor, mas com condições, né. Vamos ser a favor com condições.”<sup>186</sup>

Realizados os levantamentos dos argumentos e pressionado o BID, na audiência pública de consulta sobre a estrada realizada em Itacaré, os movimentos ambientalistas mudaram de posição, saindo da postura de combate para propor medidas de conciliação

<sup>183</sup> THOMAS et ali, Plant endemism in two forests in southern Bahia, p. 318.

<sup>184</sup> RUI ROCHA, entrevista, 2019 *apud* SILVEIRA, (Eco)logias do cuidado, p. 40.

<sup>185</sup> Oscar Artaza, 63 anos, é biólogo, mestre em Planejamento e Gestão Ambiental no Trópico Úmido (UESC), participou do Boto Negro e do IESB. Atualmente, atua como consultor ambiental.

<sup>186</sup> ARTAZA, Oscar. Entrevista com a autora, 10 de agosto de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

de interesses. Para isso, propuseram três ações condicionantes: a) que o desenho da estrada seguisse o modelo de estrada parque, com o acompanhamento de profissionais da conservação; b) que o governo investisse na implementação da APA, ainda no papel desde a sua criação em 1993 e; c) que fosse criada uma unidade de proteção integral como medida compensatória à área da APA destruída pela rodovia<sup>187</sup>.

A conservação era apresentada como essencial não só para as paisagens do turismo, mas, principalmente, para a manutenção dos recursos naturais garantidores da qualidade de vida da população, pois a cobertura vegetal mantinha os rios e nascentes que abasteciam o município de Itacaré e as comunidades humanas do entorno. Ao realizar seus trabalhos de pesquisa, os membros do IESB, especialmente formados nas áreas de agronomia e biologia, produziam um diagnóstico, uma leitura própria de processos históricos e sociais fundadores dos projetos de conservação, alicerçados no estudo realizado por Thomas *et al* em 1993. Para a ONG, com a decadência na economia cacaeira, produtores e trabalhadores buscaram outras bases produtivas para geração de renda. Muitos passaram a derrubar as matas de suas propriedades para extração e comercialização de madeiras e posterior implementação de pastos para pecuária. Contrapondo essa realidade com os estudos sobre espécies vegetais na região, posicionando o sul da Bahia como umas áreas mais diversas do planeta, produziram o projeto de implementação da APA e criação do PESC como uma necessidade incontornável a envolver o futuro dos moradores, do desenvolvimento regional e das plantas e animais habitantes daquele espaço.

## **Conclusão**

O espaço decretado como Parque Estadual Serra do Conduru em 1997 foi formado, ao longo do tempo, por atores diversos, cujas ações tornaram possível a institucionalização da unidade de conservação no local. A própria formação florestal compondo a área tem uma história de longa duração, na qual espécies da Floresta Ombrófila Densa transitavam em áreas de maior ou menor abrangência, movimentando-

---

<sup>187</sup> ARTAZA, Oscar. Entrevista com a autora, 10 de agosto de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

se no espaço conforme as condições climáticas do planeta foram sendo modificadas por processos biogeoquímicos. A localização em uma zona mais quente do planeta e o relevo de baixa altitude contribuíram para manter a floresta local viva, ajudando-a a resistir ao longo de milhares de anos, mesmo com mudanças, para se adaptar às variações que tenham sido necessárias.

No período colonial, foram importantes as políticas administrativas da Coroa Portuguesa para a conservação das matas, bem como o arranjo econômico, atribuindo ao sul da Bahia o papel de produtor de alimentos ao invés de incentivar o monocultivo de cana de açúcar. Ainda que o comércio de madeiras, especialmente de espécies como o pau brasil e outras madeiras “nobres”, seja, muitas vezes, considerado o grande fator destruidor das florestas brasileiras, as dificuldades técnicas para extração e transporte frustraram grande parte do mercado madeireiro em potencial, acabando por contribuir para a manutenção de grandes áreas florestadas na região.

Diferentes povos indígenas habitantes na região, de modos diversos, foram de grande importância para a construção do território. Com a chegada dos colonizadores, houve a mobilização de muitos grupos indígenas. Alguns, como os Camacã, organizaram a resistência à invasão portuguesa nas terras por eles ocupadas, inibindo ações de derrubada de floresta e ampliação de vilas e agricultura. Já outros, como grupos de etnia Guerem, forjaram alianças com jesuítas e capuchinhos, acabando por contribuir em empreendimentos coloniais, entre avanços e retrocessos na ampliação da fronteira. Com esse ritmo colonial relativamente lento, quando comparado a outras regiões da costa brasileira, o sul da Bahia manteve grande parte do seu território litorâneo coberto por florestas tropicais até o início do século XIX.

O desmatamento foi acentuado em meados do século XX, quando aparatos técnicos voltados para a indústria e agricultura de grande escala se aliaram a projetos de desenvolvimento econômico nacional e estadual. Nessa época, o sul da Bahia experimentava a ampliação da lavoura cacaueteira, tornando o cacau um produto de expressividade econômica na região. A preservação da Mata Atlântica é, em parte, atribuível ao cultivo com o sistema cabruca, um manejo agroflorestal que mantém as árvores de maior porte. Mesmo sem manter a floresta integral, esse manejo possibilita a formação de corredores verdes, ajudando na regeneração de trechos degradados e na manutenção da biodiversidade entre espaços preservados. Assim, a paisagem regional foi se tornando um mosaico conjugando lavoura de cacau com florestas maduras capazes de abrigar a grande variedade de espécies no território há milhares de anos.

As crises sucessivas na economia do cacau encontraram um ponto limite no final da década de 1980, quando a pressão no mercado internacional e a vulnerabilidade dos produtores diante das políticas econômicas se uniram ao *Moniliphthora pernicioso*, fungo causador da vassoura de bruxa. A doença se espalhou nas plantações de cacau com proximidade espacial e compartilhamento de características genéticas pouco resistentes, causando uma epidemia no sul da Bahia e desencadeando uma crise com milhares de trabalhadores agrícolas desempregados.

Diante disso, o aparelho governamental do estado se mobilizou para, junto a projetos de desenvolvimento neoliberal no contexto nacional da década de 1990, implementar programas para promover outros modos de produção econômica na região. O PRODETUR/NE I surge como uma fusão de programas turísticos que já vinham sendo experimentados na região do Recôncavo desde a década de 1970, com projetos do governo federal para a região Nordeste do Brasil, com a abertura econômica do país para investimentos de capital estrangeiro e com a demanda de alternativas econômicas no sul da Bahia. As paisagens litorâneas foram a escolha principal para a formatação dos novos produtos turísticos e o governo estadual precisou planejar esse desenvolvimento apresentado como “sustentável”, capaz de conciliar preservação ambiental e crescimento econômico.

As medidas de criação das APAs no estado da Bahia foram fruto desse processo, seguindo a esteira das propostas recentemente adotadas pelo Brasil durante a Rio-92. Logo após esse evento, a mobilização socioambiental conheceu um momento auge, com diversas organizações sendo formadas e profissionalizadas, de modo que passaram a influenciar políticas, órgãos e instituições governamentais. A legislação ambiental na Bahia é considerada pioneira no país, pois instituiu o CONAMA como um Conselho consultivo e deliberativo com poderes bastante amplos já na década de 1980, quando passou a prever a participação da sociedade civil organizada. ONGs baianas ambientalistas se desenvolveram e espalharam pelo interior do estado. Em Itacaré, destacou-se a atuação do Movimento Boto Negro e, em Ilhéus, do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB), atentos às questões envolvendo a APA Costa de Itacaré – Serra Grande, criada pelo estado em 1993.

Quando o PRODETUR/NE I propôs a construção da rodovia BA 001, ligando Ilhéus a Itacaré, passando por dentro da APA, os ambientalistas se mobilizaram para fazer frente ao projeto, sinônimo de destruição, na sua perspectiva. Os moradores da região, por sua vez, eram, na maioria, a favor da obra, assim como o governo da Bahia. Nesse

conflito de interesses, os ambientalistas se colocaram como representantes da biodiversidade ameaçada da região, cuja preciosidade acabava de ter sido atestada em estudos realizados por pesquisadores do NYBG e da CEPLAC. Em busca do consenso, disseram aceitar a rodovia, mas apresentaram um conjunto de medidas compensatórias, dentre as quais, a criação de uma unidade de conservação de proteção integral: o PESC.

As controvérsias na criação do Parque não podem ser compreendidas sem o desdobramento dessas ações anteriores ao decreto de criação da UC, publicado em 1997. Ao olharmos retrospectivamente para essa multiplicidade de atores e suas ações, percebemos que a criação do PESC não era simplesmente um destino determinado pela existência de vegetação nativa, assim como as políticas ambientais não teriam sido aplicadas desse modo se essa vegetação não estivesse ali. Do mesmo modo, pessoas de diferentes grupos sociais e outras espécies além do humano atuaram no processo de dar existência ao território. O sucesso do projeto de conservação dependia da capacidade dos atores se articularem para resolver, temporariamente, os conflitos e controvérsias emergentes com o Parque. Quais foram esses conflitos, como se desdobraram e as controvérsias subjacentes a eles serão temas abordados no próximo capítulo que trata da efetiva implementação da APA Itacaré - Serra Grande e do Projeto de Criação do Parque Estadual Serra do Conduru.

## **CAPÍTULO 2: CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA DO CONDURU E IMPLEMENTAÇÃO DA APA COSTA DE ITACARÉ SERRA GRANDE (1997-2002)**

*A vida é uma escola  
Que todo instante se aprende  
As lições que a vida ensina  
Muito pouco se entende  
Por caso deste descaso  
Muito caro de paga  
E muitos a ela se rende*

*Eu recebi uma lição  
Ainda era criança  
Aprendi e conferi  
E carrego na lembrança  
E sempre acho legal  
Proteger os animais  
Com toda perseverança*

(Literatura de Cordel, por D. Otilia  
Maria Nogueira)<sup>188</sup>

### **Introdução**

Este capítulo trata da criação do Parque Estadual Serra do Conduru e ações correlatas à sua implementação. Iniciamos com um levantamento de outras unidades de conservação brasileiras para identificar semelhanças e diferenças. Alguns dos conflitos e

---

<sup>188</sup> NOGUEIRA, Otilia Maria. Literatura de Cordel. Jornal da APA, Ed. setembro de 2000, p. 10.

contradições<sup>189</sup> em nosso objeto de estudo são comuns a parques brasileiros em geral, enquanto outros aspectos são específicos ao PESC, como o contexto de criação no final da década de 1990 e a ênfase dada à noção de desenvolvimento sustentável e ecoturismo desde o seu Projeto.

Explicaremos como a decretação do PESC foi anunciada aos moradores, através de funcionários do DDF (Departamento de Desenvolvimento Florestal), responsáveis pela gestão de unidades de conservação da Bahia em 1997, e as suas primeiras percepções sobre o caso. Proibidos de prosseguir com qualquer atividade, tanto extrativista quanto de caça e agricultura, aguardaram com desconfiança e insatisfação as indenizações ou realocações prometidas pelos representantes do governo. Com a espera dos primeiros meses acentuada pelo risco de prisão em caso de descumprimento da legislação ambiental que passou a vigorar sobre o território, foram atados a uma nova realidade de escassez de recursos. Se a vida já era difícil para as comunidades rurais de Tesouras, Águas Claras e Serra Azul, com a chegada do parque as dificuldades foram mais acentuadas. As possibilidades de sobrevivência foram buscadas ora em novos empregos distantes, ora no associativismo, ora na insistência das necessárias antigas práticas. Essas, diante de tantos desafios, tardaram em serem superadas.

Para além dos limites do parque, outros movimentos seguiram acontecendo no sentido de gerar uma nova “consciência ambiental” entre a população da região da APA e do PESC. Com a criação deste, vieram também novos recursos para serem investidos na implementação da primeira. Uma das ações mais fortes empreendidas pelos ambientalistas reunidos em ONGs e no Conselho Gestor da APA foi o Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo. Esse programa fez circular notícias, debates e relatos traduzindo ideias do estilo de pensamento de desenvolvimento sustentável. No Jornal, é possível observar como os ambientalistas se esforçavam por fazer circular, pedagogicamente, termos e noções propondo outros modos de viver as relações entre “natureza” e “sociedade”, diferentes daquelas existentes entre as comunidades rurais e urbanas. Além disso, foram divulgadas reuniões com a população e visitas às comunidades a fim de promover a educação ambiental entre elas. Insuficientes para

---

<sup>189</sup> Neste trabalho, utilizamos o termo “contradição” em sentido amplo: “incoerência entre afirmações atuais e anteriores, entre palavras e ações; antinomia, discrepância, incongruência. Oposição entre duas proposições, das quais uma exclui necessariamente a outra.” (Contradição. Dicionário Michaelis de Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/contradi%C3%A7%C3%A3o/>> Acesso em: 08/08/23.) Não nos apegamos à definição conceitual hegeliana na chave dialética.

amenizar as dificuldades nas condições materiais dos moradores do parque, os termos “conservação”, “meio ambiente” e “natureza” se tornaram mediadores transitando de um lado a outro, tanto enfatizando a importância das UCs da região, quanto fornecendo um repertório para as ações da população local.

No Conselho Gestor da APA, formado no ano 2000, a participação das comunidades era reduzida no início, em comparação à presença de representantes do governo e das ONGs. Mas os participantes apresentavam com frequência as queixas dos moradores do parque e do entorno, evidenciando a controvérsia da criação de uma área de proteção integral em um lugar onde vivem tantas famílias. Embates entre moradores e gestores constam nos registros das atas como as inscrições desses conflitos nos quais os termos precisavam ser negociados.

Portanto, os primeiros seis anos do parque foram salpicados por momentos de tensão e conflitos. Atividades de extração de madeira, caça e queimadas para roçados não foram suspensas de imediato, prosseguindo com a devastação da floresta, escalada pela pavimentação da estrada. Por sua vez, dentre aqueles moradores ainda dependentes dessas atividades, os riscos à sobrevivência e a desorganização das famílias e seus modos de vida foram agravados. O parque ficou com as ações de regularização fundiária estacionadas, sem recursos para investir na produção do Plano de Manejo, sem um gestor dedicado à sua implementação, sem receber visitantes, como é a realidade de tantas unidades de conservação no Brasil. Mesmo assim, não consideramos o PESC dessa fase como um parque de “papel”, pois os efeitos das suas contradições já estavam se manifestando nos conflitos locais, provocando ações e reações dos atores a ele vinculados.

As noções globais sobre relações entre humanos e “natureza” divulgadas no Jornal da APA eram de difícil adaptação para os atores locais, vivendo em uma realidade complexa e heterogênea. Com essas dificuldades, houve uma tendência de valorizar os aspectos “naturais” sobre os “sociais”, diferentemente do proposto na noção de desenvolvimento sustentável, que, em tese, propõe o equilíbrio entre essas dimensões. Assim, o ônus da criação do parque recaiu sobre os moradores daquele território, sugerindo o questionamento: um parque para quem? A difícil conciliação dos interesses e das formas de habitar o território foi o desafio dos anos seguintes.

## 2.1 - Unidades de Conservação e conflitos territoriais

O amadurecimento do campo da História Ambiental ocorreu na comunidade de historiadores estadunidenses da década de 1970 e, desde então, muito tem sido pesquisado sobre a formação de áreas “naturais” protegidas. Os modelos explicativos gerais fundamentam-se, tradicionalmente, em dois tipos de pensamento ambiental mais abrangentes: o preservacionismo e o conservacionismo, diversos quanto à possibilidade de uso direto ou não de recursos das áreas sob regime especial.

As diferenças entre os tipos de proteção com os quais cada local será tutelado, seja pelo estado, seja por iniciativas privadas, são atribuídas à ênfase em um desses modelos de pensamento. Nesse sentido, o preservacionismo se materializa na criação de áreas onde não é permitido nenhum tipo de uso direto dos recursos naturais, como os parques, nos quais se imagina haver uma “natureza intocada” a ser valorizada por seus atributos estéticos, em uma visão mais romântica, ou para ser usada como campo de pesquisas científicas, na perspectiva herdeira do iluminismo. Já o pensamento conservacionista produziria modelos de conservação da “natureza”, com o uso direto “racional” dos recursos disponíveis, de modo a possibilitar a continuidade das atividades sem a falta daqueles recursos no futuro, otimizando o aproveitamento.

Em ambos os tipos de pensamento, a natureza não é, necessariamente, considerada como um valor em si mesma, mas sim como objeto das ações humanas, sem questionar o antropocentrismo dessas perspectivas. Mesmo esses dois tipos ideais de pensamento raramente sendo encontrados na realidade, costuma-se utilizá-los como dois pólos de um amplo espectro de posicionamento nas arenas do debate ambientalista das últimas décadas. Com o desdobramento dessa discussão e das ações ambientais, novas formas de pensar as relações da humanidade com os ambientes têm emergido nos diferentes cantos do planeta, com clivagens e articulações entre proteção da “natureza”, *wilderness thinking*, capitalismo verde, hibridização, naturezas-culturas, ambientalismo dos pobres na América Latina, análises da desigualdade no acesso a recursos para o desenvolvimento, etc. Essa multiplicidade de perspectivas torna evidente que buscar tipos ideais no pensamento ambientalista é contraproducente na maioria das pesquisas, por ser uma redução não verificada nos movimentos em luta e disputa em torno de questões socioambientais. Ainda assim, os parques “naturais”, como um tipo específico de área

protegida, são geralmente associados ao polo do preservacionismo, tendo como referência a criação, em 1872, do primeiro parque do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, no estado de Wyoming, nos Estados Unidos.

No Brasil, o processo de criação do primeiro parque teve início em 1929 com a criação da Estação Ecológica de Itatiaia vinculada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em terras outrora pertencentes ao Visconde de Mauá. Somente em 1937, essa área foi transformada no Parque Nacional de Itatiaia (PNI). Dois anos depois, o governo federal nomeou outros dois parques: um em Iguazu<sup>190</sup> e outro na Serra dos Órgãos, ambos em 1939.

Nos anos seguintes, a criação de parques nacionais passou por uma pausa da qual só sairia na década de 1960, como compensação à construção de Brasília. Surgiram no entorno da nova capital o Parque Nacional de Brasília, o Parque Nacional das Emas e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, todos criados em 1961. No mesmo ano, veio o Parque Nacional do Caparaó, na divisa entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Este só teve sua implementação iniciada em 1978, demonstrando que a criação de UCs no Brasil era uma preocupação secundária do governo, mais preocupado em apresentar resultados no cenário internacional ao invés de efetivamente implementar ações de proteção ambiental.

Ainda em 1961, foi criado, entre outros, o Parque Nacional do Rio de Janeiro, passando a se chamar Parque Nacional da Tijuca (PNT) em 1967. Apesar de institucionalizado como parque no século XX, essa área já era protegida desde o século XIX, no período imperial, quando começou a ser reflorestada na tentativa de reverter o histórico problema do abastecimento hídrico na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, o espaço também foi utilizado como local de passeio pela elite imperial e família real, e, por essa associação à monarquia, acabou sendo abandonado nos primeiros anos da República. Em meados do século XX, o governo iniciou projetos de revalorização da área para uso público, como patrimônio nacional e símbolo de uma nação civilizada<sup>191</sup>. O PNT desempenhou um importante papel para a política brasileira no cenário internacional ao ser mundialmente reconhecido como a maior floresta urbana do mundo, contribuindo para

---

<sup>190</sup> Esse parque, à diferença dos outros dois que compõem a primeira leva de parques nacionais brasileiros, foi criado em uma área afastada dos centros urbanos, pois com ele buscava-se atender um objetivo particular, que era a garantia da fronteira sul do país, na marcha para o Oeste encampada pelo governo Vargas (SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. Parque Nacional do Caparaó: histórias de um lugar. HALAC, v. III, nº 1. Belo Horizonte, set. 2013 – feb. 2014, p 117-143).

<sup>191</sup> FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Um Rio de florestas: uma reflexão sobre o sentido da criação dos parques na cidade do Rio de Janeiro. Estudos Históricos, 24 (47). Rio de Janeiro, jun./jul./2011, 29 p.

a escolha do Brasil como sede da Rio-92<sup>192</sup>, evento a partir do qual novos rumos para as políticas ambientais foram definidas no país e no mundo, na esteira de programas universalizantes. O PNT contribuiu, portanto, para a definição dos contornos dessa rede global.

Na esfera estadual, o Governo de Minas Gerais criou, em 1944, o Parque Estadual do Rio Doce (PERD), cujo processo de implementação e manutenção enfrentou as ambiguidades e os conflitos advindos dos projetos de exploração de mineradoras. A região do Rio Doce onde está o PERD é conhecida como “Vale do Aço”, devido às atividades de mineração ferrífera ali desenvolvidas, iniciadas pela Acesita pouco antes da criação da UC. Essa mineradora, em particular, teve papel importante na trajetória do parque, pois utilizava-se de estradas no seu interior para o transporte de funcionários e de produtos, tornando-se uma ameaça à integridade da área protegida e ponto de conflito entre grupos sociais distintos, cada um “portador de uma visão diferente acerca da importância de preservação da natureza”<sup>193</sup>. Assim como na maioria das UCs brasileiras, a área onde o parque foi implementado era utilizada pela população local, mas esta não participou do processo de criação, protagonizado por figuras políticas de maior destaque no cenário estadual e nacional<sup>194</sup>.

Já o caso da Floresta Nacional de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, tem um processo de criação e implementação bastante divergente dos demais acima abordados. Essa UC, localizada em área de Floresta Ombrófila Mista, componente do bioma Mata Atlântica, é fruto de projetos altamente controlados de produção humana do espaço. Inicialmente instituído como Parque Nacional José Segada Viana, no ano de 1946, o local já havia sido desmatado, não só para agricultura, mas, especialmente, para a venda da Araucária e outras espécies com alto valor comercial<sup>195</sup>. O Parque era administrado pelo Instituto Nacional do Pinho, com o objetivo experimentar o reflorestamento de espécies madeiráveis, seguindo o modelo de florestas homogêneas definido pela legislação da época (Código Florestal de 1934). O INP buscou otimizar a produção madeireira no sul do Brasil, sob o influxo da demanda de madeira após a I Guerra Mundial<sup>196</sup>.

---

<sup>192</sup> FERNANDEZ, Um Rio de florestas, 2011.

<sup>193</sup> SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. O parque e a estrada: conservação e desenvolvimento na história do Parque Estadual do Rio Doce (1944-1993). Tese (Doutorado em História). UFMG: Belo Horizonte, 2015, 319 p.

<sup>194</sup> SANTOS, O parque e a estrada, 2015, p. 271.

<sup>195</sup> SÁ, Débora Nunes de. Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo: 1946-2011. Dissertação (Mestrado em História). UPF: Passo Fundo, 2017, 211 p.

<sup>196</sup> SÁ, Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo, 2017.

Um *boom* no modelo de parques aconteceu sob a ditadura civil-militar e influência da CNUMAD-1972, da qual o Brasil foi um importante participante. Ainda tendo como principal argumento o abastecimento de água, foi criado no Rio de Janeiro o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), em 1974, a fim de preservar as encostas dos maciços<sup>197</sup>. Ao contrário do Parque da Tijuca, com o qual disputou a fama de maior floresta urbana, o PEPB experimentou conflitos mais acirrados para sua implementação, agravantes na gestão da área dentro do modelo de uso indireto. No mesmo período, em 1975, o Governo de Minas Gerais criou o Parque Estadual da Serra do Cipó, federalizado em 1984, fruto da pressão de cientistas naturais pela proteção de uma zona de transição entre Cerrado e Mata Atlântica<sup>198</sup>. Na região da Serra do Cipó, diferentes formas de territorialização através do cultivo, ocupação e uso do solo cederam espaço ao parque. Aos poucos, uma nova organização social foi sendo construída.

Outro modelo de proteção utilizado no Brasil foi o de Reservas Florestais, também como unidades de proteção de uso indireto, voltadas para a conservação dos recursos naturais. A Reserva Florestal de Duas Bocas<sup>199</sup>, no Espírito Santo, foi criada em 1965, com o intuito de proteger os mananciais fornecedores de água para a área urbana dos municípios de Cariacica e região de Vitória, capital do estado. A trajetória dessa Reserva evidenciou o caráter de duplo “natural” do espaço urbano em expansão que atravessa todas as UCs. Dada a peculiaridade de o Espírito Santo ter “uma reserva aquífera muito pequena em comparação aos demais estados da região Sudeste”<sup>200</sup>, aliada ao desflorestamento intensificado no século XX - quando a cobertura florestal do estado chegou a menos de 10% -, aumentaram as ameaças de escassez de água na região, cuja demanda era cada vez mais elevada pelo crescimento populacional e industrial.

No caso do Parque Estadual Serra do Conduru (BA), é possível encontrar semelhanças e diferenças com relação aos casos acima mencionados. A questão em torno das estradas, como acontece no Parque do Rio Doce e em outras UCs brasileiras, também apareceu no PESC. Neste, a pavimentação da estrada foi um mote para a proposta de criação do parque como medida compensatória à destruição que essa obra causaria na

---

<sup>197</sup> FERNANDES, Um Rio de florestas, 2011.

<sup>198</sup> ANAYA, Felisa Caçado; SOUZA, Maria Cecília Freitas. Conflitos Ambientais Territoriais no Parque Nacional da Serra do Cipó. Rev. Desenvolvimento Social. Edição Especial, 2014, p. 23-31.

<sup>199</sup> Essa área, para ser ajustada ao SNUC (2005), foi renomeada de Reserva Biológica Paulo Fraga Rodrigues em 2007. (ANDRÉ, Clayton. Abordagem historiográfica sobre a Reserva Biológica de Duas Bocas/Cariacica-ES (1912-1991). Dissertação - Mestrado em História Social da Relações Políticas. UFES, Vitória, 2012, 132 p.)

<sup>200</sup> ANDRÉ, Abordagem historiográfica sobre a Reserva Biológica de Duas Bocas, 2012, p. 114.

APA preexistente no local. A abertura e pavimentação de estradas em áreas protegidas causa uma série de impactos profundos, perturbando os arranjos ecológicos de forma imediata ou em efeito cascata. Ocorrem alterações no comportamento dos animais, disseminação de doenças, fragmentação territorial, isolamento populacional, crescimento de plantas exóticas e “oportunistas” beneficiadas pela penetração de luz solar nas margens da estrada. Também crescem mais os cipós e lianas, causando a queda de árvores por excesso de peso e por cobertura da sua copa. Além disso, o entorno de uma estrada é mais propício a invasões, atividades de caça, pesca e extração ilegal de madeira. Com esses efeitos, “animais comuns se tornam mais comuns e os raros ainda mais raros”<sup>201</sup>, consequência grave para uma unidade criada com o fim de preservar essas espécies.

A preocupação com a manutenção dos recursos hídricos foi recorrente ao serem apontadas as justificativas para a criação de áreas protegidas, sejam elas de uso direto, indireto, áreas de proteção permanente ou reservas legais. Isso ficou mais evidente nas pesquisas sobre o Parque da Tijuca, da Pedra Branca e de Duas Bocas. A questão da água também preocupava os propositores do PESC, como evidenciou o seu Projeto de Criação, o Projeto de Implementação da APA Itacaré – Serra Grande e o Jornal da APA.

Com exceção da FLONA Passo Fundo, de ênfase produtivista, o uso para lazer foi um elemento presente no desenvolvimento das UCs acima mencionadas, acompanhando o contexto de crescimento da população urbana e os paradigmas conservacionistas nos diferentes períodos estudados em cada caso. No Parque Nacional de Itatiaia, o turismo funcionava como propaganda governista, espaço de lazer e conhecimento para a população das grandes cidades próximas ao parque, massa também servia como possível gerador de renda para manutenção da própria UC. Já no caso do PESC, a emergência de um mercado ecoturístico, mais especificamente, alimentou projetos amplos de administração territorial baseada em unidades de conservação e na noção de desenvolvimento sustentável. De todo modo, o turismo compôs o horizonte da criação de parques, em geral, no Brasil.

Essas questões podem ser compreendidas como uma extensão do duplo rural *versus* urbano ou natureza *versus* sociedade, dicotomias presentes nos parques, ao serem colocados como espaços naturais para atender demandas urbanas por recursos e lazer. Embora a história de cada parque tenha muitas particularidades, a historiografia sobre unidades de conservação de uso indireto no Brasil torna evidente que, em geral, os

---

<sup>201</sup> SANTOS, O Parque e a Estrada, 2015, p. 61.

parques brasileiros atendem a três propósitos inter-relacionados: a) proteção da natureza e de seus recursos (patrimônio genético, madeira e águas, por exemplo); b) espaço para realização de pesquisas científicas e; c) lugar de lazer para populações urbanas<sup>202</sup>. Na maior parte dos casos, as pesquisas revelam contradições entre o modelo desenvolvimentista brasileiro (nacional ou liberal, de acordo com cada período) e a criação de unidades de conservação. Mas essas contradições são apenas aparentes. Na verdade, UCs e desenvolvimentismo foram - e continuam sendo -, muitas vezes, parte de um mesmo projeto, no qual a natureza é vista como separada da vida humana, relegando às áreas protegidas a função de manter a natureza intocada e distante, como forma de compensação aos danos em ecossistemas de outros locais.

Além disso, o componente autoritário presente na criação de parques antes da promulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é um elemento atribuível tanto à herança do modelo Yellowstone, quanto ao *modus operandi* das ditaduras, período de criação de muitos parques no Brasil. No caso do Parque de Itatiaia, por exemplo, a escolha do local, próximo aos maiores centros urbanos do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) era providencial no sentido de atender demandas turísticas de lazer por parte da classe média urbana, além de funcionar como uma propaganda política do governo Vargas para os visitantes. Os moradores dentro da área foram retirados, mas alguns empreendimentos hoteleiros continuaram dentro do parque, numa demonstração do tipo de ocupação desejada e permitida.

Em todos os parques criados no Brasil, foi necessário algum nível de realocação da população, tanto de reconhecidas comunidades tradicionais ou famílias de agricultores, quanto de grandes proprietários de terras, com as evidentes assimetrias entre esses atores. Os casos de expulsão ou realocação de famílias residentes em áreas que se tornaram parques se repetem no mundo todo, especialmente na América Latina e em outros países do sul global, como no Brasil. Nesses países concentra-se a maior parte dos *hotspots*<sup>203</sup> para a conservação da biodiversidade global. A problemática dos residentes em áreas de conservação de uso indireto aponta para uma controvérsia longa e profunda sobre a

---

<sup>202</sup> FERNANDEZ, Um Rio de florestas, 2011, p. 15.

<sup>203</sup> “Os hotspots de biodiversidade são áreas que apresentam uma diversidade biológica única, com grande riqueza de espécies endêmicas, e que sofrem graves ameaças de destruição. Em todo o mundo, foram reconhecidos 34 hotspots, regiões que representam 2,3% da superfície terrestre e abrigam 50% de todas as espécies de plantas e 42% das espécies de vertebrados terrestres do mundo”. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL E FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. O Corredor Central da Mata Atlântica: uma nova escala de conservação da biodiversidade. Brasília, 2006, p. 33).

possibilidade de utilização de modelos universais científicos para a proteção de rios, animais e plantas pressupondo a erradicação da presença humana nesses locais.

O debate sobre a presença humana em áreas de preservação é uma controvérsia ainda em aberto. A relação entre populações locais e as unidades de conservação começou a aparecer no cenário global em 1962, por ocasião do Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, em Bali, Indonésia. Esse evento “reafirmou os direitos das sociedades tradicionais à determinação social, econômica, cultural e espiritual”<sup>204</sup>, uma declaração tardiamente incorporada às práticas conservacionistas. Um país de “Terceiro Mundo” receber o evento foi um fato possibilitado pelas atenções voltadas para a relação entre desenvolvimento e degradação ambiental, numa época de culpabilização dos mais pobres.

No Brasil, como mencionado anteriormente, um certo autoritarismo acompanhou a criação de muitas UCs impostas “de cima para baixo”. Sem ampla discussão prévia, os moradores apenas receberam ordens para se retirarem do local por força de decretos governamentais. Apesar disso, a grande maioria dos parques ainda tem população residente em seu interior, demonstrando, por um lado, a capacidade de resistência, negociação e agência dessas pessoas nos interstícios das políticas ambientais e, por outro, a ineficácia da ação estatal.

Posteriormente, já na década de 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN) reconheceu a contribuição para proteção da biodiversidade oferecida por populações tradicionais relacionadas com as espécies de seus territórios, por desenvolverem, ao longo de gerações, conhecimentos sobre manejos e modos sustentáveis de utilização. Surgiram artigos científicos denunciando a expulsão de populações indígenas e outros grupos tradicionais para ceder lugar às UCs. Essas populações passaram a ser vistas como “refugiados da conservação”: milhares de pessoas em condições vulneráveis por se deslocarem para áreas urbanas periféricas ou vagando em busca de outras terras. A partir daí, algumas recomendações começaram a ser discutidas, como o envolvimento dos residentes nas fases de planejamento e administração dos parques, para não serem reassentados sem o seu consentimento. Ou seja, buscava-se uma forma de resguardar tanto a diversidade biológica, quanto cultural<sup>205</sup> e o direito ao território, modos de luta contra injustiças ambientais.

O movimento dos seringueiros na Amazônia brasileira foi de grande importância no cenário nacional, não só pelo questionamento do modelo conservacionista adotado até

---

<sup>204</sup> DIEGUES, O Mito Moderno da Natureza Intocada, 1996, p. 102.

<sup>205</sup> DIEGUES, O Mito Moderno da Natureza Intocada, 1996.

então, mas também por emergir do amálgama entre questões sociais e ambientais, produzindo articulações inovadoras, apontando possibilidades de coexistência entre desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental. A associação entre saberes tradicionais e conservação da natureza começou, no Brasil, “quando seringueiros assumiram a dianteira ao instaurar a ligação entre sua luta política e preocupações ambientais”<sup>206</sup>.

Como contraponto à manutenção das populações residentes em áreas protegidas, alguns cientistas defendem a necessidade de observar os casos de cada localidade. No atual contexto de ocupação humana, uso dos recursos naturais, escassez e fragmentação de habitats, seria crucial, em alguns lugares, apartar comunidades humanas para uma efetiva conservação da biodiversidade, dada a vulnerabilidade extrema enfrentada por algumas espécies endêmicas. Ou seja,

[...] considerando o histórico de extinções, degradação ambiental e perda de espécies causadas tanto por “povos tradicionais” como pela civilização contemporânea, é exatamente por isso que se tornam indispensáveis os espaços onde a interferência humana sobre os processos naturais seja controlada.<sup>207</sup>

Quando observada a dinâmica histórica da Mata Atlântica, percebe-se que a floresta e seus ecossistemas associados experimentaram momentos de expansão e retração causados por movimentos biogeoquímicos terrestres, em especial as mudanças climáticas de aumento da temperatura e pluviosidade. Humanos estiveram presentes em espaços florestais ao longo de milhares de anos, compondo territórios na Mata Atlântica. Mas esse bioma se tornou o mais ameaçado do planeta, com os últimos séculos de colonização europeia e, em especial, após a segunda metade do século XX<sup>208</sup>. Isso afeta profundamente a capacidade de regeneração dos ecossistemas, tornando pouco eficazes medidas de proteção permitindo o uso de espécies em um ecossistema fragilizado. Nesse sentido,

A contínua mudança climática observada é reforçada pelas atividades humanas que incluem o intenso desmatamento que reduziu a Mata Atlântica a pequenos

---

<sup>206</sup> ALMEIDA, J.; FLEURY, L. Populações tradicionais e conservação ambiental. *Rev. Bras. de Agroecologia*, 2(3). 2007, p. 4.

<sup>207</sup> OLMOS, Fábio. Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das "populações tradicionais" à Mata Atlântica. *Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias*. Editora Unisul. Tubarão, SC. 2001, p. 286.

<sup>208</sup> A segunda metade do século XX marca uma época a partir da qual houve um crescimento exponencial de indicadores biogeoquímicos, como aumento da temperatura global, emissão de gases de efeito estufa, perda de biodiversidade, acidificação de oceanos e etc. Por isso, é uma fase conhecida como A Grande Aceleração e pode representar o marco da entrada no Antropoceno como nova era geológica. (BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. *The Shock of the Anthropocene. The Earth, History and Us*. Trad.: David Fernbach. Londres e Nova York, 2016).

fragmentos que impedem as fases de expansão e regressão natural que caracterizaram a dinâmica da Mata Atlântica brasileira durante os últimos 100.000 anos.<sup>209</sup>

Daí a importância de avaliar processos históricos de longa, média e curta duração em diferentes escalas, a fim de propor modos de conservação capazes de projetar possíveis futuros em comum, tanto para seres humanos quanto não humanos.

Ao considerar o debate entre populações residentes e ameaças à biodiversidade, existem hoje modelos de conservação pautando a importância de construir políticas ambientais em territórios mais amplos. É o caso da formação de corredores e mosaicos combinando diversos tipos de UCs e áreas protegidas. Ações nesse sentido foram aplicadas no Brasil no final da década de 1990 e início dos anos 2000, com o Projeto Corredores Ecológicos e as Reservas da Biosfera da UNESCO. Mas ainda não foram capazes de apaziguar os conflitos recorrentes nas unidades de conservação brasileiras.

Outro caminho é a observância às particularidades de cada caso e a promoção de espaços de diálogo envolvendo os moradores, de preferência antes da criação de cada UC, a fim de buscar acordos e conciliações de interesses para a reterritorialização dos espaços, como já é solicitado pela Lei do SNUC. O engajamento da comunidade local é visto como uma das medidas importantes para a eficácia da conservação, pois os próprios moradores podem atuar nesse sentido, especialmente aqueles residentes no entorno. Contratações de moradores como funcionários de parques ou como agentes de reflorestamento, por exemplo, têm sido alternativas já experimentadas em alguns locais, a exemplo do próprio Parque Estadual Serra do Conduru.

## **2.2 - O Projeto de Criação do PESC**

O Projeto de Criação do Parque Estadual da Serra do Conduru foi redigido entre 1996 e 1997, a pedido do Governo do Estado da Bahia, por um grupo de ambientalistas cujo corpo técnico estava agrupado em torno do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB). Na criação do PESC, processos relacionais entre diversos agentes deram sentido ao Parque. Identidades foram mutuamente configuradas, deslocamentos efetuados e, como resultado, o mundo social e natural foi transformado.

---

<sup>209</sup> JESKE-PIERUSCHKA; LEDRU. A Mata Atlântica no final do Quaternário, 2015, p. 48.

Nesta seção, agrupamos em quatro grupos (ambientalistas, biodiversidade, comunidade e governo estadual) os atores apresentados pelo Projeto de Criação do PESC, a fim de explicitar suas principais características e ações. Para tanto, retomamos elementos discutidos no capítulo 1 e realizamos uma análise do texto do Projeto, evidenciando como, nesse documento, um grupo se coloca como porta voz dos demais, a fim de alavancar o parque.

O Projeto de Criação do Parque Estadual da Serra do Conduru foi construído pelos ambientalistas através do Departamento de Desenvolvimento Florestal (DDF), vinculado à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do estado da Bahia. Apresentado em janeiro de 1997, os redatores do documento construíram um panorama dos “antecedentes” e geraram uma problematização. Todos os demais atores - a biodiversidade, a comunidade de moradores, o governo e o banco financiador - foram apresentados explicitando quem eram e o que precisavam, na visão dos ambientalistas, de modo a passarem pela criação do parque para atenderem suas necessidades.

Nesse panorama, apresentou-se a crise econômica da cacauicultura, da qual derivava a expansão das atividades de pecuária e agricultura de corte e queima. O Projeto apontava que “pequenos agricultores têm ocupado terras desabitadas e implantado roças de subsistência, e novamente florestas são derrubadas a serviço de atividades pouco rentáveis e com baixa sustentabilidade.”<sup>210</sup> Mas o principal problema era a extração de madeira e a proliferação de serrarias irregulares, gerando, por um lado, alto custo ambiental e, por outro, baixo retorno econômico para a população.

Concomitantemente, estudos científicos foram acionados para representar a área como prioritária para a conservação da Mata Atlântica do Nordeste brasileiro, devido ao elevado índice de biodiversidade e endemismo. A necessidade de um novo espaço para a conservação nessa região vinha sendo defendida por ambientalistas desde o Workshop “Prioridades para a Conservação da Mata Atlântica no Nordeste”, ocorrido em 1993, onde indicaram a região de Serra Grande como prioritária para o bioma. Nessa ocasião, foi proposta a criação de duas UCs no plano de ação do Projeto Parques e Reservas do Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais (PPG7). Essas UCs vieram a ser o Parque Estadual Serra do Conduru para o Corredor Central da Mata Atlântica e a Reserva do Amanã para o Corredor Central da Amazônia. Ambas foram consideradas

---

<sup>210</sup> BAHIA. Projeto de Implantação das Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande e Lagoa Encantada e Criação do Parque Estadual Serra do Conduru, 1997, p. 25.

“estratégicas para a conexão entre áreas protegidas dentro dos respectivos corredores ecológicos”<sup>211</sup>.

No contexto traçado pelo Projeto de Criação do PESC, o caminho a ser seguido pelo sul da Bahia deveria ser a via do desenvolvimento sustentável, aliando conservação da natureza e produção econômica por meio do turismo. Isso já vinha sendo experimentado pelo governo do estado ao construir políticas públicas considerando o patrimônio natural conservado como uma vantagem comparativa. A “implantação de trecho rodoviário correspondente da BA-001 [...] busca materializar esses conceitos básicos, integrando as áreas protegidas no contexto sócio-econômico regional”<sup>212</sup>. Contudo, de acordo com o diagnóstico realizado no Projeto, as APAs criadas não eram suficientes para “garantir a proteção adequada a toda esta região” e era necessário criar unidades de proteção integral.

As funções atribuídas ao parque pelo Projeto de Criação foram a conservação da biodiversidade, a manutenção da qualidade e oferta regular de água, a valorização do ecoturismo, a pesquisa científica e a educação ambiental. Como vimos anteriormente, esses pontos são comuns em unidades de conservação e, em especial, nos parques, apresentando continuidades entre os modelos conservacionistas e preservacionistas originárias desse modelo de área protegida.

Ao descrever o panorama sob sua perspectiva, o Projeto de Criação gerou uma problematização, na qual os atores convergem para o parque como uma necessidade comum a todos. Ou seja, os redatores “determinaram um conjunto de atores e definiram suas identidades de modo a se colocarem como um ponto de passagem obrigatório na rede de relações que eles estão construindo.”<sup>213</sup> Os ambientalistas precisavam gerar interesse nos atores para permanecerem reunidos em torno do projeto de criação do parque. Desse modo, a entidade proponente colocou em marcha um conjunto de ações de “interessamento”<sup>214</sup> pelo qual criar “a identidade dos outros atores”. Para cada grupo de atores, os ambientalistas mobilizam instrumentos distintos, a fim de formar alianças entre eles, ainda que momentâneas.

---

<sup>211</sup> BAHIA. Projeto de Implantação das Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande e Lagoa Encantada e Criação do Parque Estadual Serra do Conduru, 1997, p. 30.

<sup>212</sup> BAHIA. Projeto de Implantação das Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande e Lagoa Encantada e Criação do Parque Estadual Serra do Conduru, 1997, p. 27.

<sup>213</sup> CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: the domestication of the scallops and the fisherman of St. Brieuc Bay. In: LAW, John. Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge. London, UK: Routledge and Kegan Paul. 1986, p. 204 [tradução nossa].

<sup>214</sup> O termo utilizado no texto original é “*interessement*” (CALLON, *Some elements of a sociology of translation*, 1986).

A biodiversidade vinha sendo “interessada” por um processo mais longo, no qual pesquisas foram sendo realizadas, demonstrando a ameaça pela ação de madeiras, pelos projetos de desenvolvimento e pela cultura agrícola dos residentes. Medições de cobertura vegetal por um sistema de informação geográfica (GIS), por exemplo, funcionaram como “dispositivo de interessamento”<sup>215</sup>, usados para trazer a biodiversidade para a rede, pois materializam as hipóteses dos pesquisadores. Para definir os limites do parque, o Projeto dizia seguir os contornos das manchas de floresta ainda existentes na área das Serras do Conduru e do Capitão. A identificação apoiou-se em “imagens de satélite”, apontando a região montanhosa de difícil acesso como hospedeira de “um trecho significativo dessas matas, com área aproximada de 7 mil hectares”<sup>216</sup>.

O estudo da CEPLAC com o Jardim Botânico de Nova Iorque contribuiu nesse sentido, ao gerar uma sentença largamente difundida e reiterada por grupos de pesquisadores da conservação e ambientalistas<sup>217</sup>. Um índice de biodiversidade foi repetido sempre que necessário explicar a criação do parque nessa localidade, colocando-a como uma das mais biodiversas em termos globais. Esse estudo se tornou emblemático e foi utilizado como justificativa na ocasião de apresentação da proposta do parque como medida compensatória à estrada, mas a informação 458 espécies/ha compõe, ainda hoje, as explicações sobre a UC. Segundo informações atuais do site do INEMA, o PESC:

Possui alto potencial para conservação da biodiversidade com cerca de 458 espécies arbóreas por hectare, além de elevados índices de endemismo. Representa um dos mais importantes blocos de remanescentes florestais do litoral nordestino.<sup>218</sup>

Para trazer o BID e o Governo, os proponentes do parque mobilizam estrategicamente outros dispositivos, como o conceito de desenvolvimento sustentável e os Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da rodovia Ba001. Uma vez interessado o Banco, o governo veio a reboque, pois foi

<sup>215</sup> CALLON, *Some elements of a sociology of translation*, 1986, p. 209 [tradução nossa].

<sup>216</sup> BAHIA. Projeto de Implantação das Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande e Lagoa Encantada e Criação do Parque Estadual Serra do Conduru, 1997, p. 34.

<sup>217</sup> No documento, consta que: “Pesquisa feita por botânicos da CEPLAC e do Jardim Botânico de Nova York detectou, num hectare de floresta entre a Serra do Conduru e a Serra do Capitão, 458 espécies diferentes de árvores arbóreas (Thomas et al, em prep.). Este é um dos índices mais expressivos do mundo.” (BAHIA. Projeto de Implantação das Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande e Lagoa Encantada e Criação do Parque Estadual Serra do Conduru, 1997, p. 31).

<sup>218</sup> INEMA, Parque Estadual da Serra do Conduru. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/parque-estadual/parque-estadual-da-serra-do-conduru/>>. Acesso em 09/06/2023.

compelido a decretar a criação do PESC às pressas, a fim de acessar os recursos necessários para implementar o PRODETUR.

Por fim, o “interessamento” da comunidade de residentes parece mais complicado e menos eficiente. Isso porque, no projeto, foi dada pouca atenção aos residentes e o trabalho de levantamento fundiário foi pouco desenvolvido, tendo os ambientalistas grande dificuldade em agrupá-los na sua problematização. Devemos considerar, ainda, a formação da comunidade por pessoas com interesses diversos e, por vezes, divergentes, dificultando sua caracterização enquanto grupo. Contudo, os ambientalistas identificam a comunidade, no Projeto de Criação do PESC, como formada por posseiros e proprietários insatisfeitos com a baixa qualidade agrícola dos solos, “naturalmente” favoráveis à desapropriação mediante indenização ou reassentamento. A qualidade do solo, como mencionamos na caracterização ambiental da área, é considerada ácida e de cascalho, inibindo a retenção de água, a penetração das raízes e, por conseguinte, tornando-o pobre para a agricultura. O relevo acidentado acentuaria essas dificuldades trabalhando contra a população de agricultores residentes no local. Sobre esse grupo, o Projeto diz:

Há um desencanto muito grande entre os pequenos e médios produtores com o uso agrícola das terras, seja pela escassez de crédito subsidiado, seja pela baixíssima qualidade dos solos. Um número significativo de propriedades estão à venda ou abandonadas no trecho de abrangência do Parque.<sup>219</sup>

Logo, os mecanismos legais de institucionalização de uma unidade de conservação, para garantirem a indenização ou o reassentamento, são instrumentos possíveis de “interessamento” utilizados pelos ambientalistas para engajar membros da comunidade. É possível considerar essas afirmações como formas de esvaziar, no texto, eventuais conflitos entre a população e o projeto do parque, tomando por certo o consentimento do grupo, quando, na verdade, não foi consultado a respeito.

Os mecanismos de “interessamento”, quando bem sucedidos, geram o engajamento<sup>220</sup> dos atores com os papéis atribuídos pelos ambientalistas, fruto das suas perspectivas sobre cada ator. A fauna e a flora do parque deveriam se expandir em termos de regeneração e cobertura vegetal, com a ajuda dos projetos de reflorestamento e manejo do território; os moradores precisariam mudar modos de vida e aceitar acordos de indenização ou reassentamento; o governo precisaria decretar a criação do parque e

---

<sup>219</sup> BAHIA. Projeto de Implantação das Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande e Lagoa Encantada e Criação do Parque Estadual Serra do Conduru, 1997, p. 35.

<sup>220</sup> No original: “*enrolment*” (CALLON, *Some elements of a sociology of translation*, 1986).

investir na sua implementação e; o Banco incluiria a medida compensatória no contrato com o governo e financiaria parte da estrutura da UC.

Por meio do engajamento de interesses e da definição de papéis, os ambientalistas tentavam mobilizar cada ator. Quando mapeavam a biodiversidade e produziam relatórios de pesquisa, identificando a flora e fauna do parque, eles estavam se colocando como porta-vozes desses atores, dizendo quem eram e o que precisavam. A representatividade das árvores, por exemplo, foi conseguida com a publicação de artigos e circulação de dados sobre endemismo e biodiversidade, incluindo os nomes das espécies. O mesmo foi feito com relação à comunidade, apresentada, no texto, como posseiros e proprietários manifestantes do desgosto com a terra e do interesse em indenização ou reassentamento.

O Projeto foi um instrumento intermediário no qual os ambientalistas se colocaram como representantes dos demais atores interessados, na tentativa de negociar o sucesso da proposta. Contudo, essa representatividade foi questionada pelos moradores, quando se instauraram dissidências e conflitos, em enfrentamentos que se apresentaram com as medidas de implementação, depois que o Projeto foi aprovado.

Assim, o Projeto passou por alguns momentos de produção e inscrição, criando uma rede de relacionamentos<sup>221</sup>, de conexões frágeis e instáveis. A todo tempo ela poderia ser reconfigurada por mudanças nas identidades dos atores, “o consenso e suas alianças podem ser contestadas”<sup>222</sup>. Vale lembrar que, quando o Projeto foi deslanchado, a efetiva criação e implementação do PESC ainda não estava materializada, e, portanto, a sua realização era incerta.

### **2.3 - A notícia do parque chega aos moradores: incertezas, dúvidas e conflitos**

Antes de analisarmos o modo como as primeiras notícias do PESC chegaram aos moradores, vale ressaltar que a Lei 9.985, implementando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), só foi publicada em julho de 2000. De acordo com o inciso III, artigo 5º dessa Lei, o SNUC deve ser regido por diretrizes que “assegurem a

---

<sup>221</sup> CALLON, *Some elements of a sociology of translation*, 1986, p. 218.

<sup>222</sup> CALLON, *Some elements of a sociology of translation*, 1986, p. 218.

participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”<sup>223</sup>.

O Decreto federal nº 4.340 regulamentou a Lei do SNUC em agosto de 2002 e, com esse marco, as normas do Sistema foram detalhadas em procedimentos obrigatórios. A partir daí, a lei determina a realização de consulta pública previamente à criação de unidade de conservação, para subsidiar a definição mais adequada da sua localização, dimensões e limites. As consultas públicas podem ser reuniões públicas ou outras formas de “oitiva da população local” e demais interessados. Nessa ocasião, o órgão responsável pelo projeto de criação de uma UC deve explicitar claramente e “em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta”<sup>224</sup>. Esses procedimentos têm por objetivo evitar injustiças ambientais e promover a participação das comunidades afetadas de modo a atalhar conflitos e facilitar medidas de conservação.

Os passos dados para a criação do PESC, no período entre 1997 e 2002, ocorreram antes dessa lei, motivo pelo qual não foram aplicados procedimentos hoje considerados indispensáveis no processo prévio à criação de UCs, especialmente de proteção integral, como os parques. Como afirmou Marcelo Barreto<sup>225</sup>, gestor do PESC, esse foi um motivo relevante na emergência dos conflitos subsequentes com as comunidades de moradores dentro do Parque.

Ao analisarmos o conteúdo das entrevistas realizadas em 2022, precisamos considerar uma possível idealização do passado na memória dos moradores quando relataram um contexto positivo na experiência de viverem na área durante sua infância e juventude, antes do Parque. Essa construção narrativa pode ter sido reforçada pelos atravessamentos e interesses atualmente em jogo ao produzirem os relatos das entrevistas. Por outro lado, também devemos considerar que as melhorias nas condições de trabalho

---

<sup>223</sup> BRASIL, Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências (Lei do SNUC). Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/7/2000, Página 1 (Publicação Original). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm#:~:text=%C2%A7%205o%20As%20unidades,%C2%A7%20o%20deste%20artigo](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm#:~:text=%C2%A7%205o%20As%20unidades,%C2%A7%20o%20deste%20artigo)> Acesso em: 27/07/23.

<sup>224</sup> BRASIL, Decreto nº 4.430, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/8/2002, Página 9 (Publicação Original). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm)>. Acesso em: 27/07/23.

<sup>225</sup> Marcelo Barreto, 55 anos, é engenheiro agrônomo e possui mestrado profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável (Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ). É gestor do PESC desde 2005.

só foram afirmadas por aqueles que conquistaram empregos estáveis após a criação do Parque, especialmente os funcionários da própria UC ou de ONGs locais.

Houve experiências diversas entre os membros da comunidade de residentes, com trajetórias diferentes dentro das limitadas possibilidades, gerando pontos de vista sobre o passado que refletem formas de compreensão do presente. Como já alertava Marc Bloch, ao refletir sobre o trabalho do historiador na lide com os documentos, e não apenas com relatos orais, testemunhas do passado podem carregar suas narrativas com enganos, mas o importante é “fazê-las falar, para compreendê-las.”<sup>226</sup> Compreender os moradores e ex moradores do lugar, como se sentiram, como interpretaram a situação e o que fizeram a partir disso é o que nos interessa para explicarmos sua atuação na reconfiguração territorial advinda do Parque.

As ações do Departamento de Desenvolvimento Florestal (DDF) para implementação do PESC tiveram início após o decreto de criação do Parque em fevereiro de 1997, cerca de um mês após a apresentação do Projeto de Criação da UC. A primeira medida adotada foi a designação de três técnicos com formação de nível superior para gestão da área e regularização fundiária. Como relatado por Rui Rocha,

[...] logo no início, nos primeiros dois anos, houve um trabalho até intensivo, de regularização fundiária, o inventário das propriedades, a demarcação da poligonal, isso foi feito realmente logo na... enquanto a estrada estava sendo construída, *pari passu*, o parque tava sendo implementado nessa escala de fundamento, né, de fundamentação.<sup>227</sup>

Em seguida, os técnicos buscaram informar aos moradores a nova condição do território como parque. A notícia da criação do PESC surpreendeu as comunidades, pois desconheciam a anterior articulação para a implementação de uma UC de uso indireto, negociada com o governo. As audiências tratando da estrada foram realizadas nas cidades de Ilhéus e Itacaré, sem a participação das comunidades rurais atingidas pelo parque. A forma como a informação chegou até eles, por meio de funcionários do DDF, é relatada de forma traumática, ressaltando a violência e o sentimento de invasão. Segundo Pedro, 41 anos, ex-morador do PESC, “o parque, quando ele começou, ele entrou, chegou, e assim... Tava todo mundo despercebido, ninguém sabia de nada.”<sup>228</sup> Ele avalia que a

<sup>226</sup> BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 96.

<sup>227</sup> ROCHA, Rui. Entrevista com a autora, 02 de maio de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>228</sup> PEDRO. Entrevista com a autora, 16 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

forma como o parque foi criado e anunciado provocou, desde o início, uma relação pouco amigável com a comunidade local:

O início do parque não foi bem aceito pelas pessoas e também o debate chegou de uma forma não tão amigável, eu vou ser bem sincero pra você. Não teve aquela conversa, de sentar e conversar com as pessoas e explicar direitinho o porquê do parque, e pensar numa melhoria pras pessoas, né.<sup>229</sup>

Essa abordagem é reforçada no relato de Ana, 44 anos, ex-moradora do PESC, ao contar como a notícia circulou entre os moradores e sua visão do acontecimento:

A gente ficou sabendo assim, porque aí veio uma notícia: “Eh! Todo mundo vai embora daqui, todo mundo vai ter que sair daqui, todo mundo vai perder suas terras, vai ter que sair de qualquer jeito!” Chegou o pessoal do parque assim, as primeiras pessoas do parque chegou muito agressivo com os moradores.<sup>230</sup>

Já Antônio, 52 anos, também ex-morador, ao relatar como recebeu a notícia do Parque, conta que:

A primeira vez, como eu te falei, foi em 97 [1997], quando eles já chegaram... a gente tava lá... acho que quando foi umas três horas da tarde, chegou uma equipe. Até hoje eu lembro, o carro era escrito assim: DDF. Aí, parou lá e aí conversou com a gente... aí falou que a partir daquele dia tava se tornando uma unidade de conservação e que a gente ia ser interrompida as atividade agrícola dentro daquela área. [...] Que aí ficou: “bom, se vai interromper as nossas atividades, nós vai sustentar a família como, se a atividade nossa aqui é agrícola?”<sup>231</sup>

Nesse trecho é possível perceber como o choque da notícia foi seguida da preocupação sobre o modo de vida das famílias. Com a proibição da agricultura, caça e pesca, ficariam impossibilitadas de produzir seus principais alimentos. Também foi interrompida a renda provinda da prática de atividades extrativistas, como a extração de fibra de piaçava para fabrico de vassouras e de madeira para venda *in natura*. Conforme o relato de Francisco, 44 anos, morador do parque:

[...] em relação ao tempo que não havia parque era bom. [...] não parava o trabalho. Não era de carteira assinada, não era tudo legalizado, mas tinha [...]. Então pra todo lado tinha trabalho, que tinha muita gente lá. Lá era tipo um povoado, cheio de fazendeiro e posseiro. Hoje não tem mais nada.<sup>232</sup>

<sup>229</sup> PEDRO. Entrevista com a autora, 16 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>230</sup> ANA. Entrevista com a autora, 25 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>231</sup> ANTÔNIO. Entrevista com a autora, 29 de setembro de 2022, PA Nova Vida, Itacaré, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>232</sup> FRANCISCO. Entrevista com a autora, 04 de novembro de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

Ou seja, havia algumas fazendas empregadoras na área do parque, mas, com a criação da UC e o conseqüente encerramento dessas atividades, conseguir emprego tornou-se mais difícil. Apesar da falta de direitos trabalhistas, como a acima mencionada inexistência do registro na carteira de trabalho, a remuneração era uma importante fonte de renda para a subsistência dos trabalhadores.

Nos relatos dos moradores da época, a criação do PESC iniciou um período de medo em relação ao futuro, durante o qual foram instruídos a interromperem de imediato suas atividades agrícolas e aguardarem o processo de indenização. Segundo os funcionários teriam informado, isso deveria acontecer rapidamente, num prazo de 3 meses. Enquanto esperavam, muitos relataram terem passado fome ou escassez de alimentos, divididos entre o medo da lei ambiental e a necessidade do plantio e extração de essências florestais. Ana relembra que “foi muito difícil, foi uma loucura, foi tipo uma guerra! Por que a gente tinha muita raiva desse parque”<sup>233</sup>.

Essa caracterização do período como uma época de “guerra” explica-se pelo fato dos valores das primeiras indenizações serem considerados muito baixos pelos moradores, desencadeando uma tentativa de aproveitamento das terras e propriedades já desocupadas. No entendimento de algumas pessoas do local, se a área passava a ser do governo, deixava de ter “dono” e, como não havia fiscalização ou vigilância, era possível apreender os bens e recursos naturais para uso próprio. Nesse sentido, um morador que permanecesse no lugar estaria protegendo a vegetação e os animais com sua vigilância constante e, portanto, seria um protetor da floresta e não um impeditivo à conservação. Esse parece ter sido um argumento construído no enfrentamento às remoções indesejadas.

Então, num segundo momento da relação entre o parque e os moradores, o desmatamento teria aumentado, algumas casas desocupadas chegaram a ser saqueadas e quadrilhas de madeireiros passaram a frequentar a área com maior assiduidade, contando, por vezes, com o apoio de residentes. Embora as narrativas dos moradores atribuam o aumento da extração madeireira ao esvaziamento populacional ocorrido com as indenizações, é provável que isso tenha ocorrido devido à inauguração da rodovia Ba001. Como haviam previsto os ambientalistas, a estrada recém inaugurada completava a facilidade no acesso à floresta para extração de madeira.

Além dos técnicos para gestão da área, em 1999 foram contratados dois vigilantes para a guarda patrimonial, ambos residentes do entorno e não dentro do parque. Um deles,

---

<sup>233</sup> ANA. Entrevista com a autora, 25 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

José, 50 anos, em entrevista para esta pesquisa, mostrou-se compreensivo por entender que “o povo tava acostumado a desmatar, acostumado a fazer constantemente essa atividade que eles exerciam dentro do parque”, pois a principal fonte de renda era a produção de carvão e farinha de mandioca. Esses hábitos, “para você tirar assim de uma hora pra outra é muito difícil, né, é impactante, e também eles tinha que se manter né.” Na visão do vigilante, o início foi bastante conflitivo e reitera a hipótese de aumento do desmatamento com a saída dos primeiros moradores indenizados:

Quando indenizou, tirou o pessoal e desmataram mesmo. Nessa época, não tinha polícia ambiental na área e com a chegada da gente lá... antes a gente ia de bicicleta, quando a gente via o caminhão carregado de madeira vindo de lá, a gente tinha que se esconder, com medo da represália. A gente quando chegou lá não foi bem aceito.<sup>234</sup>

Nos primeiros anos após o decreto de criação do PESC, com os passos ainda incipientes no caminho da implementação, as dúvidas, os conflitos e os embates tiveram uma relevante carga de violência, medo e apreensão, tanto por parte dos moradores, quanto dos primeiros funcionários do parque. No caso dos residentes, antes do parque havia muitas dificuldades nos modos e condições de vida. Mas a vulnerabilidade socioeconômica foi ampliada pelas interdições decorrentes da criação da UC e a disputa pelo território foi se estabelecendo, gerando um clima de “guerra” e insegurança. As possibilidades de composição do território dentro do modelo de unidade de conservação de uso indireto ainda não estavam claras para os atores envolvidos.

Retomando a literatura sobre unidades de conservação integrais no Brasil, nota-se que é comum a produção de conflitos ambientais na criação dessas áreas protegidas, embora em níveis variados, classificados de acordo com a predominância de algumas características. Os conflitos ambientais do tipo “territoriais” emergem em “situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial”<sup>235</sup>. Dito de outro modo, as formas de se relacionar com a “natureza”, específicos de cada grupo,

---

<sup>234</sup> JOSÉ. Entrevista com a autora, 16 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>235</sup> ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens (org). Conflitos Ambientais. Texto inspirado na Introdução do livro Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 7.

refletem-se em diferentes “processos de territorialização”<sup>236</sup>, podendo entrar em disputa quando não são equacionados.

A territorialização, por sua vez, é “resultado das tensões entre os diferentes projetos territoriais e estão relacionados às transformações ocorridas numa figuração social específica, mediante a estruturação, desestruturação e reestruturação das formas de controle dos recursos naturais e da organização do espaço, em decorrência das práticas dos grupos sociais interdependentes”<sup>237</sup>. Os conflitos ambientais territoriais surgem da dinâmica de territorialização, contemplando as estratégias de produção do espaço (como paisagem e lugar), as perspectivas de reprodução social e as formas de dominação, com continuidades e descontinuidades prolongadas no tempo e espaço. Não é um processo estático ou definitivo, sendo reelaborado com a entrada de novos elementos no território.

No Brasil, a historiografia mostra a recorrência das realocações, já que é pouco provável, pelo histórico de ocupação das terras, haver áreas, da abrangência pressuposta por um parque, sem população residente. Mesmo quando não há moradores na área onde se pretende criar uma UC de uso indireto, é muito provável a utilização prévia do espaço por alguma comunidade, ainda mais se considerarmos a ideia de natureza “intocada” como “mito”. Por isso, quando uma população local e um parque se encontram coetaneamente, é comum a ocorrência de conflitos de territorialização durante o processo de criação da UC, arrastando-se por longos anos e recrudescendo as contradições dos projetos para o território.

Alguns casos são interessantes para compreendermos o espectro dos conflitos ambientais territoriais. O Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), na cidade do Rio de Janeiro, tem sua origem vinculada ao desmatamento das encostas do maciço, quando propostas de urbanização e remodelação da cidade suplantavam paulatinamente a agricultura e os traços rurais da área. Nesse caso, embora a criação do PEPB tenha contribuído para a reestruturação do território, “não foi ele o principal responsável pela restrição das atividades agrícolas”, mas sim a pressão do mercado imobiliário. Com a implementação do parque, de forma lenta, precária e ambígua, os valores ambientais difundidos foram ressignificando os usos rurais já estabelecidos, encaminhando outras possibilidades para a resolução dos conflitos<sup>238</sup>.

---

<sup>236</sup> MIRANDA, Roberto de Souza. Ecologia Política e processos de territorialização. Revista Sociedade e Estado, vol. 28, n. 1, jan/abr 2013, p. 142-161.

<sup>237</sup> CUNHA, SILVA e NUNES, 2008 *apud* MIRANDA, Ecologia Política e processos de territorialização, 2013, p. 155.

<sup>238</sup> FERNANDEZ, Um Rio de Florestas, 2011.

Diferentemente, o Parque Nacional da Serra do Cipó (PNSCi) provocou processos de expropriações mais diretos, aglutinados em dois ciclos. O primeiro ocorreu em 1984, com a federalização do parque, quando grupos familiares com modos de vida coletivo foram subsumidos pela lógica de apropriação territorial para conservação, sem o conhecimento dos moradores sobre os efeitos possivelmente provocados pela UC. O segundo ciclo, iniciado em 2013, começa com a notificação dos moradores residentes na Zona de Ocupação Temporária para deixarem a área, de modo que o conflito, parcialmente solucionado pelo Plano de Manejo, foi reiniciado em um novo contexto. Esse processo evidencia a complexidade da territorialização em unidades de conservação e as dificuldades em produzir consensos<sup>239</sup>.

A recorrência dos conflitos na política ambiental baseada em unidades de conservação também é evidenciada pelo Parque Estadual do Jalapão (PEJ), criado em 2001 e, portanto, em um momento histórico diverso dos anteriormente abordados, quando muito já se discutia sobre as dificuldades e injustiças ambientais tantas vezes reiteradas em exemplos similares. O PEJ foi implantado no território da comunidade tradicional de Mumbuca, afetada na relação de pertencimento ao lugar e nos modos produtivos, conduzindo à necessidade de resistir à implementação da UC para evitar o esfacelamento da sua organização sociocultural e econômica. Visões antagônicas sobre natureza e cultura, conservação e sustentabilidade, estariam na base do conflito entre o PEJ e a comunidade de Mumbuca<sup>240</sup>.

No caso do PESC, não foi identificada uma unidade identitária entre os residentes ou caracterização “tradicional” das comunidades, como ocorreu com o Parque do Jalapão. Por esse lado, aproxima-se mais do exemplo do Parque da Pedra Branca, com um território rural ocupado por agricultores de pequenas posses de produção familiar. Mas distancia-se desse por estar localizado em uma área de floresta distante de grandes centros urbanos e, na época da criação, não experimentar significativa pressão imobiliária. Quando comparado ao caso do Parque Serra do Cipó, encontramos mais semelhanças, pois as famílias de agricultores foram sendo realocadas e indenizadas em ondas de ação governamental. Apesar disso, no PESC, o Plano de Manejo não incorporou as comunidades em uma zona de ocupação temporária, como ocorreu naquele. As

---

<sup>239</sup> ANAYA; SOUZA, Conflitos Ambientais Territoriais no Parque Nacional da Serra do Cipó, 2014.

<sup>240</sup> RODRIGUES, Waldecy; FREDRYCH, Thelma Valentina. O dilema das comunidades tradicionais em unidades de conservação: o caso da comunidade Mumbuca no Parque Estadual do Jalapão (TO). Bol. Goia. Geogr. (online), v. 33, n. 3. Goiânia, set./dez. 2013, p. 63-79.

realocações e indenizações também não foram suficientes para encerrar os conflitos com os moradores e, ao contrário, provocaram novos motivos de discordância.

Se conjugarmos a análise dos conflitos com os projetos governamentais produtores do PESC, identificamos, assim como nos outros casos, uma distribuição desigual dos custos e benefícios entre os diferentes atores atrelados à criação dos parques. O ônus recaiu sobre as comunidades de pequenos agricultores familiares, cuja vulnerabilidade foi acentuada pela questão ambiental. Tendo em vista interpretações da ecologia política analítica, a partir da ecologia do evento<sup>241</sup>, propõe-se que

O processo de marginalização das populações tradicionais e locais, em grande medida, é decorrente de ações governamentais que visavam e visam o desenvolvimento econômico regional, terminando por priorizar as elites locais e nacionais. O processo de criminalização, por sua vez, é fruto de ações governamentais e de projetos ambientais que procuram conservar a natureza, restringindo ou limitando o acesso e uso dos recursos naturais.<sup>242</sup>

Essa criminalização dos moradores ocorreu com a criação do PESC quando as proibições da agricultura e caça foram implementadas, mas, especialmente, a partir do início das ações de fiscalização contra a extração de madeira. Em um trecho da entrevista, Pedro relata como sua atividade econômica principal passou a ser considerada um crime ambiental:

Aí eu me tornei madeireiro, que era a única fonte de renda, né. [...] foi quando iniciou o parque, aí veio tipo aquela perseguição. Cheguei a ser processado, tudo... perdi um burro que a gente tinha, que ajudava no sustento da família [...]. É difícil ser uma pessoa do bem e de repente cê se encontra com medo de alguma coisa<sup>243</sup>.

Antes disso, seu pai havia passado por uma situação marcante na vida família, ilustrativa das mudanças profundas sobre os modos de uso do território que os moradores experimentaram:

A Tatiana [então gestora do PESC], teve uma época que meu pai, nós tinha acabado de botar um roçado, assim... já tinha plantado mandioca. Aí ela prometeu cadeia! Meu pai com oito filhos pra dar comida, plantando um pé de mandioca, né, claro, sustentar a família e ela prometeu cadeia!<sup>244</sup>

<sup>241</sup> A ecologia do evento é proposta por Vayda & Walters (1999, *apud* Miranda, 2013) como “*evenemental* ou *event ecology*”. Essa seria uma alternativa pragmática à Ecologia Política analítica na qual “todos os eventos políticos devem ser considerados da mesma maneira que os fatores biofísicos o são para explicar as mudanças ambientais” (MIRANDA, Ecologia Política e processos de territorialização, 2013, p. 147).

<sup>242</sup> MIRANDA, Ecologia Política e processos de territorialização, 2013, p. 149.

<sup>243</sup> PEDRO. Entrevista com a autora, 16 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>244</sup> PEDRO. Entrevista com a autora, 16 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

Nesse contexto, as práticas agrícolas não foram continuadas por simples “falta de consciência” ou pertinácia injustificada dos moradores, mas por ausência de outras alternativas para o sustento básico das famílias. Na verdade, pelo menos até o início dos anos 2000, o desamparo frente às políticas ambientais, desconsiderando as necessidades e existências das populações residentes, foi um traço e um desafio em comum entre parques. No geral, os processos decisórios foram protagonizados por especialistas e autoridades de instituições governamentais que dominavam um conhecimento técnico. Houve pouco espaço aberto para considerar as perspectivas das populações afetadas por medidas conservacionistas. Contraditoriamente, a relação entre parques e populações representa, hoje, um dos pontos mais conflituos na manutenção dessas áreas como unidades de conservação pressupondo o afastamento da presença humana residente.

#### **2.4 - O Jornal da APA como publicação de educação ambiental**

Quando iniciamos esta pesquisa, nosso plano era analisar, dentre outras fontes, as atas das reuniões do Conselho Gestor da APA e do PESC. Com esse intuito, fomos ao arquivo do parque coletar o material e organizá-lo para o uso como documento histórico. Durante as visitas à sede do PESC, realizadas em 2021, trabalhamos na limpeza e organização de caixas de documentos, papéis e publicações variadas constantes no local. Nesse processo, deparamo-nos com uma nova fonte: o Jornal da APA, do qual alguns exemplares constavam em meio às pastas e caixas do arquivo da UC. Assim, nos interessamos em analisar o jornal e avaliar se este contribuiu e em que medida para a consolidação da APA e, por conseguinte, do PESC.

Os jornais impressos tiveram um papel de destaque na formação da esfera civil pública das sociedades modernas. A emergência da imprensa acompanhou processos de formação de opinião e espaços de debate, influenciando e sendo influenciada pelas conjunturas, pelo público e pelas ideias de seu tempo. Muitas vezes, os jornais serviram de arena para jogos de poder, negociações e convencimentos em temas e alcances dos mais variados.

A utilização da imprensa periódica como fonte histórica vem se consolidando desde a década de 1970<sup>245</sup>, com maior ênfase a partir de 1980, quando jornais foram colocados no centro de objetos de estudos, “como instrumentos de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”<sup>246</sup>. A partir de então, historiadores tem se dedicado a construir diretrizes metodológicas para a utilização desse tipo de fonte, possibilitando a análise da materialidade do impresso articulada ao conteúdo textual escrito e imagético.

Os redatores e editores de um jornal falam a partir de um lugar historicamente posicionado, atravessado pelos elementos formadores de seu tempo. As intencionalidades constituintes da fonte não devem escapar à análise, pois “o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos”<sup>247</sup>, sendo todo documento um suporte de prática social. Assim compreendida, a imprensa não é simplesmente o espelho do passado ou presente na qual foi produzida, mas uma prática que modela ideias, generaliza posições, interpreta situações, propõe diagnósticos da realidade e articula projetos num trabalho de composição do passado, presente e futuro.

Para lidar com esse tipo de fonte, partimos da identificação dos elementos materiais e textuais estruturantes do jornal para compor uma análise do projeto editorial no todo e nas partes constituintes, seguindo uma metodologia historiográfica<sup>248</sup> para uso de fontes da imprensa. Destaca-se, nesse processo, o modo como o jornal intervém na agenda pública, promove campanhas e assume posições políticas mais ou menos explícitas.

O Jornal da APA surgiu no âmbito da implementação da APA Itacaré – Serra Grande no sul da Bahia, através do Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo (PEAE). A primeira publicação veio a lume em julho de 1999 e o último exemplar teria sido publicado em 2007, completando 41 edições<sup>249</sup>. Contudo, localizamos para análise um conjunto esparso de publicações, em exemplares de 1999 a 2006, disponíveis no arquivo da sede do Parque Estadual da Serra do Conduru. Na nossa série, o último

---

<sup>245</sup> PEREIRA, Elenita Malta; RUCKERT, Fabiano Quadros. “Queremos espaço verde”: o Parque Municipal Luiz Henrique Roessler como parte da História da Cidade de Novo Hamburgo (RS, Brasil). *Tempos Históricos*, v. 22, 2018, p. 93.

<sup>246</sup> LUCA, Tania Regina de. História nos, dos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010, 2ª edição, p. 118.

<sup>247</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez/2007, p. 258.

<sup>248</sup> CRUZ; PEIXOTO, Na oficina do historiador, 2007, p. 264.

<sup>249</sup> TORRES, Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental, 2007, 196 p.

exemplar data de fevereiro de 2006 e sua capa informa ser o de número 40, suscitando a dúvida sobre qual o período efetivo de publicação do periódico. A periodicidade foi mensal nos dois primeiros anos, mas depois passou a ser bimestral e algumas edições foram de três meses. É possível ainda que, devido à dificuldade de financiamento em alguns períodos, as publicações tenham lacunas de tempo mais espaçadas.

Em termos de projeto gráfico, o formato do Jornal da APA possuiu um modelo geral de pouca variação. A capa de cada edição trazia imagens ora ocupando toda a página, ora expostas em mosaicos menores. Os temas ilustrados nas capas foram as paisagens da região, exemplares botânicos da Mata Atlântica regional ou reuniões do Conselho Gestor da APA. Os demais elementos variavam entre exposição dos principais títulos no quadro “Leia nesta edição”, fotografias de entrevistados, mapas da APA e logotipos de instituições envolvidas com o jornal. A partir da edição nº 25, passou a contar também com o logotipo da campanha “Mata Atlântica Terceiro Milênio – Desmatamento Zero”<sup>250</sup>. Sempre no verso da capa constava a página do editorial e informações técnicas.

As doze páginas de cada edição estavam divididas em seções bastante variáveis ao longo de todo o período, abordando desde informações sobre o Plano de Manejo e Zoneamento da APA, passando por entrevistas com moradores e autoridades, até receitas de culinária e piadas. Na primeira edição, por exemplo, havia as seções Educação Ambiental, APA, Entrevista, Flashes Municipais, Cultura, Esportes, Gente da APA e Informes. Já na penúltima edição, as seções eram Espaço Ambiental, Espaço da Educação Ambiental, Espaço Rural, Espaço do Conselho Gestor, Entrevista e Meio Ambiente. Essas seções não eram fixas e mudavam a cada edição, de acordo com os temas abordados. Ainda assim, era comum que textos com temáticas diferentes compartilhassem a mesma página e seção, talvez na tentativa de economizar espaço.

Apenas na edição de nº 25 encontramos um caderno especial, o Caderno Folha da Terra, publicado no âmbito do Projeto Comunidades Rurais e Florestas da APA com patrocínio do FUNBio e *The Ford Foundation*. Esse caderno possuía quatro páginas e seus textos seguiam as mesmas temáticas do restante do periódico, com maior ênfase nos assuntos de agricultura, reflorestamento e comunidades rurais. Com a leitura do exemplar

---

<sup>250</sup> A campanha Mata Atlântica – Desmatamento Zero foi promovida pela Reserva da Mata Atlântica e desenvolvida nos anos de 2001 a 2006 com o objetivo de aprovar a lei da Mata Atlântica. (Ações e Campanhas para a Mata Atlântica, GAMBÁ. Disponível em: <<https://www.gamba.org.br/realizados/acoes-para-protecao-da-mata-atlantica>>. Acesso em 26/10/2023).

analisado, ficou evidente a existência de outras edições do Caderno Folha da Terra, mas não pudemos precisar quantas.

O último exemplar da nossa série, o de número 40, possui uma estrutura diferente das anteriores em termos de conteúdo e seções. Ele é completamente dedicado a divulgar o novo Zoneamento Ecológico Econômico da APA Costa de Itacaré – Serra Grande, aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente em 2005<sup>251</sup>. Por isso, consideramos essa como a única edição especial que encontramos. Já na edição de número 32, publicada em julho de 2004, o texto do editorial afirma comemorar os cinco anos do Jornal, mas não foi produzida uma edição comemorativa divergente das demais em termos gráficos ou de conteúdo.

Na segunda página de cada edição, junto com o editorial, registrava-se que “os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião do Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo da APA Itacaré – Serra Grande.” Mas a maioria dos textos, colunas e quadros eram publicados sem assinatura do autor, representando, portanto, o posicionamento do Jornal e do conselho editorial. No caso das edições publicadas após o fim do Programa, a isenção de responsabilidade pelos artigos assinados foi em favor do IESB, então coordenador do Jornal.

Em geral, os autores faziam parte do conselho editorial, mas em alguns casos o Jornal contou com a colaboração de moradores, ambientalistas, autoridades, estagiários do IESB ou membros do Instituto Tijuípe<sup>252</sup> que escreveram sobre temáticas caras ao conselho e aos objetivos do PEAE. Por exemplo, o artigo intitulado “Perigos do Lixo X Sociedade de Consumo”, assinada por Nicole Lacampagne, identificada como “moradora de Itacaré”, publicado na edição nº 11. Outras edições continham textos extraídos de veículos de imprensa ou recebidos pela “internet”, como um discurso do então Ministro do Meio Ambiente, José Sarney, publicado no Jornal (edição nº 25) com o título “Amazônia e Mata Atlântica: o destino das florestas tropicais brasileiras” e o subtítulo “Amazônia: a opção pelo desenvolvimento”. Na edição nº 13 o Jornal publicou também um artigo cuja autoria foi atribuída a Renato Guimarães, diretor de comunicação do Greenpeace, tratando do combate ao desmatamento perpetrado por essa organização.

Nas edições entre 2003 e 2004, membros do Instituto Tijuípe assumiram a autoria de diversos artigos, embora não compusessem o conselho editorial. No mesmo período,

---

<sup>251</sup> BAHIA, Resolução CEPRAM nº 3503 de 30 de setembro de 2005.

<sup>252</sup> O Instituto Tijuípe foi criado em 2003 pelo Conselho Gestor da APA, a fim de secretariar e executar ações definidas pelo próprio Conselho.

estagiárias e colaboradores do IESB assinaram textos do Jornal. As colaborações se tornaram mais comuns após o fim do PEAE no ano 2001, mesma época na qual o grupo do conselho editorial se tornou mais fluido e variável. As dificuldades de remuneração e financiamento do periódico podem ter sido um motivo para isso, tornando mais difícil a manutenção do grupo de profissionais e deixando o jornal a cargo de trabalhos voluntários ou disponibilidade de parcerias momentâneas.

O Jornal da APA era rico em fotos e iconografia, em torno de 3 imagens por página. Em todas as edições analisadas poucas páginas não contavam com imagens. De um total de 76 páginas nos 11 exemplares analisados, apenas 13 páginas não continham nenhum tipo de iconografia. A autoria das fotografias era, em geral, de algum membro do conselho editorial e vinha, por vezes, mencionada junto às informações técnicas da edição, na página 2 do periódico, e não em espaço reservado junto à imagem, pois muitas não contavam com legenda. A opção pelo uso abundante de iconografia, somado às características materiais e estilísticas dos textos aproxima o Jornal da APA do modelo tablóide. Além do número maior de imagens, em comparação aos diários tradicionais, o formato tabloide tem páginas retangulares com dimensões de aproximadamente 43 x 28 cm. As notícias são tratadas de forma mais breve, ocupando menor espaço, de modo que, em geral, cada página conta com mais de um artigo<sup>253</sup>.

As colunas do Jornal da APA não eram fixas, sendo permanente apenas o espaço reservado ao editorial. Mas algumas seções, como “Gente da APA” e “Entrevista”, constavam na maioria das edições. As divisões temáticas e de diagramação entre seções nem sempre ficavam muito claras, demonstrando que eram publicados os textos disponíveis, fossem ou não escritos dentro de um projeto editorial específico para cada edição. Em alguns casos, foi possível perceber uma organização e planejamento dos temas abordados, como a produção de textos e material em comemoração ao dia da árvore, ao ano mundial de proteção dos oceanos, ao desenvolvimento sustentável, à divulgação de informações técnicas sobre a APA, etc. Em outras situações, a falta de articulação entre colunas e textos das seções demonstra terem sido encaixados no espaço disponível.

O Jornal da APA teve uma tiragem de 3000 exemplares a cada edição mensal a partir de julho de 1999 até, pelo menos, dezembro de 2001. A partir de 2004, a tiragem caiu para 1000 unidades. Como temos um hiato de exemplares disponíveis no arquivo

---

<sup>253</sup> KANIGEL, Rachele. *The student newspaper survival guide*. Wiley-Blackwell, 2006, p. 105.

entre 2002 e 2003, não podemos precisar quando ocorreu a diminuição dentro desse período. Mais um vez, apontamos o fim do PEAE e, portanto, do financiamento permanente do Jornal, como causa provável. Em suma, na primeira fase (1999-2000), o Jornal contou com recursos da SUDETUR<sup>254</sup>, The Ford Foundation, Conservation Internacional, Centro de Recursos Ambientais<sup>255</sup> e, através do PRODETUR, do Banco do Nordeste e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esses foram os anos de criação e estabilização do Jornal da APA. Na segunda fase (2001-2004), as publicações foram pagas com recursos angariados a partir de anúncios e publicidade. E, na terceira, (2004-2006), o periódico entrou nas ações do projeto de Consolidação do Conselho Gestor, com recursos do Fundo Nacional da Mata Atlântica (FNMA). Assim, o Jornal manteve-se com distribuição gratuita em todo o período.

O próprio Jornal informava, no editorial e em outras seções, que os exemplares eram distribuídos na comunidade, em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos. Há imagens do impresso sendo entregue a moradores da APA em suas casas, especialmente em áreas rurais, por membros do PEAE<sup>256</sup>. Além disso, o IESB, instituição executora do Programa, mantinha uma lista com mais de 500 nomes e organizações em diversas localidades da Bahia e do Brasil para envio de exemplares do Jornal da APA<sup>257</sup>. Segundo Berenstein, “críticos do Jornal” teriam chamado a atenção para a função do periódico como meio de propaganda do próprio IESB entre agências de financiamento. Caso funcionasse nesse sentido, os benefícios retornariam para a APA, pois o IESB mantinha o foco de suas ações nessa região. A ONG e a APA fortaleciam-se mutuamente<sup>258</sup>.

Contudo, o Jornal da APA não parece ter tido a amplitude pretendida pelos editores. O principal motivo foi a escolha do suporte, pois sendo um material escrito, não basta que alguém o tenha em mãos, é preciso leitura e interpretação dos textos. Mas as taxas de analfabetismo superavam 30% da população nos municípios de Itacaré e Uruçuca<sup>259</sup>, restringindo o número de leitores do jornal. Para Berenstein, esse número seria ainda maior: cerca de 45% da população da APA não era alfabetizada<sup>260</sup>.

<sup>254</sup> Superintendência de Desenvolvimento do Turismo, órgão vinculado à Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, responsável pela criação das APAs.

<sup>255</sup> O Centro de Recursos Ambientais foi o órgão estadual responsável pela gestão das UCs nesse período.

<sup>256</sup> Jornal da APA, edição nº 11, maio de 2000.

<sup>257</sup> BERENSTEIN, Symona Gropper. Ecoturismo e Comunicação: quem não se comunica e trumbica. (Coleção Selo Turismo). Salvador : Secretaria de Cultura e Turismo, 2002, p. 83.

<sup>258</sup> BERENSTEIN, Ecoturismo e Comunicação, 2002, p. 83.

<sup>259</sup> IBGE – CENSO 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9753&t=resultados>>. Acesso em 19/10/2023.

<sup>260</sup> BERENSTEIN, Ecoturismo e Comunicação, 2002, p. 92.

Nas zonas rurais da região, onde o acesso à escola era dificultado pela falta de estrutura de transporte e estradas, as taxas de alfabetização deviam ser ainda menores. Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, diversos interlocutores relataram caminhar, durante a infância e adolescência, por quilômetros para chegar até à sala de aula, pequenas construções em situação precária. Além disso, a frequência era prejudicada pela necessidade de cumprir extensas jornadas de trabalho doméstico e no campo desde muito jovens. No próprio Jornal da APA, o prefeito de Itacaré, em entrevista<sup>261</sup>, comentou a necessidade de construir mais escolas rurais e aperfeiçoar as existentes, investindo em edifícios maiores com salas de aula seriadas, algo inexistente até então no distrito de Taboquinhas (Itacaré). Ali, as turmas eram multiseriadas, prejudicando a qualidade do ensino. Como ler e escrever funcionalmente são habilidades que pressupõem a interpretação de textos, o número de leitores efetivos do Jornal cai ainda mais. Quer dizer, a população do campo foi um público alvo fracamente atingido nas ações de educação ambiental, especialmente através do Jornal.<sup>262</sup>

O grupo responsável pelo periódico não ignorava o alcance limitado da comunicação escrita naquele contexto. Antes do surgimento do Jornal da APA, o PEAE tentou encampar um programa de rádio, compreendendo ser o meio mais adequado para atingir as comunidades rurais e urbanas de forma democrática. O programa de rádio do PEAE teve transmissão semanal de 1 hora de duração em canal sem registro (“pirata”) e, após um período de aproximadamente 2 meses, a rádio foi fechada e o programa encerrado.<sup>263</sup>

Por outro lado, no rádio a comunicação não fica registrada e a absorção de conceitos e ideias mais complexas pode ser prejudicada, devido à perda de frases por “falta de compreensão imediata”<sup>264</sup>. Quer dizer, a decisão de um suporte escrito e imagético para as ações de educação ambiental na APA passou pela prévia experiência frustrada com o rádio, além da consideração das vantagens de trabalhar com imagens e deixar registros textuais.

Outro aspecto, foi a intenção de levar os textos do jornal e de uma cartilha produzida pelo PEAE<sup>265</sup> até as escolas para uso como suporte didático nas diversas disciplinas escolares, abordando a educação ambiental de modo transversal. Foram

---

<sup>261</sup> JORNAL DA APA, out, nov/2004, nº 33.

<sup>262</sup> BERENSTEIN, Ecoturismo e Comunicação, 2002.

<sup>263</sup> BERENSTEIN, Ecoturismo e Comunicação, 2002, p. 81.

<sup>264</sup> SALAZAR, 1969 *apud* BERENSTEIN, Ecoturismo e Comunicação, 2002, p. 27.

<sup>265</sup> “APA Itacaré – Serra Grande: Produtos X Resultados”. Jornal da APA, nº 11, maio de 2000, p. 6 e 7.

realizados cursos e eventos de formação junto aos professores para atingir esse objetivo. Entre o público alvo do jornal estavam as crianças e adolescentes da APA. Afinal, pautado na noção de desenvolvimento sustentável, a preocupação com as gerações futuras era um ponto fulcral do PEAE. Um dos objetivos era possibilitar o acesso a informações para as comunidades da região, na tentativa de promover a “educação ambiental”, conforme explicitado no trecho abaixo:

Hoje, como ontem, o desafio continua o mesmo: continuar a levar informação ambiental de qualidade para os homens, mulheres e crianças da APA, de forma a auxiliar no processo de formação de uma sociedade autenticamente sustentável.<sup>266</sup>

Ao buscar atingir seu público alvo, um meio de comunicação deve adequar a linguagem utilizada. No caso do Jornal da APA, a linguagem não condizia com todo o público ao qual pretendia se destinar, pois era de difícil compreensão à população com menor escolaridade. Muitas vezes, utilizava jargões, termos técnicos e construções textuais mais complexas. Esse opção linguística pode ter sido uma tentativa de introduzir conceitos científicos através da educação ambiental, influenciando comportamentos e formas de pensar. Porém, se o texto fosse pouco inteligível, o jornal não atingiria o objetivo inicial. Essa foi a percepção expressa por um empresário local: “o que acontece é que o jornal circula no meio científico e então tem que falar a linguagem desse meio. É uma linguagem difícil para o nível de instrução da comunidade”<sup>267</sup>.

Entre 2001 e 2002, após o fim do PEAE, Berenstein realizou uma pesquisa, na qual entrevistou moradores da região, incluindo agricultores familiares. Segundo a autora, a “seção ‘Gente da APA’ é a que apresenta maior índice de *recall* (lembração), o que pode ser atribuído ao fato dessa parte do jornal retratar sempre um personagem local familiar aos leitores.”<sup>268</sup> Desse modo, a linguagem e temáticas escolhidas pelo Jornal contemplaram públicos alvo diversos, por vezes mais condizentes com a população da zona rural, e outras vezes mais voltados para questões técnicas de compreensão menos acessível. Ou seja, não houve uma definição clara do grupo ao qual se destinava o periódico, buscando atingir um amplo espectro de leitores na localidade, moradores e turistas da APA, e até além dessa região, com o envio de exemplares para outros pontos do país.

---

<sup>266</sup> Jornal da APA, julho de 2004, p. 2.

<sup>267</sup> BERENSTEIN, Ecoturismo e Comunicação, 2002, p. 99.

<sup>268</sup> BERENSTEIN, Ecoturismo e Comunicação, 2002, p. 99.

De fato, há temas de difícil tradução para uma linguagem mais popular, como o zoneamento da APA e suas normas de uso. Mas outros assuntos, como os valores de desenvolvimento sustentável, apresentam maior maleabilidade para linguagem e situações cotidianas da população local. Em grande parte dos artigos é possível perceber um esforço dos redatores no sentido de aproximação dos diversos públicos esperados para o Jornal. Os autores recorriam a diálogos com crianças e moradores para explicar um ponto de vista, propunham exercícios de imaginação, publicavam histórias contadas por e sobre moradores da região.

Na edição de outubro de 1999, encontramos uma coluna na qual é narrada uma conversa fictícia com uma criança sobre a definição de ecoturismo e desenvolvimento sustentável. No jornal:

“Desenvolvimento sustentável” traduz-se na necessidade de “mudar a economia mundial de acordo com um novo modelo de desenvolvimento, ambientalmente mais adequado, como única alternativa para a sobrevivência, a longo prazo, da humanidade”. A harmonia entre a economia e o meio ambiente “deverá atender as necessidades humanas atuais mantendo o potencial produtivo e ecológico para as gerações futuras”. (Conferência de Estocolmo - 1972).<sup>269</sup>

O trecho acima é bastante elucidativo do estilo de pensamento<sup>270</sup> do qual o grupo do jornal compartilhava. Embora tivesse atuação localizada na região entre Ilhéus e Itacaré, participavam de um coletivo de pensamento mais amplo, pois demonstravam estar em sintonia com a noção de desenvolvimento sustentável difundida a partir dos encontros internacionais aglutinadores de instituições ambientalistas, governos e corporações.

A explicação do trecho do jornal acima cita como fonte a Conferência de Estocolmo (1972), evento de referência na difusão de diversos estilos de pensamento. Apesar de guardarem diferenças e até antagonismos, esses estilos confluíram para uma nova forma de desenvolvimento, sistematizados posteriormente no relatório Nosso Futuro

<sup>269</sup> Jornal da APA, nº 4, outubro de 1999, p. 4.

<sup>270</sup> Genericamente, um estilo de pensamento seria entendido como “uma ‘disposição’ quase inconsciente que direciona e faz convergir o pensamento dos membros do coletivo” e “expressa a capacidade desses mesmos membros para um ‘determinar dirigido, voltado para um objeto’, nele reconhecendo de modo imediato uma ‘forma’ ou ‘configuração’ (Gestalt)” (CARNEIRO, João Alex. Gênese e recepção do projeto epistemológico de Ludwig Fleck. *Revista Scientiae Studia*, v. 13, n. 3. São Paulo, 2015, p. 144). Um coletivo de pensamento é aquele formado por pessoas que influenciam mutuamente suas formas de pensar, fazendo emergir o estilo de pensamento. (MOURHTE JUNIOR, Carlos Alberto. *O desenvolvimento sustentável como um estilo de pensamento: uma abordagem histórica*. 2017. Tese de Doutorado - História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017, p. 17.)

Comum (1987). O Jornal não apenas menciona eventos e documentos produzidos no contexto, mas também incorpora o estilo de pensamento de “uma proposta ortodoxa de desenvolvimento que se funda em normatizações prescritivas de coerções ambientalistas”<sup>271</sup>. Os artigos do Jornal mencionam com frequência a ideia de um futuro global comum, como um ideal universalista, pelo qual todos são igualmente responsáveis. Por exemplo, ao informar que “o mais novo conceito em conservação de ecossistemas é conhecido como Corredores Ecológicos”, o Jornal colocava essa medida como uma das “melhores formas de proteção *global* da natureza”<sup>272</sup>.

No mesmo sentido, houve outros produtos idealizados pelo PEAE, dentre os quais um vídeo tendo “como conteúdo principal a palavra-chave BELEZA RARA para conquistar a mente e sobretudo os corações de ambos os grupos alvo aos quais esta coletânea é destinada”. Os produtores afirmavam partir de uma “linguagem *universal* própria da natureza”, trazendo como atores principais “as borboletas, bichos preguiça, aves coloridas, insetos com multiformas, árvores centenárias e coqueiros recém-nascidos”<sup>273</sup>. Essa descrição do material aponta para ideais universais, sem perceber que aquilo compreendido como “natureza” é fruto de processos socioculturais historicamente produzidos e, portanto, localizados no tempo e espaço. O mais conquistador, aparentemente, nas “belezas da natureza” pode ter outros valores para grupos diferentes.

O grupo do PEAE e do Jornal buscou um alinhamento com a linguagem e estética expressa através de um conjunto de ideais do universal, da ciência e da natureza. Como explicaram Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto:

[...] jornais e revistas tais como os conhecemos são artefatos da modernidade e, no processo de sua configuração enquanto materialidade, carregam para dentro de sua composição, dentro dos limites e possibilidades colocadas pela técnica da impressão, as linguagens e gêneros que foram aí inventadas.<sup>274</sup>

Acrescentando um novo elemento, chamamos a atenção para a edição de agosto de 2000, na qual foi reproduzido o prefácio do documento “Agenda 21 brasileira – Bases para discussão”, escrito pelo Ministro do Meio Ambiente da época, José Sarney Filho, defendendo a superação do conceito de preservação da natureza “intocada” para o desenvolvimento sustentável e reforçando a ideia do universal já apontada no jornal. Nesse texto, o autor anuncia a Agenda 21 como uma “utopia concreta e realizável”, “um

<sup>271</sup> MOURHTÉ, O desenvolvimento sustentável como um estilo de pensamento, 2017.

<sup>272</sup> Jornal da APA, nº 15, setembro de 2000, p. 11.

<sup>273</sup> Jornal da APA, nº 11, maio de 2000, p. 3.

<sup>274</sup> CRUZ; PEIXOTO, Na oficina do historiador, 2007, p. 259.

ovo de Colombo com mensagens globais a serem nacional e localmente adaptadas e reinterpretadas”<sup>275</sup>. Mas a ideia de uma natureza “intocada” esteve presente em outros momentos no mesmo Jornal, apontando para possíveis ambiguidades e contradições nas formas de pensar do grupo editorial. Isso evidenciou não se tratar de um grupo homogêneo, mas sim reunido em torno da noção de desenvolvimento sustentável com suas próprias antinomias.

Outro texto do mesmo autor foi publicado em 2001 na edição nº 25, tratando sobre “o destino das florestas tropicais brasileiras”. É tecida uma crítica à alteração do Código Florestal, propõe-se o aumento da produtividade agrícola via “modernização técnica” e incorporação de “terras abandonadas e alteradas” na região amazônica, além da extração da madeira certificada. Não foi possível acompanhar o quanto o Jornal dialogava com essa proposta, apenas que a discussão em torno do novo Código Florestal fez parte das preocupações do grupo, especialmente com relação aos potenciais efeitos sobre as florestas. Mas o tom geral desse artigo era a formação de consensos e acordos entre agropecuaristas e ambientalistas pela via da tecnologia e fiscalização. Isto é, a união entre ciência e estado em defesa da “natureza” sem perder de vista o crescimento econômico.

O estilo de pensamento de desenvolvimento sustentável incorporou a dimensão prescritiva do ambientalismo marcado pelo direcionamento do estado no viés desenvolvimentista. Na visão do Jornal da APA, o estado passou a ter o papel de planejar o desenvolvimento sustentável, em busca das “melhores formas de proteção global da natureza”<sup>276</sup>, como fica explicitado no trecho abaixo, tratando do Projeto Corredores Ecológicos e citando o Ibama como fonte:

[...] também pela primeira vez um projeto terá por base o planejamento geopolítico do país e uma visão de futuro sustentado de conservação de sua riquíssima e valiosa biodiversidade.<sup>277</sup>

O Jornal apoiou o estado na condução da política ambiental. Apesar disso, havia um contexto de neoliberalização das tecnologias de governano vivido pelo Brasil e pela Bahia entre a década de 1990 e início dos anos 2000<sup>278</sup>, pautando a descentralização da governança, tarefa realizada de dentro das próprias instituições estatais. O neoliberalismo, compreendido como polimórfico nas suas especificidades temporais e espaciais, contesta

<sup>275</sup> Jornal da APA, ago/2000.

<sup>276</sup> Jornal da APA, set/2000, p. 11.

<sup>277</sup> Jornal da APA, set/2000, p. 11.

<sup>278</sup> ANDRADE, Daniel Pereira. Rodadas históricas de neoliberalização no Brasil. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 12, n. 3. set. – dez. 2022, p. 675-708.

o Estado ao mesmo tempo em que faz uso dele, incorporando a lógica da concorrência empresarial aos modelos de gestão interna das instituições, tendendo para a delegação e terceirização de funções<sup>279</sup>. Como foi abordado no capítulo 1 desta dissertação, o PRODETUR foi um programa gestado no espírito de oferecer maior autonomia às instâncias municipais e estaduais. Em matéria intitulada “Nasce um novo Sol na Bahia: o turismo”, publica-se uma entrevista com o diretor da Superintendência de Desenvolvimento do Turismo<sup>280</sup>, na qual o mesmo diz:

Felizmente, estamos entrando em uma nova fase muito interessante, que nos próximos anos deverá amadurecer e consolidar-se. É a gestão descentralizada de algumas funções do Estado que podem ser realizadas de maneira muito mais efetiva quando feitas pela própria sociedade organizada. É estratégia do governo e também da SUDETUR incentivar a sociedade civil organizada a assumir responsabilidades cada vez maiores na condução e gerenciamento de atividades específicas”.<sup>281</sup>

Na edição de nº 25, o editorial aponta como as ameaças sobre a APA se manifestam pela “falta de uma cultura de planejamento compartilhado do poder público”<sup>282</sup>. Reivindicava-se maior ingerência da “sociedade civil organizada” nos projetos estatais, em especial na pauta ambiental. Esse processo de descentralização governamental estava vinculado com a profissionalização das ONGs ambientalistas acontecendo desde o final da década de 1980. Considerando a vinculação entre a APA e o PESC, as duas tendências de descentralização e de profissionalização emergem como partes de um mesmo processo influente na criação do Parque, contexto diverso daquele experimentado pela maioria dos parques criados no Brasil.

Ao examinar o conteúdo editorial do Jornal da APA, Berenstein concluiu que tinha uma “função educativa/informativa oficial, é o discurso oficializado através de um meio de comunicação.”<sup>283</sup> Sendo também testemunha da existência e das ações do IESB, o jornal representa uma ligação entre o projeto de descentralização conduzido através do próprio estado com o apoio e em favor de organizações da sociedade civil. Mesmo assim, ele não assume uma posição política estática atravessando todo o seu período de publicação. Discursos governamentais não foram os únicos a permearem a construção de

<sup>279</sup> ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. Revista Sociedade e Estado, v. 34, n. 1. janeiro/abril 2019, p. 211-239.

<sup>280</sup> A SUDETUR foi uma superintendência ligada à Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia.

<sup>281</sup> Entrevista com Reinaldo Dantas, membro do conselho editorial do Jornal da APA e do Conselho Gestor da APA, atuando em ambos como representante da SUDETUR, órgão encarregado por coordenar o PEAE. (Jornal da APA, mar/2000, p. 7).

<sup>282</sup> Jornal da APA, out-dez/2001, p. 2.

<sup>283</sup> BERENSTEIN, Ecoturismo e Comunicação, 2002, p. 165.

sentidos no Jornal da APA. Outros contextos sociolinguísticos atravessaram o periódico, tão variados quanto foram os posicionamentos particulares dos colaboradores escrevendo para o jornal, assinando ou não seus artigos.

Apesar do apoio às políticas de estado, o grupo do Jornal insistiu na importância da participação da comunidade nas reuniões do Conselho Gestor da APA e em outras atividades ligadas ao ambientalismo, como tentativa de afirmar o valor da autonomia social frente ao poder das instituições definidoras do caminho do desenvolvimento sustentável. Ou seja, é possível perceber não apenas um alinhamento ao desenvolvimento sustentável conduzido pelo estado, mas também algumas ambivalências associadas, havendo variações no modo de pensar atribuídas às particularidades dos autores contribuintes com o periódico. Embora formado por um grupo preocupado com as questões ambientais, o conselho editorial e colaboradores do Jornal não compunham um grupo perfeitamente homogêneo e havia espaço para diferenças de pensamentos e propostas.

A imprensa, em geral, é um espaço de mobilização da opinião pública que expressa correlações de força “com as quais interage de forma ativa”<sup>284</sup>. Caracterizações generalizantes não contribuem, nesse caso, para a compreensão da diversidade de temas, posicionamentos, atravessamentos e articulações do Jornal. Este foi, mais que um veículo de apresentação de posicionamentos, um instrumento de construção de articulações e espaços de debate das questões ambientais locais em conexão com contextos nacionais e internacionais.

Para além do discurso oficial, o maior protagonismo no Jornal da APA foi exercido pelo discurso científico, à diferença dos grandes jornais paulistas e cariocas da época quando abordaram esse tema<sup>285</sup>. A imprensa noticiosa de grande porte no Brasil dos anos 1990 centralizou sua construção de temáticas ambientais ou ambientalistas a partir dos discursos oficiais, empresariais e alternativos. Os jornais não advogaram em favor do conservacionismo, preferindo sempre a defesa da compatibilização entre necessidades econômicas, agropecuárias e industriais com um “ambientalismo racional”. Buscavam construir consensos entre as posturas do governo e dos grandes empresários, mas os argumentos de origem científica não eram apresentados. Além disso, nos

---

<sup>284</sup> CRUZ; PEIXOTO, Na oficina do historiador, 2007, p. 267.

<sup>285</sup> BARROS, Antônio Teixeira de Barros. Editoriais jornalísticos sobre ecologia: opinião privada como opinião publicamente mediada. Comunicação & Informação, v. 3, n. 1. jan.-jun./2000. p. 76. Nesse trabalho, o autor analisou quatro grandes jornais da imprensa no Rio de Janeiro e São Paulo: Jornal do Brasil, O Globo, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo nas décadas de 1970 a 1990.

editoriais, onde os jornais explicitam um sentido interpretativo subjacente às notícias veiculadas, a ênfase recaiu sobre a ação governamental, com protagonismo temático da Rio-92.

Por sua vez, o Jornal da APA foi um periódico de Educação Ambiental, com circulação local/regional, produzido por entidades ligadas à pauta ambientalista, e sob execução do IESB, instituição composta por pesquisadores, técnicos e cientistas. Apesar da tentativa de torná-lo mais palatável para os leitores com diversos graus de instrução, o contexto socioespacial e linguístico, somado aos objetivos do PEAE, tornaram o discurso científico um dos mais presentes no Jornal da APA. Ao contrário da imprensa em geral, o Jornal da APA abordava com maior frequência assuntos próximos da realidade cotidiana da população local. Buscava também apresentar as conexões entre cenários de diversas escalas, evidenciando a importância da APA para o conservacionismo nacional e global. Como escrito reiteradamente na sua ficha técnica, foi uma publicação “para promoção da APA Costa de Itacaré – Serra Grande e conservação do meio ambiente em todo nosso planeta”.

Apesar das dificuldades de difusão e leitura, o Jornal da APA foi o produto mais duradouro, constante e, possivelmente, também o mais visível do Programa de Educação Ambiental. Mesmo que não tenha sido efetivamente lido por muitos, sua materialidade chegou a públicos diversos em termos sociais e espaciais. Após o fim do PEAE, o Jornal continuou sendo publicado com recursos de anúncios, sugerindo a valorização do veículo, pelo menos entre um setor da comunidade da APA. Além do jornal, o grupo do Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo desenvolveu atividades de exibição de filmes, realização de peças teatrais, distribuição de panfletos, confecção de camisetas, adesivos e calendários sobre a APA, promoveu palestras nas escolas e em espaços públicos.

Contudo, um dos desdobramentos mais significativos do Programa foi a articulação do Conselho Gestor da APA a partir de diagnósticos e oficinas participativas, cursos e seminários, alguns voltados para a profissionalização de ambientalistas e outros para o diálogo com a comunidade em geral. Após a criação do Conselho Gestor, os principais temas abordados pelo Jornal foram derivados das suas reuniões, contribuindo para definir a pauta do periódico. Ao analisarmos as atas, constatamos um paralelo temático e cronológico com os artigos do jornal.

Para citar alguns exemplos, quando as preocupações dos conselheiros enfatizavam a questão do uso e ocupação do solo, também essa questão aparecia nas páginas do jornal,

e vice versa. O artigo intitulado “Desafios da APA”<sup>286</sup>, denunciava “flagrantes” de construções irregulares na praia da Concha, em Itacaré, pertencentes ao Loteamento Conchas do Mar, projeto urbanístico que gerou muitos conflitos e controvérsias discutidas pelo jornal e, posteriormente, pelo Conselho Gestor da APA. A cada final de ano, Conselho e Jornal debatiam a realização de festas, o tipo de turismo e o público desejável para a região. Na reunião do Conselho da APA em 25 de outubro de 2000, os conselheiros se preocupavam com o alto fluxo de turistas na praia do Pé de Serra, a consequente poluição sonora e o lixo deixado no local. No mês seguinte, o jornal publicou um artigo na seção “Opinião”, com o título “Turismo de paz ou confusão?”<sup>287</sup>, afirmando serem “bons serviços e tranquilidade” o principal produto turístico disponível e desejável na APA.

Há outros diversos exemplos dessa conexão, como nas questões do acesso às praias pela comunidade ou nos projetos para amparar famílias da APA e do PESC em dificuldades devido às restrições das UCs no uso dos recursos naturais. Adicionalmente, houve seções do Jornal dedicadas a divulgar as discussões e encaminhamentos do Conselho, como foi o caso das seções “Conselho Gestor da APA” e “Informes”.

O público alvo do Jornal era difuso e heterogêneo. Ao definir-se, desde o título, enquanto um periódico para a APA como um todo, o público ao qual se destinava passou a englobar uma variedade de grupos sociais habitantes da região entre Itacaré e Serra Grande, do litoral ao interior e do rural ao urbano, com suas marcantes desigualdades e assimetrias. Em tese, o Jornal esperava atingir a todos e foi imaginado como um modo de comunicação acessível. Porém, a realidade regional era bastante complexa, havendo disputas entre o grupo responsável por publicar o periódico e outros grupos locais antagonistas aos projetos dos ambientalistas, muitas vezes vistos como “forasteiros” pelos “nativos”. Antes que acordos, negociações e familiarização mútua fossem possíveis, diversos embates frustraram intenções de educação ambiental pretendidas pelo PEAE.

As disputas não são frequentemente abordadas pelo próprio Jornal, mas aparecem em alguns momentos, sendo possível percebê-las nas entrelinhas das publicações. Houve um texto<sup>288</sup> no qual o autor defendia o projeto Educa-Ação e o próprio jornal de uma acusação contra seus voluntários. Segundo esse artigo, corria o boato de que eles teriam se beneficiado financeiramente dos recursos disponibilizados em doações. O projeto

---

<sup>286</sup> Jornal da APA, nº 3, setembro de 1999, p. 8.

<sup>287</sup> Jornal da APA, nº 17, novembro e dezembro de 2000, p. 10.

<sup>288</sup> “Projeto Educa-Ação”, por Salvador Ribeiro Filho. Jornal da APA, nº 3, setembro de 1999.

mencionado era separado do PEAE, mas havia atores em comum entre ambos e chegaram a compartilhar uma sala no centro de Itacaré, levantando suspeitas dos moradores. Esse tipo de acusação também é levantada em diversos momentos durante as reuniões do Conselho Gestor, corroborando a existência de um embate entre os “forasteiros” associados às ONGs, especialmente as de cunho ambiental, e os “nativos” vendo com desconfiança a chegada desses novos personagens na região. Num contexto de desigualdades socioeconômicas profundas, em um território ocupado por uma população historicamente marginalizada, ocorreu uma reação da comunidade local à chegada dos novos moradores, desfavorecendo os projetos destes últimos<sup>289</sup>. Além da questão dos recursos, estavam em jogo também uma organização cultural, ocupação territorial e composição social na localidade.

Por vezes, artigos do Jornal, geralmente na seção “Cultura”, traziam posicionamentos moralistas, julgando a linguagem oral e a qualidade de expressões artísticas populares de massa na região. Foi o caso, por exemplo, de um texto escrito por membro do conselho editorial, seguido por uma “enquete” na qual perguntava-se qual a melhor: “Canção da América ou Popozuda?”<sup>290</sup>. Estabelecia-se uma disputa, com todas as letras, entre pertencimentos a grupos socioculturais distintos, reforçando, desse modo, seus antagonismos. O texto criticava duramente a música “Popozuda”, muito popular naquela época, fora de um padrão estético do estilo nomeado como “mpb”. A seguir, apresentava-se um rol de exemplos de “música de qualidade”: Chico Buarque, Roberto Carlos, Ary Barroso, Dorival Caymmi, Tom Jobim, entre outros. Já na edição de nº 11, propunha-se o “Jogo dos 7 erros”, no qual a autora reclamava da falta de interesse dos jovens pelo emprego “correto” da língua portuguesa, atribuído ao consumo de “besteirol” na televisão. Esse tipo de crítica atingia diretamente a juventude local, acentuando a separação do grupo do jornal em um lugar de superioridade intelectual, econômica e cultural. Consequentemente, afastavam-se de parte do seu público alvo nas ações de educação ambiental.

Por outro lado, era recorrente a valorização da cultura popular tradicional a partir de atividades como pesca artesanal, capoeira, canoagem e literatura de cordel. Nas páginas do Jornal, encontramos entrevistas com pescadores de Itacaré e Serra Grande relatando suas atividades diárias e a relação com o meio ambiente. Havia também entrevistas com praticantes de capoeira regional e com atletas do grupo de canoagem de

---

<sup>289</sup> PALMER, Piratas, Jesuítas, Quilombolas, Coronéis, Pescadores e Surfistas, 2021. p. 26.

<sup>290</sup> Nice Vidal, Jornal da APA, abr.-mai./2001, nº 21, p. 4-5.

Itacaré falando das competições e prêmios conquistados. Posição de destaque foi conferida à Dona Maria Otília, personagem central na trama de relações entre ambientalistas e agricultores da APA. Ela era uma liderança no Sindicato de Pequenos Agricultores de Itacaré, moradora precursora do Assentamento Marambaia e escrevia literatura de cordel. Além de poemas no Jornal da APA, ela publicou um livro de cordel, cujo evento de lançamento foi divulgado no periódico, sem economizar elogios à autora. Em sua obra, Dona Maria Otília abordava temas ambientais e ecológicos, costurando alianças sem deixar de apresentar suas críticas sociais (inclusive a ambientalistas) de forma contundente, como no trecho abaixo, do poema A Natureza:

Se fala em ecologia/ Mais os desmando são tanto/ Que este plantio de côco/  
Foi financiado pelo banco/ E aí que eu critico/ A lei só existe pro rico/ Os pobre  
fica no canto<sup>291</sup>

E também num cordel sem título, cujo versos dizem:

Outros se diz ecologista/ Protetor da natureza/ Fala, grita no discurso/ E na  
gaiola um pássaro preso/ E diz eu não sou mau/ Sou um cara legal/ Falo com  
toda pureza

Defensor de zorra nenhuma/ Não passa de um cara mau/ Fala da boca pra  
fora/Na maior cara de pau/ Bota um pássaro na prisão/ Sem cometer infração/  
E ainda diz que é legal<sup>292</sup>

Com posicionamentos de crítica ou valorização, o Jornal extrapolava as questões ambientais, explicitando uma conexão entre sociedade, cultura, ciência e ambiente. Deliberadamente ou não, mobilizou opiniões, construiu adesões, disputas e consensos<sup>293</sup>. Com isso, o Jornal trabalhou na formação de identidades baseadas na seleção de elementos da memória e da cultura, apontando na direção de uma comunidade diversa, mas integrada através da territorialização em uma Área de Proteção Ambiental. Nela, cada grupo e indivíduo teria o seu espaço e papel a cumprir dentro da perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Portanto, o Jornal da APA foi um periódico dinâmico que retomava aspectos do passado, diagnosticava a realidade presente e planejava o futuro da região. Seus principais efeitos na implementação do PESC foram a abertura de caminhos para o diálogo com grupos da população local, o fortalecimento da imagem de ONGs (especialmente do IESB) no panorama do ambientalismo e a circulação regional da noção de

<sup>291</sup> Otília Maria Nogueira, Jornal da APA, abr.-mai./2001, nº 21, p. 9.

<sup>292</sup> Otília Maria Nogueira, Jornal da APA, set. 2000, nº 15, p. 10.

<sup>293</sup> CRUZ; PEIXOTO, Na oficina do historiador, 2007, p. 258.

desenvolvimento sustentável. Por fim, foi importante na articulação do Conselho Gestor da APA, pioneiro no estado da Bahia e propulsor do posterior Conselho Gestor do PESC.

## 2.5 - Formação do Conselho Gestor da APA: gestão participativa e governança

Desde a década de 1980, os movimentos sociais ganharam força no Brasil, no influxo do processo de reabertura democrática. Na área ambiental, a participação e representação da sociedade, de um modo geral, tomou a forma de conselhos para atuarem com o poder de tutelar direitos ambientais, como foi o caso da criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), em 1981, e seus correlatos nos níveis estaduais e municipais. O objetivo principal apresentado por esses órgãos era promover maior participação popular na definição das políticas ambientais<sup>294</sup>.

Conforme discutido anteriormente neste trabalho, a Bahia foi um estado pioneiro na proposição de instâncias participativas para a gestão ambiental. O Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM) foi criado em 1973, a fim de planejar e acompanhar as políticas e diretrizes governamentais para o meio ambiente<sup>295</sup>. Desde a formação dos primeiros grupos ambientalistas baianos, as cadeiras do CEPRAM foram ocupadas por ambientalistas, de modo que podemos falar de uma cultura participativa na pauta ambiental do estado, com características variáveis ao longo do tempo, conforme conjunturas específicas.

A participação era compreendida como elemento estratégico para o fortalecimento da sociedade civil e o combate ao autoritarismo do estado, tema de grande relevância quando consideramos o contexto de lutas contra a ditadura. A participação cidadã é uma ampliação do conceito de cidadania, “remetendo à definição das prioridades nas políticas públicas, a partir de um diálogo e debate com a coletividade”<sup>296</sup>, com a vantagem de poder contribuir para promover maior representatividade e adesão a projetos republicanos e democráticos.

---

<sup>294</sup> MILARÉ, 1991 *apud* TORRES, Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental, 2007, p. 17.

<sup>295</sup> SEMA, Histórico do CEPRAM. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=33#:~:text=O%20Cepram%2C%20mais%20antigo%20Conselho,07%20de%20outubro%20de%201974>> Acesso em 09/06/2023.

<sup>296</sup> TORRES, Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental, 2007, p. 15.

A gestão participativa relaciona-se ao conceito de governança, definido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como “exercício da autoridade política, econômica e administrativa na condução dos assuntos públicos de um país, em todos os níveis”, acentuando seu caráter coletivo e buscando promover uma distribuição horizontal do poder.<sup>297</sup> Apesar da sua aplicação em espaços internacionais, a governança trata da possibilidade de participação especialmente a nível local, a fim de promover uma gestão compartilhada. O envolvimento das populações locais tentava romper, conceitual e relativamente, com a verticalidade predominante na orientação das políticas públicas brasileiras<sup>298</sup>.

No Brasil da década de 1990, modelos de gestão participativa na governança ambiental começaram a ser debatidos e experimentados em diversas instâncias da administração pública com maior difusão e intensidade. No âmbito das áreas de proteção ambiental, essas propostas tomam forma através da criação de Conselho Gestores, sendo o primeiro do país criado em 1993 na APA do Carmo, estado de São Paulo<sup>299</sup>. Alguns anos depois, com a Lei do SNUC, a formação de conselhos gestores em unidades de conservação brasileiras se tornou um imperativo em todo o Brasil. A gestão participativa nesse formato surge a partir de organizações locais e só depois se torna política nacional.

No caso da Bahia, o CEPRAM aprovou o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e o Plano de Manejo da APA Costa de Itacaré/Serra Grande em 1996, através da Resolução nº 1.334, incluindo uma instrução para que a CODETUR, órgão administrador da área na época, criasse

[...] um fórum de acompanhamento e fiscalização da APA - Itacaré Serra Grande, composto por representantes desta Secretaria [de Cultura e Turismo], Prefeituras e Câmaras de Vereadores de Itacaré, representantes dos proprietários do município, lideranças e Associação de Moradores, Entidades Ambientais.<sup>300</sup>

A preocupação do CEPRAM com a gestão participativa em áreas protegidas era vista como precursora e salutar, pois ainda não era uma prática corrente em outros estados, apesar de já existir o caso da APA do Carmo, em São Paulo. Houve uma demora

<sup>297</sup> MACEDO, José Alberto Castro; DRUMMOND, José Augusto. Efeitos da Gestão Participativa dos Parques Estaduais da Bahia. *Raízes*, v. 33, n. 1, jan-jun/2012, p. 129.

<sup>298</sup> MACEDO, José Alberto Castro; DRUMMOND, José Augusto. Efeitos da Gestão Participativa dos Parques Estaduais da Bahia. *Raízes*, v. 33, n. 1, jan-jun/2012, p. 130.

<sup>299</sup> FULGÊNCIO, Rodolfo Valentino. *As Mobilizações Populares na Criação da Área de Proteção Ambiental Parque e Fazenda do Carmo na Cidade de São Paulo – Brasil*. Dissertação (Mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis). UNINOVE, São Paulo, 2022, p. 45.

<sup>300</sup> BAHIA, Resolução CEPRAM nº 1.334 de 19 de dezembro de 1996. *Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande do Estado da Bahia*.

de três anos, contados a partir do decreto da APA Itacaré – Serra Grande, para publicação de resolução indicando a criação do “fórum de acompanhamento”. Provavelmente, como avaliado por Érika Campos, atual gestora da APA Itacaré-Serra Grande, essa demora deveu-se apenas à necessidade de aguardar a conclusão dos estudos do ZEE e Plano de Manejo<sup>301</sup>.

Em 1999, com base nessa resolução e com os recursos advindos do PRODETUR para medidas compensatórias referentes às obras da rodovia BA 001, foi dado início ao Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo da APA Costa de Itacaré-Serra Grande. Essas ações incluíram o Jornal da APA, produção de vídeo, campanhas panfletárias, passeios com estudantes, entre outros, conforme analisado na seção anterior. Além disso, ambientalistas e funcionários do CRA reuniram um grupo para formação do Conselho Gestor da APA, a partir de reuniões e seminários com proprietários do Costão da APA, como era chamada a faixa litorânea da área.

Entre as atas de reuniões da APA Costa de Itacaré/Serra Grande, encontramos registros de duas reuniões realizadas com esses proprietários em junho e julho de 1999. O objetivo era dar os primeiros passos para a formação do Conselho Gestor (CG), a partir da apresentação das ações em andamento, nivelando as informações entre participantes, especialmente sobre o PEAE. Apesar de poucos proprietários terem atendido ao convite, foram realizadas discussões sobre o zoneamento da APA e segurança nas praias, mas o tópico de maior destaque nas atas desses primeiros encontros foi o acesso às praias e outros locais de uso comunitário. As trilhas e estradas de acesso a esses lugares vinham sendo repetidamente bloqueadas por proprietários com cercas e portões, impedindo o uso tradicional dos moradores, alegando questões de segurança das propriedades. Como contraponto, a reunião tinha o objetivo de negociar esses acessos com a população, de eficácia pontual e temporária, tendo em vista o retorno do tema à pauta das reuniões posteriores do CG em anos seguintes.

Paralelamente, as primeiras reuniões abordaram a possibilidade de construção de uma trilha pelo Costão da APA, possibilitando aos turistas percorrer as praias desde o sul de Itacaré até Serra Grande. Esse sonho de ambientalistas e empresários do setor de ecoturismo demandaria uma grande articulação entre proprietários que deveriam ceder passagem aos visitantes por dentro de suas terras, em alguns trechos onde o paredão

---

<sup>301</sup> CAMPOS, Érika Valeska. Entrevista com a autora, 16 de março de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

rochoso impedia a caminhada pela beira-mar. O projeto parece ter sido abandonado devido à dificuldade em estabelecer essas parcerias.

Quase um ano depois, em maio de 2000, ocorreu o primeiro seminário formativo do Conselho Gestor da APA, com a presença de diversos órgãos públicos, algumas ONGs locais e moradores representantes de associações. O convite para o seminário foi divulgado pelo Jornal da APA, com o intuito de contar com ampla participação popular. Nessa ocasião, foram formados grupos de trabalho para apreciação da minuta do estatuto do Conselho, onde ficou definido o caráter consultivo do mesmo, a atuar como colaborador da administração da APA junto ao Centro de Recursos Ambientais (CRA). O número de membros permanentes foi fixado em 20, sendo ampliado nos anos seguintes, a fim de representar uma quantidade maior de associações pleiteantes de participação. O estatuto foi aprovado em junho de 2000, posicionando o CRA como coordenador e a secretaria executiva a cargo do IESB. Assim, o Conselho Gestor da APA Costa de Itacaré-Serra Grande tornou-se “o primeiro entre as APA do Estado da Bahia”<sup>302</sup>.

Nos anos de 2000 a 2002, os temas abordados foram bastante variados, indo desde avaliações de obras para pareceres de licenciamento ambiental, até o debate sobre os efeitos da criação do PESC para seus moradores. Mas alguns temas predominaram nesses primeiros anos, demonstrando quais eram as diversas preocupações no espaço do Conselho e sua capacidade de articular representatividade para pautar temas de interesse. Em Itacaré, um ponto de aglutinação era em torno do projeto de urbanização privada chamado Conchas do Mar, cuja primeira fase já havia sido implementada e a empresa responsável pleiteava licenciamento para a fase II. Havia uma intensa disputa do território entre a empresa e os moradores, na maioria posseiros reivindicando a permanência no local. O Conselho da APA se tornou também um espaço de disputa para essa questão.

De um lado, estavam os representantes da empresa de engenharia, apresentando o projeto, requerendo a recomendação do Conselho para aval pelo CRA e início das obras; de outro lado, os moradores buscavam relacionar sua permanência com o desenvolvimento sustentável da cidade, falando em contemplar “as classes baixas”, pois “não existe discussão ambiental sem pensar nos seres humanos.”<sup>303</sup> Logo, as condições históricas inerentes à posse da terra se articulam à noção de desenvolvimento sustentável, dando margem a conflitos clássicos na criação de áreas protegidas. Havia duas questões

---

<sup>302</sup> TORRES, Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental, 2007, p. 59.

<sup>303</sup> Rosivaldo, Ata De Reunião do Conselho Gestor da APA, 11/07/2000.

em jogo: a posse/propriedade da terra e a adequação ambiental, mesmo sendo a APA uma unidade de uso sustentável, em tese, mais permissiva.

A questão do acesso às praias, discutida desde as primeiras reuniões de proprietários do Costão, retornou em grande parte das reuniões do Conselho Gestor da APA. Na verdade, havia três pontos intimamente relacionados com o ecoturismo preocupando os conselheiros: acesso às praias, segurança e lixo. Esses problemas recorrentes precisavam ser resolvidos para impulsionar os planos de ecoturismo e desenvolvimento sustentável, objetivos fundantes das UCs na região. Na reunião de outubro de 2000, estava D. Otilia, moradora bastante engajada, presente nas reuniões do Conselho e representante dos moradores do assentamento da Marambaia, zona rural de Itacaré. Ao pedir a palavra, ela reapresentou uma queixa sobre o lixo da cidade, localizado nas proximidades do assentamento, pois provocava a poluição das águas de rios, riachos e lençol freático que abasteciam a comunidade. Em seguida a essa fala, o ambientalista Rui Rocha posiciona-se a favor da meta de “lixo quase zero”, mas pontuando como prioridade “tirar o lixo da vista do turista”, por que “turista não quer chegar num lugar e ver um monte de lixo, além do mais em uma APA”<sup>304</sup>. Essa conversa registrada na Ata demonstra a variedade de interesses, às vezes encontrando objetivos em comum e em outros momentos se contrapondo, evidenciando, mais uma vez, as ambiguidades e contradições do processo de implementação das UCs.

Já a questão da segurança girava em torno da prevenção a assaltos e furtos nas trilhas, principal produto do turismo incipiente em Itacaré e arredores, tarefa para a qual a polícia deveria ser convocada. Além disso, a falta segurança sentida pelos conselheiros era compreendida como produto do “turismo de massas” lotando as praias aos feriados e finais de semana, formado por uma classe econômica menos favorecida. Intimidado, um conselheiro “ressalta sua preocupação de criar situações, infraestrutura que vão beneficiar o turismo de massa, enquanto a tendência é para desenvolver um turismo elitizado”<sup>305</sup>. O perfil de “turismo de massas” era acusado de sujar as praias e gerar poluição sonora em um ambiente protegido e, por isso, deveria ser controlado ou evitado. Mesmo contando com a existência de medidas de proteção na área em foco, é possível vislumbrar na declaração um preconceito de classes ao serem culpabilizados os mais pobres pelos danos ambientais. Nesse caso, a discussão sobre segurança está ligada à questão do lixo e do acesso às praias, formando três pontos mutuamente reforçados de maneira dinâmica.

---

<sup>304</sup> Rui Rocha, Ata de Reunião do Conselho Gestor da APA, 25/10/2000.

<sup>305</sup> João Paiva, Ata de Reunião do Conselho Gestor da APA, 25/10/2000.

A experiência de formação do Conselho da APA, tendo sido pioneira no estado da Bahia, se tornou importante para outras unidades de conservação, ao incentivar diretamente a formação de seus próprios conselhos como base para uma gestão participativa dos territórios. A gestora da APA e presidente do CG entre os anos 2000 e 2004, por exemplo, participou de seminários de formação de conselhos gestores de outras cinco APAs estaduais: APA Lagoa Encantada, Pratigi, Lago de Pedra do Cavalo e Joanes/Ipitanga. Além disso, o Conselho Gestor do PESC foi sendo trabalhado a partir de 2003, como desdobramento da experiência do mesmo grupo<sup>306</sup>.

O Parque Estadual Serra do Conduru esteve presente nas discussões do Conselho da APA, pelo menos, desde 2001. Na reunião do mês de maio daquele ano, é D. Otília, mais uma vez, quem chama a atenção para os problemas enfrentados pelos moradores mais pobres da zona rural, ao tratar das indenizações e realocações. Na Ata, foi registrado que:

Dona Otília lembrou de um problema que vem afetando Itacaré e Uruçuca: estão sendo iniciadas as indenizações do Parque Estadual do Conduru e questionou se deve ser assim. Colocou que as pessoas são indenizadas e “jogadas fora” na cidade. Questionou por que não ficar no campo. Pois estas pessoas são agricultores e só sabem trabalhar no campo.<sup>307</sup>

Naquele ano, já haviam sido tomadas providências para o início da regularização fundiária com indenização e realocação dos moradores do parque, com um levantamento fundiário prévio realizado pelo DDF e, depois, desenvolvido por uma empresa privada, a Costa Cirne Engenharia Ltda.

Na reunião seguinte, são informadas atualizações sobre a situação do Parque. Apesar dos levantamentos terem sido terceirizados, a regularização fundiária enfrentava a falta de documentação dos posseiros, pois muitos não possuíam documento de identificação pessoal, como CPF ou RG. Além disso, apontava-se a escassez de recursos disponibilizados para a empresa contratada, dificultando ainda mais o trabalho do levantamento. A sobrevivência das famílias estava ameaçada, achatada entre a irregularidade da sua presença na área do parque e a premência de suas necessidades mais básicas. Apesar de parecerem meramente burocráticas, as dificuldades não eram de fácil resolução naquele contexto. Com a ajuda de D. Otília, foi iniciada uma campanha de

---

<sup>306</sup> TORRES, Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental, 2007, 196 p.

<sup>307</sup> Dona Otília, Ata de Reunião do Conselho Gestor da APA, 30/05/2001.

documentação na área do parque, a fim de prosseguir com o encaminhamento para a regularização fundiária.

Sem conseguir superar rapidamente essas pendências, o PESC continuou sendo discutido pelo Conselho da APA e diversas sugestões foram feitas como possibilidades de atenuar as condições adversas dos moradores. Um conselheiro sugere, por exemplo, que a “mão de obra dos posseiros poderia ser utilizada no parque”. De fato, isso estava sendo gestado como projeto pelos ambientalistas locais, mas só foi concretizado nos meses seguintes. Outra sugestão, foi a formação de um Grupo de Trabalho para criar o Conselho Gestor do PESC, a fim de adequá-lo ao SNUC, promulgado um ano antes, em julho de 2000. Apesar da sugestão de formação do CG do PESC, a primeira reunião desse Grupo de Trabalho, nos registros encontrados durante nossa pesquisa, só ocorreu em março de 2003.

Portanto, as reuniões do Conselho Gestor da APA evidenciaram os conflitos existentes como decorrência da criação das duas UCs na região, mas também foram relevantes para estabelecer um canal de comunicação entre os diversos grupos e atores envolvidos, estimulando o diálogo, buscando resolução de conflitos e promovendo uma gestão participativa da APA Itacaré-Serra Grande. A correlação entre a APA e o PESC está presente nesse ambiente, tendo em vista a atuação do grupo e a experiência adquirida com o Conselho da APA a partir do qual foi organizada a implementação do PESC.

## **Conclusão**

A proposição do Projeto de Criação do PESC foi fruto de uma leitura de contexto global, nacional e local por parte dos ambientalistas envolvidos. Eles demonstraram conhecer a biodiversidade local, se profissionalizaram acompanhando uma tendência nacional e utilizaram argumentos com capilaridade global. O parque foi apresentado como uma necessidade nas três escalas diante do cenário desenhado por esses atores.

A emergência de conflitos territoriais é recorrente em áreas protegidas, especialmente as UCs de uso indireto, como os parques. Mas a forma como isso ocorreu no PESC tem nuances particulares, dadas as circunstâncias da relação (ou da falta dela) com os moradores. As contradições na criação do parque são mais evidentes se considerarmos o final da década de 1990 já contando com ideias e debates amadurecidos

sobre a presença humana e os modos de arrefecer esse tipo de conflito a partir da integração e diálogo prévio com a população local sobre a qual recairia o ônus dessa política ambiental.

Como sintetizado por um ambientalista da região, na criação do PESC, “juntou a fome com a vontade de comer”<sup>308</sup>. Já havia o estudo realizado pela parceria entre NYBG e CEPLAC, havia a indicação da região do parque como uma área prioritária para a conservação da Mata Atlântica do Nordeste, o decreto da APA e, por fim, um grupo com formação técnica para implementar UCs. Quando o governo estadual apresentou a obra da estrada como investimento do PRODETUR, vislumbrou-se uma oportunidade dupla de justificativa e de financiamento.

Apesar da proposta ter engajado rapidamente o governo e o banco financiador, os projetos de desenvolvimento continham questões geradoras de contradições com modelos de preservação ambiental. Os conflitos ambientais territoriais entre o parque e os moradores advém do processo histórico de ocupação de terras no Brasil, no qual a propriedade é privilegiada em detrimento dos posseiros que se estabeleceram no lugar e ali fundamentam seus modos de vida. A falta de participação popular na criação do PESC, embora já fosse pautada uma governança participativa dos territórios na criação de UCs, é outra contradição dificultando a estabilização dos conflitos.

Ainda assim, as ações de implementação da APA Itacaré - Serra Grande, através do PEAE e, especialmente, do Jornal da APA, contribuíram para disseminar noções de desenvolvimento sustentável entre os grupos heterogêneos habitantes do território, gerando apropriações por parte dos moradores e um repertório mobilizado nas suas interpretações e respostas às dificuldades enfrentadas. Isso contribuiu também para a conquista de legitimidade das UCs frente à população local, estimulando adesão à proposta de desenvolvimento sustentável e ecoturismo e produzindo identidades locais amalgamadas pelo compartilhamento da moradia em um lugar de preservação ambiental.

O Conselho Gestor da APA foi uma medida pioneira no estado da Bahia, formado antes da obrigatoriedade dessa instância pelo SNUC. A orientação do CEPRAM reflete o engajamento do ambientalismo no estado e dos atores regionais dispostos a implementar a medida indicada. Esse movimento de criação de conselhos irradiou em outras UCs, tanto em APAs baianas quanto no próprio PESC. As tentativas de compor uma territorialidade nova, capaz de dirimir os conflitos com os instrumentos à disposição, são

---

<sup>308</sup> ARTAZA, Oscar. Entrevista com a autora, 10 de agosto de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

evidentes nesse segundo momento das ações de educação ambiental. As ações dos primeiros anos do Conselho Gestor da APA parecem ter produzido um nível de gestão bastante satisfatório e geraram um grupo engajado com a implementação do PESC.

Ao longo deste capítulo, abordamos as ações realizadas na APA entre 1997 e 2002 como um modo de preparar o caminho para a implementação do Parque. Ao mesmo tempo, emergiam novos conflitos no território do PESC, mais profundos e complexos do que no caso da APA, por que demandavam recursos maiores, devido à inviabilidade de permanência dos moradores. As redes que possibilitariam a estabilização do PESC começaram a ser fortalecidas nesse período, mas ainda eram muito frágeis para garantir a sobrevivência do projeto de preservação. Os atores já vinham adotando medidas importantes, com maior ou menor sucesso, para concretizar a implementação do PESC, mas ainda precisariam se movimentar em novas direções, a fim de superar os desafios e enfrentar as controvérsias. No próximo capítulo, abordaremos as ações de fiscalização no PESC, as possibilidades buscadas pelos moradores e iniciativas de resolução de conflitos para superação de contradições entre desenvolvimento e conservação.

### **CAPÍTULO 3: IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA DO CONDURU (2003-2006)**

*“Resta tão pouca floresta que nenhuma parte dela pode ser usada para experiências em ‘desenvolvimento sustentável’; de fato, todas as pretensões dessa ordem em relação à Mata Atlântica devem ser encaradas como jargão e hipocrisia.”<sup>309</sup>*

#### **Introdução**

Na década de 1990, houve um grande movimento internacional pela proteção de áreas florestais. O Brasil passou a integrar, em 1992, os países membros do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7), atuante na formação de duas áreas de proteção: o Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) e o Corredor Central da Amazônia. Através das conexões entre ambientalistas e pesquisadores, o Parque Estadual da Serra do Conduru foi designado como alta prioridade para a constituição do CCMA, atraindo recursos importantes para sua implementação. As ações necessárias foram iniciadas com suporte financeiro do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), do banco alemão KfW e da ONG conservacionista internacional WWF. Em 2003, mesmo ano de liberação dos recursos, Grupos de trabalho foram se formando dentro do Conselho Gestor da APA para desenvolver tarefas prioritárias no sentido da implementação do parque.

Um das primeiras medidas adotadas foi a formação de um grupo de pesquisadores de diversas áreas com a incumbência de realizar análises e levantamentos de solo, relevo, hidrografia, flora e fauna regional e local, a fim de subsidiar informações

---

<sup>309</sup> DEAN, A ferro e fogo, 2004.

para o Plano de Manejo do PESC. Nos anos de 2003 a 2005, o parque foi percorrido por cientistas coletando, medindo, anotando, observando e esquadrinhando as 9.275 hectares do parque. Nesse trabalho, juntaram-se com humanos e não humanos do local para transformarem o parque em um laboratório a céu aberto, produzindo evidências sobre a extensa biodiversidade daquelas matas, do valor dos recursos hídricos locais e a existência de importantes sítios geológicos que poderiam contribuir para a história natural do país.

Ao longo de três anos, com frequência variável, pesquisadores, ambientalistas, funcionários públicos e moradores trabalharam juntos em pesquisas, reuniões, seminários e produção de materiais, conduzindo à publicação do Plano de Manejo, à criação do Conselho Gestor do PESC, à nomeação do gestor do parque pelo governo estadual e à produção do regimento interno, tudo concretizado no ano de 2005. Uma vez cumpridos esses passos iniciais, ações de fiscalização foram levadas a cabo através de parcerias entre o gestor do parque, polícia ambiental e Ministério Público Federal, no sentido de inibir ações de madeireiros e caçadores, acirrando conflitos com moradores. Estes, por sua vez, não formavam um grupo homogêneo, com os mesmos planos para o futuro dentro das possibilidades vislumbradas. Alguns optaram por aceitar as baixas indenizações oferecidas pelo governo pelas benfeitorias nas terras onde eram posseiros; outros se organizaram como associação de moradores e lutaram pelo reassentamento junto ao INCRA; muitos foram embora sem indenizações nem reassentamentos, sem deixar registros de para onde e em quais condições se foram e; outros ainda, optaram por permanecerem em suas terras e casas, mesmo com as limitações, ameaças e dificuldades experimentadas.

### **3.1 - O Projeto Corredores Ecológicos na APA Itacaré-Serra Grande**

O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) surgiu na Conferência de Houston, em 1990, evento do qual participaram países membros do G7<sup>310</sup>.

---

<sup>310</sup> G7 é o nome atribuído à reunião periódica dos sete países democráticos economicamente mais desenvolvidos do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá. (Manual de Comunicação da Secom. Item de Glossário. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/g7-e-g8>>. Acesso em 06/11/2023).

Dois anos depois, em 1992, o Programa foi ratificado durante a Rio-92<sup>311</sup>. O governo brasileiro, através do novo Ministério do Meio Ambiente, começou então a promover espaços de discussão para construir um programa de conservação florestal com apoio de financiadores estrangeiros e contrapartidas federais. O PPG7, nesse primeiro momento, buscou viabilizar a conservação da biodiversidade a longo prazo, através do manejo de grandes extensões de terra. Para isso, foi mobilizado o conceito de “corredores ecológicos” ou “corredores de biodiversidade”<sup>312</sup>.

Um corredor corresponde a uma grande área de extrema importância biológica, composta por uma rede de unidades de conservação entremeadas por áreas com variados graus de ocupação humana e diferentes formas de uso da terra, na qual o manejo é integrado para garantir a sobrevivência de todas as espécies, a manutenção de processos ecológicos e evolutivos e o desenvolvimento de uma economia regional forte, baseada no uso sustentável dos recursos naturais (Sanderson et al., 2003; Ayres et al., 2005).<sup>313</sup>

Desse modo, os corredores ecológicos são áreas geograficamente definidas a partir de critérios científicos, em especial da biologia: a presença de espécies chave no contexto global, regional e local, bem como a existência de espécies ameaçadas e/ou endêmicas, a quantidade de áreas protegidas e a biodiversidade. Não se trata, portanto, de unidades políticas ou administrativas, mas de espaços de representatividade biológica.<sup>314</sup>

O processo de discussão sobre a viabilidade do conceito corredores ecológicos levou alguns anos até a criação, em 1998, de um Grupo Técnico de Trabalho para preparar uma versão a ser apresentada ao Ministério do Meio Ambiente. Depois de ajustes sucessivos, o Projeto Corredores Ecológicos (PCE) foi efetivado em 2002<sup>315</sup>. Tratava-se de um projeto bastante amplo, extenso em termos territoriais, complexo pela quantidade de atores engajados e ambicioso com relação aos seus objetivos. Foram esboçados os corredores no território brasileiro, sendo cinco na Amazônia e três na Mata Atlântica<sup>316</sup>.

<sup>311</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Proteção das Florestas Tropicais. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/eryH4>>. Acesso em: 16/06/2023.

<sup>312</sup> O conceito de corredores ecológicos é usado por alguns pesquisadores e conservacionistas para designar “trechos delimitados de vegetação nativa que conectam fragmentos”. Mas o Ministério do Meio Ambiente adotou o termo “corredores ecológicos” e a Aliança para Conservação da Mata Atlântica (Conservação Internacional e SOS Mata Atlântica) adotou “corredores de biodiversidade” como sinônimos para designar a mesma estratégia de gestão da paisagem, englobando “as unidades de conservação e as áreas com diferentes usos da terra”. Para este trabalho, seguimos a postura do documento consultado e adotamos ambos os termos como semelhantes. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O Corredor Central da Mata Atlântica, 2006, p. 10)

<sup>313</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O Corredor Central da Mata Atlântica, 2006, p. 10.

<sup>314</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O Corredor Central da Mata Atlântica, 2006, p. 10.

<sup>315</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O Corredor Central da Mata Atlântica, 2006, p. 14.

<sup>316</sup> No bioma Mata Atlântica, os três corredores foram delimitados com base nos centros de endemismo: Corredor do Nordeste (AL-PB-PE), Corredor Central da Mata Atlântica (BA-ES) e Corredor da Serra do Mar (PR-SP-RJ). (SCHIAVETTI, Alexandre; MAGRO, Teresa Cristina; SANTOS, Michele Silva.

Dentre esses, o Programa Piloto iria priorizar, na sua primeira fase, o Corredor Central da Amazônia e o Corredor Central da Mata Atlântica, a fim de experimentar os procedimentos estipulados para depois, na segunda fase, ampliar o programa para os demais recortes geográficos. Num primeiro momento, o foco era estruturar institucionalmente os corredores, criar os planos de gestão, promover ações de fiscalização e monitoramento da cobertura florestal e subsidiar a produção dos planos de manejo das unidades de conservação correspondentes.

O Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) abarca todo o estado do Espírito Santo e o sul da Bahia, com 8,5 milhões de hectares e dois centros de endemismo, relativos às regiões do sul da Bahia e do Rio Doce no Espírito Santo. A área do CCMA possui fisionomias diversas na sua formação vegetal, desde áreas de floresta ombrófila densa, semidecidual e de sistemas associados, como restingas e manguezais. As regiões com maiores índices de biodiversidade são as Matas de Tabuleiro, uma variante da Floresta Ombrófila Densa que cobre terras mais baixas, também conhecidas como Hiléia Baiana, apesar dessa tipologia estender-se, de forma fragmentada, desde o Rio de Janeiro até o Ceará. Para caracterizar a área e sua relevância para a conservação como Corredor, o PCE utilizou, mais uma vez, o estudo fruto da parceria entre a CEPLAC e o NYBG. Esse estudo encontrou “em uma reserva privada no município de Uruçuca (BA) [...], 458 espécies de árvores em um hectare de floresta, recorde mundial de riquezas de plantas lenhosas”<sup>317</sup>. Outros estudos apresentando a ocorrência de espécies endêmicas de primatas e aves também foram utilizados para justificar a escolha da região como prioritária.

A produção de cacau cabruca é mencionada pelo projeto como um dos fatores importantes para a manutenção do CCMA, pois 70% dos 600 mil hectares de plantações de cacau eram cultivados nesse sistema. Isso possibilitaria a sobrevivência de uma grande variedade de animais e plantas nativas, contribuindo para conectar unidades de conservação ao formar corredores de passagem entre elas<sup>318</sup>, constituindo, portanto, mais um motivo da viabilidade da região para receber as ações piloto do Projeto Corredores Ecológicos. Entendia-se o sul da Bahia, com a biodiversidade associada ao cacau-cabruca, como constituída por características favoráveis para a implementação do

---

Implementação das Unidades de Conservação do Corredor Central da Mata Atlântica no Estado da Bahia: desafios e limites. Artigo. Revista Árvores, v. 36, n. 4. Viçosa-MG, 2012. p. 611-623).

<sup>317</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O Corredor Central da Mata Atlântica, 2006, p. 20.

<sup>318</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O Corredor Central da Mata Atlântica, 2006, p. 22.

conceito de corredores ecológicos, devido ao histórico particular de organização territorial.

Durante as fases de estruturação do Programa Piloto, ainda em meados dos anos 1990, houve um projeto preliminar denominado Parques e Reservas, onde foi apontada a necessidade de criar uma unidade de proteção integral no sul da Bahia, que veio a ser o Parque Estadual Serra do Conduru. Quer dizer, essa UC já estava no bojo do Programa Corredores Ecológicos (PCE) desde a sua gestação e se desenvolveram juntos, tornando-se o parque um dos pontos focais do PCE, implementado graças aos investimentos nos Corredores.

O financiador principal para a implementação do PPG7 foi o Banco Mundial, administrador do Fundo Fiduciário para Proteção das Florestas Tropicais (RFT). Para o CCMA, especificamente, outros recursos vieram do CEPF, um Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos no Corredor Central da Mata Atlântica formado pela aliança entre a Conservação Internacional, o Banco Mundial, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), a Fundação MacArthur e o governo do Japão. O objetivo dessa aliança era “apoiar projetos de conservação de *hotspots* de biodiversidade mundiais”<sup>319</sup> e a sua coordenação ficou a cargo da Aliança para Conservação da Mata Atlântica, constituída pelas ONGs Conservação Internacional e SOS Mata Atlântica. Os fundos do CEPF foram operacionalizados com base em demanda espontânea ou em editais divididos em três programas: a) Programa de Fortalecimento Institucional; b) Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica; c) Programa de Conservação de Espécies Ameaçadas da Mata Atlântica. Vale ressaltar que o Programa de Fortalecimento Institucional no CCMA foi coordenado pelo IESB e buscou, entre outros objetivos, consolidar pequenas organizações atuantes em questões ambientais. Isso demonstra a articulação do próprio IESB para atuar nas dimensões técnica e política, conectando órgãos globais, nacionais e locais.

O modelo de gestão e planejamento estipulado pelo Projeto Corredores Ecológicos, seguindo a linha das propostas do PPG7, era descentralizado, assim como outras políticas da época, a exemplo do PRODETUR, cuja gestão difusa foi anteriormente analisada. Apesar disso, a integração nas ações institucionais, compondo parcerias entre órgãos diversos e em diferentes escalas, foi uma marca dos projetos implementados no CCMA com recursos do CEPF, especialmente aqueles voltados para a fiscalização. Na

---

<sup>319</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O Corredor Central da Mata Atlântica, 2006, p. 32.

Bahia, para elevar a eficiência e eficácia dos mecanismos de fiscalização, vigilância e monitoramento, foi consolidado o Plano Integrado de Fiscalização,

[...] um sistema de cooperação administrativa entre órgãos públicos federais e estaduais (CRA, IBAMA, Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação, Polícia Civil, Companhia de Polícia de Proteção Ambiental, Polícia Federal, Polícias Rodoviária Federal e Estadual e Ministério Público), que conta também com a participação da sociedade civil.<sup>320</sup>

O grupo de ambientalistas reunidos em torno da APA, começou, desde o ano 2000, a se movimentar no sentido da implementação dos corredores ecológicos. O IESB, membro do Conselho da APA, era também coordenador e membro executor do Programa de Fortalecimento Institucional do PCE e estava bem articulado com a Unidade de Coordenação Estadual. Em setembro desse ano, o Jornal da APA publicou um texto de autoria própria na seção “Eco-Notícias Importantes” onde explicava que “o mais novo conceito em conservação de ecossistemas é conhecido como Corredores Ecológicos”. Na publicação, destaca-se o caráter global dessa forma de proteção, a participação da comunidade na gestão do programa e o pioneirismo do planejamento geopolítico nacional baseado em “uma visão de futuro sustentável” voltado para a “conservação de sua riquíssima e valiosa biodiversidade”<sup>321</sup>. Apesar de o PCE já estar em discussão no MMA desde meados da década de 1990, o acordo de doação com o Banco Mundial foi firmado em dezembro de 2001 e a efetivação do Projeto ocorreu em março de 2002<sup>322</sup>.

O Projeto Corredores Ecológicos centrou suas ações no sul da Bahia em duas unidades de conservação: o Parque Estadual Serra do Conduru e a APA Costa de Itacaré-Serra Grande. Como vimos, houve uma combinação de fatores apontando para essas localidades como prioritárias, além da influência exercida pelo IESB e outros ambientalistas nas instâncias gerenciais do PCE. As ações foram iniciadas pela APA, já contando com instrumentos básicos de gestão consolidados, como plano de manejo, conselho gestor e zoneamento. A partir de 2002, o projeto possibilitou a realização de pesquisas para atualizar dados sobre a cobertura florestal, utilizando fotografias aéreas em sobrevoos sobre a região. Aliado a isso, foi realizado um levantamento socioambiental da área e, a partir dessas informações, revisou-se o zoneamento da APA, contemplando as mudanças ocorridas no território desde a criação da UC em 1993.

---

<sup>320</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O Corredor Central da Mata Atlântica, 2006, p. 31.

<sup>321</sup> Jornal da APA, set./2000.

<sup>322</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O Corredor Central da Mata Atlântica, 2006, p. 14.

O Conselho Gestor da APA começou a discutir a utilização dos recursos do PCE e do CEPF a partir de novembro de 2001, conforme registrado na Ata de 28/11/2001, quando a gestora da APA informa que “recursos do programa de corredores ecológicos será utilizado em consultoria para refazer o zoneamento da APA”<sup>323</sup>. Essa consultoria foi prestada pelo IESB, com posterior apresentação ao Conselho Gestor sobre a metodologia utilizada para levantamento de dados de vegetação, atividades de agropecuária, usos do solo e caracterização socioeconômica.

Na mesma reunião, um membro do IESB menciona a aprovação do projeto de sobrevoo da APA para produção de imagens georreferenciadas, a ser executado por esse Instituto em parceria com a Conservação Internacional. Cruzando essa informação com o relatado pela apresentação do histórico do PCE pelo MMA, supomos que esse projeto de georreferenciamento também era do PCE, possibilitando a atualização dos dados sobre cobertura vegetal da APA. Quer dizer, as ações do PCE eram acompanhadas pelo Conselho Gestor, compondo um espaço de gestão participativa na proposta dos corredores ecológicos.

Ao longo do ano de 2004, o efetivo zoneamento foi desenvolvido pelo IESB, apresentado e acompanhado até sua aprovação pelo Conselho, em agosto do mesmo ano. A aprovação, contudo, se deu com a oposição de um conselheiro, empresário, por avaliar as novas zonas como muito restritivas, especialmente ao incluírem a área do Campo Cheiroso como zona especial. Essa área constava no zoneamento original da APA como de uso agrícola, mas estudos para o plano de manejo do PESC apontaram se tratar de um campo rupestre, com rica biodiversidade de espécies destoantes do entorno, indicando uma área de relevância para estudos sobre a formação biogeofísica local. O novo zoneamento da APA protegeu a área do Campo Cheiroso, mas produziu um novo conflito com moradores posseiros do local, por não poderem vender a área, e com empresários interessados em construir ali, pois obras pretendidas, como pistas de pouso e hotéis, foram impedidas desde então.

Com os recursos do PCE foi possível investir em infraestrutura para uma melhor gestão, com a compra de equipamentos para implementar o Plano de Manejo da APA. Parte desses investimentos foram alocados na criação do Instituto Tijuípe<sup>324</sup>, em 2003,

---

<sup>323</sup> Ata De Reunião do Conselho Gestor da APA, 28/11/2001.

<sup>324</sup> O Instituto Tijuípe foi uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ou OSCIP criada pelo Conselho Gestor da APA para executar suas decisões e atividades cotidianas, além de levantar financiamento para ações demandadas pelo Conselho (Jornal da APA, n° 32, julho de 2004, p. 8).

com os recursos advindos do Programa de Fortalecimento Institucional do CEPF. O Instituto Tijuípe foi uma figura jurídica que funcionou como braço executivo do Conselho Gestor da APA, captando recursos, estabelecendo parcerias e agilizando as decisões do Conselho<sup>325</sup>. Mesmo tendo sido dissolvido em 2005, o Instituto Tijuípe foi importante para a consolidação do Conselho da APA e teve um alto impacto na construção da gestão participativa para políticas ambientais no sul da Bahia. O motivo da dissolução parece ter sido a falta de recursos de manutenção<sup>326</sup>, um dos problemas de projetos desenvolvidos com fundos temporários e não transformados em políticas de estado permanentes.

O fortalecimento do Conselho da APA foi decisivo na implementação do PESC, porque ali foram discutidas algumas possibilidades para o combate às infrações ambientais. Segundo Marcelo Barreto, gestor do Parque, Itacaré foi vanguarda na formação de espaços participativos para questões ambientais, com um ativismo ambiental “sempre à frente” e o grupo do Parque acabou “pegando carona com esse corpo técnico”<sup>327</sup>. Então, mesmo quando o PESC ainda estava desestruturado, o Conselho Gestor da APA tinha maior envolvimento com a comunidade, estava muito ativo e abordava alguns temas do parque.

Ainda no Conselho da APA, ações de apoio aos moradores do parque começaram a ser aventadas, como a distribuição de cestas básicas compradas com recursos tanto de prefeituras municipais de Itacaré e Uruçuca, como do próprio PCE. Segundo Torres (2007),

Sensibilizado por todo esse cenário, ainda agravado pela falta de estrutura dos órgãos responsáveis pela administração do parque, o Conselho Gestor da APA promoveu algumas ações de apoio ao PESC e à comunidade de moradores, entre elas, criou um grupo de trabalho sob coordenação do IESB – responsável pela implantação de alguns projetos voltados para a agricultura sustentável na APA Costa de Itacaré/Serra Grande, para elaborar um plano emergencial de intervenção, visando à sustentabilidade das comunidades residentes no parque.<sup>328</sup>

Os projetos mencionados no trecho acima foram a produção de mudas florestais com posseiros do parque e a criação de trilhas e treinamento de guias locais. Foram realizados pelo IESB no seu projeto Floresta Viva, embrião do futuro Instituto Floresta Viva, com recursos advindos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos

<sup>325</sup> Jornal da APA, nº 32, julho de 2004, p. 8.

<sup>326</sup> TORRES, Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental, 2007.

<sup>327</sup> Entrevista com Marcelo, 2022.

<sup>328</sup> TORRES, Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental, 2007, p. 67.

Hídricos e da Superintendência de Investimentos em Zonas Turísticas, responsável pelos recursos do PRODETUR na Bahia. Ou seja, foram projetos desenvolvidos antes e em paralelo àqueles dos Corredores Ecológicos, embora este também tenha investido em ações similares. Ainda no âmbito do Conselho da APA, foram auxiliados os moradores do parque para sua inclusão no Programa Fome Zero do governo federal e no Plano da Reforma Agrária, junto ao INCRA, para o reassentamento.

Contudo, a preocupação mais recorrente do Conselho da APA com relação ao PESC envolvia a fiscalização para cessar o desmatamento crescente desde a criação do parque. Esse tema era abordado nas reuniões desde o ano de 1999, mas ganhou força com a perspectiva de implementação delineada com o PCE a partir de 2003. Alguns membros do CG da APA formaram um grupo para acompanhar ações policiais de fiscalização no parque, discutiam as ações de quadrilhas de madeireiros que ameaçavam moradores e policiais e recebiam denúncias para serem encaminhadas aos órgãos responsáveis. Esse tipo de parceria interinstitucional fazia parte das propostas do PCE para a fiscalização das UCs nos corredores ecológicos e, no caso do PESC, contou com apoio do Conselho da APA, da Companhia Independente de Política de Proteção Ambiental, da Prefeitura de Uruçuca e do Ministério Público.

### **3.2 - O início da implementação do PESC**

Até o ano de 2004, algumas ações vinham sendo adotadas pelo Conselho da APA para apoiar a implementação do PESC. A contar desse ano, o parque ganha seus próprios instrumentos de gestão. Uma das primeiras medidas nesse sentido, foi a nomeação de um gestor para o parque, como contrapartida do governo estadual. Marcelo Barreto assumiu o cargo em março de 2004 e começou a participar de reuniões do Grupo de Trabalho para Fiscalização e Monitoramento do PESC com membros do Conselho da APA.

Em setembro de 2005, o Conselho Gestor do PESC foi empossado com 19 representantes do governo e da sociedade civil<sup>329</sup>, muitos deles participantes do Conselho da APA. Havia também membros de associações de produtores rurais, moradores e

---

<sup>329</sup> TORRES, Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental, 2007, p. 68.

empresários do entorno do parque. O Conselho do PESC foi formado a partir de seminários realizados por consultores especializados em gestão participativa e com o apoio de um pesquisador da Universidade Estadual de Santa Cruz, cuja tese de doutorado versava sobre o tema. Os consultores foram contratados com recursos advindos do Projeto Corredores Ecológicos e este, além de contribuir com a formação do CG, também investiu em pesquisas para subsidiar o Plano de Manejo e a compra de equipamentos para sua implementação, bem como em ações de fiscalização, cursos e treinamentos diversos para gestores, vigilantes e moradores.

Após a posse dos conselheiros, as reuniões do Conselho Gestor do Parque passam a ser realizadas mensalmente. A secretaria executiva ficou a cargo do Instituto Floresta Viva (IFV), ONG fundada em 2003, a partir de membros do IESB, com uma proposta privilegiando ações socioambientais na busca por aliar conservação e geração de renda para moradores do parque e entorno. O IFV nasceu a partir da relação dos ambientalistas com o parque e seus múltiplos atores. Ainda nesses primeiros meses de implementação, foi elaborado um regimento interno para o Conselho, lido e aprovado pelos presentes.

No início de 2006 foram formalizados dois grupos de trabalho dentro do Conselho do Parque, um para a fiscalização, sem a participação de moradores, “pois o conselho entende que a presença de um posseiro neste grupo pode expor a pessoa na zona rural”, e outro grupo para a regularização fundiária. De fato, essas duas questões eram compreendidas como as prioridades a serem resolvidas para uma efetiva implementação do parque, sem as quais a gestão ficaria seriamente prejudicada. A fiscalização avançou bastante no período de 2005 a 2006, com a chegada de Marcelo Barreto e com as parcerias institucionais firmadas. O gestor, quando nomeado, foi enviado para residir na sede administrativa do parque com sua família, fortalecendo a vigilância. Para ele,

[...] foi um momento que se fortaleceu muito também com monitoramento e fiscalização do parque, né. O Ministério Público disponibilizou um recurso via um TAC e nós fizemos um acordo com a Delegacia de Proteção Ambiental, então a gente conseguiu dar uma freada brusca nas agressões, principalmente retirada de madeira aqui no parque, dessa região.<sup>330</sup>

Apesar dos embates e retaliações advindas como respostas dos madeireiros e caçadores às ações de fiscalização mais contundentes, o gestor afirmou a importância dessas ações para consolidar a unidade de conservação. Na sua avaliação, foi decisivo o envolvimento de várias instâncias, como IBAMA, Ministério Público, Polícia

---

<sup>330</sup> Entrevista com Barreto, 2022.

Rodoviária, Ambiental e Administrativa de Ilhéus. Esses órgãos receberam também recursos do Projeto Corredores Ecológicos, a fim de equipar a promover as ações de fiscalização no PESC. Nas entrevistas com moradores e gestores são mencionados conflitos armados entre policiais e madeireiros em expedições de fiscalização, inclusive com a participação do gestor do parque, reforçando a narrativa da “guerra” pela conservação relatada por uma ex-moradora da UC<sup>331</sup>. Houve apreensões de madeira, motosserras, veículos e animais, além da denúncia e judicialização de casos de madeireiros presos. Como alguns moradores do parque ainda mantinham a prática da caça e extração de madeira, as ações policiais tiveram forte impacto na vida de cada um, acarretando mudanças e desafios pessoais.

Ao longo de 2006, a gestão do parque implementou projetos de fiscalização da área com recursos disponibilizados para regularização fundiária e buscou periodizar as ações com maior frequência. Por isso, foi uma fase da implementação da UC com desaceleração da retirada de madeira do parque.

Com relação à regularização fundiária, o período de 2005 e 2006 experimentou avanços e retrocessos. Na primeira reunião do Conselho em 2006, informa-se que estaria se aproximando a liberação da Fazenda Vale Negro para reassentamento pelo INCRA, como vinha sendo pleiteado por um grupo de moradores do parque. Também havia uma profissional trabalhando no levantamento de posses e propriedades para regularização fundiária, seguindo as determinações do Plano de Manejo sobre as áreas prioritárias. Uma assessoria técnica e jurídica foi organizada para orientar os posseiros com a documentação necessária. Mesmo assim, muitos não aceitavam a indenização porque consideravam os valores muito baixos, impossibilitando a compra de outra área onde pudessem continuar com as atividades da agricultura familiar.

Segundo informações da Ata de 08/02/2006, seriam liberados recursos da ordem de 3 milhões de reais, com a possibilidade de mais 2 milhões, para indenizações de posseiros e proprietários. Porém, muitos processos demoraram a serem aprovados por procuradores estaduais, enquanto a SEMARH era pressionada para consumir os recursos disponibilizados. Para acelerar os processos, os conselheiros discutiram a necessidade de sensibilizar os procuradores sobre a situação enfrentada pelos moradores aguardando indenizações. As dificuldades dos moradores eram tão preocupantes para os conselheiros ao ponto de ser sugerido, naquele mesmo ano, a dissolução do parque e a inclusão da área

---

<sup>331</sup> Entrevista com Ana, 2022.

numa zona de proteção rigorosa dentro da APA Itacaré - Serra Grande. As dificuldades não foram negligenciadas pelo Conselho Gestor ou pelos ambientalistas envolvidos, mas o parque passava momentos de incertezas com relação à superação dos conflitos, colocando em cheque sua continuidade. Como registrado pelos conselheiros: “as incertezas na regularização do parque e a burocracia do estado estão prejudicando tanto a questão ambiental quanto a social, [e] que o modelo de parque não era adequado para a realidade local”<sup>332</sup>.

Além da fiscalização e regularização fundiária, essa fase também avançou na capacitação e treinamento de agentes de governança local. O PCE apoiou e aplicou recursos para promover três encontros entre gestores das UCs do Corredor Central da Mata Atlântica entre 2003 e 2005, por meio de parcerias com as ONGs Conservação Internacional, IESB e Associação Flora Brasil. Através do CEPF, mas também de financiadores privados, foram promovidos cursos sobre recuperação ambiental para produtores rurais, executados por instituições parceiras do Fundo protagonizadas pelo IESB e IFV, no caso do sul da Bahia.

Por causa da intensa mobilização e dos recursos disponibilizados para implementação da APA e do PESC nos primeiros anos da década de 2000, esse foi um período marcado na memória dos ambientalistas e gestores de UCs da região como tendo sido de grandes avanços, perspectivas otimistas para a conservação da biodiversidade, investimentos importantes e confiança no desenvolvimento sustentável. Segundo Rui Rocha, ambientalista e professor da UESC atuante no IESB e fundador o IFV, o período de 2000 a 2006 contou com forte presença do Ministério do Meio Ambiente e foi “um momento áureo de uma agenda ambiental”<sup>333</sup>. No relato de Oscar Artaza, outro ambientalista participante do IESB nesse período, a sensação compartilhada era de entusiasmo por estarem promovendo algo inédito e muito promissor não só para a localidade, mas também para a pauta ambiental global. Para ele, “foi muito interessante aquele período, porque pela primeira vez na minha vida eu visualizei que desenvolvimento e progresso ele pode ter uma base, uma agenda ambiental por trás, entende? E foi muito bacana ter participado disso”<sup>334</sup>. Mesmo com a interrupção desse

---

<sup>332</sup> Ata De Reunião do Conselho Gestor do PESC, 19/04/2006.

<sup>333</sup> ROCHA, Rui. Entrevista com a autora, 02 de maio de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>334</sup> ARTAZA, Oscar. Entrevista com a autora, 10 de agosto de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

processo em 2007, o período ficou marcado na memória como uma experiência importante para as pautas ambientais locais.

Como resultado das ações de implementação, alguns avanços foram conquistados com relação à conservação e mecanismos de gestão territorial de áreas protegidas. Apesar das dificuldades na regularização fundiária, com seus empecilhos legais e trâmites burocráticos, pesquisas realizadas por volta de 2010 sobre a implementação de UCs no CCMA apontaram índices informativos de uma situação satisfatória nesse item, bem como quanto aos instrumentos de gestão. Cerca de 70% possuía plano de manejo aprovado ou em elaboração e, dentre aquelas com obrigatoriedade de conselho gestor, este já estava formado<sup>335</sup>.

Por sua vez, Rui Rocha atribui o sucesso relativo da APA Itacaré - Serra Grande ao trabalho de base do Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo (PEAE), desenvolvido de 1999 a 2002, viabilizador de “uma experiência muito mais efetiva de atendimento aos objetivos originais da criação”<sup>336</sup>. Para esse sucesso, contribuiu também o modelo de conservação, pois uma APA “depende muito mais de uma mobilização cívica e das instituições ambientais e os agentes públicos”<sup>337</sup> do que um Parque.

Porém, no âmbito geral, ao serem consideradas a regularização fundiária, a disponibilização de equipamentos para gestão e a equipe de funcionários, as UCs caíam para patamares “razoavelmente satisfatórios” de implementação. Segundo os autores da pesquisa, “a implementação é um processo contínuo e dinâmico da estratégia de manejo de uma área protegida que implica relação entre o programado e o realizado nas esferas de planejamento, gestão e monitoramento dessas áreas”. Portanto, os resultados das avaliações posteriores à conclusão das ações do CEPF e do PCE evidenciaram a insuficiência dos investimentos, pois, apesar de robustos no início da década de 2000, precisariam ser continuados por um período maior, a fim de prosseguir com as ações necessárias para uma implementação completa e contínua.

---

<sup>335</sup> SCHIAVETTI, MAGRO e SANTOS, Implementação das Unidades de Conservação do Corredor Central da Mata Atlântica, 2012.

<sup>336</sup> ROCHA, Rui. Entrevista com a autora, 02 de maio de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>337</sup> ROCHA, Rui. Entrevista com a autora, 02 de maio de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

### 3.3 - Trabalhos para o Plano de Manejo: o parque como laboratório

A criação de uma unidade de conservação pode parecer, por vezes, um trabalho protagonizado por atores institucionais e residentes. Mas, evidentemente, o lugar é composto por outras existências além do humano<sup>338</sup>, cujas ações reverberam no território, transformando a rede de agentes em composição e convocando a pesquisa historiográfica a pensar “com os pés no chão”, isto é, não apenas nas questões sociais e políticas, mas também na materialidade dos corpos relacionados. Um parque nasce das coexistências que se produzem ao longo do tempo, como discutimos no capítulo 1, e também no instante do encontro entre pesquisadores e animais. Nos debruçamos, agora, sobre alguns encontros entre humanos e outras espécies agentes no processo de criação do PESC.

Ao analisarmos o Plano de Manejo do PESC, pensamos na construção de um instrumento de gestão importante para implementar a UC, mas também nas possibilidades explicativas sobre os animais não humanos e suas agências, especialmente no contexto de produção de conhecimento científico para projetos conservacionistas. Ao desenvolverem as pesquisas para o Plano de Manejo, os cientistas evidenciaram as ações de animais, plantas, solos, rios e riachos no sentido de modificarem as relações do território ao se apresentarem como partícipes.

A atualidade de uma área florestada nessas proporções, próximo a centros de colonização portuguesa litorânea, é possível a partir dos encontros e desencontros ocorridos naquele espaço ao longo do tempo. Partimos da perspectiva de que a existência do Parque Estadual Serra do Conduru é fruto de relações históricas intensas entre a comunidade humana e não humana participantes na construção do território. Os fatores geológicos, hídricos, climáticos, geomorfológicos e biológicos, como as plantas e os hábitos dos animais, propiciaram ou frustraram os projetos de diversos grupos humanos relacionados com o parque ao longo do tempo.

A atuação não humana, em sentido mais amplo e para além da intencionalidade, compreende existências que provocam mudanças no mundo<sup>339</sup>, em especial nas relações com humanos, mas não só. Nas últimas décadas do século XX, por exemplo, as árvores

---

<sup>338</sup> VELDEN, F. V.; SILVEIRA, F. L. A. da. Humanos e outros que humanos em paisagens multiespecíficas. *Revista Ñanduty*, 9(13), 2021, p. 1–18. <https://doi.org/10.30612/nty.v9i13.15540>.

<sup>339</sup> LATOUR, Bruno. *Reagregando o social. Uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. EDUFBA – EDUSC, Salvador - Bauru, 2012; VELDEN; SILVEIRA, Humanos e outros que humanos em paisagens multiespecíficas, 2021.

atraíram madeireiros para seu entorno, propiciando uma proliferação de serrarias ou alimentando a produção de carvão<sup>340</sup>, e, conseqüentemente, alterando os modos de vida das populações humanas na região. Em outro caso, a qualidade flutuante de uma árvore específica, o pau de jangada (*Apeiba tibourbou*), favoreceu a pesca artesanal com jangada no litoral próximo à área do parque, onde uma comunidade de pescadores se desenvolveu.

Diferentemente, animais silvestres foram alimento para muitas famílias vivendo na área do PESC e seu entorno. Considerando a distância dos centros urbanos e as dificuldades socioeconômicas enfrentadas por essa população humana, a caça desses animais foi uma importante garantia de sobrevivência. Atualmente, após a criação do parque, a caça ilegal continua sendo um dos desafios enfrentados pela gestão da UC. Explicitando suas agências, animais silvestres atravessam as fronteiras espaciais entre a mata e o espaço doméstico, estabelecendo diversas relações com os humanos, nublando a separação entre o “selvagem” e o “doméstico” ou entre “natureza” e “cultura”.

Além disso, a conjugação regional de solo, clima e vegetação favoreceu, desde meados do século XVIII, o desenvolvimento de lavouras de cacau (*Theobroma cacao*) em sistema de cabruca<sup>341</sup>, possibilitando a permanência de um ecossistema menos alterado do que se outros sistemas agrícolas de grande escala tivessem se adaptado às condições socioambientais da região. Posteriormente, já em meados do século XX, um outro agente biológico, o fungo da vassoura de bruxa (*Crinipellis perniciososa*) arrasou as plantações de cacau e provocou transformações profundas nas paisagens, nas florestas e na vida das pessoas. A vegetação, os animais, o clima, os humanos, compartilham histórias conjuntas, produto de agências recíprocas, na qual todos esses agentes contribuíram para a formação do lugar institucionalizado como Parque Estadual Serra do Conduru, em 1997.

Uma medida importante para a manutenção e gestão de uma unidade de conservação é a elaboração do seu Plano de Manejo. Esse documento estabelece estratégias e táticas para atingir os objetivos definidos para cada UC de acordo com o

---

<sup>340</sup> Estudos sobre a Mata Atlântica baiana apontam que a exploração madeireira nessa região esteve presente desde o período colonial (PÁDUA, Um Sopro de Destruição, 2002) e estimularam ações conservacionistas a fim de manter uma reserva de recursos madeireiros para a Coroa e, posteriormente, para o Império. A extração de madeira teria sido, para muitas comunidades no entorno do que hoje é o parque, uma atividade econômica importante (DIAS, Economia, sociedade e paisagens da Capitania de Ilhéus, 2019).

<sup>341</sup> Entende-se como sistema cabruca o cultivo do cacau sob o dossel de uma floresta nativa. As cabucas foram estabelecidas através da remoção do sub-bosque e raleamento do dossel da floresta ombrófila densa que recobria originalmente boa parte da região cacauceira. (PIOTTO, Daniel. Cabucas e cabucas. Mercado do Cacau. 08/05/2018. Disponível em <<https://www.mercadodocacau.com.br/artigo/cabucas-e-cabucas/rss.xml>> Acesso em 23/01/2022.)

modelo escolhido dentre as opções disponibilizadas pela legislação brasileira. De acordo com o SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) instituído pela Lei 9.985 de 18/07/2000,

[...] um plano de manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.”<sup>342</sup>

No caso do PESC, o Plano de Manejo começou a ser elaborado em 2002, foi aprovado em 2005 pelo CEPRAM e publicado oficialmente em janeiro de 2006, via portaria. A execução foi possibilitada pelo financiamento do Projeto Corredores Ecológicos no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras – PPG7. Dentre os objetivos do Projeto estava a implantação de unidades de conservação prioritárias no Brasil, sendo a realização de Planos de Manejo ponto de passagem obrigatória para esse fim. O PPG7 “foi desenhado como um plano participativo para mitigar as emissões de carbono por desmatamento, preservar a biodiversidade e promover o desenvolvimento sustentável”<sup>343</sup>, fruto da parceria entre financiadores internacionais e o governo brasileiro, com conotações do neoliberalismo da época.

Segundo Castro, um dos efeitos da conotação neoliberal foi o desencaixe de “demandas de movimentos sócio-ambientais que pediam maior suporte institucional do estado para empoderar grupos marginalizados”<sup>344</sup>. Esse modo de implantação de unidades de conservação deixou suas marcas no Plano de Manejo do PESC, por exemplo, ao ter muito limitada a análise das populações residentes no território do parque e seu entorno, de modo a ser difícil traçar um perfil socioeconômico da população para um comparativo anterior e posterior à criação da UC<sup>345</sup>. Embora tenha havido algum esforço dos pesquisadores participantes do desenvolvimento do Plano de Manejo, registrado no texto do documento, há poucos dados e análises nesse sentido. A limitação no uso de entrevistas com moradores do território para identificação de espécies animais é outro indício a corroborar com a interpretação de pouca participação das comunidades residentes.

<sup>342</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005.

<sup>343</sup> MELLO, 2006 *apud* CASTRO, Da província ao bioma, 2015, p. 233.

<sup>344</sup> CASTRO, Da província ao bioma, 2015, p. 234.

<sup>345</sup> PIMENTEL, Patrícia Carla Barbosa. Conservação da Biodiversidade e Pobreza no Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia, Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). PRODEMA (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus – Bahia, 2016, 153 p.

A redação desse documento foi antecedida por uma série de pesquisas sobre os fatores ambientais, flora e fauna compondo a região na qual se encontra a UC e também a sua área interna de 9.275 hectares. Os resultados dessas pesquisas foram apresentados no Plano de Manejo, de modo a caracterizar o ambiente e as relações ecológicas estabelecidas.

Esse documento foi produzido por uma equipe técnica de diversas áreas, como biólogos, engenheiros ambientais, engenheiros agrônomos, geólogos, educadores ambientais e turismólogos, com o acompanhamento da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia e da Unidade de Coordenação Estadual do Projeto Corredores Ecológicos<sup>346</sup>. Estiveram envolvidos também pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Cruz, localizada em Ilhéus - BA. O documento é rico em informações sobre relações entre pesquisadores, políticas ambientais e comunidades humanas e não humanas.

O Plano de Manejo do PESC é formado por seis encartes distribuídos em “Contextualização da Unidade de Conservação” (encarte 1); “Análise Regional” (encarte 2); “Análise da Unidade de Conservação” (encarte 3) e; “Manejo e Desenvolvimento” (encartes 4, 5 e 6). Desses, selecionamos o encarte 3 para analisar a condução da pesquisa e as agências animais no contexto de produção do Plano de Manejo.

No encarte 3, “Análise da Unidade de Conservação”, consta um levantamento da fauna de vertebrados encontrados ou registrados na área interna do PESC. Também inclui um levantamento bibliográfico sobre espécies registradas no seu entorno, ou seja, potencialmente encontradas no PESC. As pesquisas com captura ou observação de animais foram realizadas por equipes técnicas divididas na busca de quatro grupos de vertebrados: mamíferos, aves, répteis e anfíbios.

### **3.3.1 - Espécies no Plano de Manejo do PESC e relações entre humanos e animais**

---

<sup>346</sup> “O Projeto Corredores Ecológicos, componente do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras – PPG7, tem como principal objetivo a conservação in situ da diversidade biológica das florestas tropicais do Brasil, por meio da integração de Unidades de Conservação públicas e privadas em ‘corredores ecológicos’ selecionados.” (Corredores Ecológicos, INEMA. Disponível em <<http://www.inema.ba.gov.br/programas/projeto-corredores-ecologicos/>> Acesso em 23/01/2022)

Para compor a amostragem, os grupos de pesquisadores realizaram diversas campanhas, cada uma com duração de quatro a sete dias e/ou noites, período no qual estiveram à procura dos animais utilizando diferentes métodos, adaptados às peculiaridades de cada grupo e espécie.

A observação e a busca ativa foram estratégias utilizadas pelos quatro grupos de pesquisadores, atividades para as quais é essencial ter conhecimento e experiência na relação com cada tipo de animal. O pesquisador em campo precisa ter familiaridade com os hábitos e características do animal procurado, se quiser obter sucesso na busca. Esse conhecimento envolve, por exemplo, identificar os locais preferidos para desova e alimentação, saber se o animal habita o solo ou as partes altas da mata, se tem hábitos noturnos ou diurnos.

No caso dos mamíferos, os pesquisadores também precisavam fazer a leitura dos traços inscritos na superfície terrestre, conferindo-lhes sentido. A prática de rastrear e identificar animais através de pegadas ou fezes deixadas no solo da mata evidencia relações históricas condicionantes desse encontro. Embora não seja explicitado no documento em análise, podemos inferir que o pesquisador em busca dos mamíferos do parque passou por um longo aprendizado e relacionamento com as marcas deixadas por cada espécie, além de suas práticas serem fruto de desenvolvimentos técnicos com historicidade.

O modo de buscar os animais praticado pelos pesquisadores para o Plano de Manejo do PESC remete a um método há muito conhecido pelos historiadores. O paradigma indiciário foi identificado por Ginzburg (1989) na modernidade mas, segundo o autor, já era utilizado pela humanidade desde antes do desenvolvimento da escrita, e suas origens remontam aos primeiros humanos caçadores, ao construírem narrativas do tipo “alguém passou por lá”<sup>347</sup> a partir da identificação de rastros dos animais procurados para caçar. Essas pistas, “dados aparentemente negligenciáveis”<sup>348</sup> falam de uma realidade não experimentável diretamente, constituindo o material a partir do qual “adivinham” possíveis acontecimentos passados.

Essa comparação lança luz sobre uma frutífera relação possível entre o conhecimento produzido pela biologia e o conhecimento historiográfico, especialmente nos estudos em História dos Animais. Por um lado, o biólogo em busca de um

---

<sup>347</sup> GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário*. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. Companhia das Letras, São Paulo, 1989, p. 152.

<sup>348</sup> GINZBURG, Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário, 1989.

determinado tipo de animal conhece seus hábitos, suas características físicas e comportamentos e foi treinado pela experiência a identificar esses elementos. Com esse conhecimento, ele vai a campo em busca das pistas deixadas na passagem anterior do animal, assim como o caçador, a fim de encontrá-lo. Por sua vez, o historiador busca explicações para fatos e relações acontecidas no passado e foi treinado para encontrar elementos pouco visíveis, marcadores das diferenças entre sujeitos, acontecimentos e contextos. Ao observar os vestígios dos detalhes, ele narra um encadeamento de acontecimentos ao longo do tempo, no qual, sendo as causas irreprodutíveis, “só resta inferi-las a partir dos efeitos”<sup>349</sup>.

O paradigma indiciário é caracterizado por um “rigor flexível” em qualquer área do conhecimento na qual for utilizado. Para encontrar os indícios, vestígios ou pistas, não basta seguir uma técnica pré-determinada, pois a realidade passada é guardada pela irreprodutibilidade do instante. Faz-se mister somar ainda os conhecimentos não formais em circulação, por exemplo, entre os mestres de ofício, o “faro, golpe de vista, intuição”<sup>350</sup>. Essa “intuição baixa” estaria, segundo Ginzburg, “arraigada nos sentidos (mesmo superando-os) – e enquanto tal não tem nada a ver com intuição supra sensível”<sup>351</sup>.

A intuição possibilitaria unir “estritamente o animal homem às outras espécies animais”<sup>352</sup> através do uso dos sentidos, da corporificação da narrativa sobre o passado e da tentativa de aproximação entre formas de ver o mundo (humanas e não humanas) capazes de criar relações entre o indício e uma sequência de acontecimentos. Assim, mesmo com treinamento prévio, grande parte do sucesso do pesquisador na busca ativa está sujeita à habilidade de utilizar os sentidos para reconstruir os eventos numa narrativa plausível.

O processo histórico de criação da unidade de conservação também pode ser compreendido como um fator a possibilitar o encontro entre pesquisadores e animais, pois a presença desses na área e a demanda pela criação do PESC são parte da história da região. Essas “condições de possibilidade do traço” devem ser lidas pelo historiador como parte de processos históricos múltiplos, considerando o “traço” fruto da leitura humana de marcas deixadas por animais, não apenas como “representações do comportamento ou

---

<sup>349</sup> GINZBURG, Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário, 1989, p. 169

<sup>350</sup> GINZBURG, Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário, 1989, p. 179.

<sup>351</sup> GINZBURG, Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário, 1989.

<sup>352</sup> GINZBURG, Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário, 1989.

movimento animal”, mas sim como coproduções de sentido “em um sistema tecnológico de rastreio, uma rede de articulações materiais-semióticas”<sup>353</sup>.

Outro método, o das *pitfall traps* (armadilhas de interceptação e queda) se tornou uma estratégia fundamental para a captura de répteis, anfíbios e mamíferos,

[...] por amostrar animais criptozóicos e de difícil visualização e captura durante procura ativa. As armadilhas constaram de baldes plásticos de 30 litros enterrados no solo e conectados entre si por aproximadamente 10 metros de cercas-guia plásticas de 50 cm de altura”.<sup>354</sup>

Para os mamíferos de pequeno porte, foram construídas linhas de captura com transectos de 600 metros e com armadilhas posicionadas alternada e consecutivamente no chão e a 2 metros de altura do solo. Os pesquisadores precisaram escolher iscas adequadas aos gostos de cada espécie procurada, como bacon, abacaxi e pasta de amendoim. Depois de capturados, os indivíduos foram pesados, marcados e soltos.

Para algumas espécies, os pesquisadores precisaram especializar ainda mais a estratégia para captura, como no caso da anurofauna de folhíço. Estes são anuros (comumente conhecidos como sapos, rãs e pererecas) que utilizam as folhas úmidas do chão da mata para colocar os ovos, guardados por um dos pais. É difícil capturá-los, pois são extremamente ágeis. Ao utilizar as *pitfall traps* para captura de anuros em pesquisas de campo, os pesquisadores conseguiram um número maior de espécies dificilmente encontradas de outra forma. Ademais, essas espécies são identificadas como boas indicadoras ecológicas, devido ao modo reprodutivo altamente especializado, contribuindo na caracterização da área do Plano de Manejo.

Para a identificação das aves, uma estratégia específica de amostragem é a rede de neblina, apontada como a melhor forma de se capturar aves. Consiste em uma rede colocada na altura do chão ou no dossel das árvores, mas esta última opção é de difícil colocação e não foi utilizada no levantamento para o Plano de Manejo do PESC. O método utilizando de rede de neblina no sub bosque é bastante seletivo, mas tem as vantagens de diminuir os erros de identificação e de incluir espécies que não vocalizam. Mesmo assim, precisou ser complementada com a observação com binóculos e vocalização.

Os horários escolhidos para os registros precisaram seguir as preferências das aves, por isso foram mais intensos nas primeiras horas da manhã e no final da tarde,

<sup>353</sup> BENSON, Etienne S. *Animal Writes: Historiography, Disciplinarity and Animal Trace*. In: KALOF, L.; MONTGOMERY, G. M., (Eds.). *Making Animal Meaning*. Michigan State University Press. p. 11.

<sup>354</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005, p. 133.

favoritos das aves devido ao sol mais ameno. Contudo, também foram feitas observações à noite, a fim de identificar aves de hábitos noturnos, como corujas, bacuraus e suindaras.

A identificação bioacústica, ou seja, através da vocalização realizada pelos animais, em especial para anuros e aves, também foi utilizada, conforme a descrição abaixo:

O gênero *Phyllodytes* é composto por espécies estritamente bromelícolas, ou seja, que utilizam bromélias como abrigo, sítio de vocalização, amplexo, desova e desenvolvimento larvário (BOKERMANN, 1966; PEIXOTO et al., 2003). *Phyllodytes kautskyi*, apesar de abundante em várias localidades da sua área de distribuição (obs. pess.), é uma espécie pobremente representada em coleções científicas, pois normalmente habita bromélias epífitas localizadas acima de 10 metros de altura, dificultando a obtenção de exemplares. Ocorre no Espírito Santo e sul da Bahia, sempre em áreas florestadas (PEIXOTO & CRUZ, 1988; CARAMASCHI & PEIXOTO, 2001; PEIXOTO et al., 2003). No Parque, foi registrada apenas por vocalizações.<sup>355</sup>

Nesse trecho, a vocalização da *Phyllodytes kautskyi* foi reconhecida pelo pesquisador sem observação prévia, pois as bromélias nas quais essa espécie habita são muito altas. O canto dessa espécie de perereca atraiu o pesquisador, reconhecendo o animal devido ao treinamento auditivo anterior altamente especializado.

Assim, aves e anfíbios estão engajados com humanos na criação ativa de uma paisagem sonora registrada nos encontros produtores do Plano de Manejo. Como argumenta Concepción Cortés Zulueta<sup>356</sup>, a paisagem sonora poderia ser compreendida como história feita, no caso por ela analisado, com e pelo canto dos pássaros, podendo ser considerada como uma “coautoria multiespécies”<sup>357</sup>. Ao ouvir atentamente, a autora propõe considerar os cantos como fonte, isto é, como arquivos históricos registradores de transformações nos cantos, relações entre espécies, memórias, difusões, imitações dos pássaros. Além disso, os cantos dos pássaros compõem paisagens sonoras, afetando os humanos, insinuando emoções, gerando pertencimentos de lugar, suscitando perguntas, chamando a atenção.

No contexto do Antropoceno, diante da destruição das paisagens sonoras circundantes, como desdobramento da revolução industrial com suas tecnologias ruidosas, destrutivas e poluidoras, seria próprio da época “rememorar com nostalgia um passado povoado por sons de espécies de aves que já não se encontram em lugares com

<sup>355</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005, p. 155.

<sup>356</sup> ZULUETA, Concepción Cortés. *Sobre la historia de los cantos de las aves o los cantos de las aves como historia*. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, . 28, supl. Rio de Janeiro, dez. 2021, p. 17-35.

<sup>357</sup> ZULUETA, Concepción Cortés. *Sobre la historia de los cantos de las aves o los cantos de las aves como historia*, 2021, p. 32.

os quais estiveram estreitamente ligados”<sup>358</sup>. Esse sentimento também pode ser experimentado por ambientalistas e pesquisadores dedicados, através de seus estudos, a formas de conservar a biodiversidade, preocupados em viabilizar a continuidade de animais criadores de determinadas paisagens sonoras.

Além disso, poderíamos traçar um paralelo entre a análise de Zulueta<sup>359</sup> e o Plano de Manejo do PESC, no qual não só o canto das aves, mas também as vocalizações dos anfíbios percebidas pelos pesquisadores, criaram um ambiente sonoro específico do parque, transformado ao longo de diferentes escalas de tempo. Como pontuado pela autora, os cantos dos pássaros – e, para nós, também as vocalizações de outras aves e anfíbios – estão engajados em escalas temporais de longa duração quando analisados em termos da relação entre a espécie e as transformações geológicas. Há também relações de média duração, se pensadas as adaptações dos animais às mudanças do Antropoceno, por exemplo. E escalas de curta ou curtíssima duração, quando os registros dos pesquisadores em campo para a produção do Plano de Manejo são produzidos pelo instante do encontro entre espécies.

As condições ambientais climáticas também influenciam na formação da paisagem sonora pelos animais, pois dias chuvosos são diferentes de dias ensolarados e provocam cantos e vocalizações de modos e espécies distintos. Segundo o pesquisador responsável pelo levantamento de anfíbios, a combinação de metodologias variadas (busca ativa, análise bioacústica, *pitfall traps*) e a programação de coletas para o período chuvoso proporcionou um registro de 45 espécies de anuros, sendo 15 delas registradas pela primeira vez para a região dos três municípios do Parque e seu entorno, número considerado bastante elevado<sup>360</sup>. O pesquisador precisou estar em campo na chuva e durante vários dias para que fosse possível o encontro com os animais. De modo similar ao analisado por Iara Almeida<sup>361</sup> no seu estudo sobre “Moscas e Vermes na Ciência”, os pesquisadores dedicados ao levantamento de espécies do PESC precisaram atender às condições estabelecidas pelos animais, compartilhar seus modos de vida e adaptar seu próprio comportamento. Eles precisaram ouvir, aprender, entender e sintonizarem-se com

---

<sup>358</sup> CORTÉS ZULUETA, Concepción. *Sobre la historia de los cantos de las aves o los cantos de las aves como historia*, 2021, p. 21.

<sup>359</sup> CORTÉS ZULUETA, Concepción. *Sobre la historia de los cantos de las aves o los cantos de las aves como historia*, 2021, p. 21.

<sup>360</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005.

<sup>361</sup> SOUZA, Iara Maria de Almeida. Apresentação. *Reagregando o social. Uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. EDUFBA – EDUSC, Salvador - Bauru, 2012. 400 p.

os animais. Ou seja, os animais estão atuando na construção da pesquisa, impondo condições e provocando os humanos na definição de seus projetos.

Outra estratégia utilizada, principalmente para levantamento de mamíferos e aves, foi o de entrevistas com a população do parque e do entorno. Através dessas entrevistas, foi possível identificar espécies com características muito marcantes e conhecidas pela comunidade humana do parque por manterem com essas espécies uma relação mais próxima. É o caso, por exemplo, do mutum-de-bico-vermelho (*Crax blumenbachii*), endêmico da Mata Atlântica. Apesar de “não ter sido avistado nos trabalhos de campo, sua coloração negra e grande porte o torna inconfundível, por isso teve seu registro realizado através de entrevistas e confirmado através de dados bibliográficos (CORDEIRO, 2003).”<sup>362</sup>.

Nesse sentido, as centenas de animais registrados no Plano de Manejo do PESC tem diferentes tipos de agência<sup>363</sup> e interagiram com os pesquisadores. Alguns permitiram sua identificação, outros – mais furtivos - frustraram a possibilidade do encontro e forçaram os pesquisadores a procurarem por eles em outras formas de registro. A ação dos animais, embora não tenham, até onde se sabe, intencionalidade nas suas ações e não ajam com autoconsciência, modificam e condicionam processos históricos ambientais e humanos.

### 3.3.2 - Mamíferos e Aves no levantamento do Plano de Manejo do PESC

De acordo com as listas de espécies levantadas para o Plano de Manejo, alguns mamíferos e aves despertam interesse cinegético (tradicionalmente alvo de caça) e xerimbabo (animal de criação ou estimação). Nesta seção, optou-se por analisar apenas as listas de mamíferos e aves quanto ao “status” definido pelas listagens, devido à grande diversidade de espécies levantadas no Plano de Manejo como um todo. Embora o grupo das aves possuísse o maior número de espécies levantadas, a escolha se deu por apresentarem grande interesse da população no entorno do parque para uso cinegético ou xerimbabo.

---

<sup>362</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005, p. 164.

<sup>363</sup> PEARSON, Chris. *Beyond ‘resistance’: rethinking nonhuman agency for a ‘more-than-human’ world*. In: *European Review of History: Revue européenne d'histoire*, 22:5, set. 2015, p. 710.

<b>Aves de status cinegético:</b>	<i>Crypturellus soui</i> (Nambú)	<i>Ortalis guttata</i> (Aracuã)
	<i>Crypturellus tataupa</i> (Inhambu)	<i>Penelope superciliaris</i> (Jacupemba)
	<i>Rhynchotus rufescens</i> (Perdiz)	<i>Claravis pretiosa</i> (Pomba-espelho)
	<i>Tinamus solitarius</i> (Macuco)	<i>Columba cayennensis</i> (Pomba-galega)
	<i>Anas bahamensis</i> (Marreca-toicinho)	<i>Geotrygon montana</i> (Pariri)
	<i>Crax blumenbachii</i> (Mutum-de-bico-vermelho)	<i>Leptotila rufaxilla</i> (Juriti-gemeadeira)
<b>Aves de status xerimbabo:</b>	<i>Amazona amazonica</i> (Papagaio-do-mangue)	<i>Euphonia chlorotica</i> (Gaturamo)
	<i>Amazona rhodocorytha</i> (Chauá)	<i>Euphonia violácea</i> (Gaturamo-verdadeiro)
	<i>Aratinga aurea</i> (Jandaia-estrela)	<i>Gnorimopsar chopi</i> (Pássaro-preto)
	<i>Aratinga auricapilla</i> (Jandaia)	<i>Sicalis flaveola</i> (Canário-da-terra)
	<i>Brotogeris tirica</i> (Periquito-rico)	<i>Sporophila leucoptera</i> (Chorão)
	<i>Forpus xanthopterygius</i> (Tuim)	<i>Sporophila nigricollis</i> (Papa-capim)
	<i>Pyrrhura cruentata</i> (Fura-mato)	<i>Tangara seledon</i> (Saira-de-sete-cores)
	<i>Pteroglossus aracari</i> (Araçari)	<i>Volatinia jacarina</i> (Tiziu)
	<i>Ramphastos vitellinus</i> (Tucano-de-bico-preto)	<i>Turdus rufiventris</i> (Sabiá-poca)
<i>Turdus leucomelas</i> (Sabiá-branca)	<i>Dacnis cayana</i> (Sai-azul)	
<b>Mamíferos de status cinegético ou xerimbabo:</b>	<i>Pecari tajacu</i> (caaitu)	<i>Leopardus pardalis</i> (Jagatiri)
	<i>Euphractus sexcinctus</i> (tatu peba)	<i>Agouti paca</i> (Paca)
	<i>Dasypus novemcinctus</i> (Tatu verdadeiro)	<i>Dasyprocta</i> sp. (Cutia)
	<i>Puma concolor</i> (Onça-parda, suçuarana)	<i>Hydrochaeris</i> <i>Hydrochaeris</i> (Capivara)
	<i>Leopardus</i> sp. <i>tigrinus</i> (Mamoninha, gato mirim, librina)	

Tabela 2 - Aves e mamíferos cinegético/xerimbabo no Plano de Manejo do PESC.

Por um lado, o Plano de Manejo, no trecho dedicado à interpretação das listas de aves encontradas no PESC, dizia compreender a importância da caça de subsistência para a manutenção de diversas populações da região neotropical, assim como outras atividades extrativistas. Por outro lado, alertava sobre a proibição dessa atividade seriamente ameaçadora para a existência de muitas espécies endêmicas da Mata Atlântica e da região do PESC. “As aves classificadas como cinegéticas estão representadas no PESC por quatro famílias (Tinamidae, Cracidae, Columbidae e Anatidae). São os macucos, mutuns, pombos e marrecos, respectivamente, e sua caça é tradicional em diversas regiões do país.”<sup>364</sup>

<sup>364</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005, p. 164.

O grupo das aves contou com 208 espécies identificadas pelo levantamento do Plano de Manejo, seja por captura, avistamento, vocalização, entrevista ou por referências bibliográficas de trabalhos anteriormente realizados na região do parque. Na coluna “status” da listagem de aves, 26 espécies (12,5%) são descritas como endêmicas da Mata Atlântica, 20 espécies (10,4%) foram identificadas como xerimbabo, 12 (5,76%) sofrem pressão de caça para alimentação e 9 (4,33%) constam na lista oficial do IBAMA enquadradas em alguma categoria de ameaça.<sup>365</sup>

O tráfico de animais silvestres é o terceiro maior comércio ilegal do mundo, perdendo apenas para o tráfico de narcóticos e de armas, movimentando em torno de 10 a 20 bilhões de dólares por ano. Os preços das aves nesse mercado variam entre 60 mil dólares por indivíduo de arara-azul-de-lear, até 30 dólares por canários-da-terra. Estima-se a participação do Brasil com em torno de 5 a 15% do total global, podendo ser ainda maior, devido às dificuldades de contabilizar uma atividade ilegal.<sup>366</sup>

Dentre os animais silvestres comercializados no Brasil entre 1999 e 2000, 82% eram aves, compondo o impressionante número de 4 bilhões de aves por ano no país naqueles período<sup>367</sup>. Se as aves são os animais mais comercializados ilegalmente, a ordem dos *Passeriformes* representa cerca de 84% dessa classe, seguido dos *Psittaciformes* com 9,27% das espécies recebidas pelos Centros de Triagem de Animais Silvestres na Bahia no período de 2009 a 2019. Esses dados acompanham aqueles levantados pelo IBAMA para o país, divulgados em 2002<sup>368</sup>. A maior quantidade dos *Passeriformes* também ocorre por ser a ordem mais expressiva, compondo cerca de 59% das aves do mundo, com aproximadamente 5.739 espécies<sup>369</sup>, em grande variedade de cantos e plumagem.

Essa expressão tão elevada do comércio de aves ocorre não só pela questão cultural e apreciação estética, mas também pelo manejo da ave ser mais fácil que de outros animais, como mamíferos ou répteis, devido ao tamanho e peso. As espécies mais procuradas para captura e comercialização são as aves canoras e com plumagem exuberante e colorida. Já as espécies da família *Psittacidae*, como o papagaio-verdadeiro

<sup>365</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005, p. 163

<sup>366</sup> CAVALCANTI, Camila de Andrade Tenorio; NUNES, Vanessa dos Santos. O Tráfico da Avifauna no Nordeste Brasileiro e suas Consequências Socioambientais. *Revista de Ciência Veterinária e Saúde Pública*, v. 6, n. 2, 2019, p. 405-415.

<sup>367</sup> SILVA, Melissa Gogliath; RIBEIRO, Leandro Barros. O comércio ilegal põe e risco a diversidade das aves no Brasil. *Rev. Ciência e Cultura*, vol. 59, n. 4, São Paulo, 2007, p. 4.

<sup>368</sup> SANTOS et al. *Quantitative study of wild animals received at the Wild Animals Triage Center (CETAS) in Bahia and identification of trafficking routes. Brazilian Journal of Veterinary Research*, n. 41, 2021, p. 1-6.

<sup>369</sup> JÚNIOR, Jairo Menezes de Almeida. Tráfico de Aves em Território Brasileiro: uma revisão. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Biológicas). UNIFESP, São Paulo, 2021, p 12.

e o papagaio-do-mangue, também despertam grande interesse, devido à sua habilidade em imitar a voz humana, serem considerados inteligentes, belos e dóceis. No caso do PESC, as aves mais procuradas são as popularmente conhecidas como sabiá laranjeira, papa capim e canário da terra. Os machos são, em geral, os mais procurados, por comumente possuírem maior destaque das características mencionadas como atraentes para os humanos, agravando o desequilíbrio populacional e levando ao declínio da espécie.

A dificuldade em combater o tráfico de animais silvestres deve-se à sua associação com as desigualdades socioeconômicas no Brasil, levando em conta a geração de renda dessa atividade praticada também por pessoas em situações de vulnerabilidade social. Apesar disso, as redes do tráfico movimentam grandes somas de capital, retroalimentando a dinâmica do comércio ilegal, não podendo ser atribuído protagonismo à população mais pobre. No caso das aves, o aspecto econômico é reforçado por uma dimensão histórica e cultural profundamente arraigada, pois a exportação de aves tem sido uma prática acompanhante da colonização desde o século XVI, quando passarinhos e papagaios eram enviados à Portugal e constituíam um dos principais “produtos” coloniais<sup>370</sup>. Atualmente, cerca de 70% do comércio de animais silvestres é destinado ao comércio interno, tendo no estado da Bahia, juntamente com Pernambuco, Pará, Mato Grosso e Minas Gerais, seus principais fornecedores, enquanto nos estados do Sudeste e Sul estão os consumidores finais. A movimentação geográfica desse comércio ilegal é facilitada pelas rodovias interiores conectando diversos estados, como a BR-116 atravessando o país do Ceará ao Rio Grande do Sul e servindo como rota de escoamento de milhares de animais todos os anos. Nos registros da Bahia, as cidades próximas ou atravessadas por essa rodovia possuem os volumes recordes de tráfico de animais silvestres<sup>371</sup>.

A captura excessiva é a segunda maior causa da redução populacional de espécies de aves<sup>372</sup>, sendo a primeira causa associada ao desmatamento, pois significa perdas de abrigo, de locais para nidificação, diminuição do território e é uma fonte de estresse para espécies mais sensíveis. O prejuízo socioambiental causado pelo comércio da avifauna é, além de ecológico, também uma questão de saúde pública. O tráfico de aves têm um elevado potencial zoonótico, pois muitos patógenos das aves podem afetar também os

---

<sup>370</sup> BUENO, 1998 *apud* SANTOS, *Quantitative study of wild animals received at the Wild Animals Triage Center*, 2021.

<sup>371</sup> SANTOS, *Quantitative study of wild animals received at the Wild Animals Triage Center*, 2021, p. 4.

<sup>372</sup> SILVA; RIBEIRO, *O comércio ilegal põe e risco a diversidade das aves no Brasil*, 2007.

humanos. A clamidiose, por exemplo, é uma doença transmissível aos humanos através da inalação da bactéria *Chlamydophila psittaci* presente em fezes e secreções de aves infectadas. Considerando que o tráfico de aves comumente se dá em condições precárias de higiene, com superpopulações em recintos pequenos e nenhuma preocupação com o bem-estar do animal, a disseminação dessa e de outras doenças é altamente provável<sup>373</sup>. Não por acaso, apenas 10% dos indivíduos chegam ao seu destino final.

Por outro lado, quando protegidas em seus habitats, as aves são essenciais na construção e perpetuação de sistemas ecológicos resilientes. O Plano de Manejo do PESC aponta, no tocante às aves, o seu papel de destaque na formação da paisagem e do território, bem como na manutenção de fragmentos florestais. Dada sua mobilidade e capacidade de percorrer grandes distâncias, as aves contribuem para a dispersão das espécies vegetais componentes dos fragmentos remanescentes. No caso do PESC, uma área de Capoeira (vegetação em estágio inicial de regeneração) exemplifica o processo de dispersão por zoocoria através da associação entre aves da família *Pipridae* com plantas da família *Melastomataceae*. Em decorrência disso, o pesquisador é levado a avaliar o protagonismo em potencial dessas aves para a regeneração da área, ao promoverem a interligação entre ambientes de mata em estágios mais conservados:

A área de amostragem supracitada (CPC) parece representar um corredor entre fragmentos próximos, pois a composição das espécies da área, muitas de ambiente de mata, mostra divergência quanto ao que se esperaria para uma área de capoeira, citando os piprídeos (*Pipra rubrocapilla* e *Machaeropterus regulus*), um tyrannídeo (*Rhytipterna simplex*) e um emberizídeo (*Tachyphonus cristatus*).<sup>374</sup>

Os seres vivos são cocriadores, junto a fatores abióticos, da paisagem local e das condições de sua própria existência, sendo possível observar aqui mais uma forma de agência animal. A mencionada contribuição na composição florística reflete-se, por sua vez, na formação e melhoria de habitats para si mesmo, para sua própria espécie e para outros animais. Quer dizer, uma corrente de ações das aves se interliga às necessidades das plantas da seguinte forma: a ave se alimenta do fruto e, ao se alimentar, carrega a semente para um local um pouco além de onde a planta mãe se encontra. Ao coletar o fruto em um local de mata e descartar a semente em uma área de capoeira, a ave está contribuindo com suas ações para a ampliação de uma área de mata, futuramente hábitat e alimento para si ou para outros indivíduos de sua e de diversas espécies. Desse modo, a

<sup>373</sup> CAVALCANTI; NUNES, O Tráfico da Avifauna no Nordeste Brasileiro, 2019.

<sup>374</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005, p. 166.

ave participa de redes de relacionamento entre animais e outros seres em conjuntos criadores das condições necessárias à sua vida na Terra.

A paisagem é entendida aqui como um artefato, ou melhor, como “formas de devir configuradas tencionalmente pelos partícipes ativos de todos os seres que, juntos constituem rítmica e mutuamente o mundo, por onde se movimentam e vibram como possibilidades de coexistência”<sup>375</sup>. Nesse processo de coexistir, isto é, de viver junto, de compartilhar espaços, lugares e relações, as agências de cada ser, seja humano, animal ou vegetal, gera efeitos recíprocos uns sobre os outros. Por isso chamamos a paisagem do parque de uma cocriação onde a biodiversidade se pluraliza. No caso do “reflorestamento” de uma área de capoeira, produzido por uma ave (*Piprideo*), como no exemplo citado acima, houve a composição de um ambiente que seria diferente em termos espaço temporais sem esse trabalho da ave, de modo a termos uma paisagem como um mundo coconstituído, de caráter artefactual, fruto de interações entre diferentes seres e formas de vida.

Quanto aos mamíferos, apenas os de pequeno porte foram registrados durante os trabalhos de campo para o levantamento do Plano de Manejo. As espécies de médio e pequeno porte foram registradas por outros meios, como as entrevistas (26 espécies), avistamento (8 espécies), bibliografia (1 espécie) e vocalização (1 espécie). No total, foram registradas 47 espécies de mamíferos, considerando as coletas de campo e também as ocorrências potenciais no PESC. Dessas, 11 espécies (23,4%) são endêmicas à Mata Atlântica geral ou específica ao sul da Bahia, 6 (12,7%) estão ameaçadas e 9 (19%) são espécies com interesse cinegético ou xerimbabo.

Dentre todas as espécies de mamíferos identificadas no PESC, uma delas chamou a atenção do pesquisador responsável por ser uma espécie rara para a região. Por isso, ele afirma ter sido esse o registro mais importante do levantamento: *Phyllomys sp.* (rato-de-espinho), capturado na área de capoeira. Ao contrário do esperado, a maioria dos mamíferos de pequeno porte foram capturados nessa área de capoeira caracterizada por uma vegetação menos diversa e com espécies vegetais pioneiras.

Vale ainda mencionar a menção à *Puma concolor* (onça-parda) na lista de espécies do parque com base em entrevistas constantes da bibliografia do Plano de Manejo, sendo estas fruto de pesquisas anteriores àquelas realizadas para o instrumento de gestão. Essa espécie não foi registrada na pesquisa de campo, mas a opção do pesquisador por manter

---

<sup>375</sup> VELDEN; SILVEIRA, Humanos e outros que humanos em paisagens multiespecíficas, 2021, p. 4.

a onça-parda na listagem dos animais do PESC, mesmo tendo sido registrado de forma tão tangencial, poderia indicar algum interesse especial na existência dessa espécie no parque. A onça-parda é uma espécie diferente da onça-pintada, mas ambas são mamíferos carnívoros de grande porte cuja presença é utilizada como indicadora de qualidade ecológica de uma área. A onça-pintada desempenha um papel chave nos ecossistemas nos quais ocorre, pois alimenta-se com uma variedade de mais de 85 espécies de animais, mantendo populações sob controle e indicando a presença desses outros animais na área. Por isso, a onça-pintada é compreendida a partir dos conceitos de espécies-chave, espécie guarda-chuva, espécie-indicadora e espécie-bandeira, por ocupar o topo da cadeia alimentar, ser sensível a perturbações ambientais e útil no monitoramento da qualidade do habitat<sup>376</sup>.

As pesquisas científicas sobre a onça-pintada, no Brasil, passaram a ter um aspecto sistemático e acadêmico apenas na segunda metade da década de 1970 e evoluíram *pari passu* com projetos de conservação. À medida que pesquisadores foram se especializando no estudo da espécie, unidades de conservação foram sendo criadas na busca por garantir espaços suficientemente amplos e com presas disponíveis para manter as populações de onças-pintadas. Parcerias entre pesquisadores, universidades, organizações não governamentais e órgãos do governo como o IBAMA e o ICMBio foram forjadas com o intuito de ampliar o conhecimento científico sobre a espécie e proteger os biomas nos quais ela ainda se fazia presente<sup>377</sup>.

No caso da Bahia, uma das iniciativas recentes para proteger a onça-pintada no bioma Mata Atlântica foi a realização do estudos populacionais e de conservação na RPPN Estação Veracel e no PARNA do Pau Brasil, no sul do estado, através do projeto Pró-Carnívoros<sup>378</sup>, iniciado na localidade em 2018. Além disso, o projeto Amigos da Onça: Grandes Predadores e Sociobiodiversidade, também executado pelo Pró-Carnívoros, foi aplicado na Bahia, desta vez no bioma Caatinga, norte do estado, em uma área de aproximadamente 9.000 km<sup>2</sup>. Esse projeto buscava promover a conservação tanto da onça-pintada quanto da onça-parda, por compreendê-las como espécies associadas,

---

<sup>376</sup> FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Lucas Gonçalves da. História, ciência e conservação da onça-pintada nos biomas brasileiros. Estudos Ibero-Americanos, v. 46, n. 1, Porto Alegre, jan.-abr. 2020, p. 1-18.

<sup>377</sup> FRANCO; SILVA, História, ciência e conservação da onça-pintada nos biomas brasileiros. 2020.

<sup>378</sup> OSCIP criada em 1996 como desdobramento das pesquisas realizadas por Peter Crawshaw a partir do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros (CENAP) em parceria com o IBAMA e, a partir de 2007, com o ICMBio (FRANCO; SILVA, História, ciência e conservação da onça-pintada nos biomas brasileiros. 2020, p. 8).

ambas criticamente ameaçadas. Os objetivos eram conhecer as espécies e suas presas, incentivar ações de desenvolvimento humano para a população local e conhecer as interações entre humanos e fauna silvestre. Um dos resultados foi a criação de duas novas unidades de conservação na região pelo ICMBio em 2018: a APA e o PARNA Boqueirão da Onça. Por estarem próximas a outros dois parques (Morro do Chapéu e Chapada Diamantina), as quatro UCs juntas formaram um “corredor ecológico de extrema relevância para a conservação das onças do bioma Caatinga”<sup>379</sup>.

Na verdade, a produção de conhecimento científico sobre a onça-pintada e outros grandes mamíferos carnívoros promoveu a mudança de perspectivas da conservação para essas espécies, passando da concepção de proteção de populações locais para a conservação em larga escala<sup>380</sup>, a partir de workshops de pesquisadores e conservacionistas. Isso visava garantir os recursos, o espaço necessário para a espécie e o fluxo gênico, pois pesquisas de genética e biologia molecular estabeleceram uma única espécie de onça-pintada e não a variedade de subespécies antes acreditadas. Ao promover a conservação em larga escala, o conceito de corredores ecológicos foi acionado por esses grupos reunidos em defesa da onça-pintada, tornando a espécie um dos motivos reforçadores da necessidade de adotar esse modelo nas estratégias e políticas ambientais brasileiras.

Desse modo, as pesquisas realizadas sobre os animais e a vegetação do PESC contribuíram para ressaltar a relevância da área protegida no cenário regional, nacional e global da conservação ambiental, como afirmado no material sobre o Corredor Central da Mata Atlântica produzido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). As informações indicadas anteriormente pelos resultados da parceria entre CEPLAC e NYBG, foram reforçadas pelas pesquisas para o Plano de Manejo. Segundo o MMA, “estudos de pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Cruz, durante a elaboração do plano de manejo do parque, registraram o maior número de espécies arbóreas já detectadas em uma área: 144 espécies de árvores, em apenas 1.000 m<sup>2</sup>”<sup>381</sup>. Portanto, novos dados sobre a biodiversidade local foram produzidos a partir dos encontros entre pesquisadores, animais e árvores, reposicionando o PESC na rede das políticas públicas ambientais, ampliando suas possibilidades de manutenção como uma unidade de conservação de proteção integral.

---

<sup>379</sup> FRANCO; SILVA, História, ciência e conservação da onça-pintada nos biomas brasileiros. 2020, p. 11.

<sup>380</sup> FRANCO; SILVA, História, ciência e conservação da onça-pintada nos biomas brasileiros. 2020, p. 11.

<sup>381</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O Corredor Central da Mata Atlântica, 2006, p. 28.

As relações entre pesquisadores e animais não humanos foram interpretadas como coproduzidas por animais que “demonstram agência quando influenciam, estabelecem e sustentam intenções a atividades humanas.”<sup>382</sup>. O território, ecologicamente considerado, é um campo de relações, associações frutos das interações e adaptações recíprocas entre os diversos seres, humanos e não humanos, bióticos e abióticos, nem sempre de forma harmônica, mas sempre provocando os agentes a mudanças e reformulações de estratégias, em seus próprios ritmos.

O Plano de Manejo do PESC pode ser aparentemente um documento descritivo, mas suas descrições estão permeadas de concepções sobre natureza e cultura, de relações entre a produção do conhecimento científico e a participação dos animais e de interesses políticos orientadores da criação da UC ao postular a relevância da área. Devemos considerar o Plano de Manejo também como um horizonte de possibilidades para a ação humana, portanto, para o estabelecimento de novas relações com outros animais, atualizando e recolocando as questões aqui pontuadas. Em suma, as agências animais passadas contribuíram na implementação do PESC, unindo-se aos pesquisadores na tentativa de superar as contradições do desenvolvimento sustentável, abrindo caminho para os projetos de conservação e, assim, projetaram-se no futuro do território.

### **3.4 - Respostas dos moradores: negociações e resistências**

O PESC foi criado através de um decreto estadual, atendendo a demandas de ambientalistas como medida compensatória da rodovia BA 001. Mas os moradores não foram ouvidos e não houve um processo de diálogo, negociações e engajamento na pauta do parque com a população residente da área onde seria implantado. Um dos motivos foi o decreto do PESC datado de janeiro de 1997, antes da promulgação da Lei do SNUC, tornando obrigatório o processo de construção de UCs com participação social mais ampla.

Depois da criação do Parque no papel, ambientalistas e órgãos públicos passaram a conhecer a população residente e buscar incluí-la em espaços de discussão, pois isso era

---

<sup>382</sup> PEARSON, Chris. *Beyond 'resistance': rethinking nonhuman agency for a 'more-than-human' world*. In: *European Review of History: Revue européenne d'histoire*, 22:5, set. 2015, p. 713.

necessário para os planos de reterritorialização do lugar como área protegida. Esforços nesse sentido foram empreendidos com a formação do Conselho Gestor do PESC que, já acompanhando o SNUC, buscou a participação de representantes dos moradores. Estes, por sua vez, apresentavam pontos de vista variados, encaminhando tanto opções por reassentamentos, quanto resistências diante da perspectiva de mudança. Para os moradores em geral, o período de 1997 a 2002 foi marcado por insegurança jurídica sobre sua condição de moradores, risco de ser multado ou preso, conflitos pela extração de madeira e incertezas com relação ao futuro. Nem sempre era uma possibilidade plausível escolher entre as atividades econômicas para o sustento básico da família ou o cumprimento da lei ambiental restrita vigente sobre suas terras. Outras fontes de renda, como o emprego em fazendas da área também foram impossibilitadas, pois essas propriedades cessaram as atividades produtivas e não havia trabalho para todos os moradores nas fazendas próximas fora dos limites do Parque, ainda menos com as dificuldades de transporte locais.

Projetos de geração de renda foram iniciados por volta do ano 2001, por iniciativa de membros do IESB, através do incipiente Projeto Floresta Viva, depois consolidado no instituto. Mesmo com a grande importância desses projetos para a população local, por oferecer o pagamento por serviços de produção de mudas, plantio e reflorestamento, o caráter intermitente contribuiu para aumentar o sentimento de insegurança entre os moradores e, muitas vezes, a renda era insuficiente para suprir as despesas e necessidades das famílias.

Dificuldades culturais atingiram até os agricultores que conseguiram emprego permanente ou temporário em fazendas da região. Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, relataram como foi difícil deixar de trabalhar na sua própria terra, onde tinham autonomia, determinando os horários de trabalho e produtividade com base nas necessidades da família, e passar a obedecer ordens de outras pessoas, numa condição de subalternos à qual não estavam adaptados, vista como opressora e humilhante.

[...] em minha opinião o mais difícil de ter que acostumar é deixar de ser patrão pra ser funcionário. Foi a pior coisa que nós teve, nós tivemos que... que superar e também tivemos que acostumar. Por exemplo, você ter horário pra começar a trabalhar, você trabalhando no que é seu, você mesmo dá suas ordem, você sabe o que você vai fazer, você já sabe quanto, você determina quanto você quer ganhar.<sup>383</sup>

---

<sup>383</sup> MIGUEL. Entrevista com a autora, 10 de outubro de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

Quer dizer, a reconfiguração do território carrega dimensões simbólicas e culturais perpetuantes, ao menos naqueles anos, de relações assimétricas e de desigualdade social características da modernidade capitalista nacional, atreladas, desse modo, ao projeto ambiental.

Antônio, liderança da Associação dos Moradores do Projeto de Assentamento Nova Vida, foi empregado temporariamente em uma fazenda próxima à sua antiga moradia – em Águas Claras -, quando da criação do PESC, pois sua terra ficou dentro dos limites do parque. Para ele, o desafio “número um de todos foi você ter que sair pra trabalhar fora pra poder sustentar a família”. Mesmo assim, ele contou com o incentivo de D. Otília, sua sogra e liderança de agricultores do Assentamento da Marambaia, em Itacaré, bastante atuante no Conselho da APA, para gestar uma proposta a ser reivindicada entre o grupo.

A primeira iniciativa do grupo de moradores do qual Antônio fazia parte foi a organização associativa:

Em 2002 a gente se organizou, através da associação que até já existia numa região chamada Tesouras e a gente se uniu com o pessoal da Tesouras e reativou uma associação que tava desativada. Na época o nome foi Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Tesouras. [...] e aí foi correr atrás dos nossos direitos.<sup>384</sup>

Começaram, assim, a pautar a necessidade de reassentamento dos moradores do PESC. Inicialmente, demandaram indenizações pelas posses, mas os valores oferecidos pelo governo eram bastante reduzidos, pois consideravam apenas os investimentos feitos em benfeitorias, itens com mais valor de uso para as famílias do que valor de mercado. Por isso, o grupo mudou a estratégia e passou a reivindicar também o reassentamento das famílias em outras áreas, onde pudessem prosseguir suas atividades na agricultura, já que “ir para a cidade não ia dar certo, por que são agricultores”<sup>385</sup>. Ao fazer sua leitura de contexto, esse grupo entendia haver um custo muito alto em termos culturais e socioeconômicos caso empreendessem a mudança de um ambiente rural florestado para um ambiente urbano.

Por volta do ano de 2002, as comunidades de residentes do PESC foram convidadas a participar de uma reunião com representantes de órgãos do governo e de diversas organizações da sociedade civil, a fim de discutirem a implementação da UC e

---

<sup>384</sup> ANTÔNIO. Entrevista com a autora, 29 de setembro de 2022, PA Nova Vida, Itacaré, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>385</sup> ANTÔNIO. Entrevista com a autora, 29 de setembro de 2022, PA Nova Vida, Itacaré, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

regularização fundiária do Parque. Segundo Antônio, essa reunião teria sido o início do processo de reassentamento, quando “a gente botou na mesa o interesse de ser realocado para uma outra área”, fortalecendo a atuação dos moradores no sentido de protagonizar as estratégias territoriais. A partir daí, o INCRA foi acionado para avaliar as possibilidades e propôs a cada comunidade apontar uma área para desapropriação, pois a reivindicação da terra deveria partir da população. Devido a conflitos políticos, deliberou-se a indicação pelas prefeituras municipais de fazendas dentro de seus limites para cada comunidade. Ou seja, as comunidades de Tesouras e Águas Claras, pertencentes a Itacaré, deveriam ser reassentadas para outra área dentro desse município, e o mesmo deveria ser feito com relação às comunidades de Uruçuca e Ilhéus dentro dos limites do PESC.

Entre 2002 e 2006, Antônio e outros moradores da Associação passaram a cumprir os ritos burocráticos para a conquista do assentamento pelo INCRA, como visitar sedes de órgãos governamentais em Brasília e Salvador, coletar assinaturas de moradores e de autoridades, acampar nas proximidades da terra pleiteada e manter o grupo coeso. Esses foram desafios de grande importância na trajetória das famílias de agricultores, que precisaram desenvolver novas habilidades e enfrentar adversidades em diversas frentes para vencer a luta pelo território. Nesse processo de luta e aprendizado, contaram com o apoio técnico da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG-BA), contribuindo para fortalecer o sentido comunitário e associativo. Alguns ritos do processo de assentamento são lembrados como momentos emblemáticos dessa conquista que reforçaram o pertencimento à nova terra, como o dia em que as chaves da fazenda Vale Negro foram finalmente entregues aos moradores da Associação. Depois disso, ele rebatizaram o lugar de Assentamento Nova Vida.

Ao refletir sobre as mudanças que ocorreram em suas vidas após a chegada do Parque, Antônio e Paula, moradores do PA Nova Vida, avaliaram que houve mais aspectos positivos. Apesar das dificuldades nos primeiros anos, a conquista da nova terra trouxe a possibilidade do plantio de cacau, um sonho manifestado pela maioria dos moradores da região. Nas palavras de Antônio:

Pra mim, foi melhor, por conta de uma coisa que eu nunca tinha, uma área de cacau, né. A gente conhecia cacau na fazenda dos outros e hoje a gente passou, cada um tem hoje aqui, é... do projeto nós temos 4 hectares e meia, que já tinha na fazenda na época. Foi dividido... Cada um, 4 e meia, mais o que a gente já plantou. Então já hoje a gente tem uma arezinha, a renda já é melhor, a questão

dos terrenos já é melhor... então eu digo assim... a vida eu acho que transformou pra melhor.<sup>386</sup>

A experiência agrícola na sua posse anterior, era baseada na extração de piaçava para confecção de vassouras, de seringa, de coco e o plantio de alguns gêneros alimentícios para consumo familiar. A terra “era meia fraca, era muita areia, muito arenosa”, o que dificultava o plantio do cacau, produto com maior valor no mercado regional.

O abastecimento de água, que é realizado no assentamento por meio de um sistema utilizando a força da gravidade para conduzir água até as casas, partindo de uma das quatro nascentes da área, é mais um elemento a contribuir nesse sentido. Antes, na comunidade de Águas Claras, os moradores buscavam água em uma fonte, utilizando baldes que levavam a pé até as casas para uso cotidiano. A construção de casas para as famílias dos assentados com recursos estatais para a reforma agrária é relatado como mais um ponto positivo da nova configuração, apesar de também ter demandado novas lutas dos moradores e ter demorado alguns anos para sua conclusão. Por isso, com a mudança para o assentamento, o acesso a recursos hídricos e a possibilidade de produção de espécies agrícolas econômica e culturalmente mais valorizadas significou um ganho em qualidade de vida para esse grupo, levando a uma percepção mais satisfatória do processo de reterritorialização.

Contudo, foi necessário desenvolver novos modos de vida, que incluíam a organização social baseada na submissão ao coletivo e às regras de uso do solo. Esse processo abarcou outros desafios que se prolongam até a atualidade, como casos de moradores da PA Nova Vida que não se adaptaram à diminuição do espaço para algumas liberdades individuais. Antes, detinham maior autonomia para deliberar sobre as próprias atividades produtivas, como a extração de madeira e essências florestais. Esse é um ponto sensível que as lideranças comunitárias afirmaram enfrentar. Quer dizer, a mudança de território inclui novas relações e significações socioculturais que estão atreladas à materialidade da terra e às normas de governança local.

Experiência mais ambígua é relatada por Ana, cuja narrativa traz aspectos de melhoria na qualidade de vida pessoal, sem deixar de destacar sentimentos de raiva e angústia para vizinhos e membros da sua família. Com a implementação do PESC, Ana foi contratada pelo parque e depois pela empresa terceirizada para realizar serviços gerais

---

<sup>386</sup> ANTÔNIO. Entrevista com a autora, 29 de setembro de 2022, PA Nova Vida, Itacaré, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

na sede da UC, de modo que ela teve seu primeiro e único emprego com carteira assinada aos 32 anos, no qual permanece ainda hoje. Ao refletir sobre a vida antes e depois da chegada do parque, ela diz que

Era uma vida sofrida! Antigamente, não tinha carro, não tinha escola pra gente estudar, meu pai tirou 8 filhos da cidade e veio pra cá, a gente ficou sem estudar. [...] Depois foi melhorando, aí depois veio a criação do parque, melhorou pra mim, por que eu tive trabalho, né, tive um emprego de carteira assinada, e de lá pra cá as coisas só foi melhorando, graças a Deus!<sup>387</sup>

Porém, se para ela o trabalho significou um ganho pessoal, para os demais que não tiveram a mesma oportunidade, a criação do parque significou a perda das terras e seu modo de vida, com as ameaças por descumprimento da legislação ambiental nas atividades produtivas, na desapropriação, nos baixos valores das indenizações e a “saudade do lugarzinho” onde estavam ancoradas as referências constituintes da personalidade humana. As terras de sua família pertenciam à tia, que havia cedido a casa para acomodar a família de agricultores e, por isso, o pai de Ana não recebeu a indenização e ficou residindo no local mesmo após a desapropriação. Isso levou a um conflito com outros moradores após o qual “meu pai não pôde mais voltar nem pra pegar as roupas, ele tem muita raiva das pessoas do parque, tem muita raiva do parque”<sup>388</sup>.

A possibilidade do reassentamento para a família de Ana, segundo o seu relato, não foi aceita devido à distância e o desconhecimento da região oferecida e, por isso, as consequências e estratégias adotadas para a reorganização após a criação do parque foram diferentes. A família foi, aos poucos, migrando para área urbana na vila de Serra Grande, e se afastando do modo de vida rural que tinha antes. Desse modo, a percepção ambígua sobre melhorias ou deterioração da qualidade de vida ficou marcada pelo saudosismo e apego a aspectos da infância e juventude atravessados pelos desafios dos primeiros anos do PESC. A possibilidade de continuar trabalhando no local, representa a conexão entre as duas fases que significam sua história pessoal:

Eu não me vejo trabalhando em outro canto, eu gosto muito dali. Ali tá minha raiz, né, tipo assim, todo mundo saiu, mas eu não saí, eu tô lá desde quando... desde [19]93 que eu tô ali. Então, assim, se eu arrumar um emprego em outro canto é tipo que minha história ficou pra trás.<sup>389</sup>

<sup>387</sup> ANA. Entrevista com a autora, 25 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>388</sup> ANA. Entrevista com a autora, 25 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>389</sup> ANA. Entrevista com a autora, 25 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

Outro caso exemplar foi o da família de Pedro, Miguel e Maria, três irmãos que cresceram em uma fazenda atravessada pela estrada que liga Serra Grande a Uruçuca e hoje faz parte do parque. Os dois irmãos, assim como muitos outros moradores da área, trabalhavam como madeireiros e mantiveram essa atividade por alguns anos após a criação do PESC, conforme aprenderam com seu pai e tios. Maria, com 38 anos na época da entrevista, contou que, quando criança, praticava agricultura junto a outros membros da família e ajudava os irmãos em trabalhos com a lenha, por exemplo. Para eles, antes da chegada do parque havia muitas dificuldades inerentes ao modo de vida rural: transporte, educação, conforto doméstico. A infância é lembrada como permeada por trabalho e privações, mas também por momentos de lazer e liberdade nos rios e matas do local. Com a criação da UC, não foi possível deixar de imediato a prática do corte de árvores para venda de madeiras, pois era a principal fonte de renda da família. Por causa disso, os irmãos tiveram embates com a fiscalização da polícia ambiental e com gestores do parque, resultando em denúncias, apreensões e ameaças de judicialização. Apesar de não terem sido presos, disseram que tinham muito medo, pois sabiam ser uma possibilidade.

A família recebeu proposta de indenização e reassentamento, mas essa opção não foi aceita por eles, já que o valor era baixo e a nova terra seria distante, no município de Wenceslau Guimarães, onde não conheciam a qualidade da área e não tinham rede de apoio. Diante das possibilidades de futuro vislumbradas pela família, aquela não era uma opção viável. Por isso, a estratégia seguida nos anos seguintes, foi a busca de trabalhos temporários em outras fazendas no entorno do parque e a entrada nos programas de reflorestamento desenvolvidos pelo IFV. A irmã, Maria, migrou para a cidade do Rio de Janeiro aos 15 anos, em busca de oportunidades fora do campo, assim como outros irmãos que foram partindo para as cidades mais próximas. Há cerca de 10 anos, depois de exercer diversos trabalhos urbanos na construção civil, em padarias e na prefeitura, Pedro foi convidado a realizar um treinamento e foi contratado pela empresa responsável pela vigilância do parque. Assim, conquistou um cargo na função de vigilante, mas também contribuiu para atividades de educação ambiental e auxiliou na realização de pesquisas na UC, já que é um profundo conhecedor da fauna e flora local, a partir da sua experiência de vida e trabalho de madeireiro. Como dito por ele:

Devido a convivência com a natureza, desde pequeno fui criado na roça, isso pra mim foi muito bom e eu creio que melhor ainda pro parque, porque todo

mundo chega lá e me procura, quer ir na trilha, quer conhecer a respeito de uma árvore, alguma planta que eu sei, eu to sempre explicando.<sup>390</sup>

Assim como ele, seu irmão Miguel, hoje com 39 anos, deixou de realizar atividades rurais, passou por diversas ocupações e, com a participação nos programas de reflorestamento, se aproximou do IFV até que foi contratado em caráter permanente pela instituição. Essa mudança é marcante na narrativa da sua história de vida, valorizada pelo aprendizado de novas formas de viver em relação com “a natureza”:

Ah! Eu me sinto muito bem hoje, graças a Deus, né! Saber que naquele tempo eu destruí uma floresta e hoje eu construo uma floresta, que a gente trabalha com reflorestamento, reprodução de mudas, recuperação de área degradada, APP. Então a gente hoje constrói uma floresta. Hoje é preservando a natureza, né!<sup>391</sup>

Com esses relatos observamos que o emprego no parque e a valorização do conhecimento popular foram importantes mecanismos para inclusão da população na conservação, na atenuação dos conflitos entre a instituição e os moradores e na melhoria da qualidade de vida, gerando uma relação que fortalece a UC. Mesmo assim, a insatisfação com as baixas indenizações oferecidas aparecem também nesses casos, de modo que a família resiste a deixar a propriedade e mantém o hábito de frequentar o lugar, marcando a posse da área, na esperança de que uma oferta melhor seja oferecida pelo governo para regularização fundiária do Parque. Como avaliado foi Maria:

Só não concordei nessa parte de querer desapropriar o povo a troco de mixaria, isso aí eu não concordei não, não concordo, não. Mas pela parte de preservação eu concordo com eles, isso aí eu apoio. [...] Por que não tamo preservando somente as plantas, tamos preservando nossa própria vida do futuro, a dos animais, a das plantas e ajudando até mesmo a preservar o meio ambiente. [...] Tamos aportando um graninho, um granito de areia para que futuramente não seja nosso país passando pelas secas como muitos outros<sup>392</sup>.

Nesse trecho, chama a atenção que a estratégia discursiva envolve posicionar-se contra os valores das indenizações, mas incluindo ideias conservacionistas, afastando o argumento comum de que as pessoas mais pobres são as mais devastadoras, que agem sem consciência ambiental ou em detrimento da “natureza”. Os irmãos se colocaram a todo momento a favor da preservação, mas com a condição de que não sejam suas famílias as únicas a suportarem o ônus da criação do Parque, perdendo os direitos sobre a terra

<sup>390</sup> PEDRO. Entrevista com a autora, 16 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>391</sup> PEDRO. Entrevista com a autora, 16 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>392</sup> MARIA. Entrevista com a autora, 10 de outubro de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

sem que sejam compensados à altura dos recursos dos quais abriram mão. Conhecimentos sobre meio ambiente, natureza e ambientalismo, adquiridos ao longo dos anos de convivência com o parque e seus atores, transparecem durante as narrativas, fazendo uso de conceitos e categorias importantes ao estilo de pensamento do desenvolvimento sustentável. Isso aponta para mais uma dimensão transformadora da UC na região, através da educação ambiental, que se reflete nas estratégias de articulação territorial de cada grupo e indivíduo.

Casos mais extremos de dificuldades e insatisfação foram vivenciados por outros moradores que, diferentemente dos mencionados acima, não se vincularam à reforma agrária e tampouco foram empregados para atividades no parque ou na sua conservação. Para Francisco, o caminho possível foi a resistência ativa, prosseguindo com atividades de agricultura, extração de madeira e piaçava, e a tentativa de vender partes da sua posse dentro do parque, frustradas por denúncias de outros moradores e vigilantes da UC. A área onde vive com sua família pertencia ao pai, que foi indenizado com um valor considerado muito baixo para a extensão da posse, o que inviabilizou a compra de outra propriedade semelhante fora dos limites do parque.

Em decorrência disso, assim como outros vizinhos, continuaram a viver no local e buscando alternativas de sobrevivência nem sempre adequadas à nova configuração territorial. Embora relate ter realizado curso de guarda florestal, não chegou a ser contratado para essa função e, por isso, afirma que a maior dificuldade com a chegada do parque foi conseguir emprego. Diferentemente de alguns dos seus irmãos, que foram “trabalhar fora”, ele ficou ali, “enfrentando, digamos assim, os conflitos deles, com polícia e tudo”. Por outro lado, apesar das atividades que continuou praticando por necessidade, argumenta que contribuiu para a preservação da área com atividades de reflorestamento e de vigilância, já que madeireiros e caçadores não entram na área que ele ocupa por saberem haver pessoas morando ali e se torna mais arriscado:

Eles [madeireiros] não entra por que tem gente morando. Preservando e trabalhando sem ganhar nada, sem direito a nada, no caso o guarda lá, eu sou um guarda porque estando lá 24 horas eu sou um guarda praticamente.<sup>393</sup>

Francisco conta que seu maior desejo é conseguir sair da área, pois os conflitos ambientais territoriais dificultam muito a vida no lugar. A vida antes do parque era vista como “boa” para os “nativos”, por que havia trabalho e renda, e “ruim” para a floresta

---

<sup>393</sup> FRANCISCO. Entrevista com a autora, 04 de novembro de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

que estava sofrendo desmatamento e caça. Após a chegada do PESC os polos da relação foram invertidos, e a vida ficou ruim para os “nativos”, que teriam inclusive passado a trabalhar na preservação sem remuneração, e ficou “boa” para a floresta, que estaria “mais refeita”. Essa relação é, em termos gerais, desvantajosa para a conservação no PESC, pois mantém natureza e cultura como polos antagônicos, ao invés de promover modos de coexistência que contribuem para o desenvolvimento mútuo.

Quer dizer, a configuração da área passou de comunidade agrícola familiar para unidade de conservação gerida pelo estado, transformando a trajetória dos moradores, diante das possibilidades apresentadas em cada contexto pessoal e familiar, das escolhas possíveis e das desigualdades que são causas e consequências do processo de reterritorialização. Em termos de antes e depois do parque para os moradores, são mencionadas mudanças na paisagem de um ambiente rural para florestal, nos afetos entre membros da comunidade e elementos que passaram a compor lugares de memória, e a percepção de um passado de fartura de alimentos *versus* a atual dependência do mercado e do dinheiro.

Ao analisar a relação entre conservação da biodiversidade e pobreza da população no entorno do PESC, antes e após sua criação, Patrícia Pimentel<sup>394</sup> informa que, apesar de não existirem dados específicos sobre essa população anteriormente à implementação do Parque, foi possível observar uma tendência a maior vulnerabilidade social das famílias mais próximas da área protegida. Ou seja, diferentemente do esperado pelo projeto e pelo Plano de Manejo do PESC, as famílias que vivem geograficamente próximas não foram geralmente beneficiadas sob o ponto de vista da renda e também não experimentaram incremento de serviços públicos como estradas, transporte, energia elétrica, assistência médica e escola. Ainda que tenham acesso a alimentos e água de qualidade, outros itens importantes para alívio da pobreza não estavam disponíveis, perfazendo cerca de 70% da população com algum tipo de vulnerabilidade social.

Em termos de renda, a pesquisa apontou que não houve um crescimento imediato, sendo que, na verdade, diminuiu no período entre 2000 e 2004, ocorrendo um pequeno aumento entre 2010 e 2014. Segundo a autora,

Havia uma hipótese de que as famílias que vivem em comunidades mais próximas ao PESC teriam uma maior assistência do poder público e das organizações não governamentais que atuam na região, tendo em vista as ações propostas no Plano de Manejo para a zona de amortecimento (raio de 0 a 5

---

<sup>394</sup> PIMENTEL, Conservação da Biodiversidade e Pobreza no Parque Estadual da Serra do Conduru, 2016.

km). No entanto, o que se observa é que a renda mediana das famílias próximas (R\$ 269,05) é menor do que das famílias situadas mais distantes (R\$ 272).<sup>395</sup>

Ainda que a pesquisa tenha apontado no sentido do empobrecimento em decorrência da proximidade do PESC e maior impacto na limitação do uso dos recursos naturais, a autora alerta ser necessário manter ressalvas nessa afirmação, pois os dados subsidiando a análise são, por vezes, inconsistentes, e a diferença de renda obtida é pequena. Além disso, os dados sobre renda levantados na pesquisa, mostraram uma queda nos primeiros anos de criação do parque, mas uma elevação nos anos posteriores, sugerindo ter ocorrido uma reorganização espacial e socioeconômica, acomodando, em parte, as diferenças no território antes e após a criação da UC.

Por outro lado, a mesma autora aponta que houve um aumento de mais de 20% da cobertura florestal na área do parque e seu entorno, assim como diminuição das áreas de cacau cabruca e de outros tipos de áreas antropizadas, atribuíveis à implementação do Plano de Manejo, com ações de fiscalização e reflorestamento. Ou seja, a pesquisa aponta impactos negativos sobre a qualidade de vida da população mais próxima no período imediatamente posterior à criação do PESC, mas um aumento da cobertura florestal. Dados do MapBiomas para o ano de 2021, apresentam um ligeira redução da cobertura florestal. A divergência pode ser atribuída a diferenças de metodologia da análise de cobertura do solo. De todo modo, podemos afirmar uma redução no desmatamento e uma manutenção florestal significativa no interior e entorno das UCs, quando comparados o período anterior e posterior à criação de unidades de conservação na área<sup>396</sup>.

---

<sup>395</sup> PIMENTEL, Conservação da Biodiversidade e Pobreza no Parque Estadual da Serra do Conduru, 2016, p. 98.

<sup>396</sup> Para visualização da cobertura florestal dentro da poligonal do PESC, ver a Figura 2, na página 14 (Introdução) desta dissertação.

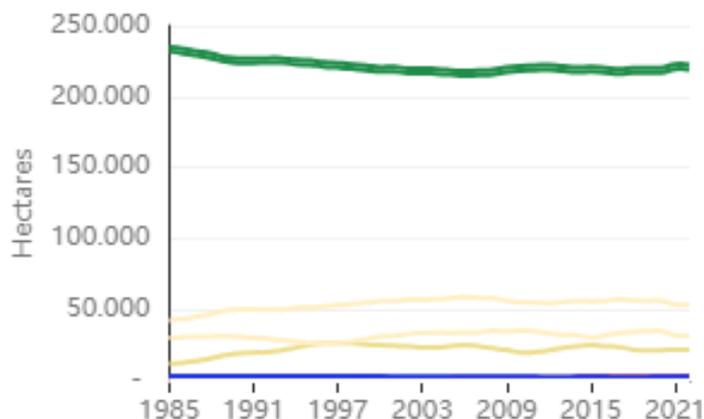


Figura 7 – Gráfico de cobertura e uso do solo por hectare de 1985 a 2021. Fonte: MapBiomias, coleção 8, 2023.

O gráfico acima apresenta a quantidade de hectares florestadas nos municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca no período de 1985 a 2021. No início do período aferido, havia cerca de 234 mil hectares de florestas, caindo para 217 mil hectares entre as décadas de 1990 e 2000. A partir de 2010, aproximadamente, começa um período de gradativa recuperação da Mata Atlântica regional, chegando a 223 mil hectares em 2021.

Anos após a implementação do PESC e da APA, com a acomodação e reterritorialização, pesquisas<sup>397</sup> indicaram um elevado “índice de felicidade”, pelo menos entre os habitantes de Serra Grande, corroborando o pressuposto de que “o ambiente ecologicamente equilibrado melhora a qualidade de vida”. Portanto, as conclusões possíveis com os relatos analisados nesta dissertação vão ao encontro da pesquisa sobre conservação da biodiversidade e pobreza no PESC, de que os moradores locais arcaram com o ônus da preservação, mas os efeitos foram ambíguos e diversos se considerados caso a caso.

## Conclusão

A implementação do PESC foi viabilizada com os recursos e diretrizes do Projeto Corredores Ecológicos para a criação do Corredor Central da Mata Atlântica, uma iniciativa que encampou a necessidade de uma unidade de conservação de proteção

<sup>397</sup> SILVA, Fabiana Santos da. FELICIDADE INTERNA BRUTA – SERRA GRANDE. Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade – IPÊ.

integral na região entre Ilhéus e Itacaré, dados os altos índices de biodiversidade nesses remanescentes florestais. Com recursos do Projeto para o CCMA, somados àqueles do CEPF, foi possível desenvolver ações de implementação no período entre 2003 e 2007, aproximadamente. Funcionários foram treinados e contratados para cargos de vigilância e serviços gerais no PESC, sendo priorizados moradores da UC ou do entorno; o Conselho Gestor do parque foi criado, a partir da experiência com gestão participativa desenvolvida pelos conselheiros da APA; parcerias institucionais foram firmadas para elaborar e aplicar estratégias de fiscalização visando conter o desmatamento e a caça dentro do parque. Sem esses recursos ou sem a priorização da área pelo Projeto Corredores Ecológicos, certamente o PESC teria encontrado maiores dificuldades para sua implementação.

A realização do Plano de Manejo do PESC também foi possível por meio desses recursos. Os estudos que informaram o Plano abordaram as ações de animais e outros seres que também habitavam a área, tornando sua participação uma condição importante na definição das perspectivas de futuro para o território. O reconhecimento dos não humanos foi possível a partir de convergências específicas entre pesquisadores especializados nesses encontros com cada espécie e com a produção de conhecimento científico sobre elas através de trajetórias históricas. Com as listas de animais, principalmente as espécies com algum nível de endemismo, os pesquisadores se tornaram seus porta-vozes e o parque foi reforçado como sua condição de sobrevivência. Isso foi importante para dar ao PESC a chance de superar os conflitos que se espalharam nos anos seguintes.

As ações de implementação aprofundaram as mudanças no território, diante das quais os moradores precisaram buscar alternativas de sobrevivência e reterritorialização em outras áreas. Dada a escassez de recursos estatais disponibilizados para efetivar as indenizações e o reassentamento, as dificuldades experimentadas pelos moradores com as restrições impostas pela institucionalização do parque se estenderam por mais tempo. No começo da década de 2000, houve grupos que reivindicaram e conquistaram o reassentamento junto ao INCRA; houve aqueles que aceitaram as indenizações, mesmo considerando-as baixas; houve os que foram empregados no próprio parque ou em outros locais próximos e com isso migraram para área urbana ou em torno da UC. Outros caminhos foram seguidos por famílias que não tiveram acesso a indenizações, reassentamento ou emprego, dentro do espectro maior ou menor de possibilidades acessadas por cada pessoa. Todos precisaram lidar com muitos desafios, desenvolver

novas relações com o território, alterar seus modos de vida e, em muitos casos, elaborar enfrentamentos diante de conflitos e injustiças.

Por fim, de uma formação rural que concatenava florestas e roças, a paisagem passa a ser majoritariamente florestal, onde poucos residentes humanos ainda resistem aos processos de espólio de suas terras. O PESC não logrou apaziguar todos os conflitos, nem superar todas as contradições naqueles primeiros anos, mas alguns objetivos foram alcançados e os atores prosseguem a busca por estabilizar o território dentro da controvérsia entre conservação e sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Cipó caboclo tá subindo na virola  
Chegou a hora do pinheiro balançar  
Sentir o cheiro do mato, da imburana  
Descansar, morrer de sono na sombra  
da barriguda*

(Matança, Augusto Jatobá)<sup>398</sup>

A criação do Parque Estadual Serra do Conduru representa um marco significativo na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade da Mata Atlântica no sul da Bahia. Ao longo desta dissertação, exploramos os desafios enfrentados na concepção e implementação do parque, examinamos consequências socioambientais e discutimos a transformação do território com base em projetos de gestão sustentável. Ao longo dos anos, o PESC se firmou como lugar de preservação de ecossistemas, biodiversidade e recursos hídricos para as gerações presentes e vindouras. A jornada da criação desta UC foi apenas o começo de um compromisso contínuo a ser firmado entre humanos e outras espécies, a fim de produzir modos de coexistência para futuros em comum que possibilitem a continuidade da vida terrestre. Para isso, acreditamos ser indispensável o aperfeiçoamento de políticas eficazes de conservação.

Com o intuito de analisarmos os motivos que dificultaram a implementação do PESC, buscamos compreender conflitos, contradições e controvérsias no seu processo de criação. Partimos de debates e metodologias da História Ambiental para cotejar fontes escritas e orais na compreensão de aspectos políticos e socioambientais, protagonizados por diferentes atores humanos, plantas e animais. No período estudado, identificamos três fases de institucionalização. A primeira ocorreu de 1993 a 1996, entre a criação da APA Itacaré – Serra Grande e a proposta de criação do PESC. A segunda fase vai de 1997 a

---

<sup>398</sup> JATOBÁ, Augusto. Matança. In: Matança (JATOBÁ, Augusto). Brasil: Estúdio de Invenções, 1988. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XKoKHHNAzh4>>. Acesso em 06/11/2023.

2002, quando a APA foi implementada e funcionou como propulsora para implementação do Parque, cujas primeiras ações ocorreram na terceira fase analisada, de 2003 a 2006.

O principal conflito observado é pertinente à retirada das famílias de agricultores residentes no território que se tornou parque, fato, por sua vez, relacionado ao modelo de conservação previsto em unidades de proteção integral. O processo de criação do PESC foi permeado por conflitos ambientais territoriais entre ambientalistas, gestores, madeireiros, caçadores, moradores, empresários, plantas e animais. O modo acelerado para decretação do parque e a falta de discussão prévia com as comunidades contribuíram para a emergência dos embates. As ações de implementação da UC não foram suficientes para saná-los, mesmo porque as indenizações vinham lentamente e com valores que impossibilitavam a reprodução do modo de vida das famílias em outros lugares. Os conflitos se prolongaram, mas, com o passar dos anos, houve uma relativa estabilização das relações formadas através do Parque.

Para alguns autores, o modelo de conservação de proteção integral estaria em contradição com a perspectiva histórica de formação do território, ocupado muito tempo antes da institucionalização da área como unidade de conservação, sem a destruição da cobertura vegetal. Ao contrário, a biodiversidade pode ter sido incrementada pela população humana no longo tempo da sua interação com a floresta, através do manejo e domesticação de espécies vegetais e animais.

Porém, no contexto sul baiano do final da década de 1990, o panorama desenhado por ambientalistas da região indicava a produção de mudanças na paisagem com um prognóstico devastador para os remanescentes da Mata Atlântica. Na verdade, não se afirmava uma contradição essencialista entre comunidades humanas e conservação ambiental, tanto que grandes esforços foram empreendidos no sentido de implementar a APA Itacaré-Serra Grande, onde é permitido o uso direto do solo e recursos naturais. A questão estava voltada para a formação de um mosaico territorial combinando diferentes formas de conservação florestal, a fim de administrar o território propiciando a continuidade da biodiversidade local.

Além disso, havia contradições entre a sustentabilidade socioambiental e os programas de desenvolvimento. O governo que implementou as APAs na Bahia é o mesmo que propôs as obras da rodovia Ba001, atravessando a APA Itacaré – Serra Grande, com todas as consequências acarretadas por esse projeto. Estava sendo sobreposto o desenvolvimento econômico através do turismo em detrimento da

conservação ambiental. Parte disso foi resolvido com a proposta de criação do Parque, mas outras contradições vieram a reboque.

De fato, esses são pontos de uma controvérsia maior subjacente à noção de desenvolvimento sustentável. A controvérsia está fundamentada em três pilares principais de difícil conciliação. O primeiro é o modelo de desenvolvimento capitalista pressupondo crescimento econômico; o segundo é a conservação de ecossistemas e biodiversidade; o terceiro é a convivência entre comunidades humanas e espaço protegido.

Nos primeiros anos de implementação, os atores se engajam com o parque a fim de estabilizar o território em termos mais interessantes para si, buscando alternativas, negociando direitos e atribuindo papéis, dentro dos quadros possíveis, permeados por assimetrias e desigualdades. Nesse sentido, o governo baiano efetivou as obras do PRODETUR para a região sul e os agentes financiadores internacionais cumpriram metas de fomento à sustentabilidade em países em desenvolvimento. Gestores e ambientalistas insistiram em educação ambiental, fiscalização, financiamento de projetos e colocaram-se como porta-vozes da biodiversidade ameaçada. As famílias de agricultores seguiram caminhos variados, desde a saída forçada com ou sem indenização, até a organização coletiva de luta pela terra e conquista do novo assentamento. A comunidade de animais e plantas, por sua vez, resistiu às atividades de devastação histórica, participou de pesquisas propostas por cientistas de diversas áreas e expandiu sua cobertura nos anos seguintes à criação do parque, atestando e fundamentando a continuidade dessa UC. Antes mesmo do Projeto de Criação do PESC, o cacauero teve papel de destaque no território, adaptando-se às condições socioambientais da região sul da Bahia, propiciando a conservação florestal e influenciando a formação social.

Como resultado das ações de todos esses atores, o PESC foi instituído e a reterritorialização da área avançou no sentido da conservação. A paisagem passou de uma configuração rural-florestal para predominantemente florestal. Se os atores tivessem seguido outros caminhos, o resultado poderia ser diferente. O sucesso relativo na implementação das UCs não é dado *a priori*, mas sim como produto das redes configuradas pelas ações dos atores. As plantas, animais, governo, financiadores, ambientalistas, madeireiros e moradores atuaram para evitar que o PESC fosse dissolvido ou continuasse como “parque de papel”. Portanto, ao analisar a criação de uma unidade de conservação, é preciso considerar os contextos, estruturas e padrões históricos repetidos em outras UCs. Mas elementos particulares de cada caso precisam ser

sopesados, pois contingências históricas e ações individuais compõem parte importante da explicação.

Por outro lado, a APA e o PESC, fizeram parte de um movimento de proteção da Mata Atlântica no sul da Bahia muito específico às décadas de 1990 e 2000. A necessidade de criação de unidades de conservação, o modelo escolhido para cada área, os projetos turísticos lastreados no desenvolvimento sustentável com financiamento de capital estrangeiro, e os investimentos dos governos federal e estaduais na implementação do Projeto Corredores Ecológicos foram decisivos. Essas duas UC's não só modificaram o território, reformularam identidades e ressignificaram experiências passadas, mas também, e principalmente, alteraram perspectivas de futuros desejáveis para os diversos atores e grupos habitantes do lugar.

Segundo um dos ambientalistas atuantes no período, “o maior ganho ali foi um ganho geral no sentido do entendimento que o destino, o futuro de Serra Grande e o futuro de Itacaré, ele estava associado à preservação da sua paisagem florestal, sabe?”<sup>399</sup>. Desse modo, as UC's contribuíram para a difusão, o debate e as controvérsias sobre desenvolvimento sustentável, alterando a percepção sobre o passado e o futuro do lugar, bem como o papel da região no panorama global da conservação.

Inicialmente, nos propusemos a investigar como os atores ligados ao parque buscaram superar conflitos e contradições da institucionalização. Com o desenvolvimento da pesquisa, concluímos que o PESC não só superou algumas contradições - sendo ele mesmo produto de tentativas de conciliação de diferentes projetos aparentemente contraditórios -, como também seus atores trabalharam intensamente na estabilização de conflitos, com maior ou menor êxito. Porém, os desafios pelos quais passou a implementação dessa UC estão inseridos em uma controvérsia mais ampla, que envolve as dimensões e os limites do desenvolvimento sustentável. Como uma controvérsia em aberto, a coexistência entre desenvolvimento econômico, comunidades humanas e conservação de ecossistemas e biodiversidade são pilares cuja articulação é reiniciada a cada caso concreto de aplicação. Diretrizes de conservação e desenvolvimento sustentável são globalmente estipuladas, mas a realidade local e seu contexto histórico são decisivos no sentido do arranjo produzido.

De todo modo, a controvérsia que envolve o PESC não se fechou, novos conflitos e contradições se estendem após o período analisado, sugerindo outras frentes de estudos

---

<sup>399</sup> ARTAZA, Oscar. Entrevista com a autora, 10 de agosto de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

sobre o Parque, seus atores e efeitos. Nos anos subsequentes a 2006, estabeleceu-se um mercado turístico para a região entre Ilhéus e Itacaré, seguido por um influxo expressivo de “forasteiros” em busca de qualidade de vida em um local de praias e Mata Atlântica preservadas, provocando reconfigurações territoriais e culturais. Cientistas trabalham no Parque, transformando-o em um campo ou laboratório para pesquisas de biologia, ecologia e geografia. Analisar a presença recalcitrante das espécies botânicas “exóticas” ou “invasoras” em meio às áreas em regeneração do PESC, poderia contribuir para avaliar o processo de estabelecimento de uma área preservada. De modo semelhante, seria interessante refletir, em uma perspectiva historiográfica, sobre as concepções de “natureza” e “cultura” que animam as técnicas de manejo, demarcando quais espécies podem ou não habitar o parque<sup>400</sup>.

Ao concluirmos esta dissertação sobre o Parque Estadual Serra do Conduru, vislumbramos um horizonte repleto de aprendizado sobre as políticas ambientais e de novas perspectivas. A criação desse parque não apenas surgiu da luta intensa pela preservação da biodiversidade e dos ecossistemas únicos que caracterizam a região, mas também semeou o desenvolvimento sustentável e a sensibilidade ambiental. Com a implementação de estratégias de gestão participativa, educação ambiental engajadora e colaborações interinstitucionais, o parque se tornou uma referência no mosaico florestal da região sul da Bahia, com o potencial de inspirar outras iniciativas de conservação.

Portanto, o Parque Estadual Serra do Conduru não apenas resguarda o patrimônio natural do presente, mas também, com a trajetória percorrida até aqui, entre acertos e desacertos, sugere caminhos para um futuro possível de coexistências interespecíficas entre humanos e outros seres no território compartilhado. Mesmo que não seja uma solução definitiva, única ou total das questões socioambientais, o PESC já contribuiu e ainda tem muito a contribuir para manter a floresta viva.

---

<sup>400</sup> FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; DIAS, Marcia Cristina de Oliveira. Plantas exóticas, populações nativas: humanos e não humanos na paisagem de uma UC de Proteção Integral. *Tessituras*, v. 3, n. 1. Pelotas, jan./jun. 2015, p. 121-153.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Elizabeth Maciel de. Avaliação da Técnica de Amostragem “*Respondent-Driven Sampling*” na Estimação de Prevalências de Doenças Transmissíveis em Populações Organizadas em Redes Complexas. Dissertação (Mestrado em Ciências na Área de Saúde Pública) – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009, 99 p.

ALEXANDRE, Agripa Faria. Ambientalismo no Brasil: memória e cultura política. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; PEREIRA, Celso S.; ACCIOLY, Inny Bello; COSTA, Rafael N. Costa (orgs.). Pensamento Ambientalista numa sociedade em crise. NUPEM/UFRJ. Macaé, 2015, p. 37-54.

ALMEIDA, J.; FLEURY, L. Populações tradicionais e conservação ambiental. Rev. Bras. de Agroecologia, 2(3). 2007, p. 3-19.

ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. Dossiê Ciências Sociais e a Questão Ambiental. Sociologias, 16 (35). Abr./2014.

ANAYA, Felisa Cançado; SOUZA, Maria Cecília Freitas. Conflitos Ambientais Territoriais no Parque Nacional da Serra do Cipó. Rev. Desenvolvimento Social. Edição Especial, 2014, p. 23-31.

ANDRADE, Daniel Pereira. Rodadas históricas de neoliberalização no Brasil. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 12, n. 3. set. – dez. 2022, p. 675-708.

ANDRADE, J. C. S., RIBEIRO, M. T. F., GÓES, M. de F. B., VARGENS, E. da C. Conflitos e riscos socioambientais: análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais. Revista De Administração Pública, 37(2), 2003. p. 459 a 476. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6496>>.

ANDRÉ, Clayton. Abordagem historiográfica sobre a Reserva Biológica de Duas Bocas/Cariacica-ES (1912-1991). Dissertação - Mestrado em História Social da Relações Políticas. UFES, Vitória, 2012, 132 p.

ARRUDA, Gilmar; COLACIOS, Roger. Considerações sobre a ética-política na História (Ambiental): escalas e o presentismo da devastação. HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña, v.9, n.2 (2019), p. 64-94.

ASSUNÇÃO, Francisca Neta Andrade. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA BAHIA: Sujeitos e Práticas Sociais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). UNB: Brasília, jul. 2006, 476 p.

AYRES, Mary Lessa Alvim; DAEMON, Ilka Gonçalves; FERNANDES, Paulo Cesar Siruffo; OLIVEIRA, Roberta Junqueira de A. [equipe técnica]. PRODETUR: infraestrutura e seus reflexos no turismo [Folheto]. Rio de Janeiro: Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social, 1999, 6 p. Disponível em: <<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/16062>>.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira. Educação Ambiental Comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa *snowball*. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambiental, ISSN 1517-1256, v. 27. FURG-RS, jul-dez 2011, p. 46-60.

BARRETO, Marcelo. Parque Estadual da Serra do Conduru: histórico da criação, implementação e conflitos socioambientais. Dissertação (Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável) – IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. Uruçuca, Bahia. 2015, p. 135.

BARROS, José D'Assunção. História, Região e Espacialidade. Revista de História Regional 10(1): 95-129, Verão, 2005.

BENSON, Etienne S. *Animal Writes: Historiography, Disciplinarity and Animal Trace*. In: KALOF, L.; MONTGOMERY, G. M., (Eds.). *Making Animal Meaning*. Michigan State University Press. p. 3-16.

BERENSTEIN, Symona Gropper. Ecoturismo e Comunicação: quem não se comunica e trumbica. (Coleção Selo Turismo). Salvador : Secretaria de Cultura e Turismo, 2002, 192p.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da História ou O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 96.

BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. *The Shock of the Anthropocene. The Earth, History and Us*. Trad.: David Fernbach. Londres e Nova York, 2016.

BOTELLA-RODRÍGUEZ, Elisa; PICADO-UMAÑA, Wilson. *Campesinos antiecológicos. Política de tierras y conservación de bosques en Costa Rica contemporánea*. Stud. hist. H<sup>a</sup> cot., 40, 2022, p. 63-87.

BRANDÃO, Júlia Lima Gorges. Conservacionismo, ciência e turismo: a experiência do Parque Nacional de Itatiaia (1943-1957). Dissertação. Mestrado em História das Ciências. Fiocruz. Rio de Janeiro, 2017, 154 p.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Políticas públicas e urbanização turística: o Prodetur-NE e as experiências em balneários litorâneos do Nordeste Brasileiro. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 23, n. 4, p.745-763, out./dez. 2013.

CABRAL, Diogo de Carvalho. "O Brasil é um grande formigueiro": território, ecologia e a História Ambiental da América Portuguesa. HALAC, Belo Horizonte, v. III, n. 2, março 2014, p. 467-489.

\_\_\_\_\_. Lugar, tempo e natureza: Esboço da história ambiental da Reserva Ecológica do IBGE. In: IBGE. Reserva Ecológica do IBGE: Parcerias científicas para a sustentabilidade do Cerrado. Organizador: RIBEIRO, M. C. L. B. Rio de Janeiro: IBGE, no prelo.

\_\_\_\_\_. Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial. Garamond/FAPERJ, Rio de Janeiro, 2014, 536 p.

\_\_\_\_\_; BUSTAMANTE, Ana Goulart. Introdução. In: Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica. CABRAL e BUSTAMANTE (orgs.). Editora Prismas: Curitiba, 2015, p. 17-33.

CALLON, Michel. *El proceso de construcción de la sociedad. El estudio de la tecnología como herramienta para el análisis sociológico*. In: Domènech, Miquel y Tirado, Francisco (comps.) *Sociologia simétrica, Ensayos sobre ciencia, tecnología y sociedad*. Ed. Gedisa, Barcelona, 1998.

\_\_\_\_\_. Some elements of a sociology of translation: the domestication of the scallops and the fisherman of St. Brieuc Bay. In: LAW, John. *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge*. London, UK: Routledge and Kegan Paul. 1986, p. 196–229.

CAMARGOS, Regina. Nascimentos da APA Sul - RMBH: o poder da polêmica. In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Relume Dumará Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro, 2004, p. 131-146.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Contribuições da Ecologia Política para a desconstrução de narrativas vinculadas a injustiças ambientais. *Geosul*, v. 36, n. 78. Florianópolis, jan/abr. 2021, p. 381-409.

CARDOZO, Leriane Silva. Análise do princípio da boa governança e dinâmicas de escala em duas unidades de conservação no estado da Bahia, Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UESC: Ilhéus, 2014, 193 p.

CARNEIRO, João Alex. Gênese e recepção do projeto epistemológico de Ludwig Fleck. *Revista Scientiae Studia*, v. 13, n. 3. São Paulo, 2015, p. 695-705.

CARVALHO, Ely Bergo de. No fundo da mata virgem: a complexidade de um elemento mítico no imaginário ocidental sobre natureza. *Revista Tempo e Argumento*, v. 2, n. 2, Florianópolis, jul/dez 2010, p. 135-153.

\_\_\_\_\_. Problematizando as representações do mundo natural como delimitação espacial em História Ambiental: entre a Araucalilândia e a Floresta Ombrófila Mista. *Revista de História Regional* 20(2): 317-342, 2015.

CARVALHO, Ely Bergo de; ROSA, Isabela Cristina. Precisa-se de um novo código Florestal: projetos nacionais da legislação florestal brasileira entre 1934 e 1965. *Revista Diálogos*, v. 23, n. 3, 2019, p. 216-240.

CARY, Paul; RODRIGUEZ, Jacques. Concepções da natureza em relação ao capitalismo: análise do cenário pós covid19 na França. *Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais*, v. 10, n. 1. 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena. In: A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CASTRO, Fábio de. *Environmental Policies in the Lula Era: accomplishments and contradictions*. In: CASTRO, Fábio de; WIESEBORN, Marianne; KOONINGS, Kees. Palgrave Macmillan. *Brazil under the worker's party: continuity and change from Lula to Dilma*. 2015

CASTRO, Leonardo. Da província ao bioma: representações da Mata Atlântica. In: Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica. CABRAL e BUSTAMANTE (orgs.). Editora Prismas: Curitiba, 2015, p. 54-82.

CAVALCANTI, Camila de Andrade Tenorio; NUNES, Vanessa dos Santos. O Tráfico da Avifauna no Nordeste Brasileiro e suas Consequências Socioambientais. *Revista de Ciência Veterinária e Saúde Pública*, v. 6, n. 2, 2019, p. 405-415.

CHAKRABARTY, Dipesh. O Clima da História: quatro teses [publicado originalmente em *Critical Inquiry*, 35, 2009].

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R.; RODRIGUES, Débora Cristina B. Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. *Rev. Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 8, n. 13, set./2006.

CIDREIRA-NETO, Ivo Raposo G., RODRIGUES, Gilberto Gonçalves. Relação homem-natureza e os limites para o desenvolvimento sustentável. *Artigo. Rev. Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v. 6, n. 2. Recife, 2017, p. 142-156.

COMERLATO, Fabiana; COSTA, Carlo Alberto S.; CUNHA, Cinthia da Silva. Arqueologia do Baixo Sul da Bahia: engenho Rio de Contas, Itacaré, Bahia, Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, 2018, p. 256-281.

COSTA, Sebastião P. M. da. Conhecimentos tradicionais, cultura e proteção jurídica: considerações sobre a nova lei brasileira da biodiversidade. *Rev. Arquivo Jurídico - ISSN 2317-918x*, v. 3, n. 2. Teresina – PI, jul/dez 2016, p. 69-81.

COUTINHO, Leopoldo Magno. O conceito de bioma. *Acta Botânica Brasileira*, v. 20, n. 1, 2006, p. 13-23.

CRESPO, S. Verdes que amadurecem: os desafios da especialização e da profissionalização das organizações e militantes no Brasil. *Museu de Astronomia e Ciências Afins [Notas técnico-científicas]*.1995.

CRONON, William. *A Place for Stories: Nature, History and Narrative*. *The Journal of American History*, v. 78, n. 4, mar. 1992, p. 1347-1376.

\_\_\_\_\_. Modos de Profecia e Produção: Colocando Natureza na História. *The Journal of American History*, v. 76, n. 4, mar. 1902. p. 1122-1131.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, dez/2007.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1ª. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, 484 p. [1ª impressão 1996].

DELGADO, Lucilia; FERREIRA, M. História do Tempo Presente e ensino de História. Revista História Hoje, v. 2, n. 4, 2013, p. 19-34.

DIAS, Marcelo Henrique. Sesmarias, posses e terras indígenas na vila de Ilhéus (Bahia, 1758-1822). Revista Especiarias - Cadernos de Ciências Humanas, v. 14, n. 25, jul./dez. 2013, p. 53-65.

DIAS, Marcelo Henrique. Economia, sociedade e paisagens da Capitania de Ilhéus. Editus : Ilhéus (Bahia), 2019, 339 p.

DIEGUES, Antônio Carlos S. O mito moderno da natureza intocada. Ed. Hucitec, São Paulo, 1996.

DOMANSKA, Eva. *Posthumanist History*. In: BURKE, Peter; TAMM, Marek (Orgs.), *Debating New Approaches to History*. London: Bloomsbury, 2018, p. 327-352.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. Revista Tempo e Argumento, 4, n. 1. Florianópolis, jan/jun 2012, p. 5-22.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; OLIVEIRA, Daniela de. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas / Roseli Senna Ganem (org.). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 2010. p. 341-385.

DUARTE, Regina Horta. A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil - 1926-1945. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2010, 219 p.

\_\_\_\_\_. História & Natureza. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 108p.

\_\_\_\_\_. *Environmental Change and Mobilization in Brazil*. Oxford Research Encyclopedia, Latin American History. Dec. 2019.

ETCHEVARNE, Carlos; FERNANDES, Luydy. Patrimônio arqueológico pré-colonial: os sítios de sociedades de caçadores coletores e dos grandes grupos de horticultores ceramistas, antes da chegada dos portugueses. In: Patrimônio arqueológico da Bahia. Carlos Etchevarne, Rita Pimentel (orgs.). Salvador, 2011, p. 27-46.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Um Rio de florestas: uma reflexão sobre o sentido da criação dos parques na cidade do Rio de Janeiro. Estudos Históricos, 24 (47). Rio de Janeiro, jun.jul./2011, 29p.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; DIAS, Marcia Cristina de Oliveira. Plantas exóticas, populações nativas: humanos e não humanos na paisagem de uma UC de Proteção Integral. Artigo. *Tessituras*, v. 3, n. 1. Pelotas, jan./jun. 2015. p. 121-153.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. *Revista Ambiente & Sociedade*, ano II, n. 5, 1999.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Lucas Gonçalves da. História, ciência e conservação da onça-pintada nos biomas brasileiros. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 46, n. 1, Porto Alegre, jan.-abr. 2020, p. 1-18.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1993. *Textos de História*, vol. 17, n. 1, 2009, p. 59-84.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NUNES, Letícia Soares; NÉLSIS, Camila Magalhães. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. *R. Katál.*, v. 15, n. 1, Florianópolis, jan./jun. 2012, p. 41-51.

FUDGE, Erica. *A Left-Handed Blow: Writing the History of Animals*. In: ROTHFELS, Nigel. *Representing animals: Theories of Contemporary Culture*. Indiana University Press, Bloomington, p. 3-18. ISBN 9780253215512.

FULGÊNCIO, Rodolfo Valentino. As Mobilizações Populares na Criação da Área de Proteção Ambiental Parque e Fazenda do Carmo na Cidade de São Paulo – Brasil. Dissertação (Mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis). UNINOVE, São Paulo, 2022, 96 p.

GAMBÁ, Carolina; RIBEIRO, Wagner Costa. Conservação Ambiental no Brasil: uma revisão crítica de sua institucionalização. *Revista de Estudios Brasileños*, v. 4, n. 6, 2017, p. 146-157

GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário*. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. Companhia das Letras, São Paulo, 1989.

GUANAES, Deyna Hulda Arêas. Identificação de conflitos socioculturais provenientes da criação do Parque Estadual Serra do Conduru – PESC, no sul da Bahia – Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). PRODEMA (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, Bahia. 2018. p. 169.

GUANAES, Deyna Hulda Arêas; CAMPIOLO, Sofia; FIAMENGUE, Elis Cristina; SANTOS, Jade Silva dos; TEIXEIRA, Joanison Vicente dos Santos. Os expropriados da terra pela conservação da natureza: a criação do Parque Estadual Serra do Conduru (PESC) no sul da Bahia e o assentamento Nova Vida. VIII Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais – terra, trabalho e luta no século XXI: projetos em disputa. Disponível em <[https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2018/Sessao5A.html](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/Sessao5A.html)> Acesso em 24/05/22.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), 1995, p. 07-41.

JESKE-PIERUSCHKA, Vivian; LEDRU, Marie-Pierre. A Mata Atlântica no final do Quaternário: Dinâmicas climatobotânicas e antropogênicas desde o Último Máximo Glacial. In: *Metamorfozes florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. CABRAL e BUSTAMANTE (orgs.). Editora Prismas: Curitiba, 2015, p. 37-53.

JULIA, Silveira Matos; SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como Fonte: problemas e métodos. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (1), 2011, p. 95-108.

JÚNIOR, Jairo Menezes de Almeida. Tráfico de Aves em Território Brasileiro: uma revisão. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Biológicas). UNIFESP, São Paulo, 2021, 31 p.

KANIGEL, Rachele. *The student newspaper survival guide*. Wiley-Blackwell, 2006, 153p.

LAMBERTI, Eliana; LIMA, Brandon Chagas. Sustentabilidade, turismo e a fronteira Brasil-Paraguai: algumas reflexões para o território de Ponta-Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY). *Anais do III Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional (SLAEDR)*, v. 3, n. 1, 2023.

LATOUR, Bruno. *Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia*, de Bruno Latour. Trad.: Carlos Aurélio Mota de Souza. Edusc. Bauru, SP. 2004, 411p.

\_\_\_\_\_. *Reagregando o social. Uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. EDUFBA – EDUSC, Salvador - Bauru, 2012, 399 p.

\_\_\_\_\_. *Referência Circulante. A Esperança de Pandora*. EDUSC, Bauru, SP, 2001, p. 39-96.

LOBÃO, Dan Érico Vieira Petit. *Agroecossistema Cacaueiro da Bahia: cacau cabruca e fragmentos florestais na conservação de espécies arbóreas*. Tese. Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal). UNESP Jaboticabal, SP. set./2007, 98 p.

LUCA, Tania Regina de. História nos, dos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010, 2ª edição.

MACEDO, José Alberto Castro; DRUMMOND, José Augusto. Efeitos da Gestão Participativa dos Parques Estaduais da Bahia. *Raízes*, v. 33, n. 1, jan-jun/2012. p.123-144.

MAGNELLI, André. Por uma história filosófica (ou sociologia histórica) do político. In: MAGNELLI et al. *Uma Democracia (In)Acabada: quadros e bordas da soberania do povo com Pierre Rosanvallon*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2019.

MAIA, Carlos Alvarez. Agência material recíproca: uma ecologia para os estudos de ciência. *Hist. Ciênc. Saúde - Manguinhos* 24 (2), abr-jun/2017.

\_\_\_\_\_. Realismo científico e construtivismo sócio-linguístico em Bruno Latour e Ludwik Fleck. Trabalho apresentado na ESOCITE 2008, 2008, 22 p.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. A viagem de von Martius. *Flora Brasiliensis*. Tradução de Carlos Bento Matheus, Lívia Lindoia Paes Barreto, Miguel Barbosa do Rosário. Rio de Janeiro: Index, 1996.

MASSENA, Fábio dos Santos; WIBELINGER, Lia Mara. Instituições ambientalistas da região cacauzeira do Sul da Bahia: objetivos comuns ou conflitantes? *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, n. 15. Vitória da Conquista, 2013, p. 183-204.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. IX, nº 1, jan./jun. 2005, p. 41-64.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA Programa de Recuperação da Lavoura Cacauzeira – 3ª e 4ª Etapas. Nota técnica. Abril/2009. 33 p. Disponível em: <[https://www.senado.gov.br/comissoes/CRA/AP/AP20100622\\_Nota%20Tecnica-2009.pdf](https://www.senado.gov.br/comissoes/CRA/AP/AP20100622_Nota%20Tecnica-2009.pdf)>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL E FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. O Corredor Central da Mata Atlântica: uma nova escala de conservação da biodiversidade. Brasília, 2006, 52 p.

MIRANDA, Roberto de Souza. Ecologia Política e processos de territorialização. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 28, n. 1, jan/abr 2013, p. 142-161.

MOL, Annemarie. Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In: J. Arriscado Nunes & R. Roque. *Objetos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. Edições Afrontamento, Porto, 2008.

MOURHTÉ JUNIOR, Carlos Alberto. O desenvolvimento sustentável como um estilo de pensamento: uma abordagem histórica. 2017. Tese de Doutorado - História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

NETO, Alfredo Dantas; CORRÊA, Ronan; MONTEIRO, Wilson R.; LUZ, Edna D. M. N.; GRAMACHO, Karina P.; LOPES, Uilson V. Caracterização de uma população de cacauzeiro para mapeamento de genes de resistência à vassoura-de-bruxa e podridão-parda. *Fitopatol. bras.* 30 (4). Ago 2005, p. 381.

NETO, Joaquim Shiraishi (org.). *Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil: Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional*. UFAM/Fundação Ford. 2007. 232 p.

OLIVEIRA, Gustavo Borges de. Diálogos, marcas e conexões: o método em Teoria Ator-Rede. *Revista IGT na Rede*, v. 13, n. 25, 2016, p. 186-202.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Mata Atlântica, Paleoterritórios e História Ambiental. *Ambiente & Sociedade*, v. X, n. 2. Campinas, 2007, p. 11-23.

OLMOS, Fábio. Aves ameaçadas, prioridades e políticas de conservação no Brasil. *Revista Natureza e Conservação*, v. 3, n. 1, abril/2005, p. 21-42

OLMOS, Fábio. Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das "populações tradicionais" à Mata Atlântica. *Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias*. Editora Unisul. Tubarão, SC. 2001. p. 279-312

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. Dossiê teorias socioambientais. *Estud. av.* 24 (68). 2010.

\_\_\_\_\_. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Zahar, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. Apresentação: uma Floresta, um país e um saber em construção. Da província ao bioma: representações da Mata Atlântica. In: *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. CABRAL e BUSTAMANTE (orgs.). Editora Prismas: Curitiba, 2015, p. 54-82.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes Venâncio. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. *Revista de Administração Pública*, 44 (2). Rio de Janeiro, mar/abr 2010, p. 197-213.

PALÁCIO C., Germán A. *Breve guía de introducción a la Ecología Política (Ecopol): orígenes, inspiradores, aportes e temas de actualidad*. *Revista Gestión y Ambiente*, vol. 9, n. 3, diciembre de 2006, p. 7-17.

PALMER, Christian. Piratas, Jesuítas, Quilombolas, Coronéis, Pescadores e Surfistas: Uma pequena história ambiental de Itacaré. Santo André, São Paulo: Alfa Editora, 2021. p. 26. ISBN 978-65-00-20717-0.

PEARSON, Chris. Beyond ‘resistance’: rethinking nonhuman agency for a ‘more-than-human’ world. In: *European Review of History: Revue européenne d'histoire*, 22:5, p. 709-725, set. 2015. DOI: 10.1080/13507486.2015.1070122

PEREIRA, Elenita Malta; RUCKERT, Fabiano Quadros. “Queremos espaço verde”: o Parque Municipal Luiz Henrique Roessler como parte da História da Cidade de Novo Hamburgo (RS, Brasil). *Tempos Históricos*, v. 22, 2018.

PESSOA, Fernando. O Guardador de Rebanhos. In: *Poemas Completos de Alberto Caetano*. Fernando Pessoa. Martin Claret Ltda, 2006.

PIMENTEL, Patrícia Carla Barbosa. Conservação da Biodiversidade e Pobreza no Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia, Brasil. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). PRODEMA (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus - Bahia. 2016. 153 p.

RÊGO, G.M.; HOEFLICH, V.A. Contribuição da pesquisa florestal para um ecossistema em extinção: Floresta Atlântica do Nordeste do Brasil. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros. Documentos, 21. 2001. 80p.

RITVO, Harriet. *Animal Planet*. In: *Environmental History*, vol. 9, n. 2. abril/2004. p. 204-220.

RODRIGUES, Lucas Milani; BERTAZI, Marcio Henrique; RANIERI, Victor E. L. Pastorais populares e áreas protegidas: a mediação de conflitos no horizonte da Ecologia Política. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 28, UFPR, jul/dez 2021, p. 296-318

RODRIGUES, Waldecy; FREDRYCH, Thelma Valentina. O dilema das comunidades tradicionais em unidades de conservação: o caso da comunidade Mumbuca no Parque Estadual do Jalapão (TO). *Bol. Goia. Geogr. (online)*, v. 33, n. 3. Goiânia, set./dez. 2013, p. 63-79.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. Trad.: Paulo Martinez. *Rev. Brasileira de História*, v. 15, n. 30. São Paulo, 1995, p. 9-22.

SÁ, Débora Nunes de. Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo: 1946-2011. Dissertação (Mestrado em História). UPF: Passo Fundo, 2017, 211 p.

SANTOS et al. *Quantitative study of wild animals received at the Wild Animals Triage Center (CETAS) in Bahia and identification of trafficking routes. Brazilian Journal of Veterinary Research*, n. 41, 2021, p. 1-6.

SANTOS, F. Dias dos; BARBOSA, R. Soares. Contradições da Política Ambiental e o Processo de Encurralamento/Expropriação das Populações Locais no Norte de Minas. *Revista Desenvolvimento Social*, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 145–157, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1551>. Acesso em: 25 set. 2023.

SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. O parque e a estrada: conservação e desenvolvimento na história do Parque Estadual do Rio Doce (1944-1993). Tese (Doutorado em História). UFMG: Belo Horizonte, 2015, 319 p.

\_\_\_\_\_. Parque Nacional do Caparaó: histórias de um lugar. *HALAC*, v. III, nº 1. Belo Horizonte, set. 2013 – feb. 2014, p 117-143.

SÁVIO, Marco A. C. Contando histórias sobre a natureza: os princípios da simetria, a teoria do ator-rede e a história ambiental. *Cad. Pesq. Cdhis*, v. 24, n. 1. Uberlândia, 2011, p. 37-59.

SCHIAVETTI, Alexandre; MAGRO, Teresa Cristina; SANTOS, Michele Silva. Implementação das Unidades de Conservação do Corredor Central da Mata Atlântica no Estado da Bahia: desafios e limites. Artigo. *Revista Árvores*, v. 36, n. 4. Viçosa-MG, 2012. p. 611-623.

SEGATA, Jean. Pessoas, coisas, animais e outros agentes: sobre os modos de identificação e relação entre humanos e não-humanos. Revista Caminhos, on-line, "Dossiê Humanidades", a. 2, n. 1. Rio do Sul, jan/mar 2011, p. 87-119.

SETENTA, Wallace; LOBÃO, Dan Érico. Conservação Produtiva: cacau por mais 250 anos. Itabuna, BA. 2012, 190 p.

SILVA, Ana Carolina Aguerri Borges da. Reflexões acerca do ambientalismo: as Conferências Oficiais da ONU no Brasil. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; PEREIRA, Celso S.; ACCIOLY, Inny Bello; COSTA, Rafael N. Costa (orgs.). Pensamento Ambientalista numa sociedade em crise. NUPEM/UFRJ. Macaé, 2015, p. 19-36.

SILVA, Ayalla Oliveira. Ordem imperial e aldeamento indígena: Camacãs, Gueréns e Pataxós do Sul da Bahia. Editus: UESC. Ilhéus. 2018, 319 p.

SILVA, Fabiana Santos da. FELICIDADE INTERNA BRUTA – SERRA GRANDE. Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade – IPÊ.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LINHARES, Maria Yedda L. Região e História Agrária. Estudos Históricos, v. 8, n. 15. Rio de Janeiro. p. 17-26.

SILVA, Melissa Gogliath; RIBEIRO, Leandro Barros. O comércio ilegal põe e risco a diversidade das aves no Brasil. Rev. Ciência e Cultura, vol. 59, n. 4, São Paulo, 2007, p. 4-5.

SILVEIRA, Iacy Pissolato. (Eco)logias do cuidado: saúde, natureza e socialidade em Serra Grande, Uruçuca - BA. Tese - Doutorado em Antropologia. Programa de Pós Graduação em Antropologia / UFBA. Salvador, 2020, 222 p.

SOUZA, Aline Conceição; NOIA, Angye Cássia; PINHEIRO, Lessi Inês Farias. Evolução das Políticas Públicas de Turismo no Estado da Bahia. Anais do Seminário da ANPTUR, 2016. ISSN: 2359-6805.

SOUZA, Iara Maria de Almeida. Apresentação. Reagregando o social. Uma introdução à Teoria do Ator-Rede. EDUFBA – EDUSC, Salvador - Bauru, 2012. 400 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ambientes e Territórios: uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 350 p.

SPIX & MARTIUS. Viagem pelo Brasil (1817-1820) / Spix e Martius. v. 2 ; tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. Brasília, 2017, 428 p.

TEIXEIRA, Cristina. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a "naturalização" do social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 59, out./2005, p. 51-66.

THOMAS, Wm. Wayt; CARVALHO, André M. V.; AMORIM, André M. A.; GARRISON, Judith; ARBALÁEZ, Alba L. *Plant endemism in two forests in southern Bahia, Brazil. Biodiversity and Conservation*, 7, 1998. p. 311-322.

THOMAS, Elizabete Maria Barros. *A NATUREZA DAS RELAÇÕES ENTRE ONGS AMBIENTALISTAS BAIANAS E O PODER PÚBLICO ESTATAL O CASO DO GRUPO AMBIENTALISTA DA BAHIA E DA FUNDAÇÃO ONDAZUL*. Dissertação (Mestrado em Administração). UFBA, Salvador. 2006, 100 p.

TORRES, Leíla Muricy. *Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental - o caso das APAs da Bahia*. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UESC: Ilhéus, 2007, 196 p.

VELDEN, F. V.; SILVEIRA, F. L. A. da. *Humanos e outros que humanos em paisagens multiespecíficas*. *Revista Ñanduty*, 9(13), 2021, p. 1–18. <https://doi.org/10.30612/nty.v9i13.15540>

VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antônio Lourenço Rosa; LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 1991, 124 p.

VENTURINI, Tommaso. *Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory*. *Public Understanding of Science*, 19. 2010. p. 258-273. DOI: 10.1177/0963662509102694.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. 2002, 552 p.

ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens (org). *Conflitos Ambientais*. Texto inspirado na Introdução do livro *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação*. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/textos-analiticos-do-mapa-de-conflitos-ambientais/page/2/>>.

ZHOURI, Andréa. *O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados*. *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n. 25. Porto Alegre, jan/jun 2006, p. 139-169.

ZULUETA, Concepción Cortés. *Sobre la historia de los cantos de las aves o los cantos de las aves como historia*. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, . 28, supl. Rio de Janeiro, dez. 2021, p. 17-35.

## SÍTIOS WEB

A Mata Atlântica é a floresta mais devastada do Brasil. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/causas/mata-atlantica/>>. Acesso em 14/04/2023.

Ações e Campanhas para a Mata Atlântica, GAMBÁ. Disponível em: <<https://www.gamba.org.br/realizados/acoes-para-protecao-da-mata-atlantica>>. Acesso em 26/10/2023.

ARAPYAUÍ. Instituto Arapyaú apoia iniciativa que busca soluções tecnológicas para inventário de manejo sustentável da cabruca. Disponível em: <<https://arapyau.org.br/instituto-arapyau-apoia-iniciativa-que-busca-solucoes-tecnologicas-para-inventario-de-manejo-sustentavel-da-cabruca/>>. Acesso em 10-08-23.

Aula Teórica Basidio – Basidiomycota. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5308506/mod\\_resource/content/1/2020\\_Aula%20teorica%20Basidio%20%28VC%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5308506/mod_resource/content/1/2020_Aula%20teorica%20Basidio%20%28VC%29.pdf)>. Acesso em 26/09/2023.

BIOMAS CONTINENTAIS DO BRASIL. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/informacoes-ambientais/15842-biomas.html?=&t=downloads>>. Acesso em 14/04/2023.

BRASIL, 1993. Decreto nº 750, de 10 de Fevereiro de 1993. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1993/decreto-750-10-fevereiro-1993-449133-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 13/07/2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Módulo Fiscal. Disponível em <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>>. Acesso em 18/07/2023.

Contradição. Dicionário Michaelis de Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/contradi%C3%A7%C3%A3o/>> Acesso em: 08/08/23.

Corredores Ecológicos, INEMA. Disponível em <<http://www.inema.ba.gov.br/programas/projeto-corredores-ecologicos/>> Acesso em 23/01/2022.

Deforestation in southern Bahia over time: 1945, 1960, 1974, 1990. Disponível: <<https://www.nybg.org/bsci/res/bahia/Defor.html>>. Acesso em 07/08/2023

Gambá – Histórico. Disponível em: <<https://www.gamba.org.br/instituicao/historico>> Acesso em 28/04/23.

IBGE – CENSO 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao->

politica/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9753&t=resultados>. Acesso em 19/10/2023.

INEMA – APA. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/>> Acesso em 18/04/2023.

INEMA, Parque Estadual da Serra do Conduru. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/parque-estadual/parque-estadual-da-serra-do-conduru/>>. Acesso em 09/06/2023.

Informações sobre madeiras. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Disponível em: <[http://www.ipt.br/informacoes\\_madeiras/38-ipe.htm#:~:text=Caracter%C3%ADsticas%20sensoriais%3A%20cerne%20e%20alburno,irregular%20a%20reversa%3B%20textura%20fina.](http://www.ipt.br/informacoes_madeiras/38-ipe.htm#:~:text=Caracter%C3%ADsticas%20sensoriais%3A%20cerne%20e%20alburno,irregular%20a%20reversa%3B%20textura%20fina.)> Acesso em 17/07/23.

JATOBÁ, Augusto. Matança. In: Matança (JATOBÁ, Augusto). Brasil: Estúdio de Invenções, 1988. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XKoKHHNAzh4>>. Acesso em 06/11/2023.

Manual de Comunicação da Secom. Item de Glossário. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/g7-e-g8>>. Acesso em 06/11/2023).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Proteção das Florestas Tropicais. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/eryH4>>. Acesso em: 16/06/2023.

NEMA, Quem Somos – História. Disponível em: <<https://www.nema-rs.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 28/04/2023.

Northeastern Atlantic Coastal Forest Project. Disponível em: <<https://www.nybg.org/bsci/res/bahia/Study-si.html>>. Acesso em 15/05/2023.

O que é poligonal? Disponível em: <<https://www.embratop.com.br/noticias/o-que-e-poligonal/>>. Acesso em 08/08/23

ORTIZ, Fabíola. Almirante Ibsen: uma vida dedicada ao Meio Ambiente. O Eco. Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/27829-almirante-ibsen-uma-vida-dedicada-ao-meio-ambiente/>>. Acesso em 13/07/2023.

PIOTTO, Daniel. Cabucas e cabucas. Mercado do Cacau. 08/05/2018. Disponível em <<https://www.mercadodocacau.com.br/artigo/cabucas-e-cabucas/rss.xml>> Acesso em 23/01/2022.

PLATAFORMA MAPBIOMAS USO E COBERTURA. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/#>>.

PLENAMATA. Glossário. Disponível em: <<https://plenamata.eco/verbete/corte-raso/>>. Acesso em 18/07/23

PLENAMATA. Glossário. Disponível em: <<https://plenamata.eco/verbete/corte-raso/>>. Acesso em 18/07/23.

Regiões Geográficas do Estado da Bahia. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/apps/regioes\\_geograficas/#/home/](https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home/)>. Acesso em 21/12/2022.

RESERVA BIOLÓGICA DE UNA. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1006>> Acesso em 15/05/2023.

Resolução CONAMA N° 001, de 23 de janeiro de 1986 disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF>>. Acesso em 13/07/23

RPPN ECOMPARQUE DE UNA. Disponível em: <<https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/232/>>. Acesso em 15/05/2023.

SEMA, Histórico do CEPRAM. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=33#:~:text=O%20Cepam%2C%20mais%20antigo%20Conselho,07%20de%20outubro%20de%201974>> Acesso em 09/06/2023.

SILVA, Carolina Nunes da. Holoceno. Jovem Explorador, 30 nov. 2021. Disponível em: <<http://jovemexplorador.iag.usp.br/?p=holoceno>> Acesso em: 14/07/2023.

Sistema Nacional de Cadastro Rural, Índices Básicos de 2013. Disponível em: <[https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/indices\\_basicos\\_2013\\_por\\_municipio.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf)>. Acesso em 18/07/2023.

TOLEDO, Karina. Pesquisa desvenda ponto fraco da vassoura-de-bruxa, FAPESP. Disponível em: <<https://agencia.fapesp.br/pesquisa-desvenda-ponto-fraco-da-vassoura-de-bruxa/15623/>> Acesso em 10-08-23

Wappäus, J.E. (1884). A geographia physica do Brasil refundida. (Edição condensada). Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, p. 217 e 218. Disponível em <<https://archive.org/details/obrasilgeograph00wappgoog/page/n25/mode/2up?q=atlantic>>. Acesso em 14/04/2023.

## **FONTES ORAIS**

ANA. Entrevista com a autora, 25 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

ANTÔNIO. Entrevista com a autora, 29 de setembro de 2022, PA Nova Vida, Itacaré, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

ARTAZA, Oscar. Entrevista com a autora, 10 de agosto de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

BARRETO, Marcelo. Entrevista com a autora, 11 e 12 de abril de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

CAMPOS, Érika Valeska. Entrevista com a autora, 16 de março de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

FERNANDA. Entrevista com a autora, 04 de novembro de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

FRANCISCO. Entrevista com a autora, 04 de novembro de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

JOSÉ. Entrevista com a autora, 16 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

MÁRCIA. Entrevista com a autora, 23 de setembro de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

MARIA. Entrevista com a autora, 10 de outubro de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

MIGUEL. Entrevista com a autora, 10 de outubro de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

MORAES, Nelson. Entrevista com a autora, 11 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

PAULA. Entrevista com a autora, 29 de setembro de 2022, PA Nova Vida, Itacaré, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

PEDRO. Entrevista com a autora, 16 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

ROCHA, Rui. Entrevista com a autora, 02 de maio de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

## **LEGISLAÇÃO**

BRASIL, 1993. Decreto nº 750, de 10 de Fevereiro de 1993. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.

BRASIL, Lei 9.985/2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

BRASIL, Decreto nº 4.430, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/8/2002, Página 9 (Publicação Original).

BAHIA, Resolução CEPRAM nº 1.334 de 19 de dezembro de 1996. Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande do Estado da Bahia.

BAHIA, Decreto nº 6.227 de 21 de fevereiro de 1997. Cria o Parque Estadual Serra do Conduru e dá outras providências.

BAHIA, Resolução CEPRAM nº 3503 de 30 de setembro de 2005. Aprova o Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental - APA Costa de Itacaré - Serra Grande.

## FONTES ESCRITAS

Anais da de Reunião Nacional sobre a Proteção dos Ecossistemas Naturais da Mata Atlântica – **WORKSHOP MATA ATLÂNTICA**: Problemas, Diretrizes e Estratégias de Conservação [1990: Atibaia, SP].

AYRES, Mary Lessa Alvim; DAEMON, Ilka Gonçalves; FERNANDES, Paulo Cesar Siruffo; OLIVEIRA, Roberta Junqueira de A. **PRODETUR: infra-estrutura e seus reflexos no turismo**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro, 1999. 6 p. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/16062>>. Acesso em 21/04/2023.

GOVERNO DA BAHIA: SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO, SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projeto de Implantação das Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande e Lagoa Encantada e Criação do Parque Estadual Serra do Conduru**, 1997.

IESB. **Ação das Madeiras no Sul da Bahia**: Informes e Documentos. Verão Resumida. Novembro de 1997.

GOVERNO DA BAHIA. **Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru**, 2005.

### **Jornal da APA**

Edição nº 3 – setembro de 1999

Edição nº4 – outubro de 1999

Edição nº11 – maio de 2000  
Edição nº 13 – julho de 2000  
Edição nº 15 – setembro de 2000  
Edição nº 17 – novembro/dezembro de 2000  
Edição nº 21 – abril/maio de 2001  
Edição nº 25 – outubro/novembro/dezembro de 2001  
Edição nº 32 – julho de 2004  
Edição nº 33 – outubro/novembro de 2004  
Edição nº 40 – fevereiro de 2006

### **Atas do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Costa de Itacaré – Serra Grande**

Reunião de 03/07/1999  
Reunião de 28/06/1999  
Reunião de 12/05/2000  
Reunião de 29/05/2000  
Reunião de 29/06/2000  
Reunião de 11/07/2000  
Reunião de 26/07/2000  
Reunião de 27/09/2000  
Reunião de 17/10/2000 (Reunião do Conselho de Turismo)  
Reunião de 25/10/2000  
Reunião de 08/11/2000  
Reunião de 30/05/2001  
Reunião de 27/06/2001  
Reunião de 26/07/2001  
Reunião de 29/08/2001  
Reunião de 26/09/2001  
Reunião de 19/10/2001  
Reunião de 28/11/2001  
Reunião de 30/01/2002  
Reunião de 27/02/2002  
Reunião de 06/06/2002  
Reunião de 26/02/2003  
Reunião de 26/03/2003  
Reunião de 30/04/2003  
Reunião de 26/11/2003  
Reunião de 28/01/2004  
Reunião de 03/03/2004  
Reunião de 31/03/2004  
Reunião de 19/05/2004  
Reunião de 26/05/2004  
Reunião de 16/06/2004  
Reunião de 30/06/2004  
Reunião de 28/07/2004  
Reunião de 25/08/2004  
Reunião de 22/09/2004  
Reunião de 27/10/2004  
Reunião de 24/11/2004

**Atas do Conselho Gestor do Parque Estadual Serra do Conduru**

Reunião de 22/03/2003 (Grupo de Trabalho para formação do Conselho)

Reunião de 18/02/2005

Reunião de 29/11/2005

Reunião de 08/02/2006

Reunião de 03/03/2006

Reunião de 19/04/2006

Reunião de 11/05/2006

Reunião de 14/06/2006